NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Organização Administrativa

Livro Eletrônico

GRAN CURSOS ONLINE

SUMÁRIO

Apresentação 3
Organização Administrativa 4
1. Introdução 4
2. Formas de Prestação da Atividade Administrativa (Concentração e Desconcentração, Centralização e Descentralização) 4
3. Estudo dos Órgãos 11
3.1. Classificação 11
3.2. Características dos Órgãos 16
3.3. Teorias do Órgão 17
3.4. Criação e Extinção de Órgãos 18
4. Estudo da Administração Descentralizada 19
4.1. Formas de Descentralização Administrativa 20
4.2. Criação das Entidades da Administração Indireta 25
4.3. Entidades da Administração Indireta 31
5. Terceiro Setor/Paraestatais 73
5.1. Introdução 73
5.2. Serviços Sociais Autônomos – Entidades do Sistema "S" 74
5.3. Organizações Sociais (OSs) 77
5.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) 81
5.5. Fundações ou Entidades de Apoio 84
Resumo 85
Mapa Mental 90
Questões de Concurso 91
Gabarito 207
Gabarito Comentado 210

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Apresentação

Olá, amigo(a) concurseiro(a)! Guerreiro(a)!

Vamos para mais uma aula!

No capítulo anterior, vimos que o conceito de administração pública pode ser compreendido em dois sentidos. No sentido objetivo, refere-se às atividades realizadas pela administração, compreendendo: o fomento, os serviços públicos, o poder de polícia e a intervenção. No aspecto subjetivo, refere-se ao conjunto de unidades que têm por finalidade executar as atividades administrativas referidas.

Neste capítulo, estudaremos os órgãos e entidades encarregadas de desempenhar as funções administrativas, bem como o modo como pode ser exercida a atividade administrativa (centralizada ou descentralizada), ou seja: como é composta a organização administrativa para o desempenho das atividades estatais. Estudaremos o aspecto subjetivo e objetivo da administração pública.

Esse é um assunto muito (mega) importante para concursos. Todo concurso cobra organização administrativa. E, de fato, é um assunto essencial, pois todo servidor precisa ter noção de como funciona a nossa administração pública.

"O sofrimento é passageiro, desistir é para sempre..."

Venha comigo!

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Introdução

Vamos estudar a **organização administrativa** do Estado, que não se confunde com a organização política.

No estudo da organização administrativa, compreenderemos os órgãos públicos, como são criados e extintos, suas funções, bem como as entidades da administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Além disso, vamos estudar quais as formas para o Estado prestar as atividades administrativas para a sociedade (centralizada ou descentralizada).

O estudo da organização política compreende a análise das entidades políticas que compõem a Federação. No modelo adotado no Brasil, são pessoas políticas a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia política, isto é, capacidade para se auto-organizarem (elaboração das próprias constituições ou leis orgânicas) e, em especial, e de editarem suas próprias leis, no que se refere às matérias que lhe são pertinentes e dentro dos limites estabelecidos pela Constituição.

2. Formas de Prestação da Atividade Administrativa (Concentração e Desconcentração, Centralização e Descentralização)

Por meio da Constituição, os entes políticos (União, estados, DF e municípios) recebem uma série de atividades que devem ser prestadas à sociedade. Veremos que a atividade pode ser prestada de forma centralizada ou descentralizada e, também, concentrada e desconcentrada.

Na **centralização**, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus **órgãos**. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, estados, DF e municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas. A Lei chamou a nossa administração centralizada de administração direta (art. 4º, Decreto-Lei n. 200/1967).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Quando a atividade é prestada por meio de órgãos, significa que o próprio ente político executa a atividade sem intermediários.

Os órgãos são centros de competência, sem personalidade jurídica própria, instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa a que pertencem. Assim, todos os atos praticados pelos órgãos são atribuídos à pessoa jurídica da qual fazem parte.

A criação de órgãos decorre da desconcentração, que é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro um volume grande de atribuições. Na desconcentração, há o **controle hierárquico**, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

Mas cabe ressaltar que os ministérios são órgãos da pessoa jurídica União. Nesse caso, a União presta suas atividades diretamente por meio de seus órgãos (ministérios).

Na desconcentração, existe relação de **hierarquia** entre os diversos órgãos e autoridades. Como consequência dessa hierarquia, há o poder de controlar, de revisar, coordenar e corrigir os órgãos subordinados, avocar e delegar atos.

Quais são as espécies de desconcentração?

A desconcentração pode ser feita tanto em razão da **matéria**, como, por exemplo, a criação dos ministérios em nível federal (Ministério da Saúde, da Fazenda, da Justiça, da Educação, do Trabalho), quanto da **hierarquia**, com diversos níveis de responsabilidade decisória, como, por exemplo, diretor de departamento, diretor de divisão, chefe de seção; ou em razão do **território** (geográfica), como no caso das agências da Receita Federal espalhadas pelos diversos estados.

Por outro lado, a **concentração** ocorre quando um único órgão (ou poucos) desempenha todas as funções administrativas do ente político, sem divisão em outros órgãos menores. Imagine que a União tenha um único órgão desempenhando todas as suas atividades. Difícil até de imaginar, já que na estrutura da União há centenas, senão milhares de órgãos.

Imagine se a União tivesse um único órgão executando todas as suas atividades...

Lembre-se! **Os conceitos de centralização e desconcentração (ou concentração) não se excluem**. Pelo contrário, se completam, porque a administração centralizada deve criar órgãos para prestar suas atividades.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Também ocorrerá concentração quando órgãos forem extintos e suas funções forem atribuídas a outro órgão, de modo que passe a concentrar mais atribuições.

EXEMPLO

Ministério da Previdência Social é extinto e suas funções são repassadas para o Ministério da Fazenda.

Por outro lado, na **descentralização**, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada.

Na descentralização, o Estado, por questão de autonomia administrativa, visando maior eficiência, resolve repassar a atividade para que outra pessoa a exerça em seu lugar.

Vamos imaginar uma situação.

EXEMPLO

Pense em uma pessoa que tem uma casa muito grande. Com jardim, piscina, academia, muitos quartos etc. Já que a pessoa é a dona da casa e nela reside, terá que administrar essa casa para que tudo funcione bem. Então ela pode resolver descentralizar algumas atividades. Por exemplo, para a limpeza da piscina e da academia, contrata uma empresa para desempenhar essas funções. Já para a limpeza interna e os cuidados com o jardim, possui o seu próprio pessoal (seus empregados). Nesse caso, a relação é direta do proprietário com os empregados. E nas atividades descentralizadas, uma outra pessoa, mais especializada e eficiente, executa a atividade.

A nossa administração pública é semelhante a esse exemplo. Algumas atividades ela mesma executará e, para isso, criará seus órgãos internos. No entanto, em outras, transfere a execução. Tudo por uma questão de eficiência e economicidade.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Centralização

A pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos: **administração direta.**

Desconcentração

- Distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
- Criação de **órgãos.**
- Há controle hierárquico.
- Espécies
  - Matéria
  - Hierarquia
  - Território (geográfica)

Concentração

Um único órgão (ou poucos) desempenha as funções administrativas do ente político, sem divisão em órgãos menores.

Descentralização

- Ocorre a distribuição de competências de uma pessoa para outra.
- Espécies
  - Por outorga: o Estado cria por lei uma pessoa jurídica que integra a **administração indireta.**
  - **Por delegação:** o Estado transfere por contrato de concessão ou permissão ou ato administrativo de autorização, a execução de um serviço.
- Há controle finalístico/de tutela/controle administrativo

DIRETO DO CONCURSO

Questão 1 (2019/CESPE/MPC-PA/ANALISTA MINISTERIAL/COMUNICAÇÃO SOCIAL) Acerca da administração direta, indireta, centralizada e descentralizada, assinale a opção correta.

a) A descentralização consiste na repartição de competências exclusivamente entre órgãos da administração pública.

b) O ente central da administração direta exerce, simultaneamente, a titularidade e a execução do serviço público.

c) Diferentemente da descentralização administrativa, a descentralização política pressupõe uma relação de subordinação entre os entes integrantes do sistema federativo.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Os estados-membros são criados via descentralização administrativa e exercem atribuições que decorrem do seu ente central.

e) O conceito de administração direta restringe-se ao Poder Executivo, na medida em que este concentra a titularidade do desempenho das funções administrativas do Estado.

COMENTÁRIO

Letra b.

a) Errada. A alternativa tratou da desconcentração. Na descentralização, ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada.

b) Certa. A alternativa abordou a centralização administrativa, em que a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, estados, DF e municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas.

c) Errada. A descentralização política é aquela da CF/1988, em que há uma repartição das competências legislativas entre a União, os estados e municípios. Entre esses entes não já subordinação, pois são autônomos.

> **CF/1988, Art. 18.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

d) Errada. Os estados-membros são criados mediante descentralização política.

e) Errada. Pode haver administração direta ou indireta em qualquer um dos poderes.

Visualizou melhor? Então vamos prosseguir.

Veremos agora como a descentralização pode ser feita.

A descentralização pode ser por **outorga,** isto é, o Estado **cria, por lei**, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).

A descentralização também pode ocorrer por **delegação** e, nesse caso, o Estado transfere, por **contrato** de concessão ou permissão de serviços públicos, ou **ato administrativo** de

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

autorização, a execução de um serviço, para que um particular o preste por sua conta e risco. No caso de permissão de serviços públicos, pode ser feita a delegação para pessoas físicas ou jurídicas; na concessão, somente para pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.

EXEMPLO

Serviços de telefonia, transporte aéreo, transporte rodoviário são, atualmente, prestados por contratos de concessão. Assim, as empresas de telefonia que conhecemos são concessionárias de serviços públicos. Telefonia é um serviço que é de atribuição da União, e a CF/1988 dispõe que pode ser prestado diretamente ou por meio de concessão, permissão ou autorização (art. 21, XI, CF/1988).

Disse que entre os órgãos (administração direta) há relação de subordinação. No entanto, entre a administração direta e a indireta (descentralizada) não há relação de hierarquia, mas de vinculação. Mas isso não significa que as entidades da administração indireta estejam totalmente sem controle. Nesse caso, ocorre controle finalístico.

O **controle finalístico** visa evitar que a entidade descentralizada atue fora (além) das finalidades que resultaram na sua criação. Assim, a entidade descentralizada não pode realizar atividades que não são de sua atribuição. Entretanto, nas matérias de sua competência, possuem autonomia para adotar as medidas que entenderem mais adequadas.

São objetivos do controle finalístico assegurar o cumprimento dos objetivos fixados no ato de criação da entidade descentralizada; harmonizar sua atuação com a política e programação do governo; zelar pela obtenção de eficiência administrativa; e garantir a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade (art. 26, DL n. 200/1967).

Vamos estudar a administração indireta detalhadamente mais adiante.

O controle finalístico também é chamado de tutela ou controle administrativo ou, também, de supervisão ministerial em nível federal. Cada entidade da administração indireta fica vinculada a um determinado ministério, e este realiza o controle finalístico da entidade.

Na descentralização administrativa, surgem novas pessoas, dotadas de personalidade jurídica própria, ou seja, com capacidade para responder por seus próprios atos e exercer suas atividades com autonomia. Na desconcentração, os órgãos criados não possuem personalidade

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

jurídica; assim, a pessoa jurídica que realizou a distribuição interna de competências responderá pelos atos de seus órgãos.

Essa é a principal diferença entre um órgão e uma entidade: a personalidade jurídica. Órgão não é sujeito de direitos. Não pode ter direitos e obrigações, pois não tem capacidade (própria) para tanto. Todas as atividades do Ministério da Justiça, em verdade, são atividades de responsabilidade da União, pois esse ministério é órgão da União. Se um policial federal, na perseguição de um criminoso, dispara um tiro e acerta um particular, a responsabilidade pela reparação dos danos será da União, uma vez que um órgão seu foi quem executou a atividade.

Já as entidades têm personalidade jurídica. São pessoas jurídicas e são titulares de direitos e obrigações. Se um servidor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia vinculada à União, que trabalha na seção de aposentadorias, no exercício de sua atividade, ofendeu, segurado, causando-lhe danos morais, eventual ação de reparação de danos deve ser proposta em face do próprio INSS, e não em face do setor em que ele trabalha; nem mesmo em face de qualquer ministério. É equívoco pensar também que a ação deve ser interposta em face da União, pois o INSS, como entidade, deve responder por seus próprios atos.

Para haver administração descentralizada, devem existir, pelo menos, duas pessoas: o ente político (ente federativo) e a entidade administrativa, à qual será atribuída a atividade. Por outro lado, na desconcentração, há uma relação intrassubjetiva (intersubjetiva), pois não há pessoa jurídica diversa na execução da atividade.

Portanto, a concentração e a centralização têm em comum o acúmulo de competências. Do mesmo modo, há semelhança entre desconcentração e descentralização, pois ambos se referem à distribuição de competências. Contudo, a diferença reside no fato de que na desconcentração a distribuição é interna (dentro da mesma pessoa jurídica) e na descentralização é externa (de uma pessoa jurídica para outra).

Professor, os órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo estão localizados na administração direta?

Sim. Os órgãos do Poder Judiciário, tais como os Tribunais, e os órgãos que pertencem ao Poder Legislativo, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as Assembleias Legislativas

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

fazem parte da administração direta de suas respectivas esferas de governo, quando estão no exercício de atividade administrativa.

A administração direta é a prestação da atividade pelo próprio ente político, por meio de seus órgãos, incluindo órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Professor, onde estão as paraestatais em toda essa organização administrativa?

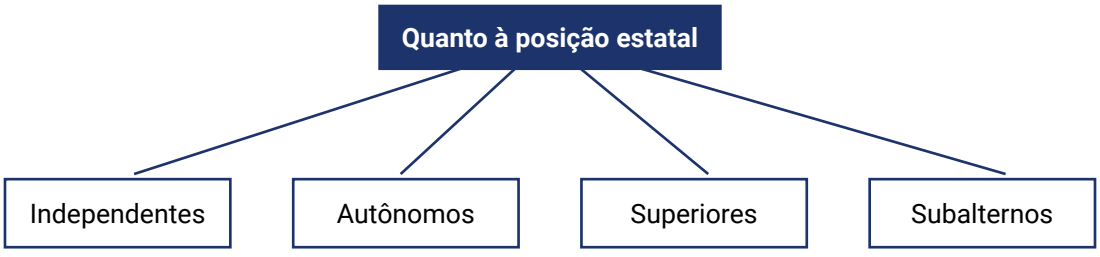
As paraestatais são pessoas de direito privado que colaboram com o Estado em atividades de interesse público, como, por exemplo, os Serviços Sociais Autônomos – Sistema "S" (ex.: Sesc, Senai, Senat etc.), as Organizações Sociais – OSs, e as Organizações Sociais Civis de Interesse Público – OSCIPs. Essas entidades **não** fazem parte da estrutura da administração pública, não estão na administração direta ou na administração indireta. Estão ao lado (paralelas) do Estado, na prestação de atividades de interesse social.

No final desta aula, falarei sobre as paraestatais, mas, primeiro, vamos estudar os órgãos públicos e, depois, estudar a administração indireta.

3. Estudo dos Órgãos

3.1. Classificação

Quanto à posição estatal (essa é a que mais cai em prova). Posição ocupada pelos órgãos na escala governamental ou administrativa. Seguiremos as características e os exemplos de Hely Lopes Meirelles, por serem, ainda, os mais exigidos nos concursos públicos.



O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Independentes: são os originários da Constituição e representativos dos poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional. São também chamados de órgãos primários do Estado. Esses órgãos exercem as funções outorgadas diretamente pela CF/1988, para serem desempenhadas, pessoalmente, pelos seus membros (agentes políticos), segundo normas especiais e regimentais.

EXEMPLOS

- corporações legislativas (Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores);
- Chefias do Executivo (Presidência da República, Governadorias dos Estados, do DF e prefeituras);
- Tribunais Judiciários e os juízes singulares (STF, STJ, demais tribunais superiores, TRFs, Tribunais de Justiça);
- Ministério Público;
- Tribunais de Contas.

Podemos incluir nessa categoria o CNJ e o CNMP, bem como as Defensorias Públicas, em razão da mudança de "status" que receberam na CF/1988 por força de emendas constitucionais.

Todo órgão independente tem origem na Constituição, porém, nem todos os órgãos mencionados pela CF/1988 são independentes, a exemplo do art. 144, que trata dos órgãos incumbidos da segurança pública.

Autônomos: na cúpula da administração, são localizados imediatamente abaixo dos órgãos independentes e diretamente subordinados aos seus chefes. Têm ampla autonomia administrativa e financeira. São órgãos com funções de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que estão na área de sua competência, executando, com autonomia, suas funções específicas, mas segundo diretrizes dos órgãos independentes, que expressam as opções políticas do Governo. Seus dirigentes, em regra, não são funcionários, mas agentes políticos nomeados em comissão.

EXEMPLOS

- Ministérios, secretarias de Estado e município;
- Advocacia-Geral da União.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

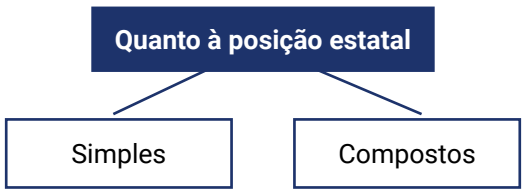
Superiores: detêm poder de direção, controle, decisão e comando de assuntos de sua competência específica, mas sempre sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia mais alta. Não gozam de autonomia administrativa nem financeira. Sua liberdade funcional restringe-se ao planejamento e soluções técnicas dentro da sua área de competência. O que importa para caracterizá-los como superiores é a preeminência hierárquica na área de suas atribuições.

Nessa categoria, estão as primeiras repartições dos órgãos independentes e dos autônomos:

- gabinetes;
- secretarias-gerais;
- inspetorias-gerais;
- procuradorias judiciais;
- coordenadorias;
- departamentos;
- divisões.

Subalternos: são todos aqueles que se acham subordinados a órgãos mais elevados, com reduzido poder decisório e predominância de atribuições de execução. Destinam-se à realização de serviços de rotina, tarefas de formalização de atos administrativos, cumprimento de decisões etc.

Quanto à estrutura:



- Simples: são constituídos por um só centro de competência. Não foram divididos em outros órgãos menores;
- Compostos: reúnem, na sua estrutura, outros órgãos menores, com função principal idêntica (atividade-fim, realizada de maneira desconcentrada) ou com funções auxiliares diversificadas (atividades-meio atribuídas a vários órgãos menores).

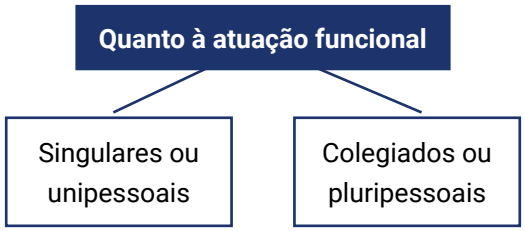
O órgão maior e de mais alta hierarquia envolve os menores, inferiores.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

EXEMPLO

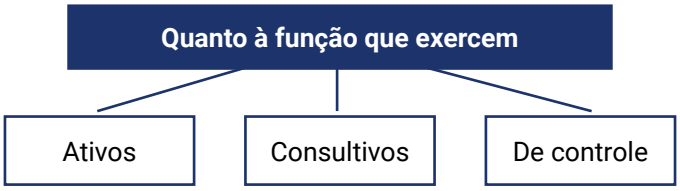
Secretaria de Educação – órgão composto – possui, em sua estrutura, unidades escolares (atividade-fim idêntica) – órgãos de pessoal, de material, de transporte (atividade-meio diversificada).

Quanto à **atuação funcional**:



- Singulares ou unipessoais: atuam e decidem mediante um único agente, que é seu chefe e representante:
  - Presidência da República;
  - governadorias dos estados;
  - prefeituras;
- Colegiados ou pluripessoais: atuam e decidem pela manifestação conjunta e majoritária da vontade dos membros. Após a votação, os votos vencedores da maioria fundem-se, unitariamente, num ato simples:
  - Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp);
  - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP);
  - Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Quanto à **função que exercem**: essa classificação é de Celso Antônio Bandeira de Mello, não é muito exigida nos concursos, mas é bom conhecê-la.



Órgãos ativos: "os que expressam decisões estatais para o cumprimento dos fins da pessoa jurídica". Exercem atividade-fim. Ex.: Receita Federal, Ministério da Justiça, Polícia Federal.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Órgãos consultivos: “os de aconselhamento e elucidação (pareceres) para que sejam tomadas as providências pertinentes pelos órgãos ativos”. Ex.: Advocacia-Geral da União.

Órgãos de controle: “são os prepostos a fiscalizar e controlar a atividade de outros órgãos e agentes”. Ex.: Tribunal de Contas da União.

Resumindo:

	Independentes	Autônomos	Superiores	Subalternos
Quanto à posição estatal	Existência e origem fundamentada na própria Constituição. Funções estatais. Ex.: Presidência da República; órgão do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.	Subordinam-se ao chefe dos órgãos independentes. Funções de planejamento, supervisão, coordenação e controle. Ex.: ministérios.	Possuem atribuições de direção, decisão, comando e controle. Ex.: Departamento da Polícia Federal.	Subordinam-se hierarquicamente aos demais órgãos. Ex.: setores, divisões internas dos demais órgãos.
	Localizados na cúpula de cada um dos Três Poderes. Órgãos primários do Estado. Têm autonomia administrativa e financeira.	Auxiliam diretamente os órgãos independentes.	Subordinam-se hierarquicamente aos órgãos independentes e autônomos.	Exercem apenas atividade operacional/executória.
	São dirigidos por seus membros, que são **agentes políticos**.	Possuem autonomia administrativa e financeira. São dirigidos por seus membros, que são **agentes políticos**.	Sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia mais alta. Dirigidos e ocupados por agentes administrativos.	Reduzido poder decisório. Realização de serviços de rotina. Dirigidos e ocupados por agentes administrativos.
Quanto à estrutura	**Simples**		**Compostos**	
	Um só centro de competência. Não há outros órgãos internos.		Dividido em outros órgãos menores que realizam funções principais do órgão superior e, também, funções auxiliares. Ex.: Secretaria de Educação.	
Quanto à atuação funcional	Singulares ou unipessoais.		Colegiados ou pluripessoais.	
	Decisão por meio de um único agente.		Decisão conjunta e majoritária dos membros. Ex.: junta administrativa composta de três membros que julgam recursos administrativos.	

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

3.2. Características dos Órgãos

Os órgãos, integrantes de uma estrutura interna, não possuem:

- personalidade jurídica;
- patrimônio próprio;
- capacidade processual.

3.2.1. Personalidade Jurídica

Conforme expliquei, os órgãos não possuem personalidade jurídica, pois apenas são componentes de uma estrutura dividida internamente, assim como acontece com os órgãos do corpo humano. Quem deterá personalidade/capacidade jurídica para responder pelos atos praticados pelos órgãos será a pessoa jurídica que realizou a desconcentração.

3.2.2. Patrimônio Próprio

Todo o patrimônio utilizado pelos órgãos é da pessoa jurídica a qual pertencem, não possuindo os órgãos patrimônio próprio para a realização de suas atividades, mesmo porque, em razão de não terem personalidade jurídica, ficam desprovidos da capacidade de contrair obrigações.

Assim, todo o patrimônio do Ministério da Fazenda não é do Ministério, e sim da União.

3.2.3. Capacidade Processual

Atenção total, isso cai muito em prova. Os órgãos não possuem, como regra, capacidade processual, ou seja, não podem estar em qualquer dos polos de uma relação processual, seja como autor ou réu. Essa será a sua primeira resposta para a prova: órgão não possui capacidade processual. Porém, caso a prova cite: “os órgãos não têm capacidade processual”, marque certo. Mas, caso mencione: “nenhum órgão tem capacidade processual”, marque errado.

Os órgãos classificados como independentes e os autônomos têm capacidade processual para defesa de suas prerrogativas institucionais.

EXEMPLO

Impetração de mandado de segurança por órgãos de natureza constitucional.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Podemos acrescentar, também, a capacidade processual das defensorias públicas para propor ação civil pública, bem como do Ministério Público, a fim de exercer suas atribuições previstas no art. 127 da CF/1988. Outro exemplo é o caso de interposição de mandado de segurança por órgão do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário quando não há o repasse das verbas orçamentárias:

> **JURISPRUDÊNCIA**
> STF: (...) O Tribunal de Justiça tem legitimidade ativa para pleitear, mediante Mandado de Segurança, o repasse dos duodécimos, de que trata o art. 168 da CF. 3. E o Governador do Estado legitimidade passiva, pois é a autoridade responsável por essa providência. (...) STF. Plenário. MS 22384, Rel. Min. Sydney Sanches, julgado em 14/08/1997.

Reconhecendo a capacidade processual das Casas legislativas, o STJ editou a Súmula n. 525: "a Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais" (STJ. 1ª Seção. Aprovada em 22/04/2015, DJe 27/4/2015).

Segundo a doutrina, apenas órgãos independentes e autônomos podem ter capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas institucionais. Essa capacidade para estar em juízo também é conhecida como personalidade judiciária.

Assim, deve-se ter cuidado, pois personalidade jurídica é diferente de personalidade judiciária. Esta última, alguns órgãos podem, excepcionalmente, possuir; mas, personalidade jurídica, nenhum órgão possui.

3.3. Teorias do Órgão

Várias teorias tentaram explicar como o Estado, titular de direitos e obrigações, exerce suas atividades por meio de seus agentes.

Pela teoria do mandato, considerava-se o agente (pessoa humana) como mandatário do Estado, assim como ocorre nas relações privadas, quando uma pessoa confere a outra um mandato/procuração para a prática de determinados atos. Porém, essa teoria não se sustentou, pois não justificava a atribuição do ato ao Estado no caso de o agente agir fora de sua competência, mas em nome do Estado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Pela teoria da representação, considerava-se o agente representante do Estado, à semelhança do tutor e do curador dos incapazes existente no Direito Civil. Uma das falhas dessa teoria estava na impossibilidade de se considerar o Estado incapaz, pois, nas relações privadas, a representação se refere à prática de atos da vida civil pelo representante legal do incapaz.

Hoje, prevalece a teoria do órgão/imputação, formulada pelo alemão Otto Gierke, segundo a qual as pessoas jurídicas expressam sua vontade por meio de seus próprios órgãos, titularizados por seus agentes. Essa teoria é utilizada para justificar a validade dos atos praticados por funcionário de fato. Considera-se que o ato do funcionário é ato do órgão e, portanto, imputável à administração.

De todo o estudo dos órgãos, essa é a parte menos cobrada nos concursos.

3.4. Criação e Extinção de Órgãos

A criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo (arts. 48, XI e 61, § 1º, e, CF/1988) a quem compete, privativamente, e por decreto, dispor sobre a organização e funcionamento desses órgãos públicos, quando não implicar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, b, CF/1988). Assim, para a criação e extinção de órgãos, há a necessidade de lei, entretanto, para dispor sobre a organização e o funcionamento, poderá ser usado ato normativo inferior à lei: o decreto.

Se o Poder Executivo Federal quiser criar mais um Ministério, o presidente da República deverá encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional. Mas, uma vez criado esse órgão, sua estruturação interna pode ser feita por decreto. Em verdade, todos os regimentos internos dos ministérios são feitos por decreto, pois trata de organização interna do órgão.

Órgão é criado por LEI. Organização interna pode ser feita por DECRETO, desde que não provoque aumento de despesas e criação e extinção de outros órgãos.

Características	**Não possuem:** **personalidade jurídica (não é sujeito de direitos);** **patrimônio próprio;** **capacidade processual.**	Excepcionalmente**, órgãos** independentes **e** autônomos **podem ter capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas institucionais (capacidade processual =** personalidade judiciária**).**

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Teorias do órgão	Hoje, prevalece a **teoria do órgão** = pessoas jurídicas expressam sua vontade por meio de seus órgãos, que são titularizados por agentes públicos (não se aplica a teoria do mandato e da representação).	
Criação e extinção de órgãos	Por meio de **lei.**	**Organização e funcionamento** podem ser por meio de decreto, desde que não provoque aumento de despesa ou criação e extinção de outros órgãos (art. 84, VI, CF/1988).

Órgãos de controle: "são os prepostos a fiscalizar e controlar a atividade de outros órgãos e agentes".

Exemplo: Tribunal de Contas da União.

4. Estudo da Administração Descentralizada

A administração descentralizada resulta na criação de pessoas administrativas ou transferência para particulares de execução de atividades administrativas que poderiam ser prestadas, diretamente, por meio de órgãos, mas que o ente federativo resolve prestá-las de forma descentralizada, por motivos de eficiência, qualidade e especialidade.

Órgãos:

- Não possuem { Personalidade jurídica; Patrimônio próprio; Capacidade processual }
- Hoje prevalece a **teoria do órgão/imputação;**
- Criação/extinção: lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo;
- Organização e funcionamento: por meio de decreto, quando não implicar aumento de despesa, nem criação/extinção de órgãos.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 2 (2017/FEPESE/PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC/FISCAL DE RENDAS E TRIBUTOS) Assinale a alternativa correta sobre os órgãos públicos.

a) São entes despersonalizados decorrentes da desconcentração da administração pública.

b) Representam os entes estatais pelos quais foram criados e possuem personalidade jurídica própria.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) São resultados da descentralização administrativa e possuem autonomia gerencial e financeira.

d) Representam a desconcentração administrativa e possuem patrimônio próprio, autonomia gerencial e financeira.

e) A autonomia administrativa, funcional e financeira dá ao órgão capacidade de atuar em juízo.

COMENTÁRIO

Letra a.

a) Certa. Os órgãos são criados por meio da desconcentração.

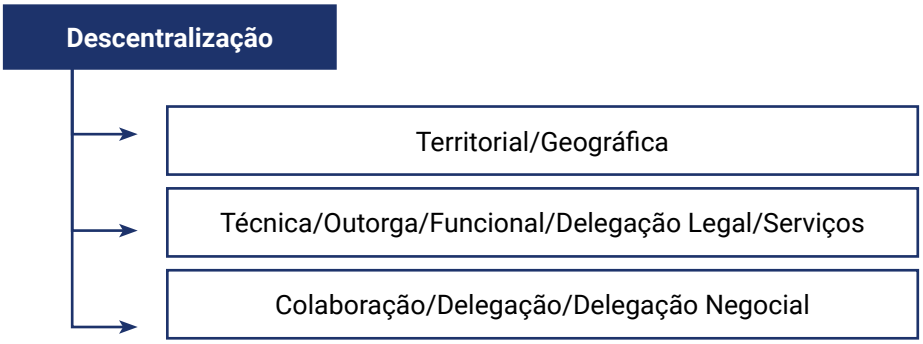
b) Errada. Os órgãos não possuem personalidade jurídica.

c) Errada. São resultado da desconcentração.

d) Errada. Não possuem patrimônio próprio nem autonomia.

e) Errada. Não possuem autonomia.

4.1. Formas de Descentralização Administrativa



Descentralização territorial ou geográfica: ocorre quando uma porção territorial do Estado separada geograficamente é reconhecida por lei como pessoa jurídica de direito público, com capacidade administrativa, sendo considerada uma **autarquia territorial**, com capacidade genérica de atividades administrativas. Nessa forma de descentralização, surgem os territórios federais. Mas, no momento, não há nenhum no Brasil, pois os que existiam antes da CF de 1988 foram extintos ou incorporados a estados.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Contudo, novos territórios podem ser criados, desde que tal criação seja feita mediante lei complementar, nos termos do art. 18, § 2º, da CF/1988.

Para que você entenda a posição do território em nosso Estado, farei a seguinte analogia: a União pode criar territórios; os municípios podem criar distritos; o DF possui regiões administrativas.

As regiões administrativas do DF fazem parte do DF, sendo nomeado um administrador para cada uma. No entanto, uma região administrativa não tem capacidade política. Assim, não pode legislar, somente executa atividades administrativas em sua área. O mesmo ocorre com os Distritos nos Municípios.

Segundo Maria Sylvia (2005):

> A autarquia territorial exerce múltiplas atividades no âmbito do seu Território; praticamente se desincumbe das mesmas funções que normalmente são exercidas pelo Estado e Municípios, como distribuição de água, luz, gás, poder de polícia, proteção à saúde, educação; porém, diferem desses entes por não terem capacidade política, ou seja, por não terem competência para legislar com autonomia em relação ao governo central. São dessa modalidade os Departamentos, Regiões, Comunas, Províncias, dos Estados Unitários e, no direito brasileiro, apenas os Territórios Federais, hoje inexistentes, embora previstos no artigo 33 da Constituição.

Dessa forma, nem sempre se impede a capacidade legislativa, mas será exercida subordinada a normas do poder central.

Sei que é um tanto confuso isso, mas fique tranquilo(a), já faz muito tempo que não vejo esse assunto em prova. Apenas memorize que, se for criado um território, será considerado autarquia.

Técnica/serviços/funcional/delegação legal/outorga: qualquer um desses nomes pode aparecer em prova de concurso, uma vez que são nomes dados pelos diversos autores.

Essa forma de descentralização ocorre quando são criadas ou autorizadas a criação, mediante lei específica, de pessoas jurídicas (de direito público ou privado) para a prestação de uma atividade, surgindo as entidades da **administração indireta**. Esta é composta por: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Entendendo!

Quando falamos de personalidade jurídica de direito público, significa que aquela entidade tem um regime jurídico especial. Um conjunto de prerrogativas x sujeições (= privilégios x

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

obrigações). Por ser uma pessoa pública, terá o privilégio de atuar com supremacia frente ao particular, não ter os seus bens penhorados, gozar de imunidade tributária etc. No entanto, também terá obrigações: fazer concurso, licitação, prestar contas ao Tribunal de Contas etc.

As entidades que compõem a administração indireta podem ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, seguindo as regras do regime à qual cada uma delas pertencer. Entretanto, sempre que o poder público criar uma determinada entidade e lhe atribuir personalidade de direito privado, esse ente não seguirá completamente as regras desse sistema.

A personalidade de direito privado das pessoas criadas pelo Estado é restringida por normas de direito público, como acontece com as fundações de direito privado, empresas públicas e sociedades de economia mista, nas quais o **regime é misto ou híbrido**, isto é, incidindo regras de direito público e regras de direito privado. Assim, a empresa pública e a sociedade de economia mista, por exemplo, seguem as regras de direito privado, mas também estão orientadas por normas de direito público, como ocorre em relação ao dever de realizar concursos públicos, prestar contas ao Tribunal de Contas; também estão submetidas ao teto remuneratório do art. 37, XI, da CF/1988, se recebem recursos para pagamento de pessoal ou custeio em geral (§ 9º, art. 37); e há a proibição de acumulação de cargos e empregos.

Entretanto, não possuem o privilégio de pagamento por precatórios e imunidade tributária, ou seja, veremos que as regras de direito público (regime jurídico-administrativo) convivem com as regras de direito privado.

Vamos voltar a falar disso mais adiante. Nessa forma de descentralização, o Estado transfere para a nova entidade criada a titularidade e a execução do serviço. Quer dizer que a nova entidade será a “dona” do serviço, porque lhe foi repassada a titularidade; por isso, terá autonomia para decidir como executar as atividades.

É importante saber a posição de Carvalho Filho (2014), que não reconhece a transferência da titularidade em nenhum caso.

Uma das características da administração indireta é a especialidade de cada entidade. Nesse sentido, cada uma ficará incumbida de prestar determinada atividade específica, não podendo atuar fora das matérias que lhe foram atribuídas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Na descentralização por outorga, o Estado transfere titularidade + execução do serviço.

Todos os entes políticos (União, estados, DF e municípios) podem criar autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Professor, pode haver entidade da administração indireta vinculada ao Poder Legislativo e Poder Judiciário?

Sim. Não é muito comum, mas é possível. Isso porque o art. 37 da CF/1988 dispõe que a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes deve observar os princípios administrativos. Então, veja que a CF/1988 se refere à administração indireta de todos os Poderes. Por exemplo, Funpresp[1]-Executivo; Funpresp-Legislativo e Funpresp-Judiciário, cada fundação vinculada ao respectivo Poder.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 3 (2019/CESPE/TCE-RO/NÍVEL SUPERIOR/CONHECIMENTOS BÁSICOS) Um ente, ao ter sido descentralizado, passou a deter a titularidade de uma atividade e a executá-la de forma independente do ente que lhe deu origem, podendo até se opor a interferências indevidas. Nesse caso, o ente passou por uma descentralização

a) territorial.
b) geográfica.
c) por serviços.
d) política.
e) por colaboração.

COMENTÁRIO

Letra c.

Na descentralização por serviços/ por outorga, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Assim, o Estado passa a titularidade de certa atividade a essa nova entidade.

[1] A Funpresp é a fundação de previdência complementar que administra a previdência complementar dos servidores públicos federais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Colaboração/delegação/delegação negocial: a atividade administrativa também pode ser prestada por particulares e, nesse caso, recebe o nome de descentralização por colaboração, que pode decorrer de contrato administrativo ou de ato administrativo.

Na hipótese em que há a descentralização por colaboração mediante contrato administrativo, o poder público deve realizar licitação. O art. 175 da Constituição determina que a prestação de serviços públicos cabe ao Estado, de forma direta ou mediante concessão ou permissão, sempre por meio de licitação. Assim, se optar pela prestação mediante concessão ou permissão, a licitação será obrigatória.

Lembre-se: na descentralização por colaboração, o Estado transfere apenas a execução.

Assim, a administração descentralizada não se esgota na administração indireta, uma vez que existem outras formas de prestação da atividade administrativa, a exemplo das concessões e permissões.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 4 (2019/FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) Sobre a descentralização por colaboração, assinale a afirmativa correta.

a) Ocorre quando a Constituição atribui a um ente específico que exerça atribuições próprias de forma autônoma ao ente central.

b) Ocorre quando a Administração Pública transfere, por contrato ou ato administrativo unilateral, a execução de serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado.

c) Ocorre quando é outorgada a outros órgãos funções de determinada entidade administrativa, visando ao aumento de eficiência.

d) Ocorre quando a Lei específica cede a titularidade de serviço público a uma pessoa jurídica do direito público, sem que o cedente interfira nas atividades.

e) Ocorre quando as organizações paraestatais celebram ajuste com a Administração Pública por termo cooperação e se tornam parte da administração indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

COMENTÁRIO

Letra b.

Na descentralização, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada. Na **descentralização por delegação/colaboração,** o Estado transfere, por contrato de concessão ou permissão de serviços públicos ou ato administrativo de autorização, a execução de um serviço, para que um particular o preste por sua conta e risco. No caso de permissão de serviços públicos pode ser feita a delegação para pessoas físicas ou jurídicas; na concessão, somente para pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.

Resumindo:

Denominação	Forma	Resultado
Outorga/técnica/ serviços/funcional	Lei (art. 37, XIX, CF/1988).	Criação das entidades da **administração indireta** (autarquias, fundações públicas, EPs e SEM).
Colaboração/ Delegação	Ato administrativo: autorização de serviço público; contrato administrativo: concessão e permissão de serviços públicos.	Particulares como concessionários, permissionários ou autorizatários de serviço público.

4.2. Criação das Entidades da Administração Indireta

O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da administração indireta, estabelecendo que somente por **lei específica** poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação.

A lei exigida pela Constituição é uma **lei ordinária**, pois, havendo necessidade de lei complementar, deve ocorrer menção expressa a esse tipo de lei. Isso ocorreu em relação à definição das áreas de atuação da fundação.

Lei específica trata de um único assunto. Não pode, nessa lei, haver matéria estranha, que não seja a criação ou autorização para criar a nova pessoa jurídica. É muito comum no Poder

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Legislativo uma lei começar a tratar de um tema e depois tratar de um monte de coisas (são as famosas caldas ou rabo da lei). Isso é ruim, porque o parlamentar pode aprovar um assunto cujo teor ele nem se deu conta. Mas, no caso de criação de entidades da administração indireta, a CF/1988 vedou essa conduta, exigindo lei específica.

A competência para propor a lei será do Poder interessado em constituir a entidade. Assim, sendo a entidade vinculada ao Poder Executivo, a ele caberá a iniciativa; sendo do Poder Legislativo ou Judiciário, o projeto de lei será encaminhado pelo respectivo Poder.

Para as **autarquias**, a lei específica **cria** a entidade, ou seja: com a lei, a entidade já tem existência no mundo jurídico, adquirindo personalidade jurídica, sem depender de outros atos secundários para que esteja totalmente constituída. Como consequência da criação decorrente da lei, **não é necessário registrar a autarquia em qualquer órgão.**

Memorize: autarquia é criada diretamente por lei, não necessitando de registro em nenhum local.

Em relação à **empresa pública e à sociedade de economia mista**, a lei específica é apenas autorizativa. A partir da lei, ainda serão necessários outros procedimentos para a existência jurídica da entidade. Com o **registro** na junta comercial ou no registro de empresas, conforme a atividade prestada, exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos, a personalidade jurídica será adquirida.

Para essas entidades, a lei autoriza a criação. Assim, é feito um estatuto da empresa estatal, aprovado internamente e, em seguida, esse estatuto é levado a registro. Com o registro, podemos dizer que a entidade "nasceu" para o mundo jurídico. Passa a ser pessoa jurídica e sujeito de direitos e obrigações (lei autorizativa + estatuto + registro = personalidade jurídica).

Com relação à **fundação**, o assunto é um pouco mais complicado, pois em razão da confusão do legislador, ao inseri-la entre as entidades da administração indireta, o STF e a doutrina majoritária admitem que as fundações criadas pelo Estado possam ter **personalidade jurídica de direito público ou de direito privado**.

Sendo fundação pública de direito público, terá natureza de autarquia para todos os fins. Nesse caso, a lei deve criar a entidade. Se tiver personalidade jurídica de direito privado, a lei autoriza a sua criação (ex.: Funpresp).

Ao ser criada uma nova entidade da administração indireta, receberá uma dotação patrimonial do ente federativo. Quando se trata de autarquia ou fundação, o patrimônio inicial é formado a partir da transferência de bens, móveis e imóveis, os quais passam a pertencer à

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

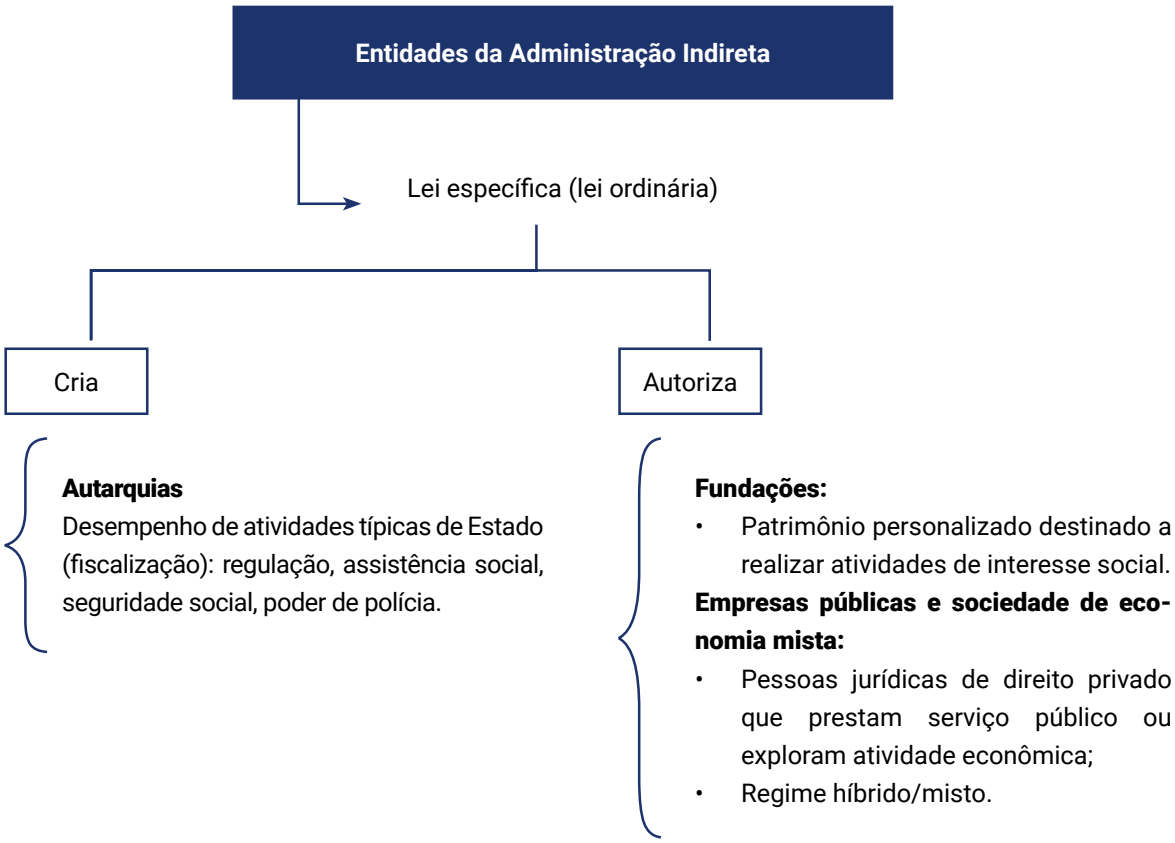
nova entidade. No caso de criação de empresa pública e sociedade de economia mista, a lei que autoriza a criação já faz um aporte financeiro para a constituição da entidade, assim, a nova empresa já terá dinheiro em caixa para começar suas atividades.

De acordo com o princípio da simetria, se as entidades dependem de edição de lei para sua criação ou autorização, dependerão também de confecção de lei que determine a extinção da entidade.

A lei cria, extingue e transforma a natureza da entidade. Uma empresa pública pode se transformar em sociedade de economia mista e vice-versa. Um órgão pode ser extinto e ser criada autarquia (veja como exemplo o caso do Banco Central). Vejamos, ainda, o exemplo do Banco do Brasil, que nasceu como autarquia, depois passou a ser empresa pública e, hoje, é sociedade de economia mista.

Assim, pelo princípio do paralelismo da formas, se a lei criou/autorizou a criação, deve também a lei extinguir ou autorizar a extinção. Inclusive, a **alienação do controle acionário** de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização **legislativa** e **licitação**. Contudo, a exigência de autorização legislativa, não se aplica à alienação do controle de suas **subsidiárias e controladas**. Nesse caso, a operação pode ser realizada sem a necessidade de licitação, desde que siga procedimentos que observem os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da CF/88, respeitada, sempre, a exigência de necessária competitividade. STF. Plenário. ADI 5624 MC-Ref/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 5 e 6/6/2019 (Info 943).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.



DIRETO DO CONCURSO

Questão 5 (2019/FCC/PREFEITURA DE RECIFE-PE/ANALISTA DE GESTÃO CONTÁBIL) Determinado município implementou reforma administrativa quando da assunção de uma nova gestão. Entre as medidas tomadas estava a criação de empresa estatal cujo escopo seria prestar garantias aos projetos de infraestrutura que o Município viesse a contratar. Além disso, foram unificadas as competências de algumas secretarias, reduzindo o número dessas estruturas na Administração. Por fim, foram extintos cargos e órgãos. A descrição da reforma implementada demonstra que

a) foi precedida da edição de lei autorizativa necessária para todas as mudanças implementadas, porque sujeitas à reserva de lei formal.

b) a criação de empresas estatais se deu por meio de lei, em cujo texto constavam as competências e atribuições que foram delegadas aos novos entes.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) o Município editou ato normativo para todas as medidas de reorganização administrativa, considerando que essa matéria pode ser objeto de decreto autônomo.

d) foi necessária lei autorizativa para instituição da empresa estatal, sem prejuízo de outras medidas, como a extinção de cargos vagos, poder ser implementada por decreto.

e) a reorganização dos órgãos administrativos, envolvendo criação e extinção, dependeram da edição de lei complementar, pois implicam necessariamente a implementação de novas unidades de despesa.

COMENTÁRIO

Letra d.

Segundo a Constituição Federal, art. 37, XIX, "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação".

> **CF/1988, Art. 84,** VI – dispor, mediante decreto, sobre:
> b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

QUESTÃO 6 (2017/FEPESE/PREFEITURA DE CRICIÚMA/FISCAL DE RENDAS E TRIBUTOS) É correto afirmar sobre estrutura da Administração Pública.

1. As Secretarias municipais são exemplos de administração pública indireta, pois são órgãos auxiliares do Poder Executivo.
2. As sociedades de economia mista são entes de natureza privada, cuja finalidade é igualar a atividade pública à privada.
3. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas para executar atividades típicas da Administração Pública.
4. As fundações possuem personalidade jurídica própria e poderão adotar personalidade jurídica pública ou privada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.

b) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.

c) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

e) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

COMENTÁRIO

Letra c.

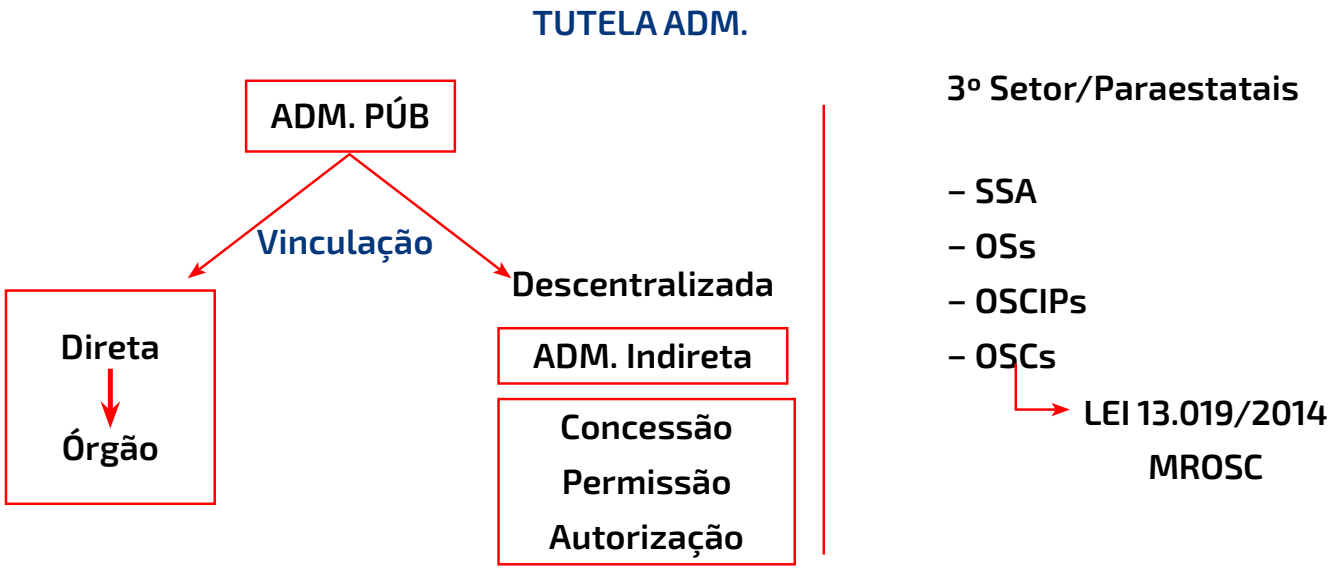
Afirmativa 1) Errada. As secretarias fazem parte da administração direta, pois são órgãos criados pelos municípios por meio da desconcentração administrativa.

Afirmativa 2) Errada. Apesar de serem pessoas de direto privado, sua finalidade não é igualar a atividade pública à atividade privada, e sim explorar atividade econômica.

Afirmativa 3) Certa. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

Afirmativa 4) Certa. Se o Estado cria uma fundação e lhe dá personalidade de direito público, essa terá natureza de autarquia; entretanto, se o Estado cria uma fundação e lhe concede personalidade de direito privado, tal fundação será administrada nos mesmos moldes que as fundações privadas, naquilo que não conflitar com as regras gerais de direito público.

Resumindo:



O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

4.3. Entidades da Administração Indireta

Agora que já vimos as regras gerais de criação das entidades da administração indireta, vamos estudar cada uma delas separadamente.

Lembre-se de que nenhuma entidade da administração indireta tem capacidade política. Não podem fazer leis. No entanto, possuem autonomia administrativa e financeira. Assim, têm autonomia para decidir como executarão as atividades que lhe forem atribuídas (pois receberam a titularidade) e têm um orçamento próprio, além de liberdade para utilizar sua dotação orçamentária.

Vamos seguir o conceito legal das entidades que está no art. 5º do Decreto-Lei n. 200/1967 e, para empresa pública e sociedade de economia mista, as disposições que estão na Lei n. 13.303/2016.

4.3.1. Autarquias

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

> **Art. 5º,** I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

A autarquia será criada quando o ente político resolver prestar, de modo descentralizado, uma atividade tipicamente estatal. Quando se menciona a possibilidade de as autarquias só prestarem serviços típicos do Estado, quer-se dizer que **não podem desempenhar atividade econômica, pois não é própria do Estado**.

O Estado só pode exercer diretamente atividade econômica na forma do art. 173 da CF/1988, criando empresa pública ou sociedade de economia mista. Veremos mais adiante como isso pode ocorrer, por enquanto, vamos tratar das autarquias.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Guarde esta informação: o Estado nunca exercerá atividade econômica por meio de autarquias ou fundações.

A autarquia se trata de um serviço público personalizado. Ocorre quando o poder público deseja prestar o serviço com mais eficiência e especialidade, criando entidades que se tornam especializadas em determinada matéria, a exemplo do INSS, Ibama, Cade, Detran etc.

Por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades, como, por exemplo, o privilégio da imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, execução fiscal e a obrigação de realizar licitação, concurso público, prestação de contas ao Tribunal de Contas competente, dentre outras, que serão vistas mais à frente.

Características

Finalidade: exerce atividade típica de Estado, como são as atividades de fiscalização, regulação, controle, poder de polícia, entre outras. São destinadas às autarquias a execução de serviços públicos de natureza social e de atividades administrativas, **excluídas as atividades de natureza empresarial.**

Existem autarquias atuando em diversas áreas: Incra, INSS, UFRJ, UnB, Inmetro, Banco Central, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e órgãos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), as agências reguladoras, as universidades federais, os Conselhos de Fiscalização Profissional (CFPs), o DNIT, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Comissão de valores mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

São muitas as autarquias criadas. Só em nível federal são dezenas, com o nome de institutos, superintendências, comissões, departamentos etc. Aliás, o nome é o que menos importa para se constituir uma autarquia, o mais importante é a natureza de pessoa de direito público.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 7 (2019/IADES/OPERADOR DE CALL CENTER) Assinale a alternativa que apresenta apenas autarquias da administração pública indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) Banco Central, universidades federais e Conselhos de Fiscalização de Profissão.

b) Universidades federais, Banco do Brasil e Conselhos de Fiscalização de Profissão.

c) Banco Central, Conselhos de Fiscalização de Profissão e Petrobras.

d) Petrobras, universidades federais e Banco do Brasil.

e) Banco Central, universidades federais e Petrobras.

COMENTÁRIO

Letra a.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Existem autarquias atuando em diversas áreas, como, por exemplo: Incra, INSS, UFRJ, UnB, Inmetro, Banco Central, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e órgãos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), as agências reguladoras, as universidades federais, os Conselhos de Fiscalização Profissional (CFPs), o DNIT, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Comissão de valores mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

O STF, ao julgar a ADI n. 1.717/DF, fixou o entendimento de que a fiscalização de profissões é atividade típica do Estado, que não se enquadra no regime jurídico de direito privado. Portanto, os Conselhos de Fiscalização Profissional (CFPs) devem ter natureza autárquica.

Professor, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) possui essa mesma natureza?

O assunto é um pouco mais complicado, por isso não tem caído muito em prova. Vamos lá!

O STF afirmou que a OAB não é entidade da administração indireta. É uma categoria ímpar no elenco das entidades jurídicas no Direito brasileiro. Seria uma entidade *sui generis* (“único em seu gênero”).

No entanto, ao retirar a OAB do rol das entidades da administração indireta, surgiram outras consequências: a OAB não está subordinada à fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial realizada pelo TCU, não precisa fazer concurso, nem licitação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

JURISPRUDÊNCIA

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. § 1º DO ARTIGO 79 DA LEI n. 8.906, 2ª PARTE. "SERVIDORES" DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. PRECEITO QUE POSSIBILITA A OPÇÃO PELO REGIME CELETISTA. COMPENSAÇÃO PELA ESCOLHA DO REGIME JURÍDICO NO MOMENTO DA APOSENTADORIA. INDENIZAÇÃO. IMPOSIÇÃO DOS DITAMES INERENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. CONCURSO PÚBLICO (ART. 37, II DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL). INEXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A ADMISSÃO DOS CONTRATADOS PELA OAB. AUTARQUIAS ESPECIAIS E AGÊNCIAS. CARÁTER JURÍDICO DA OAB. ENTIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO INDEPENDENTE. CATEGORIA ÍMPAR NO ELENCO DAS PERSONALIDADES JURÍDICAS EXISTENTES NO DIREITO BRASILEIRO. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DA ENTIDADE. PRINCÍPIO DA MORALIDADE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 37, *CAPUT*, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A Lei n. 8.906, artigo 79, § 1º, possibilitou aos "servidores" da OAB, cujo regime outrora era estatutário, a opção pelo regime celetista. Compensação pela escolha: indenização a ser paga à época da aposentadoria. 2. Não procede a alegação de que a OAB se sujeita aos ditames impostos à Administração Pública Direta e Indireta. **3. A OAB não é uma entidade da Administração indireta da União**. **A Ordem é um serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro.** 4. A OAB não está incluída na categoria na qual se inserem essas que se tem referido como "autarquias especiais" para pretender-se afirmar equivocada independência das hoje chamadas "agências". 5. Por não consubstanciar uma entidade da Administração Indireta, a OAB não está sujeita a controle da Administração, nem a qualquer das suas partes está vinculada. Essa não vinculação é formal e materialmente necessária. 6. A OAB ocupa-se de atividades atinentes aos advogados, que exercem função constitucionalmente privilegiada, na medida em que são indispensáveis à Administração da Justiça [artigo 133 da CB/1988]. É entidade cuja finalidade é afeita a atribuições, interesses e seleção de advogados. Não há ordem de relação ou dependência entre a OAB e qualquer órgão público. 7. A Ordem dos Advogados do Brasil, cujas características são autonomia e independência, não pode ser tida como congênere dos demais órgãos de fiscalização profissional. A OAB não está voltada exclusivamente a finalidades corporativas. Possui finalidade institucional. 8. Embora decorra de determinação legal, o regime estatutário imposto aos empregados da OAB não é compatível com a entidade, que é autônoma e independente. 9. Improcede o pedido do requerente no sentido

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> de que se dê interpretação conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição do Brasil ao *caput* do artigo 79 da Lei n. 8.906, que determina a aplicação do regime trabalhista aos servidores da OAB. 10. Incabível a exigência de concurso público para admissão dos contratados sob o regime trabalhista pela OAB. 11. Princípio da moralidade. Ética da legalidade e moralidade. Confinamento do princípio da moralidade ao âmbito da ética da legalidade, que não pode ser ultrapassada, sob pena de dissolução do próprio sistema. Desvio de poder ou de finalidade. 12. Julgo improcedente o pedido. (ADI 3026, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2006, DJ 29-09-2006 PP-00031 EMENT. VOL02249-03 PP-00478 RTJ VOL-00201-01 PP-00093).

Embora o STF tenha entendido que a OAB não é entidade autárquica, fixou o entendimento no sentido de que compete à Justiça Federal processar e julgar ações em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quer mediante o conselho federal, quer seccional, figure na relação processual, assim como ocorre com os demais conselhos profissionais.

Regime jurídico dos servidores e de dirigentes: em relação aos **dirigentes,** ocupam cargos de natureza especial – CNE (= espécie de cargo em comissão, pois são de livre nomeação e exoneração). Assim, são indicados e destituídos livremente.

Em novo posicionamento, o STF entendeu que é inconstitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas, os presidentes das empresas de economia mista e assemelhados, os interventores de Municípios, bem como os titulares da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado.[2]

Os demais servidores possuem cargo efetivo (= concurso). No entanto, de 2003 a 2007, foi possível fazer concurso para regime da CLT. Isso porque a obrigatoriedade de regime jurídico único foi retirada pela Emenda Constitucional n. 19/1998 da CF/1988 e, em seguida, editada a Lei n. 9.986/2000, que permitiu contração pela CLT. No entanto, essa permissão foi até 2007, quando o STF julgou a ADI n. 2135, entendendo que a forma de exclusão do regime jurídico único foi feita com vício formal (vício no procedimento). Assim, nessa data, retornou a obrigação de contratação pelo regime estatutário nas autarquias.

[2] STF. Plenário. ADI 2167/RR, rel. orig. Min. Ricardo Lewandowski, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 3/6/2020 (Info 980).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

JURISPRUDÊNCIA

MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PODER CONSTITUINTE REFORMADOR. PROCESSO LEGISLATIVO. EMENDA CONSTITUCIONAL 19, DE 04.06.1998. ART. 39, *CAPUT*, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SERVIDORES PÚBLICOS. REGIME JURÍDICO ÚNICO. PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO, DURANTE A ATIVIDADE CONSTITUINTE DERIVADA, DA FIGURA DO CONTRATO DE EMPREGO PÚBLICO. INOVAÇÃO QUE NÃO OBTEVE A APROVAÇÃO DA MAIORIA DE TRÊS QUINTOS DOS MEMBROS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS QUANDO DA APRECIAÇÃO, EM PRIMEIRO TURNO, DO DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO (DVS) n. 9. SUBSTITUIÇÃO, NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA LEVADA A SEGUNDO TURNO, DA REDAÇÃO ORIGINAL DO *CAPUT* DO ART. 39 PELO TEXTO INICIALMENTE PREVISTO PARA O PARÁGRAFO 2º DO MESMO DISPOSITIVO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO APROVADO. SUPRESSÃO, DO TEXTO CONSTITUCIONAL, DA EXPRESSA MENÇÃO AO SISTEMA DE REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RECONHECIMENTO, PELA MAIORIA DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DA PLAUSIBILIDADE DA ALEGAÇÃO DE VÍCIO FORMAL POR OFENSA AO ART. 60, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RELEVÂNCIA JURÍDICA DAS DEMAIS ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL REJEITADA POR UNANIMIDADE. 1. A matéria votada em destaque na Câmara dos Deputados no DVS n. 9 não foi aprovada em primeiro turno, pois obteve apenas 298 votos e não os 308 necessários. Manteve-se, assim, o então vigente *caput* do art. 39, que tratava do regime jurídico único, incompatível com a figura do emprego público. 2. O deslocamento do texto do § 2º do art. 39, nos termos do substitutivo aprovado, para o *caput* desse mesmo dispositivo representou, assim, uma tentativa de superar a não aprovação do DVS n. 9 e evitar a permanência do regime jurídico único previsto na redação original suprimida, circunstância que permitiu a implementação do contrato de emprego público ainda que à revelia da regra constitucional que exige o *quorum* de três quintos para aprovação de qualquer mudança constitucional. 3. Pedido de medida cautelar deferido, dessa forma, quanto ao *caput* do art. 39 da Constituição Federal, ressalvando-se, em decorrência dos efeitos *ex nunc* da decisão, a subsistência, até o julgamento definitivo da ação, da validade dos atos anteriormente praticados com base em legislações eventualmente editadas durante a vigência do dispositivo ora suspenso. 4. Ação direta julgada prejudicada quanto ao art. 26 da EC 19/98, pelo exaurimento do prazo estipulado para sua vigência. 5. Vícios formais e materiais dos demais dispositivos constitucionais impugnados, todos oriundos da EC 19/98, aparentemente inexistentes ante a constatação de que as

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> mudanças de redação promovidas no curso do processo legislativo não alteraram substancialmente o sentido das proposições ao final aprovadas e de que não há direito adquirido à manutenção de regime jurídico anterior. 6. Pedido de medida cautelar parcialmente deferido.(ADI 2135 MC, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ELLEN GRACIE (ART.38,IV, b, do RISTF), Tribunal Pleno, julgado em 02/08/2007, DJe-041 DIVULG 06-03-2008 PUBLIC 07-03-2008 EMENT VOL02310-01 PP-00081 RTJ VOL-00204-03 PP-01029).

Por fim, observe-se que, em qualquer caso, independentemente da época de admissão e do regime de pessoal adotado, as autarquias são alcançadas pela regra constitucional que exige a realização de concurso público (art. 37, II, CF/1988), bem como pela vedação de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas (art. 37, XVII, CF/1988).

Prerrogativas autárquicas: imunidade tributária. O art. 150, § 2º, da CF/1988, veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços das autarquias, desde que vinculados às suas finalidades essenciais ou que delas decorram. Com o intuito de manter o pacto federativo estabelecido na Constituição, houve a previsão de que é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios instituírem impostos sobre patrimônio, renda e serviços uns dos outros. Entretanto, essa imunidade das autarquias só se aplica se a atividade for vinculada às suas finalidades essenciais, ou que delas decorram. O STJ entendeu que a imunidade abrange, inclusive, imóveis alugados a terceiros. Vale ressaltar que essa imunidade também só se refere aos **impostos**, não se incluindo, por exemplo, a proibição para a instituição de taxas, por se tratar de espécie tributária distinta.

Impenhorabilidade de seus bens e suas rendas: a penhora é um ato do Poder Judiciário que determina a venda forçada dos bens do devedor, para a garantia da decisão judicial. Em razão da impenhorabilidade dos bens e rendas das autarquias, os pagamentos devem ser feitos por **precatórios** judiciais, nos termos do art. 100 da CF/1988, e a execução obedece a regras próprias da lei processual.

Imprescritibilidade de seus bens: os bens das autarquias não estão sujeitos a usucapião. Usucapião é modo de aquisição da propriedade, pela posse prolongada, sob determinadas condições.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Desse modo, não se adquire a propriedade de bem de autarquia ou de qualquer outra pessoa jurídica de direito público ao se ocupar, pelo prazo que for, esse bem como se dono fosse.

Prescrição quinquenal: dívidas e direitos em favor de terceiros contra autarquias prescrevem em cinco anos. Dessa forma, se alguém tiver crédito a receber de uma autarquia, deve promover a cobrança dentro desse período, sob pena de não poder mais exercer essa pretensão.

Créditos sujeitos à execução fiscal: conforme a Lei de Execução Fiscal, Lei n. 6.830/1980, a execução judicial para cobrança da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e respectivas autarquias seguirá procedimento diferenciado. Constitui dívida ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária, ou não tributária, na Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

É considerada Fazenda Pública: Fazenda Pública é o Estado em juízo por qualquer de suas entidades estatais, por suas autarquias, suas fundações públicas ou seus órgãos que tenham capacidade processual, travando relações na via judicial.

As autarquias, por se inserirem no conceito de Fazenda Pública, possuem os mesmos privilégios quando estão em juízo.

Aplicação do art. 183, Código Processual Civil: determina a norma processual civil que a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

> **Art. 183.** A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de **prazo em dobro** para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá **início a partir da intimação pessoal**.

Aplicação do art. 493, Código Processual Civil: trata-se do reexame necessário ou de ofício ou também denominado de duplo grau de jurisdição obrigatório.

Assim dispõe o CPC:

> **Art. 496.** Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> I – proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;
> II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
> § 1º Nos casos previstos neste artigo, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á.
> § 2º Em qualquer dos casos referidos no § 1o, o tribunal julgará a remessa necessária.
> § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:
> I – 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público;
> II – 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados;
> I – 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.
> § 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:
> I – súmula de tribunal superior;
> II– acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
> III – entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
> IV – entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

Constitui condição de eficácia da sentença processual a obrigação de o juiz, ao proferir decisão desfavorável ao ente público, nos termos do art. 493 do CPC, remetê-la à instância superior, para confirmação. Contudo, o próprio art. 496 apresenta situações em que se dispensa o reexame necessário.

Isenção de custas processuais: dispositivos legais estabelecem isenção de custas processuais e também dispensam, em algumas situações, antecipações, como o depósito prévio exigido em interposição de ação rescisória, conforme disposto no art. 886 do CPC. Entretanto, se as autarquias forem sucumbentes (“perderem a causa”), devem ressarcir o adiantamento realizado pelos autores, uma vez que só há a dispensa da antecipação do depósito.

Fixação de honorários: o art. 85 do CPC apresenta regra específica sobre pagamento de honorários advocatícios quando a Fazenda Pública for vencida. Determina a Lei Processual Civil que, nesse caso, os honorários advocatícios devem ser fixados na forma de um percentual sobre o valor da sentença.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Responsabilidade objetiva, na forma do art. 37, § 6º, da CF/1988: a autarquia responde, independentemente de dolo ou culpa de seus agentes, pelos danos causados a terceiros na realização de sua atividade. Tal responsabilidade encontra fundamento no art. 37, § 6º, da CF/1988:

> § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Por ter personalidade jurídica, a autarquia responde por seus próprios atos. No caso de exaustão de seus recursos, haverá responsabilidade do Estado pelos danos causados (responsabilidade subsidiária do Estado).

Foro processual: nos termos do art. 109 da CF/1988, nas causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho, será competente o foro da Justiça Federal.

Somente as autarquias federais terão suas causas tramitando na Justiça Federal, com as ressalvas apresentadas pela CF/1988. As autarquias estaduais e municipais não possuem regra própria. Assim, as causas em que participem serão processadas e julgadas na Justiça Estadual.

Principais Características das Autarquias

- Natureza: pessoa jurídica de direito público
- Atividade: típica de Estado
- Regime de pessoal:
  - Presidente - cargo em comissão
  - Demais servidores - cargo efetivo
- Bens: públicos (impenhoráveis, imprescritíveis, inalienáveis)
- Imunidade tributária: não paga impostos sobre o patrimônio, bens e serviços
- Prescrição quinzenal: dívidas e direitos prescrevem em 5 anos
- Licitação: se sujeita à Lei n. 8.666/1993

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 8 (2017/FEPESE/PC-SC/ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL) A respeito das entidades integrantes da administração pública indireta, as pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, sem caráter econômico, para desempenho de funções próprias e típicas de Estado, são denominadas:

a) Autarquias.

b) Empresas públicas.

c) Fundações públicas.

d) Organizações sociais.

e) Sociedades de economia mista.

COMENTÁRIO

Letra a.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

> **Art. 5º,** I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

4.3.2. Fundações

As fundações que vamos tratar aqui não são as fundações criadas pelos particulares (ex.: Fundação Xuxa, Fundação Ayrton Senna etc.), mas aquelas criadas pelo Estado. As fundações criadas por particulares são regidas inteiramente pelo direito privado.

A fundação é um patrimônio que virou uma pessoa jurídica.

Quando o particular cria uma fundação, quer fazer uma separação patrimonial, ou seja, quer que aquele patrimônio fique destinado a uma atividade de natureza social, nos termos do

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Código Civil. Por exemplo, a Maria das Graças – Xuxa Meneghel – pegou parte de seu imenso patrimônio e resolveu fazer dele uma fundação. A partir daí, houve a separação. Há a pessoa física Xuxa e a pessoa jurídica Fundação Xuxa. São duas pessoas distintas. A Fundação Xuxa exercerá a atividade social determinada por seu instituidor, mas terá "vida própria". Inclusive, essas fundações são fiscalizadas pelo Ministério Público, para que se verifique se estão realmente cumprindo sua função institucional.

Quando o Estado cria uma fundação, faz algo semelhante: transforma um patrimônio em pessoa jurídica.

A fundação governamental é um patrimônio personalizado destinado a realizar atividades de interesse social. São atividades não exclusivas do Estado, como atividades educacionais, sociais, culturais, pesquisas científicas, entre outras.

O importante é saber a natureza jurídica das fundações governamentais, se são pessoas de direito público ou de direito privado.

Essa divergência foi gerada pela confusão do legislador, que não definiu a natureza das fundações. Inicialmente, estas não estavam no rol das entidades da administração indireta do art. 5º do Decreto-Lei n. 200/1967. Lá só era mencionada a autarquia, a empresa pública e a sociedade de economia mista. Em 1987, foram incluídas as fundações, mas não se definiu a sua natureza.

Posteriormente, na redação original do art. 37, XIX, da CF/1988, o texto usava a expressão fundação acompanhada do adjetivo "pública":

> XIX – somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

Com a Emenda Constitucional n. 19/1998, foi retirado o adjetivo "pública", sendo essa a redação atual, que só menciona fundação.

Está vendo só a confusão?

Com isso, alguns autores entendem que as fundações criadas pelo Estado são de direito público. Outros entendem que são todas de direito privado. Uma terceira corrente, defendida por Diógenes Gasparini e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, compreende que o Estado pode criar fundações, concedendo-lhes personalidade de direito público ou privado, segundo lhe parecer

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

conveniente e oportuno. E, se o Estado cria uma fundação e lhe dá personalidade de direito público, essa terá natureza de autarquia; entretanto, se o Estado cria uma fundação e lhe concede personalidade de direito privado, tal fundação será administrada nos mesmos moldes que as fundações privadas, naquilo que não conflitar com as regras gerais de direito público. Essa também é a posição do STJ e STF.

Entretanto, deve ser ressaltado que o Estado, quando cria fundação com personalidade jurídica de direito privado, nunca a submete, inteiramente, às regras desse regime. Seu regime será misto (híbrido), pois conviverão as regras de direito privado, mas incidirão também as normas de direito público como, por exemplo, controle externo por Tribunal de Contas, dever de fazer licitação, entre outros.

Por consequência, se for Fundação Pública de direito público (ex.: Fundação Universidade de Brasília – FUB), terá natureza de autarquia e será **criada** por lei. Sendo fundação pública de direito privado (ex.: Funpresp), será **autorizada** a ser criada por lei.

As fundações governamentais devem ser fiscalizadas pelo Ministério Público, assim como ocorre com as fundações criadas pelos particulares, professor?

Para a doutrina majoritária, não é necessário o controle feito pelo Ministério Público em relação às fundações governamentais, incidindo apenas o controle de tutela administrativa.

José dos Santos Carvalho Filho (2011, p. 485) destaca: “no caso de fundações governamentais, é dispensável essa fiscalização, independentemente da natureza da entidade, haja vista que o controle finalístico já é exercido pela respectiva Administração direta”.

Características

Atividade: presta atividades de interesse **social,** como saúde, educação, atividade cultural, pesquisa científica, entre outras.

Também estará correto, nas provas, a afirmação de que exerce atividades atípicas, pois alguns autores usam essa expressão. Eu não gosto muito, porque dá a impressão de que são atividades que não são próprias do Estado, mas saúde, educação, cultura e pesquisa são atividades

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

estatais. Com a expressão, os autores querem, na verdade, dizer que não são exclusivas do Estado.

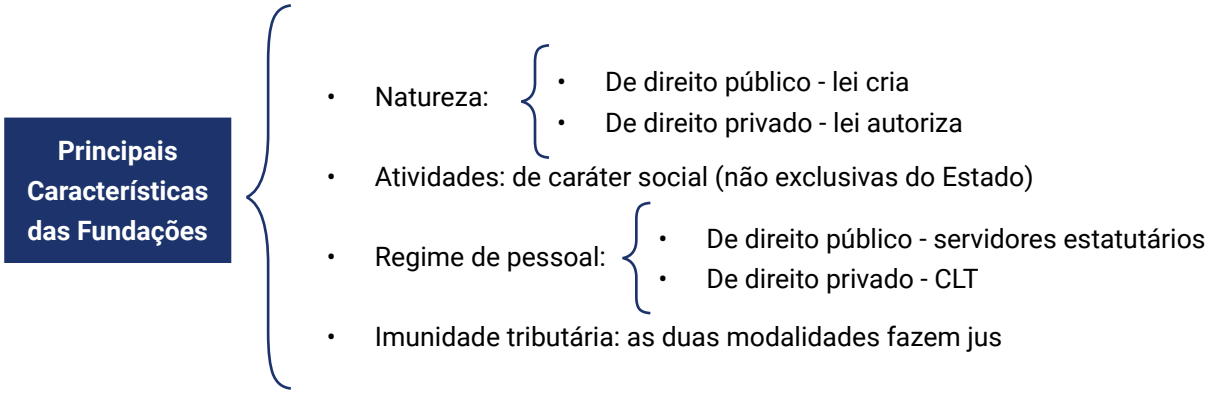
Imunidade tributária: as duas modalidades de fundações instituídas pelo poder público (de direito públicas e privado) fazem jus à imunidade tributária do art. 150, § 2º, da CF/1988, pois o alcance da norma não impôs qualquer restrição: "é extensivo às fundações instituídas e mantidas pelo poder público".

Regime de pessoal: ao regime de pessoal das fundações de direito público aplica-se o mesmo regime dos servidores das autarquias (servidores estatutários, com garantia da estabilidade). Já o regime de pessoal das fundações de direito privado deve sujeitar-se ao regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas com pertinência das normas constitucionais do art. 37 da CF/1988, que veda a acumulação de cargos e a necessidade de concurso público.

Foro dos litígios: se a fundação for de direito privado, o foro é a Justiça Estadual, se de natureza pública; sendo fundação criada em nível federal, o foro será a Justiça Federal, nos termos do art. 109 da CF/1988.

Responsabilidade objetiva do Estado, na forma do art. 37, § 6º, da CF/1988: as duas espécies de fundações estatais têm responsabilidade na forma do art. 37, § 6º, da CF/1988, ou seja, objetiva.

Por último, apenas cabe lembrar que as fundações criadas pelo Estado (de direito público ou privado) devem fazer licitações antes de suas contratações.



O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

4.3.3. Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública

Traços comuns: vamos tratar, agora, dessas duas entidades que têm muitos pontos a serem explicados. Por uma questão didática, abordarei primeiro os pontos em comum entre elas e, posteriormente, as diferenças.

Natureza jurídica (personalidade jurídica): tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista têm personalidade jurídica de **direito privado**.

Isso mesmo, de direito privado…

E algumas pessoas têm dificuldade de entender isso porque, por serem criadas pelo Estado, a mídia costuma dizer que as empresas públicas são empresas do Estado. No entanto, o Estado irá criá-las para atuar como se fosse um particular. Nesse sentido, é o Estado criando uma empresa para exercer atividade empresarial. É o "Estado-Empresário". Contudo, veremos que isso só poderá ocorrer em situações excepcionais.

Apesar da personalidade de direito privado, o **regime jurídico é híbrido (ou misto)**, porque o direito privado é parcialmente afastado pelas normas de direito público.

Lembre-se: a natureza é de direito privado, mas algumas normas de direito público terão de ser observadas por essas entidades. É necessário fazer licitação, no entanto, uma licitação diferenciada; é necessário fazer concurso, mas segue o regime da CLT; há fiscalização pelo TCU; há sujeição ao teto remuneratório do art. 37, XI, da CF/1988, se receberem recursos para pagamento de pessoal ou custeio em geral (art. 37, § 9º, CF/1988). São empresas, mas não podem falir.

Atividades desenvolvidas: é importante a compreensão deste tópico para entender as regras de direito privado aplicadas às empresas estatais.

Tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista podem desempenhar as duas atividades: **exploração de atividade econômica e prestação de serviços públicos.**

São entidades criadas pelo Estado para atuar, em caráter excepcional, na atividade econômica, em regime de concorrência com o particular, sujeitas ao regime próprio das empresas privadas, ou para a prestação de serviços públicos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

O art. 173 da CF/1988 estabelece que, ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

> **Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*
> I – sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*
> II – a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*
> III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da Administração Pública; *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*
> IV – a constituição e o funcionamento dos conselhos de Administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários; *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998) V – os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*
> § 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
> § 3º A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

Somente se presente um desses dois fundamentos constitucionais **(segurança nacional ou relevante interesse coletivo)** é que está autorizado ao poder público criar empresas privadas para desempenhar atividade econômica. É o caso, por exemplo, da atividade bancária (atividade comercial). Por questão de relevante interesse coletivo, o Estado cria os seus bancos para exercer a atividade (e concorrer) com os demais bancos privados. Em muitos programas do governo (ex.: "Minha Casa, Minha Vida"), o agente financeiro é um banco estatal, até porque os bancos privados não teriam condições de serem os operadores do sistema de financiamentos. Outro caso é a administração dos fundos públicos. Um fundo é uma reserva financeira. Os bancos privados fazem administração de fundos criados pelos particulares. Mas quando o Estado cria fundo para uma finalidade específica, quem faz a gestão são os bancos estatais. Existem fundos públicos para a saúde, educação, segurança etc. Quem os administra, geralmente, são a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Podemos citar, também, a indústria do petróleo. Certamente, a exploração e comercialização do petróleo é uma atividade empresarial que o Estado faz por questão de segurança nacional. Ser autossuficiente em petróleo é questão de soberania nacional, por isso a União (proprietária do produto) criou a Petrobras para explorar economicamente esse mercado.

Quando o Estado cria essas entidades para a exploração de atividade econômica, está exercendo uma **intervenção direta** na atividade comercial, pois realizará concorrências com as demais empresas do setor.[3] A intenção do Estado ao criar essas entidades é ter mais flexibilidade e agilidade nas suas decisões e contratações, de forma que fiquem desimpedidas de seguirem algumas regras do regime público.

Em uma leitura mais atenta do art. 173 da CF/1988, percebe-se que o Estado só teria autorização para criar empresas estatais para a exploração de atividade econômica: no entanto, vem criando, também, para a prestação de serviços públicos (ex.: energia elétrica e serviço postal). Nesse caso, para justificar a criação das entidades, tem-se entendido que o serviço público seria uma espécie de atividade econômica. O STF entende que as determinações do art. 173 da CF/1988 aplicam-se às empresas estatais que atuam no chamado domínio econômico (atividade econômica em sentido estrito), não incidindo sobre as prestadoras de serviços públicos.[4] Assim, as estatais que prestam serviços públicos se aproximam um pouco mais do regime público do que as que exploram atividade comercial. O § 1º do art. 173 exige a edição de lei para disciplinar o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica. Assim, foi editada a Lei n. 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Veja que a lei é de 2016, isto é, o Poder Legislativo demorou anos para cumprir sua função.

A Lei n. 13.303/2016 especificou regras de governança corporativa, transparência, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, bem como regras de licitação e contratação específicas para as empresas estatais.

---

[3] A intervenção INDIRETA ocorre na forma do art. 174, da CF/1988, mediante atos de regulação.

[4] (RE n. 229.696; RE n. 220.096; RE n. 225.011).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

EXEMPLOS DE EMPRESA PÚBLICA

BNDES; Terracap-DF; Caesb-DF; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Caixa Econômica Federal (CEF); Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Casa da Moeda do Brasil; Radiobras; Embrapa; Dataprev; Trensurb – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre; Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias; Conab; Novacap; Emater-DF, Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF), Brasília Tur – Empresa Pública denominada Empresa Brasiliense de Turismo – responsável pela gestão pública do turismo no DF; Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobras, vinculada ao Ministério da Saúde.

Exemplos de sociedades de economia mista: Banco do Brasil (BB); Banco da Amazônia S/A (Basa); Petrobras; Companhia Energética de Brasília (CEB); e Banco Regional de Brasília (BRB).

Sujeição ao controle do Tribunal de Contas: essa possibilidade foi confirmada pelo STF, ao julgar o MS n. 25.092 e o MS n. 25.181, revendo sua jurisprudência anterior, de maneira a firmar uma nova posição nesse Tribunal:

> **JURISPRUDÊNCIA**
>
> EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL. BANCO DA AMAZÔNIA. CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO. APRECIAÇÃO DO ATO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DO WRIT. AGRAVO DESPROVIDO. O Banco da Amazônia, ao receber e administrar recursos da União, está sujeito ao controle do Tribunal de Contas da União sobre os atos referentes a esses recursos, na forma do art. 1º, I da Lei n. 8.443/1992 e da jurisprudência desta Corte, firmada no julgamento do MS 25.092, rel. min. Carlos Velloso, DJ 17.03.2006. Para aferir a legalidade da concessão de financiamento destinado à construção de complexo turístico, não basta analisar o direito aplicável à espécie, sendo imprescindível revolver todo o conjunto fático-probatório subjacente, o que é inviável na estreita via do mandado de segurança. Agravo regimental a que se nega provimento. (MS 25837 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 23/09/2009, DJe-204 DI-VULG 28-10-2009 PUBLIC 29-10-2009 EMENT VOL-02380-01 PP-00208).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Realização de licitação para contratar: esse ponto é o que gerou mais confusão ao longo dos anos, uma vez que a lei que disciplina a regra sobre licitações e contratos (Lei n. 13.303/2016) só foi editada em 2016.

Venha comigo!

Determina a CF/1988, no art. 22, XXVII, que a União deve estabelecer normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, obedecido ao disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, deve ser observado o art. 173, § 1º, III.

Assim, as empresas públicas e as sociedades de economia mista devem fazer licitação antes de suas futuras contratações. Entretanto, para essas entidades, exige o Texto Constitucional a observância do art. 173, que prescreve a edição de lei para disciplinar o estatuto jurídico dessas entidades, inclusive fixando a observância de procedimento licitatório antes da celebração dos contratos.

Então veja, a CF/1988 determina que as estatais devem fazer licitações: não há na Constituição artigo dispensando-as de fazer licitação. Ao contrário, a CF/1988 dispõe que é preciso fazer licitação, mas será uma licitação diferenciada, nos termos de lei.

Professor, mas essa regra se aplicou também à Petrobras?

Não. A Petrobras tinha um tratamento diferente, pois a empresa possuía um estatuto próprio de licitações. O art. 67 da Lei n. 9.478/1997 estabeleceu que os contratos celebrados pela Petrobras, para a aquisição de bens e serviços, deveriam ser precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República. O Decreto n. 2.745/1998 aprovou o regulamento do procedimento licitatório simplificado, previsto em lei. No entanto, o TCU sempre considerou inconstitucionais o art. 67 da Lei n. 9.478/1997 e o Decreto n. 2.745/1998, pois, na visão do Tribunal, os dois instrumentos legais afrontavam a Constituição Federal, que submetia as empresas públicas e as sociedades de economia mista à observância da licitação, devendo os procedimentos licitatórios dessas entidades serem delineados pela lei exigida no art. 173, § 1º, da CF/1988.

Porém, o STF proferiu decisão liminar para admitir que a Petrobras continuasse a utilizar seu procedimento licitatório específico (MS n. 26.783).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Mas, não se preocupe, essa questão da Petrobras tende a não cair em concurso, em razão do advento da Lei n. 13.303/2016.

A Lei n. 13.303/2016, Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, disciplinou o regime licitatório das empresas estatais, inclusive, a maior parte da lei trata desse assunto (arts. 28 a 31). Em seu art. 28, ficou estabelecido que os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30, que tratam respectivamente da licitação dispensável e da contratação direta.

Portanto, ficou estabelecido que a regra fundamental é a realização da licitação para as estatais, seguindo o procedimento próprio da Lei n. 13.303/2016, quando for contrato decorrente das situações previstas no art. 28. Contudo, o § 3º do art. 28 permite afastar a licitação quando for:

- comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais;
- nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

Desse modo, na “atividade-fim” da empresa definida no seu estatuto social, não será necessário fazer licitação. Por exemplo, constam no estatuto social da Caixa Econômica Federal as seguintes atividades: prestar serviços bancários de qualquer natureza; realizar quaisquer operações, serviços e atividades negociais nos mercados financeiros; realizar operações relacionadas à emissão e à administração de cartões; realizar operações de câmbio, entre outras. Nos contratos com particulares decorrentes dessas atividades, não será feita licitação, tendo a empresa liberdade para realizar as contratações. Entretanto, nos contratos das “atividades-meio” (ex.: compra de material de limpeza e escritório), a empresa seguirá o procedimento licitatório definido pela Lei n. 13.303/2016.

Assim:

- CEF – Contrato de abertura de conta-corrente = NÃO há licitação;
- CEF – Compra de computadores = HÁ licitação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

O Estatuto Jurídico das Empresas Estatais contemplou também casos de não realização de licitação para as atividades-meio, abordados em seu art. 29 de licitação dispensável, e em seu art. 30 de contratação direta. A licitação dispensável seria aquela na qual a realização do procedimento competitivo fica no juízo de conveniência e oportunidade do agente público, podendo realizá-la ou não. Já a contratação direta ocorre quando houver inviabilidade de competição.

Com a edição da Lei n. 13.303/2016, as estatais constituídas anteriormente à sua vigência, inclusive a Petrobras, devem, no prazo de 24 meses, promover as adaptações necessárias a fim de se adequarem aos seus dispositivos. A partir desse prazo, todas as empresas estatais deverão seguir as regras licitatórias especificadas na lei.

Regime de pessoal: a CF/1988 fixa que o estatuto jurídico dessas entidades deve estabelecer a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações **civis, comerciais, trabalhistas e tributários** (mnemônico... CCTT).

Assim, as pessoas que trabalham nas empresas estatais, como regra, são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), possuindo emprego público. No entanto, ingressam nas empresas mediante a realização de **concurso público**.

Já que são regidos pela CLT, aplicam-se, também, as regras de aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social.

Viu como o regime é misto? Há realização de concurso, no entanto, aplica-se a regra da CLT.

Professor, mas os cargos de presidente da empresa e diretor também são por concurso?

Nesse caso, não.

Os cargos de direção (presidente e diretores) são regidos por um regime diferenciado, que não têm definição em lei própria. Muitas vezes, a lei que autorizou a criação da entidade estabelece os requisitos para ocupação de tais funções, não se submetendo ao concurso público. Os dirigentes das empresas estatais não são empregados, não se aplicando as disposições da CLT. Os cargos diretivos são disciplinados pela Lei n. 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e pelas

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

disposições do direito privado. Em muitos casos, são escolhidos em Assembleia Geral ou mediante indicação direta do chefe do Poder Executivo. Tudo dependerá de como foi previsto na lei que autorizou a criação da entidade. Não possuem cargo em comissão!

O Supremo Tribunal Federal entendeu que **não** é válida a exigência de prévia aprovação do Poder Legislativo para a nomeação de dirigente de **empresa pública ou sociedade de economia mista**.

O STF entende que é **inconstitucional** norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas, os presidentes das empresas de economia mista e assemelhados, os interventores de Municípios, bem como os titulares da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado.

Professor, e a estabilidade? Os empregados das empresas estatais têm estabilidade na função?

O STF entendeu que os empregados das empresas estatais não têm a estabilidade dos servidores públicos, prevista no art. 41 da CF/1988. No entanto, a demissão deverá ser precedida de motivação (justificativa). Um dos fundamentos para haver a demissão pode ser a falta de recursos financeiros ou a reestruturação da empresa por questões de economicidade.

> **JURISPRUDÊNCIA**
> Ementa: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT. DEMISSÃO IMOTIVADA DE SEUS EMPREGADOS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DA DISPENSA. RE PARCIALMENTE PROVIDO. I – **Os empregados públicos não fazem jus à estabilidade prevista no art. 41 da CF, salvo aqueles admitidos em período anterior ao advento da EC n. 19/1998.** Precedentes. II – **Em atenção, no entanto, aos princípios da impessoalidade e isonomia, que regem a admissão por concurso público, a dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada, assegurando-se, assim, que tais princípios, observados no momento daquela admissão, sejam também respeitados por ocasião da dispensa.** III

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> – A motivação do ato de dispensa, assim, visa a resguardar o empregado de uma possível quebra do postulado da impessoalidade por parte do agente estatal investido do poder de demitir. IV – Recurso extraordinário parcialmente provido para afastar a aplicação, ao caso, do art. 41 da CF, exigindo-se, entretanto, a motivação para legitimar a rescisão unilateral do contrato de trabalho. (RE 589998, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 20/03/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-179 DIVULG 11-09-2013 PUBLIC 12-09-2013).

DIRETO DO CONCURSO

Questão 9 (2020/CESPE/TJ-PA/OFICIAL DE JUSTIÇA) A administração indireta inclui as sociedades de economia mista, cujos agentes são

a) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

b) empregados públicos regidos pela CLT que não se submetem às normas constitucionais relativas a concurso público nem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

c) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

d) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

e) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

COMENTÁRIO

Letra a.

As pessoas que trabalham nas empresas estatais, como regra, são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), possuindo emprego público. No entanto, ingressam nas empresas mediante a realização de concurso público e se submetem à vedação de acumulação de cargos públicos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

E o teto remuneratório constitucional? As empresas estatais estão limitadas ao teto previsto no art. 37 da CF/1988?

O teto de remuneração no serviço público, hoje, é o subsídio mensal dos ministros do STF. Então, ninguém pode ganhar mais do que um ministro do Supremo. Isso vale para toda a administração direta, autárquica e fundacional. Para as estatais, a regra é diferente.

Na forma do art. 37, § 9º, da CF/1988, esse teto aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, SE receberem recursos do ente político que a criou para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Perceba que há um SE aí no meio…

A redação da CF/1988 foi para excluir as estatais do teto como regra geral. No entanto, SE receberem recursos do ente que a criou, estarão submetidas ao teto. É o caso da Petrobras, que é estatal independente da União. Essa empresa paga para seu presidente mais de R$ 90.000,00 e para cada diretor cerca de R$ 80.000,00, além de outras vantagens (FGTS, auxílio-saúde, auxílio-moradia, entre outras).

Regime tributário: como disse, a nossa CF/1988 determina que as empresas estatais devem seguir o mesmo regime de Direito Civil, Comercial, Trabalhista e Tributário das demais empresas privadas.

Determina, ainda, a Constituição, que a empresa pública e a sociedade de economia mista "não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado". Portanto, o comando Constitucional é para que as empresas estatais sigam as regras tributárias de todas as empresas privadas, sem tratamento diferenciado.

Contudo, essa disposição tem sido relativizada pelo STF em relação às prestadoras de **serviços públicos**. Veremos que nesse caso, é possível que tenham imunidade tributária. Mas, atenção! A empresa pública e a sociedade de economia mista que explorem **atividade econômica,** exercida com base no art. 173 da CF/1988, não poderão usufruir da imunidade tributária prevista no art. 150 da CF/1988, bem como não poderão ter privilégio fiscal que não seja extensivo às demais empresas privadas.

O STF adotou o entendimento de que a Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos (ECT) está abrangida pela **imunidade tributária** recíproca prevista no art. 150, VI, a, da CF/1988, por se tratar de prestadora de serviço público em caráter de exclusividade, confirmando seu

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

entendimento anterior de que o art. 173 da CF/1988 aplica-se às empresas estatais que atuam no chamado domínio econômico, não incidindo sobre as prestadoras de serviços públicos. E, pelo mesmo fundamento, a Infraero obteve prerrogativa idêntica.

> **JURISPRUDÊNCIA**
>
> EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA: CF, art. 150, VI, a. EMPRESA PÚBLICA QUE EXERCE ATIVIDADE ECONÔMICA E EMPRESA PÚBLICA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO: DISTINÇÃO. I. – As empresas públicas prestadoras de serviço público distinguem-se das que exercem atividade econômica. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é prestadora de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, motivo por que está abrangida pela imunidade tributária recíproca: CF., art. 150, VI, a. II. – R.E. conhecido em parte e, nessa parte, provido. (RE 407099, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 22/06/2004, DJ 06-08-2004 PP00062 EMENT VOL-02158-08 PP-01543 RJADCOAS v. 61, 2005, p. 55-60 LEXSTF v. 27, n. 314, 2005, p. 286-297).
>
> EMENTA: INFRAERO – EMPRESA PÚBLICA FEDERAL VOCACIONADA A EXECUTAR, COMO ATIVIDADE-FIM, EM FUNÇÃO DE SUA ESPECÍFICA DESTINAÇÃO INSTITUCIONAL, SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – A submissão ao regime jurídico das empresas do setor privado, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributárias, somente se justifica, como consectário natural do postulado da livre concorrência (CF, art. 170, IV), se e quando as empresas governamentais explorarem atividade econômica em sentido estrito, não se aplicando, por isso mesmo, a disciplina prevista no art. 173, § 1º, da Constituição, às empresas públicas (caso da INFRAERO), às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que se qualifiquem como delegatárias de serviços públicos. (RE 363412 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 07/08/2007, DJe-177 DIVULG 18-09-2008 PUBLIC 19-09-2008 EMENT VOL-0233303 PP-00611).

Portanto, as empresas estatais que prestam serviços públicos possuem direito à imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da CF/1988.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

No julgamento do RE n. 601392 (Repercussão Geral), relator ministro Joaquim Barbosa, o STF entendeu que a imunidade tributária dos Correios (ECT) deve alcançar todas as suas atividades: prestação do serviço postal e atividades econômicas. Os Correios apresentam essa particularidade: exercem duas atividades. O serviço público prestado é o serviço postal (envio de correspondências e telegramas), já a atividade econômica consiste no envio de encomendas ou em funcionar como banco postal.

No julgamento citado, destacou-se que todas as suas rendas ou lucratividade são revertidas para as "finalidades precípuas", sendo obrigação do poder público manter esse tipo de atividade; por isso que o lucro eventualmente obtido pela empresa não se revela como um fim em si mesmo, é um meio para a continuidade, a ininterrupção dos serviços a ela afetados.

Contudo, é importante frisar que esse entendimento somente abrange empresas estatais que prestam serviços públicos e exploram atividade econômica. No caso de empresa estatal que apenas atua em atividade comercial, não há imunidade tributária.

Então, cuidado na prova!

Se a questão afirmar que as empresas estatais que prestam serviço público e exploram atividade econômica poderão gozar de imunidade tributária, marque certo. Já se a questão afirmar que as empresas estatais que exploram atividade econômica poderão ter imunidade, marque errado, pois aquelas que exercem apenas essa atividade não terão tal privilégio.

Regime de bens: os bens das estatais são considerados bens privados. Assim, não terão o regime especial dos bens públicos. Entretanto, a jurisprudência entende que os bens das prestadoras de serviços públicos que estão diretamente destinados à prestação do serviço não são passíveis de penhora, tendo em vista o princípio da continuidade dos serviços públicos (REsp 176.078/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/1998).

> **JURISPRUDÊNCIA**
>
> STF: (...) a exploração de atividade econômica pela ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não importa sujeição ao regime jurídico das empresas privadas, pois sua participação neste cenário está ressalvada pela primeira parte do artigo 173 da Constituição Federal (Ressalvados os casos previstos nesta Constituição...), por se tratar de serviço público mantido pela União Federal, pois seu orçamento, elaborado de acordo com as diretrizes fixadas pela Lei n. 4.320/1964 e com as normas estabelecidas pela Lei

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> n. 9.473/1997 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), é previamente aprovado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento – Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, sendo sua receita constituída de subsídio do Tesouro Nacional, conforme extrato do Diário Oficial da União acostado à contracapa destes autos. Logo, são impenhoráveis seus bens por pertencerem à entidade estatal mantenedora. Ante o exposto, tenho como recepcionado o Decreto-lei n. 509/1969, que estendeu à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos os privilégios conferidos à Fazenda Pública, dentre eles o da impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, devendo a execução fazer-se mediante precatório, sob pena de vulneração ao disposto no artigo 100 da Constituição de 1988. (RE n. 220.906-DF, rel. Min. Maurício Correa, Pleno do STF, Informativo 213 do STF, transcrições).

Contudo, após fixar que as empresas estatais prestadoras de serviços públicos estão incluídas nas regras sobre pagamentos por meio de precatórios, o STF proferiu nova decisão, a fim de não ampliar esse entendimento para todas as estatais. Em novo julgamento, o STF entendeu que os privilégios da Fazenda Pública não são estendíveis às sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência ou que tenham como objetivo distribuir lucros aos seus acionistas.

O STF vem conferindo a empresas estatais (empresa pública ou sociedade de economia mista) privilégios de fazenda pública, conforme o caso concreto, tendo como pressuposto dois requisitos: prestar serviço público em caráter de exclusividade; não dividir eventuais lucros com os acionistas.

Na prova, cuidado!

Se afirmar a regra geral, marque certo: as empresas estatais que prestam serviços públicos fazem pagamentos de condenação judicial pela forma de precatório. Mas se a questão afirmar que todas as estatais prestadoras de serviços públicos terão esse benefício, marque errado.

Responsabilidade por danos causados a terceiros: aqui, a diferenciação está na própria CF/1988, não é criação do STF. A responsabilidade será **objetiva**, se forem prestadoras de serviços públicos; se forem exploradoras de atividade econômica, a responsabilidade é **subjetiva**, na forma do art. 37, § 6º, da CF/1988.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Falência: as empresas estatais podem falir?

Sempre foi objeto de discussão a possibilidade de essas empresas poderem falir.

Com o advento da Lei n. 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, extrajudicial e falência, ficou positivado que a lei não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista.

Assim, se a lei dispôs que as estatais não podem falir, é assim que vamos marcar na prova!

Entretanto, o dispositivo deve ser analisado, para a exata compreensão, de acordo com o Texto Constitucional. A doutrina, interpretando a Lei de Falências, entende que não se sujeitam ao regime falimentar aquelas entidades que são prestadoras de serviços públicos. Contudo, às que exploram atividades econômicas pode ser aplicado o regime falimentar, em razão de que a CF/1988 determina que elas devam seguir as mesmas regras de Direito Civil e de Direito Comercial relativas às demais entidades.

Prescrição: em relação às empresas estatais, não se aplica o Decreto n. 20.910/1932 que fixa a prescrição quinquenal (cinco anos) para a Fazenda Pública, pois são disciplinadas pelos prazos prescricionais do Código Civil.

Contudo, no que se refere às pretensões indenizatórias, a Lei n. 9.494/1997 estendeu a prescrição quinquenal para as pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

EMPRESA PÚBLICA ou SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA Prestadora de SERVIÇO PÚBLICO	**EMPRESA PÚBLICA ou SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA Explora ATIVIDADE ECONÔMICA**
Personalidade jurídica de direito privado. Regime misto ou híbrido.	Personalidade jurídica de direito privado. Regime misto ou híbrido.
Mais próxima do regime de direito público.	Mais próxima do regime de direito privado.
Empregados públicos – regime CLT.	Empregados públicos – regime CLT.
Aplica-se teto remuneratório SE recebe recursos do ente federativo que a criou.	Aplica-se teto remuneratório SE recebe recursos do Ente Federativo que a criou.
Empregados não têm estabilidade. Pode haver demissão sem justa causa, desde que tenha motivação.	Empregados não têm estabilidade. Pode haver demissão sem justa causa, desde que tenha motivação.
Possui imunidade tributária.	Não possui imunidade tributária.
Bens privados. Bens vinculados à prestação do serviço são impenhoráveis.	Bens privados. Podem ser objeto de penhora.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Dever de licitar. Segue as regras da Lei n. 13.303/2016.	Dever de licitar. Segue as regras da Lei n. 13.303/2016.
Não pode falir.	Não pode falir.
Responsabilidade objetiva por danos causados a terceiros.	Responsabilidade subjetiva por danos causados a terceiros.

Traços Distintivos

Forma de organização: as **sociedades de economia** mista devem ter a forma de sociedade anônima, sendo reguladas, especialmente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976).

A **empresa pública** pode apresentar qualquer forma admitida em direito, inclusive, pode ser uma Sociedade Anônima.

Dissemos que a empresa pública pode adotar qualquer forma jurídica. Porém, a **forma inédita** é somente para as empresas públicas criadas pela **União**, pois estados e municípios não têm competência para legislar sobre Direito Civil ou Comercial (art. 22, I). Como exemplo há a CEF, que não possui forma jurídica definida.

Composição do capital: a **sociedade de economia mista** é formada por capital público e privado. Na composição do capital, pode haver recursos de pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas vinculadas ao Estado (administração indireta). Entretanto, a maioria do capital com direito a voto (maioria das ações com direito a voto) deve estar sob controle do Estado ou de sua entidade da administração indireta.

Esse domínio do capital público é essencial para que o poder público tenha o controle da empresa, para poder determinar as orientações que a entidade deve seguir. Nas assembleias, o Estado terá o maior número de votos. Em qualquer assunto votado, é o Estado (dono da maioria das ações) quem escolherá a decisão.

Quem pode participar do capital das empresas públicas?

A empresa pública é formada por capital totalmente público, podendo haver participação de entes federativos diversos. É admissível, também, que participem do capital, pessoas administrativas, seja qual for seu nível federativo ou sua natureza jurídica (pública ou privada).

Dessa forma, na esfera federal, admite-se que outras pessoas da Federação participem do capital de empresa pública, bem como outras pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, inclusive de sociedade de economia mista.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

É possível haver empresa pública com capital público pertencente a mais de um ente da Federação. É o caso da Terracap-DF: seu capital é composto em 51% do Distrito Federal e 49% da União.

Admite-se a existência de empresa pública unipessoal, ou seja, com todo o seu capital integrante de uma só pessoa.

EXEMPLO
Caixa Econômica Federal, que tem todo o capital pertencente à União. A sociedade unipessoal é situação excepcional no Direito.

Foro processual: as **empresas públicas federais**, quando forem autoras, rés, assistentes ou opoentes, segundo o art. 109 da CF/1988, têm seus feitos processados e julgados na Justiça Federal.

Sendo empresas públicas estaduais e municipais, terão foro na Justiça Estadual, no juízo fixado na lei de organização judiciária do Estado.

Mas a regra citada não acontece em todas as situações. Veja a Súmula n. 270 do STJ: "o protesto pela preferência de crédito, apresentado por ente federal (EP, autarquias e fundações públicas) em execução que tramita na Justiça Estadual, não desloca a competência para a Justiça Federal". Assim, se qualquer empresa pública for credora de empresa privada que esteja falindo, precisa habilitar seu crédito na vara de falências (Justiça Estadual).

As **sociedades de economia mista** têm suas ações processadas e julgadas na Justiça Estadual. O STF firmou essa posição na Súmula n. 517, só admitindo o deslocamento para a Justiça Federal quando a União intervém como assistente ou opoente.

Porém, é importante destacar que as **ações decorrentes da relação de trabalho** em que sociedade de economia seja parte tramitam na Justiça do Trabalho, por se tratar de Justiça Especial que atrai a competência para julgamento dessas ações. A mesma regra, nesse caso, servirá para as empresas públicas.

	EMPRESA PÚBLICA	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
Forma de organização	Qualquer forma.	SA (Sociedade Anônima).
Composição do capital	Público (podendo ser de mais de um ente federativo ou de pessoa da Administração indireta).	Público e privado. Maioria das ações com direito (**maioria do capital social**) a voto tem que ser do poder público ou de pessoa da Administração indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Foro processual	**EP federal** – Justiça Federal, se autoras, rés, assistentes ou opoentes, nos termos do art. 109 da CF/1988. **EP estadual, DF ou municipal** – Justiça Estadual.	Justiça Estadual.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 10 (2019/CESPE/TJ-PA/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Com relação à distinção entre empresa pública e sociedade de economia mista, assinale a opção correta.

a) Empresa pública é uma entidade privada criada por lei com a finalidade de realizar um serviço público, enquanto a sociedade de economia mista é criada de forma similar às empresas privadas, com a finalidade de exercer atividade econômica.

b) Empresa pública possui personalidade jurídica de direito público, enquanto a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.

c) Na empresa pública, o capital é exclusivo das pessoas jurídicas de direito público; na sociedade de economia mista, o poder público detém a maioria das ações com direito a voto, mas pode haver participação privada no capital.

d) Na empresa pública, as ações com direito a voto são exclusivas do ente público que a controla; na sociedade de economia mista, o ente público controla a maior parte do capital, mas pode não possuir a maioria das ações com direito a voto.

e) Na empresa pública, o capital social é inteiramente público; na empresa de economia mista, o poder público detém a maioria do capital social da empresa.

COMENTÁRIO

Letra c.

a) Errada. O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação. Logo, as sociedade de economia mista são criadas da mesma forma que as empresas públicas: mediante autorização legal. Ressalto que tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista podem desempenhar as duas atividades: exploração de atividade econômica e prestação de serviços públicos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. Tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado.

c) Certa. Uma das diferenças entre essas duas entidades está na composição do capital: a sociedade de economia mista é formada por capital público e privado. Na composição do capital, pode haver recursos de pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas vinculadas ao Estado (administração indireta). Entretanto, a maioria do capital com direito a voto (maioria das ações com direito a voto) deve estar sob controle do Estado ou de sua entidade da administração indireta. Já a empresa pública é formada por capital totalmente público, podendo haver participação de entes federativos diversos. É admissível, também, que participem do capital, pessoas administrativas, seja qual for seu nível federativo ou sua natureza jurídica (pública ou privada).

d) Errada. Como dito, nas sociedades de economia mista, a maioria do capital com direito a voto (maioria das ações com direito a voto) deve estar sob controle do Estado ou de sua entidade da administração indireta.

e) Errada. Não há empresa de economia mista, e sim sociedade de economia mista.

4.3.4. Agências Executivas

É uma qualificação dada à autarquia ou fundação que, por meio do contrato de gestão com o órgão da administração direta a que esteja vinculada, amplia sua autonomia para a melhoria da eficiência e redução de custos (art. 37, § 8º).

> § 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (...) *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*.

As agências executivas não são uma nova figura administrativa. É apenas o resultado de uma qualificação, uma nova roupagem que se atribui a uma autarquia ou fundação que, mediante contrato de gestão, realizado nos termos do art. 37, § 8º, da CF/1988, amplia sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial, visando a se tornar mais eficiente.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

A Lei n. 9.649/1998 estabelece as condições para a qualificação das entidades:

> **Art. 51.** O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos:
> I – ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento;
> II – ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.
> § 1º A qualificação como Agência Executiva será feita em ato do Presidente da República.
> § 2º O Poder Executivo editará medidas de organização administrativa específicas para as Agências Executivas, visando assegurar a sua autonomia de gestão, bem como a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos e metas definidos nos Contratos de Gestão.
> **Art. 52.** Os planos estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional definirão diretrizes, políticas e medidas voltadas para a racionalização de estruturas e do quadro de servidores, a revisão dos processos de trabalho, o desenvolvimento dos recursos humanos e o fortalecimento da identidade institucional da Agência Executiva. § 1º Os Contratos de Gestão das Agências Executivas serão celebrados com periodicidade mínima de um ano e estabelecerão os objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.
> § 2º O Poder Executivo definirá os critérios e procedimentos para a elaboração e o acompanhamento dos Contratos de Gestão e dos programas estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional das Agências Executivas.

É importante destacar que o art. 37, § 8º, da CF/1988, possibilita que órgãos e entidades da administração direta e indireta celebrem contrato de gestão com o Ministério supervisor. Essa possibilidade não é restrita apenas às autarquias e fundações. Mas se qualificar como agência executiva é apenas para autarquia ou fundações governamentais.

Cabe ressaltar que a qualificação da entidade será feita, no plano federal, por ato do presidente da República, no caso, o decreto. Não é correto afirmar que o contrato de gestão qualifica a entidade, ele apenas estabelece os objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento. Se a entidade não segue, estritamente, os indicadores fixados no contrato de gestão, perderá a qualificação de agência executiva.

A qualificação de uma instituição como agência executiva exige, como pré-requisitos básicos, que a instituição candidata tenha: um plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional em andamento e um contrato de gestão, firmado com o ministério supervisor.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

EXEMPLO
Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Os estados, DF e municípios também podem qualificar entidades como agências executivas. Entretanto, deverão editar legislação própria, pois a Lei n. 9.648/1998 só se aplica em nível federal.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 11 (2019/FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS) O conceito de agência executiva foi criado com o objetivo precípuo de otimizar recursos, reduzir custos e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos. Essa noção tem sua origem em um modelo utilizado nos Estados Unidos e foi importado pelo Brasil no período de reforma administrativa do Estado, na década de 90. Considerando as Agências Executivas, analise as afirmativas a seguir.

I – É um tipo de qualificação dada à uma pessoa jurídica.

II – Garante maior autonomia ao ente público.

III – Altera a natureza jurídica da entidade.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

COMENTÁRIO

Letra d.

Agência executiva é uma **qualificação** dada à autarquia ou fundação que, por meio do contrato de gestão com o órgão da administração direta (item I) a que esteja vinculada, amplia sua autonomia (item II) para a melhoria da eficiência e redução de custos (art. 37, § 8º).

> § 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (...) *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

As agências executivas não são uma nova figura administrativa. É apenas o resultado de uma qualificação, uma nova roupagem que se atribui a uma autarquia ou fundação que, mediante contrato de gestão, realizado nos termos do art. 37, § 8º, da CF/1988, amplia sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial, visando a se tornar mais eficiente. É importante destacar que o art. 37, § 8º, da CF/1988, possibilita que órgãos e entidades da administração direta e indireta celebrem contrato de gestão com o ministério supervisor. Essa possibilidade não é restrita apenas às autarquias e fundações. Mas se qualificar como agência executiva é apenas para autarquia ou fundações governamentais.

4.3.5. Agências Reguladoras

Muita coisa sobre agências reguladoras nós já sabemos, pois foram criadas no Brasil como autarquias, mas são autarquias em regime especial. Assim, tudo que foi dito sobre as autarquias se aplicam a elas.

Mas a principal diferença entre uma autarquia comum e a agência reguladora está no modo de escolha ou nomeação do dirigente. Em uma autarquia comum, os dirigentes ocupam cargo de natureza especial (cargo em comissão); dessa forma, são de livre nomeação e exoneração, a critério da autoridade competente. No caso das agências reguladoras, os dirigentes são indicados pelo chefe do Poder Executivo, mas dependem de aprovação do Poder Legislativo. No plano federal, essa aprovação é feita pelo Senado.

Agência reguladora: indicação do chefe do PE + aprovação do SF = nomeação pelo chefe do PE.

A Lei n. 13.848/2019 foi chamada de marco normativo das agências reguladoras. Até essa lei, não havia uma lei que regulamentasse disposições para todas as agências de forma unificada. Cada agência, na sua própria lei, tinha a fixação de prazo de mandato e hipóteses de sua perda. A citada lei, unificou todas essas questões. E, ainda, trouxe regras para ocupação de função de diretoria nas agências.

O art. 3º estabelece que a natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes da lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação. A expressão ausência de tutela ficou equivocada, porque as agências, autarquias que são, sofrem o controle de tutela. Porém, subordinação hierárquica não há nenhuma. Isso é certo!

Agência reguladora: diretores têm mandato fixo.

Podemos destacar, também, como ponto diferenciador o regime de administração colegiada. Nas agências reguladoras, as decisões não são tomadas por uma só pessoa, e sim pelos dirigentes que fazem parte da entidade, fazendo as resoluções da agência (atos administrativos).

> **Art. 7º** O processo de decisão da agência reguladora referente a regulação terá **caráter colegiado.**
> § 1º O conselho diretor ou a diretoria colegiada da agência reguladora deliberará por maioria absoluta dos votos de seus membros, entre eles o diretor-presidente, o diretor-geral ou o presidente, conforme definido no regimento interno.
> § 2º É facultado à agência reguladora adotar processo de delegação interna de decisão, sendo assegurado ao conselho diretor ou à diretoria colegiada o direito de reexame das decisões delegadas.

As agências terão como órgão máximo o Conselho Diretor ou a Diretoria Colegiada, que será composto de até quatro conselheiros ou diretores e um presidente, diretor-presidente ou diretor-geral.

Os servidores em geral são estatutários e ingressam mediante concurso público.

Um dos pontos mais importantes da Lei n. 13.848/2019 foi a determinação de mandato fixo nas agências reguladoras federais.

> **Art. 6º** O mandato dos membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das agências reguladoras **será de 5 (cinco) anos,** vedada a recondução, ressalvada a hipótese do § 7º do art. 5º

A lei também fixou uma “quarentena” de seis meses:

> **Art. 8º** Os membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada ficam impedidos de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por período de 6 (seis) meses, contados da exoneração ou do término de seu mandato, **assegurada a remuneração compensatória.**

Um outro aspecto importante apresentado pela lei foi a fixação de requisitos para ser diretor de agência. Vejamos:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Art. 5º O Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada (CD II) serão brasileiros, indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento no campo de sua especialidade, devendo ser atendidos 1 (um) dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I E, cumulativamente, o inciso II:

I – ter experiência profissional de, no mínimo: (UM DOS REQUISITOS)

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, no campo de atividade da agência reguladora ou em área a ela conexa, em função de direção superior; ou

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;

3. cargo de docente ou de pesquisador no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; ou

c) 10 (dez) anos de experiência como profissional liberal no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; e

II – ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

Como questão de moralidade nas agências reguladoras, também foram fixadas vedações de pessoas que, por impedimento, não podem ser indicadas para ocupar função de diretor.

VEDAÇÕES DE INDICAÇÃO

Art. 8º-A. É vedada a indicação para o Conselho Diretor ou a Diretoria Colegiada:

I – de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados dos cargos;

II – de pessoa que tenha atuado, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

III – de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IV – de pessoa que tenha participação, direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela agência reguladora em que atuaria, ou que tenha matéria ou ato submetido à apreciação dessa agência reguladora;

V – de pessoa que se enquadre nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990;

VI – *(VETADO)*;

VII – de membro de conselho ou de diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela respectiva agência.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso I do *caput* estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas."

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Por fim, podemos destacar o chamado poder normativo técnico, que é a delegação, por lei, para editar normas técnicas, denominado-se deslegalização com edição de normas gerais, formalizadas por atos administrativos regulamentares, normalmente resoluções.

No Brasil, quais atividades são exercidas pelas agências reguladoras?

Segundo Maria Sylvia, pode-se considerar a existência de dois grupos de agências reguladoras no Direito brasileiro:

- as que exercem, com base em lei, típico poder de polícia, com a imposição de limitações administrativas previstas em lei; fiscalização, repressão. É o caso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), criada pela Lei n. 9.782/1999, e da Agência Nacional de Saúde Pública Suplementar (ANS), criada pela Lei n. 9.961/2000;
- as que regulam e controlam atividades que constituem objeto de concessão, permissão ou autorização de serviço público (telecomunicações, energia elétrica, transportes etc.) ou de concessão de exploração de bem público (petróleo e outras riquezas minerais, rodovias etc.).

Pergunta de prova: quais as duas agências que tiveram uma "referência na CF/1988"? Agência Nacional do Petróleo (ANP), junto com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (art. 177, p. 2, III, CF/198/; art. 21, XI).

Devemos salientar que a CF/1988 utiliza o termo "órgão regulador" quando menciona a criação da Anatel e da ANP (art. 21, XI e art. 177, § 2º). Contudo, não foram criados órgãos, mas sim agências reguladoras com natureza autárquica.

Por fim, destaco o chamado poder normativo técnico, que é a delegação para editar normas técnicas, denominado-se deslegalização com edição de normas gerais, formalizadas por atos administrativos regulamentares, normalmente por meio de resoluções.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 12 (2019/CESPE/TCE-RO/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/ADMINISTRAÇÃO) Por princípio, as agências reguladoras

a) são constituídas como pessoa jurídica de direito privado e, por isso, deveriam ser classificadas como fundação.

b) são entes vinculados e podem celebrar contratos de gestão com respectivos ministérios.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) possuem independência e podem escolher instrumentos que incentivem a eficiência produtiva e alocativa.

d) recebem certificação e podem celebrar termos de parceria com o poder público.

e) promovem gestão associada de serviços públicos e transferência de encargos e de pessoal.

COMENTÁRIO

Letra c.

As agências reguladoras são "autarquias em regime especial", pois o legislador conferiu a elas maior autonomia perante o Poder Executivo, quando comparadas às demais autarquias. Assim, tais entidades têm atribuições técnicas, que idealmente devem ser exercidas sem interferência política por parte do ente federado a que estejam vinculadas administrativamente, ou seja, maior independência.

4.3.6. Consórcios Públicos

Quando os entes da Federação querem prestar algum serviço público que é de interesse comum entre eles, podem formar um consórcio público para a prestação associada da atividade. Imagine que vários municípios que estão perto um do outro querem prestar um bom serviço de saúde para a população, mas um município sozinho não consegue construir um bom hospital e prestar um serviço de qualidade.

Então, ele se reúne com os demais municípios (ou o Estado ou, até mesmo, com a União) para fazer isso em conjunto.

Agora que você já tem a ideia do que seja o consórcio, vamos ver seu conceito e suas principais características.

Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas **exclusivamente por entes da Federação**, nos termos do art. 241 da CF/1988 e da Lei n. 11.107/2005, para a prestação de serviços públicos, na forma de gestão associada. Os entes federativos, ao formarem o consórcio público, deverão constituir associação, que o administrará. No entanto, essa associação pode ser de direito privado ou de direito público, sendo que neste último caso terá a natureza de autarquia.

Quando é feito o consórcio, **surge uma nova pessoa jurídica**. Quando se cria um consórcio, deve ser criada também uma associação, que irá administrá-lo. Somente o consórcio público que possui associação de direito público para administrá-lo é considerado uma autarquia (art. 41, Código Civil).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Os consórcios públicos não podem ser considerados uma nova figura/entidade da administração indireta. Caso a associação constituída seja de direito privado, o consórcio não será entidade da administração indireta. Entretanto, se a associação for de direito público, será considerada **autarquia**. Lei n. 11.107/2005:

> **Art. 6º** O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:
> I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;
> II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

Estabelece a Lei n. 11.107/2005 que a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados. Assim, a União só participará de consórcio com município se o estado do qual esse município faz parte também participar.

Lembre-se: consórcio da União diretamente com município não pode.

Fixa, também, a lei, que o consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

A execução das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas de Direito Financeiro aplicáveis às entidades públicas, estando submetido o consórcio público à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

A Lei n. 11.107/2005 também apresentou inovações à Lei de Licitações. Estabeleceu que, no caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no art. 23, quando formado por até três entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número; ampliou o valor do limite de dispensa de licitação para contratações de pequeno valor, art. 24, parágrafo único, e acrescentou o inciso XXVI, no art. 24, para possibilitar contratação direta na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada, nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

No art. 8º da Lei n. 11.107/2005, há referência a um tipo específico de contrato, que é o único instrumento idôneo para viabilizar a entrega de recursos pelo ente consorciado ao consórcio: o **contrato de rateio**. O Decreto n. 6.017/2007 assim o define:

> [...] contrato de rateio: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

A lei considera tão relevante a observância das suas disposições acerca dos contratos de rateio que acrescentou, ao art. 10 da Lei n. 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, o inciso XV, tipificando como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário "celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas na lei".

Consórcio e convênio são a mesma coisa?

Não... Há pontos em comum e diferenças. Vamos diferenciar esquematicamente o consórcio, o convênio e o contrato.

CONTRATO	CONVÊNIO	CONSÓRCIOS
Acordo de vontades.	**Acordo de vontades.**	**Acordo de vontades.**
Quem pode fazer contrato: administração com particular; administração com outra pessoa da administração.	Quem pode fazer convênio: administração com particular; administração com outra pessoa da administração.	Quem pode fazer consórcio: Só há consórcio entre entes federativos (=União, estados, DF e municípios).
Os interesses são opostos.	Os interesses vão na mesma direção. Os convenentes buscam interesse público.	Os interesses vão na mesma direção. Os que participam do consórcio buscam interesse público.
É necessário fazer licitação. Salvo quando houver dispensa ou inexigibilidade.	Não precisa fazer licitação.	Não precisam fazer licitação para se reunirem em consórcio.
Não surge pessoa jurídica.	Não surge pessoa jurídica.	Surge nova pessoa jurídica.

Assim, no contrato entre administração pública e particular, a administração quer obter, por exemplo, uma obra para algum interesse público, e o particular quer fazer a obra para seu próprio interesse (o lucro). O contrato é apenas um ajuste entre duas partes interessadas, no qual os interesses são opostos. É feito o contrato, e ele é arquivado na própria administração pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

No convênio, também é um ajuste de vontades, mas o interesse deste é satisfazer algum interesse coletivo. Por exemplo, quando a União faz repasse de verba por convênio a município (ou a particular), é porque os dois almejam o interesse público.

EXEMPLO
Convênio para repasse de verbas para ajudar em estado de calamidade pública. Assim como no contrato, o convênio é feito e arquivado na administração pública.

Em relação ao contrato, a regra é fazer licitação, uma vez que essa é a regra da Lei n. 14.133/2023. Mas, no convênio, a regra é não haver a licitação, pois a Lei de Licitações só exige o procedimento antes dos contratos. No entanto, para convênios feitos pela União, o Decreto n. 6.170/2007 estabelece o procedimento competitivo de "chamamento público"[5] antes da celebração dos convênios. Esse procedimento não é uma licitação, é um procedimento objetivo de caráter competitivo para a escolha dos convenentes.

No consórcio, há um ajuste de vontade entre entes federativos, na busca de interesse público comum a esses entes.

EXEMPLO
Dois estados criam um consórcio para gestão do lixo dos dois estados.

O consórcio é feito com todos os trâmites que a lei exige, fazendo surgir uma nova pessoa jurídica, que prestará o serviço que é de interesse comum dos entes consorciados.

4.3.7. Subsidiárias

Uma subsidiária é uma nova empresa criada por uma empresa pública ou sociedade de economia mista. Na verdade o art. 37, XX, da CF/1988, dá a entender que todas as entidades da administração indireta poderiam criar subsidiárias, mas são criadas, na prática, pelas empresas estatais.

Por exemplo, a Petrobras criou a Braspetro, Transpetro, Petroquisa, Petroquímica, entre muitas outras.

[5] **Art. 4º** A celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos será precedida de chamamento público a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste. *(Redação dada pelo Decreto n. 7.568, de 2011).*

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

O Banco do Brasil (BB) criou o BB Seguros, BB Previdência, BB cartões etc.

Quando você faz um contrato de seguro com o BB, não é com ele diretamente, e sim com o BB Seguros.

A criação de subsidiárias tem por finalidade a especialização de atividades.

Para concursos, não há muito o que perguntar. Mas o que pode cair? A forma de criação...

O art. 37, XX, da CF/1988, menciona que a criação de subsidiária dependerá de LEI "em cada caso" (ou lei específica). Assim, para cada nova entidade criada, deveria haver uma lei autorizando. Isso é o que dispõe a CF/1988.

Mas o STF entendeu que, se na lei que autorizou a criação da entidade, houver uma autorização geral para criação de subsidiárias, não será preciso lei em cada caso. Foi a situação da Petrobras, na qual a lei que autorizou a União a constituí-la autorizou, também, a Petrobras a criar subsidiárias no Brasil e no exterior.

Na sua prova, se cair a letra da CF/1988 ou o entendimento do STF, marque **certo.**

É importante também saber que o STF fixou o entendimento de que a alienação do **controle acionário** de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, sempre que isso acarretar perda do controle acionário (alienação do controle acionário.

Contudo, não se exige autorização legislativa para a alienação do controle de suas subsidiárias e controladas. Também não se exige que a alienação seja precedida de licitação, desde que siga procedimentos que observem os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da CF/88, respeitada, sempre, a exigência de necessária competitividade. STF. Plenário. ADI 5624 MC-Ref/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 5 e 6/6/2019 (Info 943).

5. Terceiro Setor/Paraestatais

Veremos, agora, as entidades do terceiro setor do Estado.

5.1. Introdução

No terceiro setor ou nas paraestatais, estão todas as pessoas que realizam atividade de interesse público, sem finalidade lucrativa.

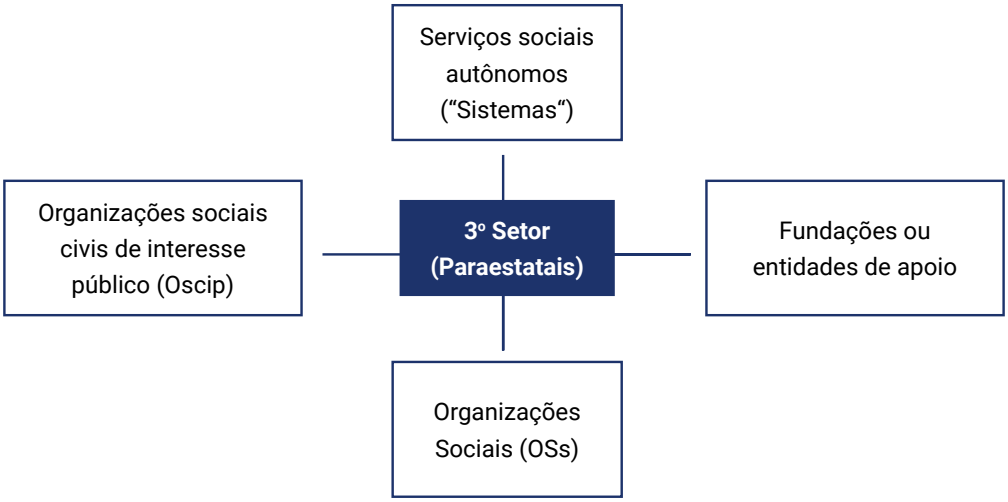
O **primeiro setor** é o Estado, composto pela administração direta e indireta. O **segundo setor** é o mercado: são pessoas de direito privado que atuam no mercado, visando ao lucro. E o **terceiro setor** são pessoas privadas incentivadas pelo Estado para exercerem atividade privada de interesse público, sendo estimuladas por meio do fomento. Atualmente, fala-se em um quarto setor: o mercado informal e aqueles que desempenham atividades ilícitas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

A expressão paraestatal é, atualmente, utilizada para se referir ao terceiro setor do Estado. No entanto, a expressão já foi utilizada pela doutrina para se referir a toda a administração indireta ou, também, às empresas públicas e as sociedades de economia mista. Assim foi a previsão no Código Penal, art. 327.

Atualmente, as entidades incluídas no terceiro setor (paraestatais) são:

- Serviços Sociais Autônomos (Sistema "S");
- Organizações Sociais (OSs);
- Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscips);
- Fundações ou entidades de apoio.



Em todas essas entidades estão presentes as mesmas características: são entidades privadas, no sentido de que são instituídas por particulares (salvo o caso do Sistema "S"); desempenham serviços não exclusivos do Estado, porém em colaboração com ele, recebem algum tipo de incentivo do poder público, por essa razão, sujeitam-se a controle pela administração pública e pelo Tribunal de Contas.

Vamos ver cada uma dessas entidades. Venha comigo! Força, guerreiro(a)! A persistência leva à perfeição!

5.2. Serviços Sociais Autônomos – Entidades do Sistema "S"

São pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, sem fins lucrativos, para prestar assistência profissional. São chamados de Sistema "S" porque geralmente começam com a letra "S": Sesc, Senai, Senat, Sebrae, Apex Brasil. Cada uma presta apoio a um determinado setor: comerciários, indústria, transporte, micro e pequenas empresas, exportação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

As entidades paraestatais são, via de regra, criadas pelos particulares, com exceção dos serviços sociais autônomos, que são criados pelo poder público. Os recursos financeiros para a manutenção dessas entidades provêm de contribuições sociais (tributos) que são cobrados das empresas do setor.

Essas entidades estão vinculadas à supervisão do ministério em cuja área de competência estejam enquadradas. Também devem prestar contas aos Tribunais de Contas.

A questão sobre as licitações é o que mais cai em prova.

Assim, a posição atual do TCU é no sentido de que esses entes não precisam realizar licitação, mas devem estabelecer atos normativos próprios, a fim de estabelecer um mínimo de competição antes de suas contratações, obedecendo aos princípios que orientam a Lei de Licitações.

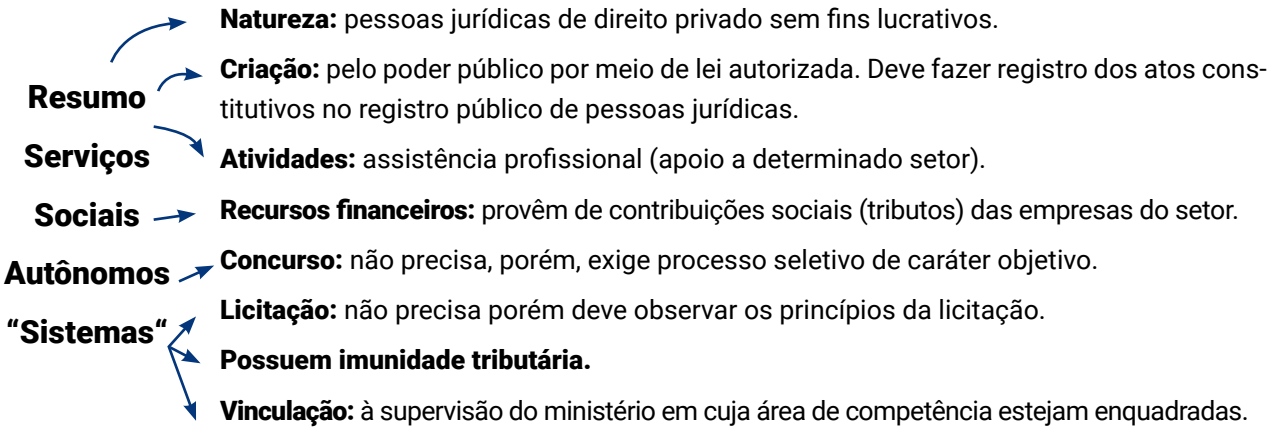
Portanto, se a questão de concurso afirmar: as entidades do Sistema "S" devem fazer licitação, marque errado. Mas se afirmar que as entidades do sistema "S" devem observar os princípios da licitação, marque certo.

Essas entidades não precisam fazer licitação, mas devem observar seus princípios, como, por exemplo, legalidade, julgamento objetivo, vinculação ao edital etc. Possuem a imunidade tributária do art. 150, VI, da CF/1988 ("atendidos os requisitos da lei"), pois se dedicam às atividades de assistência social e de educação para o trabalho. Suas ações são processadas e julgadas na Justiça Estadual, uma vez que são pessoas jurídicas de direito privado.

Súmula n. 516 do STF

O Serviço Social da Indústria (Sesi) está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual.

O STF entendeu que, por possuírem natureza jurídica de direito privado e não integrarem a administração pública, não estão sujeitos à observância da regra de concurso público (art. 37, II, CF) para contratação de seu pessoal.



O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 13 (2019/VUNESP/PREFEITURA DE GUARULHOS-SP/INSPETOR FISCAL DE RENDAS) Sobre as entidades que integram os Serviços Sociais Autônomos (Sistema S), assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

a) As entidades do "Sistema S" integram a Administração Direta, não possuindo autonomia administrativa.

b) As entidades do "Sistema S" estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal.

c) As entidades do "Sistema S" ostentam natureza de pessoa jurídica de direito público e integram a Administração Pública.

d) As contratações feitas pelas entidades integrantes do "Sistema S" se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei n. 8.666/93.

e) As entidades do Sistema "S" têm natureza privada e possuem autonomia administrativa, motivo pelo qual não se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei n. 8.666/93.

COMENTÁRIO

Letra e.

a) Errada. As paraestatais são pessoas de direito privado que colaboram com o Estado em atividades de interesse público, como, por exemplo, os Serviços Sociais Autônomos – Sistema "S" (ex.: Sesc, Senai, Senat etc.), as Organizações Sociais (OSs), e as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscips). Essas entidades **não** fazem parte da estrutura da administração pública, não estão na administração direta ou na administração indireta. Estão ao lado (paralelas) do Estado, na prestação de atividades de interesse social.

b) Errada. O STF entendeu que, por possuírem natureza jurídica de direito privado e não integrarem a administração pública, não estão sujeitos à observância da regra de concurso público (art. 37, II, CF) para contratação de seu pessoal.

c) Errada. Como já dito, essas entidades não fazem parte da Administração pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Errada. Essas entidades não precisam fazer licitação, mas devem observar seus princípios, como, por exemplo, legalidade, julgamento objetivo, vinculação ao edital etc. Possuem a imunidade tributária do art. 150, VI, da CF/1988 (“atendidos os requisitos da lei”), pois se dedicam às atividades de assistência social e de educação para o trabalho. Suas ações são processadas e julgadas na Justiça Estadual, uma vez que são pessoas jurídicas de direito privado.
e) Certa. A posição atual do TCU é no sentido de que esses entes não precisam realizar licitação, mas devem estabelecer atos normativos próprios, a fim de estabelecer um mínimo de competição antes de suas contratações, obedecendo aos princípios que orientam a Lei de Licitações.

5.3. Organizações Sociais (OSs)

São entidades privadas que recebem a qualificação de Organização Social. Existem diversas entidades criadas por particulares, na forma de associação ou fundação, que executam atividades de interesse público sem fins lucrativos. Algumas existem e se mantêm sem nenhuma ligação com o Estado. Outras desejam se aproximar um pouco mais do Estado, a fim de receber verbas públicas ou bens públicos com o intuito de continuarem a realizar sua atividade social.

Conforme a Lei n. 9.637/1998, o Poder Executivo Federal poderá qualificar como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao **ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos da lei**. As entidades privadas que atuem nessas áreas poderão receber a qualificação de OSs.

A Lei n. 9.637/1998 teve por objetivo transferir os serviços não exclusivos do Estado para o setor privado, por meio da “absorção” de órgãos públicos, com a sua consequente substituição por entidades privadas. Esse fenômeno é conhecido como publicização. Com a publicização, um órgão público é extinto e outra entidade de direito privado o substitui no serviço antes prestado.

O vínculo com o poder público para qualificação da entidade como organização social é estabelecido mediante a celebração de **contrato de gestão**. As Organizações Sociais podem receber recursos orçamentários, utilização de bens públicos e servidores públicos. Nas OSs, deve haver um conselho de administração com representantes do poder público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

5.3.1. Procedimento Licitatório

Esse tema foi um dos mais polêmicos sobre as OSs. Toda a confusão decorreu de uma sucessão de leis e decisões jurisprudenciais, mas agora o assunto parece estar pacificado. É importante conhecer as seguintes conclusões do julgamento proferido no STF pela ADI n. 1923.

> I – o procedimento de qualificação das entidades como Organizações Sociais deveria ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF, e de acordo com parâmetros fixados segundo o disposto no art. 20 da Lei n. 9.637/1998;
> a entidade qualificada como OS não precisa fazer licitação quando for contratar com terceiros. Porém, o processo de contratação deve ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF;
> II – são válidas as outorgas de permissão de uso de bem público para as entidades qualificadas como OS. Porém, o procedimento deve ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF;
> III – as entidades qualificadas como OS não precisam fazer concurso. Porém, a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade;
> IV – as entidades qualificadas como OS estão sujeitas à fiscalização do MP e do TCU. Para o STF qualquer interpretação que restringisse o controle, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, da aplicação de verbas públicas deveria ser afastada.

Uma vez classificada como OS, a entidade pode ser contratada por qualquer órgão ou entidade pública sem que precise ser feita licitação, já que o inciso XXIV do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 assim permite.

> [...] celebração de contratos de prestação de serviços com as Organizações Sociais, qualificadas, no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Como exemplo de OS, podemos citar a Cebraspe, entidade privada que recebeu a qualificação de OS.

Em alguns Estados, muito se fala em prestar o serviço de educação e saúde por meio de OS. Esse tema gera muita polêmica. Nesse caso, uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada para atuar nessa área, recebe a qualificação e substitui o órgão público que antes realizava a atividade. O Estado, por sua vez, fará o repasse de verbas públicas, bens públicos e até de servidores públicos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Resumo OS	**Ato de qualificação:** ato discricionário do Estado.
	Vínculo: contrato de gestão.
	Qualificação: por meio do Poder Executivo Federal.
	Natureza: pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.
	Atividades: dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
	Licitação: não precisa fazer licitação, porém, a contratação deve observar os princípios do *caput* do art. 37 da CF/88.
	Concurso: não precisam fazer concurso, porém, a seleção de pessoal deve observar os princípios do *caput* do art. 37 da CF/88.
	Podem receber servidores cedidos pela administração.
	Recebem repasses orçamentários.
	Lei n. 9.637/1998: substituir órgãos públicos por entidades privadas (*"publicização").

DIRETO DO CONCURSO

Questão 14 (2019/VUNESP/PREFEITURA DE POÁ-SP/PROCURADOR JURÍDICO) Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão. Assim, é correto concluir que

a) os processos de qualificação, celebração do contrato de gestão, dispensa de licitação e outorga de permissão de uso de bem público não precisam ser necessariamente conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal; não devem observância aos princípios constitucionais expressos aplicáveis à Administração Pública.

b) os contratos a serem firmados pelas organizações sociais com terceiros, com a utilização de recursos públicos – ou seja, as situações em que a Organização Social figura como contratante de bens, serviços e compras de fornecedores do mercado – seguem necessariamente a Lei n. 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos).

c) a aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao poder de fiscalização do Tribunal de Contas.

d) a seleção de pessoal pelas organizações sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, em observância aos princípios constitucionais expressos, na forma disciplinada em regulamento próprio editado por cada entidade.

e) a aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao controle do Ministério Público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

COMENTÁRIO

Letra d.

a) Errada. Devem sim ser observados os princípios da administração pública.

> **Lei n. 9.637/1998, Art. 7º** Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos [...]:

b) Errada. As organizações sociais não precisam fazer licitação para contratar. Sobre o assunto, é importante conhecer as seguintes conclusões do julgamento proferido no STF pela ADI n. 1923.

> **JURISPRUDÊNCIA**
>
> I – o procedimento de qualificação das entidades como Organizações Sociais deveria ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF, e de acordo com parâmetros fixados segundo o disposto no art. 20 da Lei n. 9.637/1998;
>
> a entidade qualificada como OS não precisa fazer licitação quando for contratar com terceiros. Porém, o processo de contratação deve ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF;
>
> II – são válidas as outorgas de permissão de uso de bem público para as entidades qualificadas como OS. Porém, o procedimento deve ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF;
>
> III – as entidades qualificadas como OS não precisam fazer concurso. Porém, a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade;
>
> IV – as entidades qualificadas como OS estão sujeitas à fiscalização do MP e do TCU. Para o STF qualquer interpretação que restringisse o controle, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, da aplicação de verbas públicas deveria ser afastada.

> [...] celebração de contratos de prestação de serviços com as Organizações Sociais, qualificadas, no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Errada. As OSs se submetem à fiscalização do TCU.

> **Lei n. 9.637/98**
> **Art. 9º** Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

d) Certa. É o que estabelece trecho da ADI 1923 já citada:

> [...] as entidades qualificadas como OS não precisam fazer concurso. Porém, a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade;

e) Errada. As OSs se submetem também ao controle do Ministério Público:

> **Lei n. 9.637/1998, Art. 10.** Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

5.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips)

São pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, em que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias devem atender aos requisitos instituídos pela Lei n. 9.790/1999. A qualificação é de competência do Ministério da Justiça. Seu campo de atuação é semelhante ao da OS, entretanto, é mais amplo:

> **Art. 3º** A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:
> I – promoção da assistência social;
> II – promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
> III – promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
> IV – promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
> V – promoção da segurança alimentar e nutricional;

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
VII – promoção do voluntariado;
VIII – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
IX – experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
X – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
XI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
XII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

A lei das Oscips apresenta uma lista de entidades que não podem receber a qualificação:

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:
I – as sociedades comerciais;
II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
III – as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
IV – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
VI – as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
VII – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
VIII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
IX – as Organizações Sociais;
X – as cooperativas;
XI – as fundações públicas;
XII – as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
XIII – as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

O vínculo que une a entidade ao Estado é o chamado termo de parceria.

Para a qualificação de entidade como Oscip, exige-se que tenha sido constituída e se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, três anos (art. 1º, com redação dada pela Lei n. 13.019/2014).

O TCU tem entendido que o vínculo firmado pelo termo de parceria por órgãos ou entidades da Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público não demanda licitação. Conforme o art. 23 do Decreto n. 3.100/1999, haverá a realização de concurso

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

de projetos pelo órgão estatal interessado em construir parceria com Oscips para obtenção de bens e serviços e para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria.

Resumo OSCIP	**Ato de qualificação:** ato vinculado (ao preencher as condições).
	Vínculo: termo de parceria.
	Qualificação: pelo Ministério da Justiça.
	Natureza: pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.
	Licitação: não precisa.
	Concurso: não precisa.
	Lei n. 9.790/1999: prestar apoio a entidade estatal social.

DIRETO DO CONCURSO

Questão 15 (2019/VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP/PROCURADOR JURÍDICO) A Lei n. 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, instituiu uma das principais inovações no Terceiro Setor.

É correto afirmar que o enunciado se refere a um novo instrumento jurídico, denominado

a) protocolo de intenções.

b) acordo de leniência.

c) termo de parceria.

d) desapropriação indireta.

e) contrato de consórcio.

COMENTÁRIO

Letra c.

As organizações da sociedade civil de interesse público são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, em que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias devem atender aos requisitos instituídos pela Lei n. 9.790/1999. A qualificação é de competência do Ministério da Justiça. O vínculo que une a entidade ao Estado é o chamado termo de parceria.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> **Lei n. 9.790/1999, Art. 9º** Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Mas, professor, se a OS exerce atividade de interesse público e não tem fim lucrativo e a Oscip tem essas mesmas características, qual a diferença entre as duas entidades?

Realmente, a função das duas é bem similar. As OSs vieram para **substituir** órgãos e entidades públicas, visando a diminuição do tamanho do Estado. Como dissemos, o órgão público é extinto e uma entidade privada recebe a qualificação e executa a atividade em seu lugar. Já as Oscips visam auxiliar o Estado no exercício de atividades de interesse público.

OS	OSCIP
Regida pela Lei n. 9.637/1998.	Regida pela Lei n. 9.790/1999.
Qualificação pelo Poder Executivo Federal.	Qualificação pelo Ministério da Justiça.
A qualificação é ato discricionário.	A qualificação é ato vinculado.
Celebra contrato de gestão.	Celebra termo de parceria.
A lei não dispõe sobre quem pode se qualificar (art. 1º).	A lei dispõe sobre quem **não** pode se qualificar (art. 2º).
A área de atuação é mais restrita (art. 1º).	A área de atuação é mais ampla (art. 3º).
Podem receber bens públicos e servidores.	Na lei não há essa previsão.
Visa a substituição de órgãos e entidades públicas.	Visa auxiliar o Estado em atividade de interesse público.

5.5. Fundações ou Entidades de Apoio

Essas entidades quase não aparecem em provas de concurso.

As fundações de apoio são criadas por fundações governamentais, que fazem parte da Administração indireta, diferentemente da sua fundação de apoio. Como exemplo, podemos citar a Finatec, entidade de apoio vinculada à Fundação Universidade de Brasília (FUB).

Para concursos, basta saber que as fundações de apoio fazem parte do terceiro setor do Estado.

Fundações ou Entidades de Apoio	**Conceito:** fundações que prestam apoio a outras fundações públicas.
	Criação: criadas por fundações governamentais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

RESUMO

A ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA OU DIRETA corresponde à atuação direta pelo próprio Estado por meio de seus **órgãos**. A criação de órgãos resulta da DESCONCENTRAÇÃO, que é uma distribuição **interna** de competências dentro da mesma pessoa jurídica. Na desconcentração tem-se o CONTROLE HIERÁRQUICO, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

O conceito legal de órgão está contido no art. 1º, § 2º, da Lei n. 9.784/99, sendo a unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta e da estrutura da administração indireta.

A desconcentração pode ser feita tanto em razão da **matéria**, **hierarquia** e **território**.

Na DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ocorre distribuição de competências de uma para outra pessoa jurídica com a criação de **entidades** dotadas de **personalidade jurídica própria:** são as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista (administração indireta). Na descentralização ocorre CONTROLE FINALÍSTICO, pois as entidades da administração indireta permanecem **vinculadas** à finalidade para a qual foram criadas. O controle finalístico visa evitar que a entidade descentralizada, no exercício de sua autonomia, atue fora dos limites que resultaram na sua criação. O controle finalístico também é chamado de tutela ou controle administrativo ou supervisão ministerial em nível federal.

DESCONCENTRAÇÃO – CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS; DESCENTRALIZAÇÃO – CRIAÇÃO DE ENTIDADES.

Administração direta é a prestação da atividade pelo próprio ente político por meio de seus órgãos, **incluindo** órgãos do Judiciário e Legislativo.

CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS: não possuem personalidade jurídica; não possuem patrimônio próprio; não possuem capacidade processual. Contudo, é admissível a **impetração de mandado de segurança por órgãos de natureza constitucional**, quando se trata de defesa de suas prerrogativas. Segundo a doutrina apenas órgãos **independentes e autônomos**, podem ter **capacidade processual** para a defesa de suas prerrogativas institucionais. Essa capacidade para estar em juízo também é conhecida como PERSONALIDADE JUDICIÁRIA.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Hoje prevalece a teoria do ÓRGÃO, formulada pelo alemão Otto Giercke, segundo a qual as pessoas jurídicas expressam a sua vontade por meio de seus próprios órgãos, titularizados por seus agentes. Essa teoria superou a teoria da representação e do mandato.

A criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de LEI.

Classificação dos órgãos:

- **INDEPENDENTES:** são os originários da Constituição e representativos dos poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional;
- **AUTÔNOMOS:** localizados na cúpula da administração, imediatamente abaixo dos órgãos independentes e diretamente subordinados os seus chefes. Têm ampla **autonomia administrativa e financeira**;
- **SUPERIORES:** detêm poder de direção, controle e decisão e comando de assuntos de sua competência específica, mas sempre sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia mais alta.

Formas de descentralização administrativa: territorial ou geográfica; técnica/serviços/funcional/delegação legal/outorga, ocorre quando são criadas ou autorizadas a criação, mediante lei específica, de pessoas jurídicas para a prestação de uma atividade, surgindo as entidades da administração indireta; colaboração/delegação/delegação negocial, transfere para particulares a prestação de uma atividade administrativa. Essa forma pode ser decorrer de contrato administrativo ou mediante ato administrativo.

Somente por **lei específica** poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a **lei complementar**, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Segundo o STF, basta a **lei autorizativa geral** da empresa pública ou sociedade de economia mista ter previsão para a criação de subsidiárias que se dispensa a autorização legislativa em cada caso.

A doutrina admite administração indireta no Poder Legislativo e Judiciário.

AUTARQUIAS:

- Finalidade: exerce atividade típica de estado. Não pode exercer atividade econômica. Conforme STJ e STF, a OAB não é considerada autarquia;

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

- Personalidade de direito público;
- Autonomia administrativa e financeira (não possui capacidade política);
- Especialização dos fins ou atividades;
- Sujeição a controle ou tutela (indispensável para que não desvie dos seus fins);
- Regime jurídico dos servidores e de dirigentes: servidores estatutários: dirigente ocupa cargo em comissão os demais cargos são efetivos. Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, a exigência de aprovação legislativa prévia para a **exoneração** de ocupantes de cargos do poder executivo, ou previsão de exoneração direta de tais servidores pelo próprio poder legislativo são inconstitucionais;
- Responsabilidade **objetiva** na forma do art. 37, § 6º, da CF/1988;
- **Prerrogativas autárquicas**: imunidade tributária; impenhorabilidade de seus bens e suas rendas; imprescritibilidade de seus bens (não admite usucapião); prescrição quinquenal; créditos sujeitos à execução fiscal; considerada fazenda pública; aplicação do art. 183 do Novo CPC: prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal; aplicação do art. 493 do Novo CPC (reexame necessário); isenção de custas processuais; fixação de honorários de acordo com o art. 85 do Novo CPC.

AGÊNCIAS EXECUTIVAS: é uma **qualificação** dada à autarquia ou fundação que por meio do *contrato de gestão* com o órgão da administração direta a que esteja vinculada amplia sua autonomia (gerencial, administrativa e financeira) para a melhoria da eficiência e redução de custos (art. 37, § 8º).

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) são as agências reguladoras com "referência" constitucional.

A principal diferença entre uma autarquia comum e a agência reguladora está no modo de escolha ou nomeação do dirigente. No caso das agências reguladoras, os dirigentes são indicados pelo chefe do Poder Executivo, mas dependem de aprovação do Poder Legislativo. No plano federal, essa aprovação é feita pelo Senado Federal.

CONSÓRCIOS PÚBLICOS: os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação, nos termos do art. 241 da CF/1988 e da Lei n. 11.107/05, para a prestação de serviços públicos na forma de gestão associada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

FUNDAÇÕES: o Estado pode criar fundações de direito público (autarquias) ou de direito privado (derrogação do regime privado). A fundação, criada pelo estado como pessoa jurídica de direito público, será criada por lei específica tal qual a autarquia.

Características:

- Atividade: pratica atividade não exclusiva do Estado (saúde, educação, atividade cultural [...]);
- Licitação e contratos: incidem as normas de contratação e licitação da Lei n. 8666/1993;
- Possibilidade de qualificação como agência executiva;
- Imunidade tributária: as duas modalidades de fundações instituídas pelo poder público (públicas e privadas) fazem jus à imunidade tributária;
- Controle financeiro exercido pelo Tribunal de Contas.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E EMPRESA PÚBLICA:

- Desempenham atividade de natureza econômica ***ou*** prestam serviços públicos;
- Regime de pessoal: emprego público. Necessidade de realização de concurso público. No caso dos cargos de direção, são regidos por um regime diferenciado que não tem definição em lei própria;
- Regime tributário: não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado. O STF adotou o entendimento de que a Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos (ECT) está abrangida pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, vi, *a*, da CF/1988, por se tratar de prestadora de serviço público exclusivo do Estado. Infraero, mesmo caso;
- Regime de bens: os bens são considerados privados. Entretanto, a jurisprudência entende que os bens das prestadoras de serviços públicos diretamente destinados à prestação do serviço não são passíveis de penhora;
- Falência: de acordo com a Lei de Falência, não podem falir. Doutrina admite a falência para as que exploram atividade econômica.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

	EP	SEM
Forma de organização	Qualquer forma.	SA.
Composição do capital	Totalmente público ("100% público"). – Mais de um ente federativo. – Pessoas administrativas da administração indireta.	Público e privado. Maioria das ações com direito a voto tem que ser do poder público ou de entidade da administração indireta (Decreto Lei n. 200/67, art. 5º, III).
Foro processual	EP federal – Justiça Federal se autoras, rés, assistentes ou opoentes, nos termos do art. 109 da CF/1988.	Justiça Estadual.

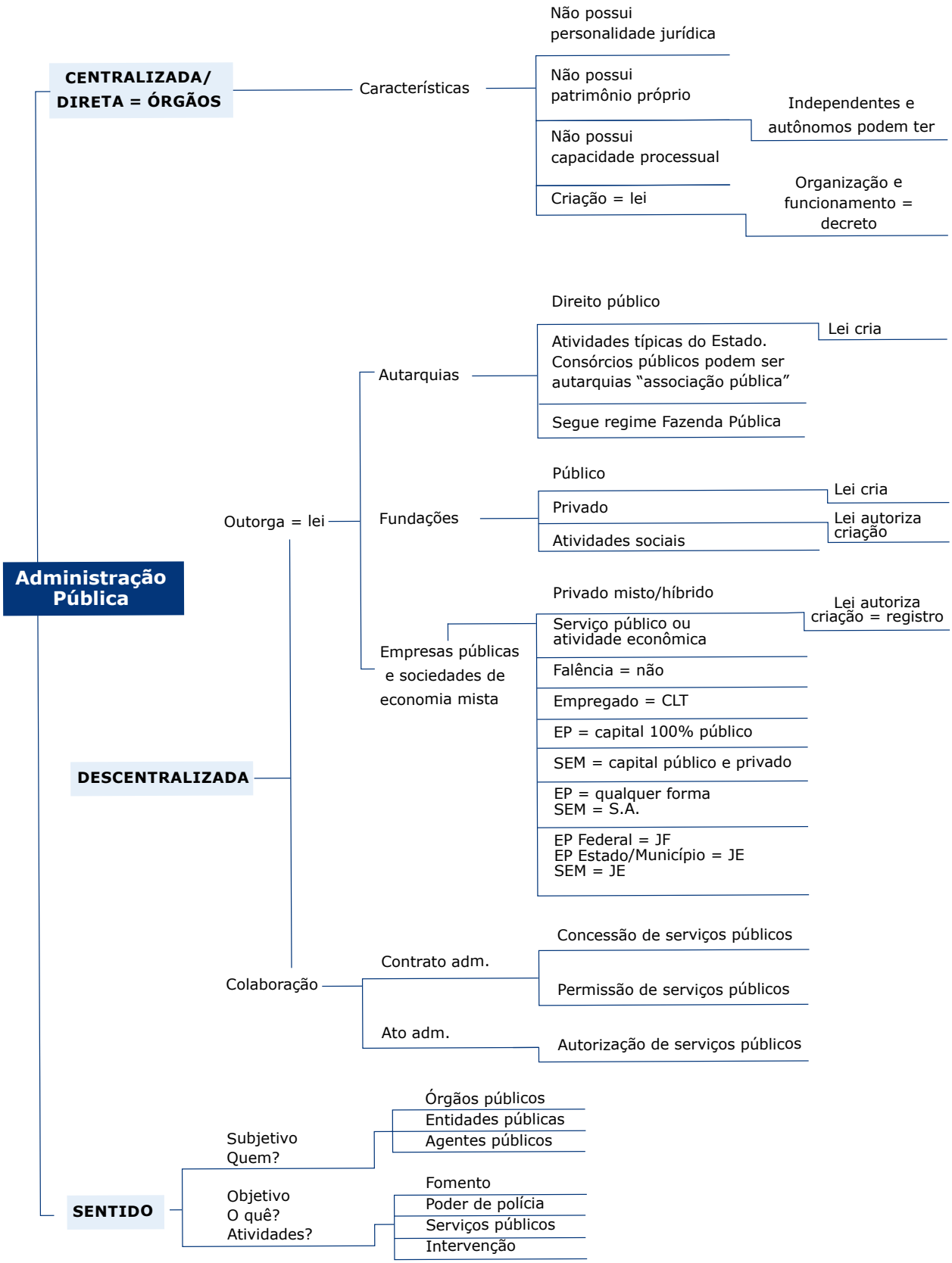
PARAESTATAIS: para fins de concurso, as paraestatais são pessoas de direito privado, sem fins lucrativos, que realizam atividades de interesse público, estando no terceiro setor do Estado.

Atualmente, as entidades incluídas no terceiro setor, paraestatais, são os Serviços Sociais Autônomos (Sistema "S"), as Organizações Sociais (OSs), Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscips), fundações ou entidades de apoio.

Sistema "S": a **posição atual do TCU** é no sentido de que esses entes **não precisam realizar licitação**, mas devem estabelecer atos normativos próprios a fim de estabelecer um mínimo de competição antes de suas contratações, obedecendo aos princípios que orientam a Lei de Licitações. A justiça competente é a Justiça comum **estadual**, pois são pessoas jurídicas de direito privado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

MAPA MENTAL



O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

QUESTÕES DE CONCURSO

Questão 1 (2018/CESPE/STJ/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 2 A 6) Com relação à organização da administração pública e a licitações e contratos administrativos, julgue o item que se segue.

A descentralização administrativa, um dos princípios que regem a administração pública, pressupõe a criação de entidades com personalidade jurídica própria para o exercício de funções tipicamente estatais.

Questão 2 (2018/CESPE/STJ/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 2 A 6) Com relação à organização da administração pública e a licitações e contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Na estrutura da administração pública, a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e as autarquias possuem natureza jurídica de pessoa jurídica de direito público.

Questão 3 (2018/CESPE/TCM-BA/AUDITOR ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA) Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado e que mantêm vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio, denominam-se

a) entidades de apoio.

b) serviços sociais autônomos.

c) organizações sociais.

d) autarquias em regime especial.

e) organizações da sociedade civil de interesse público.

Questão 4 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue o item a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Situação hipotética: Uma instituição religiosa que oferece programa educacional de alfabetização para pessoas de baixa renda pretende a qualificação como organização da sociedade civil de interesse público por meio de um termo de parceria a ser firmado com a União. Assertiva: Há vedação expressa em lei federal ao pleito da instituição religiosa.

Questão 5 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos.

Em regra, o servidor público da administração autárquica que estiver no exercício de mandato eletivo ficará afastado do seu cargo, emprego ou função, disposição também aplicável ao servidor da administração pública fundacional.

Questão 6 (2018/CESPE/PGE-PE/PROCURADOR DO ESTADO/ADAPTADA) No que diz respeito à administração indireta e ao regime jurídico das agências reguladoras e executivas, julgue o item:

Embora a estabilidade seja a regra para o mandato dos dirigentes das agências reguladoras, a lei instituidora da agência pode estabelecer condições distintas para a perda de cargo de seus dirigentes.

Questão 7 (2018/CESPE/PGE-PE/PROCURADOR DO ESTADO/ADAPTADA) No que diz respeito à administração indireta e ao regime jurídico das agências reguladoras e executivas, julgue o item:

Desde que apresentem plano de reestruturação e celebrem contrato de gestão com o órgão supervisor, as associações civis podem ser qualificadas como agências executivas.

Questão 8 (2018/CESPE/PGE-PE/PROCURADOR DO ESTADO) Considerando que a administração pública pretenda celebrar uma parceria, sem a transferência de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil para a execução de finalidade de interesse público e recíproco na área de educação, assinale a opção que, de acordo com o marco regulatório das organizações da sociedade civil, corresponde ao instrumento adequado a esse caso.

a) convênio

b) termo de fomento

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) termo de colaboração

d) acordo de cooperação

e) protocolo de intenções

Questão 9 (2018/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR DO ESTADO/BLOCO II) Assinale a opção que apresenta característica comum às sociedades de economia mista e às empresas públicas.

a) Estão sujeitas ao regime de precatórios, como regra.

b) Não gozam de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado.

c) Não precisam realizar procedimento licitatório, a fim de viabilizar a atuação no mercado competitivo.

d) São criadas por lei.

e) Não estão sujeitas à fiscalização dos tribunais de contas.

Questão 10 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos princípios da administração pública, de noções de organização administrativa e da administração direta e indireta, julgue o item que se segue.

As autarquias são pessoas jurídicas criadas por lei e possuem liberdade administrativa, não sendo subordinadas a órgãos estatais.

Questão 11 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos princípios da administração pública, de noções de organização administrativa e da administração direta e indireta, julgue o item que se segue.

A descentralização administrativa consiste na distribuição interna de competências agrupadas em unidades individualizadas.

Questão 12 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos princípios da administração pública, de noções de organização administrativa e da administração direta e indireta, julgue o item que se segue.

Embora não estejam previstos expressamente na Constituição vigente, os princípios da indisponibilidade, da razoabilidade e da segurança jurídica devem orientar a atividade da administração pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 13 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos princípios da administração pública, de noções de organização administrativa e da administração direta e indireta, julgue o item que se segue.

A competência pública conferida para o exercício das atribuições dos agentes públicos é intransferível, mas renunciável a qualquer tempo.

Questão 14 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) Considerando a doutrina majoritária, julgue o próximo item, referente ao poder administrativo, à organização administrativa federal e aos princípios básicos da administração pública.

Quando criadas como autarquias de regime especial, as agências reguladoras integram a administração direta.

Questão 15 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS) Em relação à organização administrativa e à licitação administrativa, julgue o item a seguir.

Por ser dotada de personalidade jurídica de direito público e integrar a administração pública indireta, a empresa pública não pode explorar atividade econômica.

Questão 16 (2018/CESPE/DPE-PE/DEFENSOR PÚBLICO) Considerando-se as novas formas de desestatização da prestação de serviços públicos de caráter social, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que, atendidos os requisitos previstos em lei, firmam parceria com o poder público, por instrumento de contrato de gestão, para a execução de atividades de interesse público — especialmente ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde — recebem a qualificação de

a) agência executiva.

b) fundação pública.

c) organização social.

d) organização da sociedade civil de interesse público.

e) serviço social autônomo.

Questão 17 (2018/CESPE/PC-MA/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Com relação à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

I – As autarquias são pessoas jurídicas com capacidade de autodeterminação, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei para o desempenho de atividades típicas do Estado, submetidas ao controle hierárquico pela administração pública direta.

II – As sociedades de economia mista e empresas públicas são entidades de direito privado integrantes da administração indireta, criadas por autorização legal, para o desempenho de atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, prestação de serviços públicos.

III – Por meio da contratação de consórcios públicos, poderão ser constituídas associações públicas para a realização de objetivos de interesse comum, adquirindo tais entidades personalidade jurídica de direito público e passando a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados.

IV – Por serem entes despersonalizados, os órgãos públicos não detêm capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Questão 18 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2 E 3) A respeito da organização e dos poderes da administração pública, julgue o próximo item.

A criação de secretaria municipal de defesa do meio ambiente por prefeito municipal configura caso de desconcentração administrativa.

Questão 19 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2 E 3) No tocante às organizações da sociedade civil de interesse público e aos consórcios públicos, julgue o item subsequente.

O consórcio formado por entes públicos pode assumir a forma de pessoa jurídica de direito privado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 20 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2 E 3) No tocante às organizações da sociedade civil de interesse público e aos consórcios públicos, julgue o item subsequente.

O instrumento que estabelece o vínculo entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público é o termo de parceria.

Questão 21 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

Autarquia é pessoa jurídica criada por lei específica, com personalidade jurídica de direito público.

Questão 22 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

As sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime trabalhista próprio das empresas privadas.

Questão 23 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

Define-se desconcentração como o fenômeno administrativo que consiste na distribuição de competências de determinada pessoa jurídica da administração direta para outra pessoa jurídica, seja ela pública ou privada.

Questão 24 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

A empresa pública, entidade da administração indireta, possui personalidade jurídica de direito público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 25 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

É possível a constituição de fundação pública de direito público ou de direito privado para a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, quando relevante ao interesse público.

Questão 26 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Julgue o item a seguir, referente a conceitos, tipos e formas de controle na administração pública.

No caso das autarquias e das empresas estatais em geral, o controle é pleno e ilimitado.

Questão 27 (2018/CESPE/TCE-PB/AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS/DEMAIS ÁREAS) As organizações sem fins lucrativos que são voltadas à resolução de problemas coletivos de interesse social e podem prestar serviços públicos são

a) as sociedades de economia mista.

b) os consórcios públicos.

c) os convênios públicos.

d) as fundações.

e) as organizações da sociedade civil de interesse público.

Questão 28 (2018/CESPE/TCE-PB/AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS/DEMAIS ÁREAS) As entidades que integram a administração pública indireta incluem as

a) autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

b) secretarias estaduais, as autarquias e as fundações privada.

c) autarquias, as fundações e as organizações sociais.

d) organizações sociais, os serviços sociais autônomos e as entidades paraestatais.

e) empresas públicas, as sociedades de economia mista e os serviços sociais autônomos.

Questão 29 (2018/CESPE/TCE-PB/AGENTE DE DOCUMENTAÇÃO) No processo de descentralização por serviço, em que o órgão passa a deter a titularidade e a execução do serviço, ocorre

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) o exercício da capacidade administrativa do órgão descentralizado mediante dependência financeira em relação ao poder central.

b) a sujeição do órgão descentralizado a controle — ou tutela —, exercido pelo poder central nos limites da lei para assegurar certa independência ao órgão descentralizado.

c) o uso de patrimônio próprio pelo órgão descentralizado, bem como a sua não sujeição ao princípio da especialização.

d) a sujeição do órgão descentralizado ao princípio da especialização, bem como a sua dependência financeira em relação ao poder central.

e) a distribuição interna de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

Questão 30 (2020/CESPE/MPE/CE/TÉCNICO MINISTERIAL) No que diz respeito à administração pública direta, à administração pública indireta e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

A administração pública indireta é composta por órgãos e agentes públicos que, no âmbito federal, constituem serviços integrados na estrutura administrativa da presidência da República e dos ministérios.

Questão 31 (2020/CESPE/MPE-CE/TÉCNICO MINISTERIAL) No que diz respeito à administração pública direta, à administração pública indireta e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

Ministros e secretários estaduais e municipais são agentes políticos cujos vínculos funcionais não têm natureza permanente, mas que, com base no seu poder político, traçam e implementam políticas públicas constitucionais e políticas públicas de governo.

Questão 32 (2020/CESPE/TJ-PA/OFICIAL DE JUSTIÇA) A administração indireta inclui as sociedades de economia mista, cujos agentes são

a) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

b) empregados públicos regidos pela CLT que não se submetem às normas constitucionais relativas a concurso público nem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

d) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

e) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

Questão 33 (2019/CESPE/TJ-PA/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Com relação à distinção entre empresa pública e sociedade de economia mista, assinale a opção correta.

a) Empresa pública é uma entidade privada criada por lei com a finalidade de realizar um serviço público, enquanto a sociedade de economia mista é criada de forma similar às empresas privadas, com a finalidade de exercer atividade econômica.

b) Empresa pública possui personalidade jurídica de direito público, enquanto a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.

c) Na empresa pública, o capital é exclusivo das pessoas jurídicas de direito público; na sociedade de economia mista, o poder público detém a maioria das ações com direito a voto, mas pode haver participação privada no capital.

d) Na empresa pública, as ações com direito a voto são exclusivas do ente público que a controla; na sociedade de economia mista, o ente público controla a maior parte do capital, mas pode não possuir a maioria das ações com direito a voto.

e) Na empresa pública, o capital social é inteiramente público; na empresa de economia mista, o poder público detém a maioria do capital social da empresa.

Questão 34 (2019/CESPE/TCE-RO/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/ADMINISTRAÇÃO) Por princípio, as agências reguladoras

a) são constituídas como pessoa jurídica de direito privado e, por isso, deveriam ser classificadas como fundação.

b) são entes vinculados e podem celebrar contratos de gestão com respectivos ministérios.

c) possuem independência e podem escolher instrumentos que incentivem a eficiência produtiva e alocativa.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) recebem certificação e podem celebrar termos de parceria com o poder público.

e) promovem gestão associada de serviços públicos e transferência de encargos e de pessoal.

Questão 35 (2019/CESPE/MPC-PA/ ANALISTA MINISTERIAL/COMUNICAÇÃO SOCIAL) Acerca da administração direta, indireta, centralizada e descentralizada, assinale a opção correta.

a) A descentralização consiste na repartição de competências exclusivamente entre órgãos da administração pública.

b) O ente central da administração direta exerce, simultaneamente, a titularidade e a execução do serviço público.

c) Diferentemente da descentralização administrativa, a descentralização política pressupõe uma relação de subordinação entre os entes integrantes do sistema federativo.

d) Os estados-membros são criados via descentralização administrativa e exercem atribuições que decorrem do seu ente central.

e) O conceito de administração direta restringe-se ao Poder Executivo, na medida em que este concentra a titularidade do desempenho das funções administrativas do Estado.

Questão 36 (2019/CESPE/MPC-PA/ANALISTA MINISTERIAL/COMUNICAÇÃO SOCIAL) A sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertence, direta ou indiretamente, a ente federativo controlador e que dele recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal é denominada

a) empresa estatal dependente.

b) autarquia.

c) empresa controlada.

d) fundos da administração pública.

e) fundação de direito público.

Questão 37 (2019/CESPE/MPC-PA/ ANALISTA MINISTERIAL/CONTROLE EXTERNO) Acerca de contratação de consórcio público, julgue, nos termos da Lei n. 11.107/2005, os itens que se seguem.

I – É permitido consórcio público entre União e município sem a presença do estado em cujo território se localize o município.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

II – O contrato de consórcio público deverá ser celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções, salvo no caso em que o ente da Federação, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público.

III – O contrato de programa deverá continuar vigente mesmo quando extinto o consórcio público que tenha autorizado a gestão associada de serviços públicos.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Questão 38 (2019/CESPE/TJ-AM/ANALISTA JUDICIÁRIO/DIREITO) A administração pública pretende celebrar parceria, sem repasse de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito da educação pública.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item, de acordo com a Lei n. 13.019/2014.

O instrumento adequado para a referida parceria é o acordo de cooperação.

Questão 39 (2019/CESPE/TCE-RO/PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS) A Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), sociedade de economia mista estadual, valendo-se de permissão genérica constante do ato normativo que autorizou sua criação, instituiu uma empresa subsidiária integral com o objetivo de desenvolver pesquisas para melhorar o abastecimento de água no estado.

Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF, caso deseje alienar o controle acionário da subsidiária integral, o estado de Rondônia

a) deverá obter autorização legislativa e proceder à licitação.

b) deverá obter autorização legislativa, sendo dispensável a licitação, desde que observados os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) não precisará obter autorização legislativa, mas será necessária a licitação na modalidade concorrência.

d) não precisará obter autorização legislativa, podendo realizar a alienação sem licitação, desde que se observem os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, respeitada, sempre, a exigência de necessária competitividade.

e) não precisará obter autorização legislativa, podendo a alienação ser realizada sem licitação e sem qualquer condicionante.

Questão 40 (2019/CESPE/TCE-RO/PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS) A respeito de consórcios públicos, assinale a opção correta.

a) Os consórcios públicos, salvo os de personalidade jurídica de direito privado, deverão observar as normas de direito público no que se refere a licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e prestação de contas.

b) Os consórcios públicos adquirem personalidade jurídica de direito privado apenas com a entrada em vigor das leis de ratificação do protocolo de intenções.

c) Os entes da Federação consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.

d) Os entes consorciados somente entregam recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

e) O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado — ou por entidade que integre a administração indireta deste —, sendo, nesse caso, inexigível a licitação.

Questão 41 (2019/CESPE/TCE-RO/NÍVEL SUPERIOR/CONHECIMENTOS BÁSICOS) Um ente, ao ter sido descentralizado, passou a deter a titularidade de uma atividade e a executá-la de forma independente do ente que lhe deu origem, podendo até se opor a interferências indevidas.

Nesse caso, o ente passou por uma descentralização

a) territorial.

b) geográfica.

c) por serviços.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) política.

e) por colaboração.

Questão 42 (2019/CESPE/TJ-AM/ ASSISTENTE JUDICIÁRIO) A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item que se segue.

A relação entre a administração pública e seus administrados é caracterizada pela verticalidade.

Questão 43 (2019/CESPE/TJ-AM/ ASSISTENTE JUDICIÁRIO). A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item que se segue.

O Poder Executivo exerce função administrativa com caráter infralegal e com prerrogativas instrumentais.

Questão 44 (2019/CESPE/MPC-PA/ASSISTENTE MINISTERIAL DE CONTROLE EXTERNO) Determinado governador pretende que sejam criadas uma nova autarquia e uma nova empresa pública em seu estado

Nessa situação, serão necessárias

a) duas leis específicas: uma para a criação da autarquia e outra para a criação da empresa pública.

b) uma lei específica para a criação da autarquia e outra para a autorização da instituição da empresa pública.

c) uma lei específica para a criação da empresa pública e outra para a autorização da instituição da autarquia.

d) autorizações legais na norma geral acerca da nova organização da administração pública estadual, não havendo necessidade de a criação de nenhuma das entidades ser feita por lei.

e) duas leis específicas: uma para a autorização da criação da empresa pública e outra para a autorização da criação da autarquia.

Questão 45 (2019/CESPE/MPC-PA/ASSISTENTE MINISTERIAL DE CONTROLE EXTERNO) Acerca dos órgãos públicos e dos institutos da centralização e da descentralização administrativa, assinale a opção correta.

a) Os entes criados por descentralização permanecem hierarquicamente subordinados aos órgãos dos quais foram descentralizados.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) A administração centralizada atua por meio de órgãos públicos, que são unidades dotadas de personalidade jurídica e que expressam a vontade do Estado.

c) A descentralização administrativa caracteriza-se pela retirada de atribuições da esfera do interesse público e sua transferência para o domínio privado.

d) A criação e a extinção de órgãos públicos devem observar a exigência de lei ou decreto específico.

e) A descentralização política ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central.

Questão 46 (2019/CESPE/DPE-DF/ DEFENSOR PÚBLICO) A respeito da organização administrativa e de poderes e deveres da administração pública, julgue o item seguinte.

É admitida a criação de autarquia por iniciativa de deputado federal, desde que este encaminhe o respectivo projeto de lei à Câmara dos Deputados e que a matéria verse estritamente sobre a criação da entidade.

Questão 47 (2019/CESPE/DPE-DF/ DEFENSOR PÚBLICO) A respeito da organização administrativa e de poderes e deveres da administração pública, julgue o item seguinte.

Parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, celebradas por meio de execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos, podem ocorrer mediante termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação.

Questão 48 (2019/CESPE/DPE-DF/ DEFENSOR PÚBLICO) A respeito da organização administrativa e de poderes e deveres da administração pública, julgue o item seguinte.

A distribuição de competências a órgãos subalternos despersonalizados, como as secretarias-gerais, é modalidade de descentralização de poder.

Questão 49 (2019/CESPE/SLU-DF/ ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - ADMINISTRAÇÃO) No que se refere aos processos governamentais de compras, julgue o item a seguir.

As fundações públicas não são sujeitas aos procedimentos licitatórios comuns aos demais entes da administração indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 50 (2019/CESPE/CGE-CE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS) Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção correta.

a) Os serviços sociais autônomos são criados por meio de decreto.

b) As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) que firmem termo de parceria com a União devem contratar mediante processo licitatório.

c) A outorga de qualificação como organização social é vinculada, desde que sejam atendidos os requisitos legais.

d) Os serviços sociais autônomos executam essencialmente serviços públicos.

e) Os serviços sociais autônomos são custeados pelas contribuições de seus associados, incidindo impostos sobre esses serviços.

Questão 51 (2019/CESPE/TJ-DFT/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/ REMOÇÃO) Determinado município pretende formalizar parceria com uma organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recurso financeiro.

Nessa situação, o instrumento a ser firmado entre as partes deverá ser o

a) contrato de gestão.

b) termo de parceria.

c) termo de colaboração.

d) acordo de cooperação.

e) chamamento público.

Questão 52 (2019/CESPE/TJ-SC/ JUIZ SUBSTITUTO) A respeito de organizações sociais, assinale a opção correta considerando o entendimento do STF em sede de controle concentrado.

a) É inconstitucional a previsão legal de cessão de servidor público a organização social: essa hipótese configura desvio de função.

b) O contrato de gestão não configura hipótese de convênio, uma vez que prevê negócio jurídico de natureza comutativa e se submete ao mesmo regime jurídico dos contratos administrativos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) As organizações sociais, por integrarem o terceiro setor, integram a administração pública, razão pela qual devem submeter-se, em suas contratações com terceiros, ao dever de licitar.

d) O indeferimento do requerimento de qualificação da organização social deve ser pautado pela publicidade, transparência e motivação, mas não precisa observar critérios objetivos, devendo ser respeitada a ampla margem de discricionariedade do Poder Público.

e) A qualificação da entidade como organização social configura hipótese de simples credenciamento, o qual não exige licitação em razão da ausência de competição.

Questão 53 (2019/CESPE/PREFEITURA DE BOA VISTA-RR/PROCURADOR MUNICIPAL) A respeito de improbidade administrativa, processo administrativo e organização administrativa, julgue o item seguinte.

A criação de empresa pública é um exemplo de descentralização de poder realizado por meio de atos de direito privado, ainda que a instituição da empresa pública dependa de autorização legislativa.

Questão 54 (2019/CESPE/PREFEITURA DE BOA VISTA-RR/PROCURADOR MUNICIPAL) Julgue o item a seguir, acerca das disposições constitucionais a respeito de direito administrativo.

A investidura em empregos públicos em sociedades de economia mista depende de prévia aprovação em concurso público, mas não se estende a esse tipo de emprego a proibição constitucional de acumulação remunerada de funções e cargos públicos.

Questão 55 (2019/CESPE/TJ-DFT/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/REMOÇÃO) Na hipótese de um ente federado pretender instituir uma fundação pública de direito público, a criação dessa entidade deverá ser formalizada por meio de

a) lei ordinária, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.

b) lei complementar, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação.

c) autorização em lei ordinária específica, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.

d) autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) autorização em lei complementar específica, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação.

Questão 56 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da administração pública brasileira, julgue o item a seguir.

Autarquia pode ser criada por ato administrativo originário de ministério.

Questão 57 (2019/CESPE/PGE- PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da administração pública brasileira, julgue o item a seguir.

A administração pública direta inclui as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas.

Questão 58 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da administração pública brasileira, julgue o item a seguir.

A descentralização por colaboração ocorre, por exemplo, quando a administração pública, por meio de ato administrativo, transfere a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mas mantém a titularidade do serviço.

Questão 59 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da administração pública brasileira, julgue o item a seguir.

A descentralização consiste na repartição de funções entre mais de um órgão de uma mesma administração, sem que haja quebra de hierarquia, e pode ocorrer por critério territorial.

Questão 60 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item a seguir.

A administração pública direta reflete uma administração centralizada, enquanto a administração indireta reflete uma administração descentralizada.

Questão 61 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item a seguir.

Desconcentração administrativa consiste na distribuição do exercício das funções administrativas entre pessoas jurídicas autônomas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 62 (2019/CESPE/PGE-PE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2, 3 E 4)

Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

Diferentemente das empresas públicas, que podem ser constituídas sob qualquer forma empresarial admitida em direito, as sociedades de economia mista somente podem constituir-se sob a forma de sociedade anônima.

Questão 63 (2019/CESPE/PGE-PE/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2, 3 E 4)

Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

A criação de fundações públicas de direito público ocorre por meio de lei, não sendo necessária a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.

Questão 64 (2019/CESPE/PGE-PE/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2, 3 E 4)

Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

Embora dotados de personalidade jurídica, os órgãos públicos não possuem capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências institucionais.

Questão 65 (2019/CESPE/TJ-PR/JUIZ SUBSTITUTO) Após autorização legislativa, foi firmado um acordo de vontades entre entes públicos, criando-se um novo sujeito de direito, dotado de uma estrutura de bens e pessoal com permanência e estabilidade.

Nessa situação hipotética, o pacto firmado consiste em um

a) contrato administrativo, devendo uma das partes signatárias ser uma autarquia.

b) convênio, podendo uma das partes signatárias ser uma fundação.

c) contrato de gestão, podendo uma das partes signatárias ser uma autarquia, que, por força desse contrato, passará a ser uma agência executiva.

d) contrato de consórcio público, que deve ser firmado exclusivamente por entes da administração direta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 66 (2019/CESPE/TJ-PR/ JUIZ SUBSTITUTO) As pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração pública são

a) investidas de poderes de autoridade e encarregadas de realizar funções de interesse público, a partir da descentralização de poderes.

b) passíveis de integrar tanto a administração pública direta quanto a indireta.

c) criadas por atos de direito privado, mas a sua instituição depende de autorização legislativa.

d) instituídas para fins de desconcentração de poderes e de competências administrativas.

Questão 67 (2019/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR-FISCAL DA RECEITA ESTADUAL/BLOCO II) A entidade da administração pública indireta criada por meio de lei para desempenho de atividades específicas, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração é a

a) autarquia.

b) fundação privada.

c) sociedade de economia mista.

d) empresa pública.

e) empresa subsidiária.

Questão 68 (2019/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR-FISCAL DA RECEITA ESTADUAL/BLOCO II) No âmbito administrativo, convênio caracteriza-se por ser

a) um contrato administrativo, dada a oposição dos interesses envolvidos.

b) uma cooperação, dado o estrito objetivo de lucro dos envolvidos.

c) uma cooperação, dada a coincidência dos interesses dos envolvidos.

d) um contrato administrativo, dado o caráter episódico da cooperação mútua.

e) uma cooperação, dado o objetivo de alcançar resultados diversos.

Questão 69 (CESPE/CEBRASPE/SEFAZ-AL/AUDITOR-FISCAL DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL/2021) Determinada autoridade administrativa vinculada a uma autarquia estadual pretende celebrar contrato administrativo e, para tanto, planeja lançar edital de licitação na modalidade concorrência, em 1º de janeiro de 2022, mas está em dúvida sobre qual legislação aplicar — Lei n. 8.666/1993 ou Lei n. 14.133/2021.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A autarquia, mesmo estadual, é entidade da administração pública indireta que possui personalidade jurídica de direito público e que, portanto, celebra contrato administrativo.

Questão 70 (CESPE/CEBRASPE/SEFAZ-CE/AUDITOR-FISCAL JURÍDICO DA RECEITA ESTADUAL/2021) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da administração indireta, que devem obediência integral à Lei de Licitações e Contratos e estão sujeitas ao controle pelos tribunais de contas. A investidura em seus cargos depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Questão 71 (CESPE/CEBRASPE/PGE-PB/PROCURADOR DO ESTADO/2021) Conforme Carvalho Filho, pode-se conceituar o órgão público como o compartimento, na estrutura estatal, a que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado.

O conceito moderno de órgão público é dado pela

a) teoria do mandato.

b) teoria da representação.

c) teoria do consentimento.

d) teoria do órgão.

e) teoria do agente público.

Questão 72 (CESPE/CEBRASPE/MPE-SC/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO/2021) Acerca do tratamento conferido pela Constituição Federal de 1988 (CF) à administração pública direta e indireta e aos seus agentes, julgue o item a seguir.

A CF exige lei específica para a criação de subsidiária de sociedade de economia mista.

Questão 73 (CESPE/CEBRASPE/PG-DF/TÉCNICO JURÍDICO/2021) A CF exige lei específica para a criação de subsidiária de sociedade de economia mista. Texto associado

No que concerne à organização administrativa, julgue o próximo item.

A Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional são órgãos integrantes da administração pública federal indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 74 (CESPE/CEBRASPE/MPE-AP/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO/2021) A qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) apenas será útil para as entidades que pretendam

a) obter a qualificação de organizações sociais.

b) promover trabalho voluntário remunerado.

c) firmar termo de parceria com o poder público.

d) obter isenção do imposto de renda.

e) promover a assistência social custeada pelo Estado.

Questão 75 (CESPE/CEBRASPE/TCE-RJ/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/ESPECIALIDADE: DIREITO/2021) Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue o item subsequente.

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de saneamento em caráter não concorrencial no estado do Rio de Janeiro, é submetida ao regime de precatórios.

Questão 76 (CESPE/CEBRASPE/TCE-RJ/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2021) No que se refere a serviços públicos, organizações sociais, sociedade civil de interesse público e controle da administração pública, julgue o item seguinte.

Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fim econômico, criadas por lei para desempenhar certas atividades, integrando a administração pública indireta.

Questão 77 (CESPE/CEBRASPE/CODEVASF/ASSESSOR JURÍDICO/DIREITO/2021) Com relação ao direito administrativo, julgue o item a seguir.

Se entes da federação celebrarem consórcio público para realização de determinado objetivo de interesse comum, esse consórcio passará a integrar a administração indireta dos entes envolvidos, seja qual for a personalidade jurídica adquirida.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 78 (CESPE/CEBRASPE/CODEVASF/ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL/ADMINISTRAÇÃO/2021) Julgue o item que se segue, a respeito do Estado brasileiro e da sua organização.

São exemplos de entidades integrantes da administração pública indireta as agências reguladoras, as sociedades de economia mista e as organizações sociais.

Questão 79 (CESPE/CEBRASPE/CESPE/PREFEITURA DE BARRA DOS COQUEIROS-SE/AJUDANTE DE PEDREIRO/2021) Entidade dotada de personalidade jurídica própria do município de Barra dos Coqueiros – SE, caracterizada por ser serviço autônomo criado por lei, com patrimônio e receita própria, destinada a executar atividades típicas da administração pública, é uma

a) autarquia.

b) empresa pública.

c) sociedade de economia mista.

d) fundação pública de direito público.

e) fundação pública de direito privado.

Questão 80 (CEBRASPE/PREFEITURA DE PIRES DO RIO-GO/PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO/2022) No tocante à concentração e à desconcentração administrativas, julgue o item a seguir.

Ocorre desconcentração administrativa quando a administração direta transfere a execução do serviço a terceiros, mediante outorga ou delegação.

Questão 81 (CEBRASPE/PGE-RJ/ANALISTA PROCESSUAL/2022) Julgue o seguinte item, relativo a aspectos diversos pertinentes a noções de direito administrativo.

A autarquia, em que pese ser pessoa jurídica de direito privado, terá as mesmas sujeições da administração direta, em razão do serviço prestado.

Questão 82 (CEBRASPE/IBAMA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2022) No que se refere à gestão de redes organizacionais, ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

(SIAPE), ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), à intermediação de interesses e a organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), julgue os itens que se seguem.

Uma fundação pública que possua a finalidade de promover assistência social em regiões de difícil acesso pode ser qualificada como OSCIP.

Questão 83 (CEBRASPE/DPE-TO/DEFENSOR PÚBLICO/2022) Submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive no que tange aos direitos e às obrigações de natureza civil, comercial, tributária e trabalhista,

a) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.

b) sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

c) fundações públicas.

d) autarquias.

e) agências reguladoras.

Questão 84 (CEBRASPE/DPE-TO/DEFENSOR PÚBLICO/2022) A desconcentração, no âmbito da administração pública, ocorre, por exemplo, na instituição de

a) empresa pública.

b) autarquia.

c) fundação pública.

d) sociedade de economia mista.

e) secretaria executiva.

Questão 85 (CEBRASPE/TCE RJ/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO/2022) Autarquia é órgão público despersonalizado subordinado à administração pública direta.

Questão 86 (CEBRASPE/PGE-RJ/ANALISTA CONTÁBIL/2022) A descentralização por colaboração ocorre quando o Estado cria pessoa jurídica para transferir a execução de determinado serviço público.

Questão 87 (CEBRASPE/DPE-RO/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) Assinale a opção que indica o tipo de entidade que é dotada de personalidade jurídica de direito privado, cuja criação é

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, com capital público e privado, e cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, a ente estatal ou entidade da administração indireta.

a) sociedade de economia mista

b) fundação autárquica

c) empresa pública

d) agência executiva

e) fundação pública

Questão 88 (CEBRASPE/MJ/TÉCNICO ESPECIALIZADO/2022) De acordo com a Lei n.º 13.019/2014, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, julgue o seguinte item:

Em regra, as organizações da sociedade civil que estabelecem parcerias com a administração pública devem, entre outros requisitos, possuir, no mínimo, um, dois ou três anos de existência, respectivamente, conforme a parceria seja celebrada no âmbito dos municípios, do Distrito Federal ou dos estados e da União, sendo admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los.

Questão 89 (CEBRASPE/DPE-RO/OFICIAL DE DILIGÊNCIA/2022) O governo federal, considerando a expansão da linha ferroviária no Brasil, planeja a criação de agência reguladora voltada à regulação e fiscalização do serviço público de transporte ferroviário.

Nessa situação hipotética, tal agência reguladora

a) deverá ser instituída por meio de decreto, possuindo personalidade jurídica de direito público.

b) será dotada de autonomia decisória, administrativa e econômico-financeira, além de poder normativo técnico.

c) deverá ser subordinada hierarquicamente ao ministério ao qual se vincular.

d) caracterizar-se-á como autarquia especial, revelando, assim, modalidade de desconcentração da administração pública.

e) terá dirigente nomeado a critério exclusivo do presidente da República, sem estabilidade, por se tratar de cargo de livre nomeação e exoneração.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 90 (CEBRASPE/TCE-RJ/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO/2022) Dada a sua personalidade jurídica, as empresas públicas, em regra, não têm obrigação de fazer licitação para celebrar seus contratos de prestação de serviços.

Questão 91 (CEBRASPE/MJ/TÉCNICO ESPECIALIZADO/2022) Autarquias requerem lei específica para serem criadas e podem ter natureza assistencial, cultural ou administrativa.

Questão 92 (CEBRASPE/TCE-SC/AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO/2022) Conforme entendimento do STF, a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias e controladas, exige autorização legislativa e licitação pública.

Questão 93 (FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/2017) A Administração pública, quando se organiza de forma descentralizada, contempla a criação de pessoas jurídicas, com competências próprias, que desempenham funções originariamente de atribuição da Administração direta. Essas pessoas jurídicas,

a) quando constituídas sob a forma de autarquias, podem ter natureza jurídica de direito público ou privado, podendo prestar serviços públicos com os mesmos poderes e prerrogativas que a Administração direta.

b) podem ter natureza jurídica de direito privado ou público, mas não estão habilitadas a desempenhar os poderes típicos da Administração direta.

c) desempenham todos os poderes atribuídos à Administração direta, à exceção do poder de polícia, em qualquer de suas vertentes, privativo da Administração direta, por envolver limitação de direitos individuais.

d) quando constituídas sob a forma de autarquias, possuem natureza jurídica de direito público, podendo exercer poder de polícia na forma e limites que lhe tiverem sido atribuídos pela lei de criação.

e) terão natureza jurídica de direito privado quando se tratar de empresas estatais, mas seus bens estão sujeitos a regime jurídico de direito público, o que também se aplica no que concerne aos poderes da Administração, que desempenham integralmente, especialmente poder de polícia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 94 (FCC/TRE-SP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2017) O controle exercido pela Administração direta sobre a Administração indireta denomina-se

a) poder de tutela e permite a substituição de atos praticados pelos entes que integram a Administração indireta que não estejam condizentes com o ordenamento jurídico.

b) poder de revisão dos atos, decorrente da análise de mérito do resultado, bem como em relação aos estatutos ou legislação que criaram os entes que integram a Administração indireta.

c) controle finalístico, pois a Administração direta constitui a instância final de apreciação, para fins de aprovação ou homologação, dos atos e recursos praticados e interpostos no âmbito da Administração indireta.

d) poder de tutela, que não pressupõe hierarquia, mas apenas controle finalístico, que analisa a aderência da atuação dos entes que integram a Administração indireta aos atos ou leis que os constituíram.

e) poder de autotutela, tendo em vista que a Administração indireta integra a Administração direta e, como tal, compreende a revisão dos atos praticados pelos entes que a compõem quando não guardarem fundamento com o escopo institucional previsto em seus atos constitutivos.

Questão 95 (FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/2017) Suponha que o Secretário de Transportes de determinado Estado tomou conhecimento, por intermédio de matéria jornalística, da existência de longas filas para carregamento dos cartões de utilização dos trens administrados por uma sociedade de economia mista vinculada àquela Pasta. Diante dos fatos apurados, decidiu avocar, para área técnica da Secretaria, algumas atividades de gerenciamento e logística desempenhadas por uma das Diretorias da referida empresa. Fundamentou sua decisão no exercício dos poderes hierárquico e disciplinar. Considerando a situação narrada,

a) a atuação do Secretário justifica-se do ponto de vista da hierarquia, porém não sob aspecto disciplinar, eis que não identificada infração administrativa.

b) a decisão baseia-se, legitimamente, apenas no poder disciplinar, que compreende o controle e a supervisão.

c) descabe a invocação dos poderes citados, sendo certo que a atuação da Secretaria deve se dar nos limites do poder de tutela.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) a decisão somente será justificável, sob o fundamento de poder hierárquico, se constada a existência de desvio de conduta pelos administradores da empresa.

e) a decisão extrapolou a competência disciplinar, que somente pode ser exercida para corrigir desvios na organização administrativa da entidade.

Questão 96 (FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/2017) A figura do contrato de gestão está prevista no ordenamento para disciplinar diferentes relações jurídicas, entre as quais figuram:

I – a fixação de metas de desempenho visando à ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

II – a disciplina para permissão de serviço público em caráter precário, não passível de concessão.

III – o estabelecimento de indicadores de desempenho para fins de participação nos lucros ou resultados de empregados públicos submetidos ao regime celetista.

Está correto o que consta APENAS em

a) II.

b) I e II.

c) I.

d) I e III.

e) II e III.

Questão 97 (FCC/PGE-MT/ANALISTA/DIREITO/2016) O Estado do Mato Grosso deseja instituir uma fundação. Nesse caso, a Constituição Federal exige que a autorização de sua instituição e a definição das áreas de sua atuação, respectivamente, devem ser estabelecidas mediante

a) lei específica e lei complementar.

b) lei complementar e lei específica.

c) lei específica e lei específica.

d) lei complementar e lei complementar.

e) lei específica e lei delegada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 98 (FCC/PGE-MT/ANALISTA/DIREITO/2016) Município mato-grossense pretende celebrar ajuste com o Estado do Mato Grosso, por meio do qual lhe transfira os encargos de regulação e prestação dos serviços públicos municipais de coleta e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, sem qualquer criação de pessoa jurídica para tal fim. Para tanto, os instrumentos jurídicos adequados são o

a) termo de fomento e o termo de colaboração, tal como disciplinados pela Lei n. 13.019/2014.

b) convênio de cooperação e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei n. 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.

c) consórcio público de direito público e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei n. 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.

d) convênio administrativo e o contrato de repasse, tal como disciplinados pela Lei n. 8.666/1993, e pelo Decreto n. 6.170/2007.

e) contrato de empreitada de obra pública e o contrato de prestação de serviços, tal como disciplinados pela Lei n. 8.666/1993.

Questão 99 (FCC/DPE-ES/DEFENSOR PÚBLICO/2016) O regime jurídico constitucional e legal vigente aplicável às entidades da administração indireta dispõe que

a) os servidores das fundações criadas pelo Poder Público sempre se vinculam ao regime geral de previdência social.

b) a remuneração dos empregados das empresas estatais que se dediquem à atividade econômica em sentido estrito não está sujeita ao teto remuneratório constitucional.

c) as associações públicas não são consideradas entidades da administração indireta, em razão de seu regime especial.

d) aos dirigentes das agências executivas é assegurado o desempenho de mandato fixo, durante o qual não podem ser exonerados, senão por motivo justo, apurado mediante processo administrativo em que estejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.

e) estão sujeitos ao regime jurídico único os servidores da administração pública direta, das autarquias e fundações públicas.

Questão 100 (FCC/AL-MS/ASSISTENTE LEGISLATIVO/2016) Conforme estabelece a Lei n. 9.784/1999, órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) que detém personalidade jurídica própria, ao contrário da entidade que não é dotada de personalidade jurídica própria e distinta do ente instituidor.

b) destituído de personalidade jurídica própria, tal qual as entidades que integram a Administração pública indireta e agem em nome do ente instituidor.

c) que com elas não se confunde, a despeito de ser uma de suas partes integrantes, não possuindo personalidade jurídica própria, ao contrário das entidades que são dotadas de personalidade jurídica própria.

d) representativo do fenômeno denominado descentralização por serviço, o que o distingue da entidade que constitui unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, característica do fenômeno da desconcentração.

e) que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos, razão pela qual com eles se confunde para todos os fins de direito.

Questão 101 (FCC/AL-MS/DIREITO/2016) No que concerne à descentralização por serviços, também denominada de descentralização funcional ou técnica, considere:

I – Cria-se pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui-se a titularidade e a execução de determinado serviço público.

II – No Brasil, essa criação ou autorização de instituição somente pode dar-se por meio de lei específica.

III – Corresponde, basicamente, às autarquias, mas abrange também as sociedades de economia mista e as empresas públicas, dentre outras.

IV – Os consórcios públicos não prestam serviço público mediante descentralização.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) III.

b) I e III.

c) I, II e III.

d) II e IV.

e) I e IV.

Questão 102 (FCC/AL-MS/2016) Determinado ente federado pretende descentralizar serviço público de sua competência transferindo-o para pessoa jurídica de direito público. Para tanto,

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) deverá criar por lei específica autarquia, que passará a integrar a Administração indireta do Estado.

b) poderá instituir autarquia ou empresa pública, ambas por lei autorizativa, devendo, no entanto, motivar sua decisão.

c) deverá instituir por lei autarquia, que passará integrar a Administração direta do Estado.

d) poderá instituir autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, a primeira por lei, as demais por atos próprios, após a edição de lei autorizativa da instituição.

e) deverá criar por lei geral autarquia, que passará a integrar a Administração indireta do Estado.

Questão 103 (2018/FCC/TRT-6ª REGIÃO/PE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com a Lei n. 13.019/2014,

a) qualquer organização da sociedade civil pode celebrar parceria com a Administração pública, podendo se materializar mediante convênio ou contrato.

b) as entidades da sociedade civil devem ser qualificadas como organizações sociais para celebrarem parcerias regidas por esse diploma legal com os entes públicos quando envolverem o repasse de recursos financeiros.

c) as parcerias firmadas entre poder público e entidades da sociedade civil regidas por esse diploma legal dependem da previsão de repasse de recursos financeiros para realização das atividades.

d) os instrumentos de parceria previstos nesse diploma legal se destinam a disciplinar a realização de atividades de interesse público e recíproco, nem todos envolvendo o repasse de recursos financeiros em favor da organização da sociedade civil.

e) a celebração de acordos ou termos de cooperação com entidades da sociedade civil configura hipótese expressa de dispensa de licitação, diferentemente do termo de fomento, que exige a realização de um chamamento para escolha da organização que melhor desempenhará as atividades de interesse público.

Questão 104 (2018/FCC/ALESE/TÉCNICO LEGISLATIVO/TÉCNICO-ADMINISTRATIVO) Considere:

I – Desempenham serviço público descentralizado.

II – Sujeitam-se a controle administrativo exercido nos limites da lei.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

III – Respondem diretamente pelos seus atos, ou seja, apenas no caso de exaustão de seus recursos é que irromperá responsabilidade do Estado.

IV – Não detêm capacidade de autoadministração, haja vista que tal função é considerada exclusiva do Estado.

No que concerne às características das autarquias, está correto o que consta em

a) I, II, III e IV.

b) I, II e IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III, apenas.

e) III e IV, apenas.

Questão 105 (2018/FCC/SEGEP-MA/AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA) Suponha que o Estado do Maranhão pretenda criar uma entidade integrante da Administração pública indireta, com personalidade jurídica própria, sujeita ao regime jurídico de direito público, para atuar no setor do agronegócio. Para atingir tal escopo, poderá se valer da instituição de

a) um conselho consultivo.

b) uma empresa pública.

c) uma autarquia.

d) uma organização social.

e) uma sociedade de economia mista.

Questão 106 (2018/FCC/PGE-TO/PROCURADOR DO ESTADO) O Governo do Estado pretende instituir uma entidade dedicada a prestar serviços relacionados ao turismo no Estado e encaminha à Assembleia Legislativa o respectivo projeto de lei autorizativa. Sabe-se que tal entidade terá capital social dividido em quotas. O Governo estadual criará uma

a) sociedade de economia mista.

b) autarquia.

c) fundação de direito privado.

d) associação pública.

e) empresa pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 107 (2018/FCC/DPE-AM/ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA/ADMINISTRAÇÃO) As entidades integrantes da Administração pública possuem diferentes características e contornos jurídicos, muitos atrelados à própria finalidade por elas desempenhada e ao objeto cometido a cada uma. Nesse sentido, as

a) fundações possuem necessariamente personalidade de direito público, não se submetendo às regras do Código Civil.

b) autarquias podem ser constituídas com personalidade de direito público ou privado, a depender da atividade desempenhada.

c) sociedades de economia mista, mesmo quando atuam em regime de competição no mercado, integram a Administração indireta.

d) empresas públicas se submetem integralmente ao regime jurídico de direito público, seja na atividade-meio ou na atividade-fim.

e) organizações sociais, quando vinculadas ao poder público mediante contrato de gestão passam a integrar a Administração indireta.

Questão 108 (2018/FCC/DPE-AM/ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA/ADMINISTRAÇÃO) Considere que o Estado do Amazonas tenha decidido criar, por lei específica, uma autarquia, atribuindo a ela o serviço público de transporte intermunicipal. A situação narrada constitui exemplo de

a) delegação política, condicionada aos termos da autorização do Poder Legislativo, que, em tal aspecto, se sobrepõe à vontade do Poder Executivo.

b) descentralização política, com transferência, nos termos da lei editada, do serviço público antes titulado pelo Estado, dotando o novo ente de autonomia.

c) desconcentração administrativa, baseada no princípio da especialização, mantendo o ente central a titularidade do serviço e transferindo ao novo ente apenas a sua execução.

d) descentralização administrativa, com transferência da titularidade do serviço ao novo ente, dotado de autoadministração.

e) descentralização por colaboração, sendo os limites e condições para o exercício do serviço delegado estabelecida em contrato de concessão firmado entre o Estado e a autarquia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 109 (FCC/SEMEF/MANAUS-AM/ASSISTENTE TÉCNICO FAZENDÁRIO/2019) A organização administrativa descentralizada tem como característica inerente ao modelo:

a) o estabelecimento de estruturas hierarquizadas nas diversas pessoas jurídicas que compõem a Administração indireta, com servidores com vínculo funcional estatutário, porque representantes de atividades estatais.

b) a criação de pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, variados os regimes jurídicos a que se sujeitam, mas comum entre elas a obrigatoriedade de submissão a concurso público para contratação de empregados públicos.

c) a competência para edição de atos administrativos discricionários e vinculados, vedada a delegação de poder normativo, privativo da Administração central.

d) os poderes disciplinar e hierárquico, que projetam efeitos sobre os servidores estatutários e celetistas que integram seus quadros, bem como sobre terceiros contratados para prestação de serviços de quaisquer natureza.

e) o enquadramento, para fins de caracterização de sujeito ativo de ato de improbidade, dos servidores e administradores integrantes das diversas pessoas jurídicas que integram, à exceção daquelas sujeitas a regime jurídico de direito privado, como preservação da igualdade de concorrência.

Questão 110 (FCC/PREFEITURA DE RECIFE-PE/ANALISTA DE GESTÃO CONTÁBIL/2019) Determinado município implementou reforma administrativa quando da assunção de uma nova gestão. Entre as medidas tomadas estava a criação de empresa estatal cujo escopo seria prestar garantias aos projetos de infraestrutura que o Município viesse a contratar. Além disso, foram unificadas as competências de algumas secretarias, reduzindo o número dessas estruturas na Administração. Por fim, foram extintos cargos e órgãos. A descrição da reforma implementada demonstra que:

a) foi precedida da edição de lei autorizativa necessária para todas as mudanças implementadas, porque sujeitas à reserva de lei formal.

b) a criação de empresas estatais se deu por meio de lei, em cujo texto constavam as competências e atribuições que foram delegadas aos novos entes.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) o Município editou ato normativo para todas as medidas de reorganização administrativa, considerando que essa matéria pode ser objeto de decreto autônomo.

d) foi necessária lei autorizativa para instituição da empresa estatal, sem prejuízo de outras medidas, como a extinção de cargos vagos, poder ser implementada por decreto.

e) a reorganização dos órgãos administrativos, envolvendo criação e extinção, dependeram da edição de lei complementar, pois implicam necessariamente a implementação de novas unidades de despesa.

Questão 111 (FCC/PREFEITURA DE RECIFE-PE/ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/2019) Suponha que o Município pretenda atuar em conjunto com o governo estadual para implementação de um programa de apoio à população afetada por fortes chuvas ocorridas na região metropolitana, com a remoção de famílias das áreas de risco e execução de obras emergenciais para evitar deslizamentos. Para tanto, o Estado está disposto a disponibilizar recursos financeiros destinados às referidas ações, inseridas no orçamento da Defesa Civil, que seriam executadas pelo Município. O instrumento jurídico adequado para viabilizar essa colaboração consiste em:

a) contrato de gestão, como forma de delegação de competências e obrigações do Estado ao Município, que atua diretamente ou por intermédio de organizações sociais devidamente qualificadas.

b) consórcio público, destituído de personalidade jurídica, porém com capacidade para assumir obrigações de natureza orçamentário-financeiras.

c) convênio, com a conjugação de esforços envolvendo interesses convergentes e aplicação dos recursos nas ações constantes do correspondente plano de trabalho.

d) termo de parceria, admitindo-se a aplicação dos recursos estaduais apenas em ações de responsabilidade deste ente e vedada a remuneração de pessoal.

e) protocolo de intenções, que limita as transferências ao exercício em curso, podendo ser convolado em contrato de rateio para repasse nos exercícios subsequentes.

Questão 112 (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO/ADVOGADO/2019) A formação de um consórcio público entre determinados municípios e o estado que integram:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) pressupõe a edição de lei estadual autorizativa da participação dos entes, instrumento que também preverá a possibilidade de repasse de recursos mediante contrato de rateio.

b) demanda prévio convênio entre os entes participantes, no qual serão fixadas as competências atribuídas a cada um deles, bem como a forma pela qual será contratado o consórcio.

c) enseja a celebração de protocolo de intenções, seguida de contrato de consórcio, por meio do qual um ente federado poderá transferir para outro ente federado competências que lhe foram constitucionalmente atribuídas.

d) depende da celebração de convênio de programa e rateio para disciplinar a transferência de competências, mão de obra e recursos para a nova pessoa jurídica criada.

e) exige lei de cada ente participante, ratificando o protocolo de intenções, para celebração de contrato de programa disciplinando as obrigações de cada ente no consórcio, inclusive se haverá contrato de rateio para repasse de recursos à pessoa jurídica criada.

Questão 113 (AOCP/INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO/2022) Em relação à organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.

b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.

c) São pessoas jurídicas de direito público as autarquias e as empresas públicas.

d) O consórcio de direito público constitui associação pública e integra a administração indireta, com a natureza de autarquia.

e) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.

Questão 114 (AOCP/CGE MS/AUDITOR DO ESTADO: ÁREA: CORREGEDORIA/2022) Assinale a alternativa correta em relação à organização administrativa.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) É constitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades.

b) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, que seja instituída ou mantida pelo poder público, não podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

c) É constitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas.

d) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista independe de autorização legislativa.

e) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

Questão 115 (AOCP/PM GO/SOLDADO COMBATENTE/2022) Referente aos princípios da Administração Pública e à organização administrativa do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A vedação ao nepotismo e as regras quanto à realização de concurso público para o ingresso na carreira pública podem ser apontadas como corolário do princípio da impessoalidade.

b) Segundo o princípio da autotutela, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

c) Na outorga, também denominada descentralização por colaboração, é transferida a titularidade e a execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado.

d) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo poder público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

e) Embora não possuam personalidade jurídica própria, determinados órgãos públicos gozam de capacidade processual ativa, de modo que, em tais casos, terão capacidade postulatória para agirem judicialmente em nome próprio.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 116 (AOCP/INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ANALISTA EM PREVIDÊNCIA/2022) No que concerne à organização administrativa e aos princípios administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) Enquanto pela tutela a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída, pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular ou convalidar os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.

( ) A própria Constituição dá uma consequência expressa ao princípio da moralidade, quando proíbe que constem nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

( ) Desconcentração é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.

( ) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público (com possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta) e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.

a) V – F – F – V.

b) V – V – F – F.

c) V – F – V – V.

d) F – V – F – V.

e) F – F – V – F.

Questão 117 (AOCP/PC GO/AGENTE DE POLÍCIA/2022) Em relação à Administração Indireta, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Autarquia.
2. Fundação pública.
3. Empresa pública.
4. Sociedade de economia mista.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

( ) Petrobrás.
( ) INSS.
( ) Caixa Econômica Federal.
( ) FUNAI.

a) 2 – 3 – 4 – 1.
b) 3 – 1 – 4 – 2.
c) 3 – 2 – 1 – 4.
d) 4 – 1 – 3 – 2.
e) 4 – 2 – 1 – 3.

Questão 118 (AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO/PROCURADOR/2022) No que tange à Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Órgãos independentes são aqueles originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro.

b) É dispensável a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, tendo em vista que a lei criadora é a própria medida autorizadora.

c) É constitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas, bem como os presidentes das empresas de economia mista e assemelhados.

d) É inconstitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades, pois a medida consiste em sanção política em matéria tributária.

e) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

Questão 119 (AOCP/PM GO/SOLDADO MÚSICO 2ª CLASSE/2022) "[...] entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios."

No que concerne à organização administrativa do Estado, é correto afirmar que o fragmento acima descreve as

a) fundações públicas.

b) sociedades de economia mista.

c) organizações da sociedade civil de interesse público.

d) autarquias.

e) empresas públicas.

Questão 120 (AOCP/PM GO/CADETE/2022) O Estado de Goiás e os Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade pretendem celebrar consórcio público na área da saúde, visando melhorar o acesso aos serviços de saúde de maior complexidade, ampliando sua oferta, com maior resolubilidade e qualidade. Nesse contexto, caso o referido consórcio público seja constituído com personalidade jurídica de direito público, é correto afirmar que ele terá natureza jurídica de

a) sociedade de economia mista.

b) órgão público integrante da administração direta dos entes consorciados.

c) empresa pública.

d) fundação pública.

e) autarquia.

Questão 121 (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO-RS/GUARDA MUNICIPAL/2020) Quando a administração pública realiza a distribuição do serviço dentro da mesma Pessoa Jurídica, no mesmo núcleo, é correto afirmar que estamos diante de uma prestação de serviço de qual tipo ou forma?

a) Descentralizada – desconcentração.

b) Centralizada – desconcentração.

c) Descentralizada – indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Direta – Indireta.

e) Indireta – Centralizada.

Questão 122 (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO-RS/GUARDA MUNICIPAL/2020) A atividade administrativa pode ser prestada de duas formas. Quais são elas?

a) Centralizada e desconcentrada.

b) Desconcentrada e descentralizada.

c) Centralizada e descentralizada.

d) Descentralizada e dispersa.

e) Unificada e centralizada.

Questão 123 (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL-SC/ FISCAL DE POSTURAS/2019/Q1198278) A Em se tratando da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Concentração é a técnica de cumprimento de competências administrativas por meio de órgãos públicos despersonalizados e sem divisões internas.

b) Órgão público é uma pessoa jurídica de direito público interno, pertencente à Administração Pública indireta, criada por lei específica para o exercício de atividades típicas da Administração Pública.

c) Na desconcentração, as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica.

d) Na descentralização administrativa, as competências administrativas são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas, criadas pelo Estado para tal finalidade.

Questão 124 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO OFICIAL CRIMINAL/2019/Q1051118) Assinale a alternativa que corresponda a um órgão/entidade que pertença à Administração Pública Direta.

a) Agência Reguladora.

b) Agência Executiva.

c) Departamento de Estradas e Rodagens – DER.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Secretaria do Tesouro Nacional.

e) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

Questão 125 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO OFICIAL CRIMINAL/2019/Q1051111) A seguinte definição: "Pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado." se refere:

a) a entes do sistema "S".

b) à Fundação Pública.

c) à Sociedade de Economia Mista.

d) à Empresa Pública.

e) à Agência Reguladora.

Questão 126 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO OFICIAL CRIMINAL/2019/Q1051110) Dentro da organização da Administração Pública, pode-se conceituar o processo de desconcentração como:

a) a distribuição de competências entre órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, a fim de permitir o mais adequado e racional desempenho das atividades estatais.

b) o fenômeno inerente à Administração Indireta, que consiste na criação de entidades para atividades de fiscalização e regulação de um determinado setor.

c) a prestação de serviço ao Poder Público, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com empresas do setor privado.

d) a transferência de poderes e atribuições para um sujeito distinto e autônomo do ente federativo criador.

e) o ato de criação de pessoas jurídicas meramente administrativas, sem a característica de ente político.

Questão 127 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/ASSISTENTE SOCIAL/2019/Q1048130) Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

a) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.

c) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.

d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

e) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

Questão 128 (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO/2018) Qual, dos citados a seguir, integra a Administração Pública Direta da União?

a) Caixa Econômica Federal.

b) Banco do Brasil.

c) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

d) Banco Central.

e) Ministério da Educação.

Questão 129 (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO/2018) No âmbito da Administração Pública Direta, a reunião da competência de um órgão público para um número menor de órgãos públicos, em razão da extinção daquele órgão, refere-se ao fenômeno da:

a) desconcentração.

b) centralização.

c) descentralização.

d) concentração.

e) delegação de competência.

Questão 130 (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/ADMINISTRADOR/2018/Q1250026) Pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública Indireta, instituídas pelo Poder Público, mediante autorização de lei específica, sob qualquer forma jurídica e com capital exclusivamente público, para a exploração de atividades econômicas ou para a prestação de serviços públicos. O enunciado refere-se ao conceito de:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) consórcio público.

b) sociedade de economia mista.

c) empresa pública.

d) fundação pública de direito privado.

e) autarquia.

Questão 131 (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/ADMINISTRADOR/2018/Q1250024) O contrato de concessão de serviço público firmado entre o Estado e uma pessoa jurídica de direito privado é uma espécie de:

a) descentralização por colaboração.

b) concentração.

c) centralização.

d) descentralização por serviço.

e) desconcentração.

Questão 132 (INSTITUTO AOCP/UFOB/ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2018/Q1195638) O artigo 37 da Constituição Federal é a norma fundamental da Administração Pública. Nesse artigo, estão dispostos regras e princípios que norteiam a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação à Administração Pública, conforme disciplinado no referido dispositivo constitucional, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

Somente por decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo poderão ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

Questão 133 (AOCP/FUNPAPA/ARTE EDUCADOR/2018) De acordo com a estrutura administrativa da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São entes da administração pública indireta as autarquias, inclusive as associações públicas, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

b) Como princípios inerentes à organização administrativa, podem ser listados os seguintes princípios: coordenação, descentralização administrativa e controle.

c) O instituto da desconcentração está fundado na hierarquia, uma vez que a administração pública distribui e escalona as competências, internamente, no bojo de uma mesma pessoa jurídica.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) A outorga também pode ser denominada de descentralização por serviço ou descentralização funcional.

e) Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.

Questão 134 (AOCP/UEFS/ANALISTA UNIVERSITÁRIO/2018/Q1252871) A pessoa jurídica de direito privado, qualificada pelo Poder Público e sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, é uma:

a) sociedade de economia mista.

b) organização social.

c) empresa pública.

d) autarquia.

e) fundação pública.

Questão 135 (AOCP/UEFS/ANALISTA UNIVERSITÁRIO/2018/Q1252849) Assinale a alternativa correta sobre a administração direta e indireta.

a) Autarquias são empresas públicas.

b) As agências reguladoras são autarquias sob regime especial.

c) Sociedades de economia mista são entidades da administração direta.

d) A administração direta traduz a ideia de descentralização do serviço público.

e) Os municípios são entes da administração indireta.

Questão 136 (INSTITUTO AOCP/IPM-SP/AGENTE ADMINISTRATIVO/2018) Assinale a alternativa correta referente à organização da Administração Pública.

a) Planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle são princípios inerentes à organização administrativa.

b) A descentralização se caracteriza pela distribuição interna de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) A delegação consiste na transferência da execução e da titularidade do serviço público a outra entidade.

d) A criação e a extinção de órgãos públicos devem ser feitas por intermédio de lei, se admitindo, excepcionalmente, a sua extinção por meio de decreto regulamentar

e) As associações públicas não podem ser consideradas como entes da Administração Indireta.

Questão 137 (INSTITUTO AOCP/TRT-1ª REGIÃO/RJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/2018/Q1251286) Assinale a alternativa correta no tocante à organização da Administração Pública.

a) A sociedade de economia mista possui como característica ser pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público, sendo organizada sob a forma de sociedade anônima.

b) É dispensável a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a sociedade de economia mista matriz.

c) O consórcio público consiste em pessoa jurídica de direito público ou privado criada por duas ou mais autarquias para a gestão associada de serviços públicos.

d) Agência executiva é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de rateio com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.

e) As fundações de direito privado, instituídas ou mantidas pelo Poder Público, não gozam da imunidade tributária referente ao imposto sobre o patrimônio, a renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Questão 138 (INSTITUTO AOCP/TRT-1ª REGIÃO/RJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2018) De acordo com a classificação dos órgãos públicos, analise o trecho a seguir e assinale a alternativa que aponta a classificação correspondente.

"São os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro; suas atribuições são exercidas por agentes políticos."(Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30.ed. Rev., atual. eampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

a) Órgãos autônomos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Órgãos independentes.

c) Órgãos superiores.

d) Órgãos centrais.

e) Órgãos subalternos.

Questão 139 (INSTITUTO AOCP/EBSERH/ADVOGADO/2017/Q850017) A administração pública poderá distribuir suas competências administrativas a pessoas jurídicas autônomas, para fins de garantir o cumprimento de suas obrigações constitucionais. A tal ato dá-se o nome de:

a) Imposição.

b) Delegação.

c) Desconcentração.

d) Outorga.

e) Descentralização.

Questão 140 (AOCP/SUSIPE-PA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2017/Q1251286) Acerca da administração pública direta e indireta, assinale a alternativa correta.

a) Autarquias são órgãos da administração direta.

b) Não é permitida a criação de fundações públicas.

c) A administração direta traduz a ideia de descentralização da administração.

d) Empresas públicas são órgãos da administração indireta.

e) Estados e Municípios são órgãos da administração indireta.

Questão 141 (2021/INSTITUTO AOCP/SANESUL/ADVOGADO) A Lei n. 13.303/2016 tem o intuito de disciplinar a exploração direta de atividade econômica desenvolvida pelo Estado por meio das empresas públicas e das sociedades de economia mista, sendo, por isso, conhecida como Lei

a) das Empresas Públicas.

b) das Licitações para Obras e Serviços.

c) das Estatais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) de Licitações e Contratos.

e) das Sociedades Anônimas.

Questão 142 (2021/INSTITUTO AOCP/MPE-RS/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO/ ADAPTADA) Sobre os variados temas de Direito Administrativo, julgue o item

I – De acordo com as regras de organização administrativa, o INSS e o IBAMA são autarquias federais que integram a administração direta da União.

Questão 143 3. (2021/INSTITUTO AOCP/PC-PA/INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL) Considerando a temática da organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O instituto da desconcentração está fundado na hierarquia e se configura pela distribuição interna de competência no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

b) Na outorga, é transferida a titularidade e a execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado, ao passo que, na delegação, apenas a execução é transferida, permanecendo com o Estado a titularidade do serviço.

c) Os órgãos autônomos são caracterizados por serem imediatamente subordinados aos órgãos independentes e diretamente subordinados aos seus agentes.

d) Consoante a doutrina, as fundações públicas de direito privado têm sua criação autorizada por lei específica enquanto as fundações públicas de direito público são criadas por lei específica, não dependendo de registro para que sejam instituídas.

e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Questão 144 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) As agências reguladoras, como, por exemplo, a ANP – Agência Nacional do Petróleo e a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, vêm sendo criadas por leis esparsas e são classificadas como

a) autarquias comuns.

b) autarquias de regime especial.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) empresas públicas.

d) entidades paraestatais.

Questão 145 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) No que se refere às agências reguladoras, é correto afirmar:

a) O regime jurídico dos servidores das agências reguladoras é o celetista.

b) Aos Estados e Municípios é vedada a criação de suas próprias agências reguladoras.

c) A criação das agências reguladoras pode se dar mediante decreto do Presidente da República.

d) Os dirigentes das agências reguladoras são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal, para cumprir mandato com prazo certo.

Questão 146 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) "O Governador do Estado X pretende criar uma Agência Reguladora, entidade administrativa integrante da Administração Indireta, para fiscalizar a prestação de serviço de transporte público de passageiros." A referida Agência Reguladora deve possuir algumas prerrogativas, dentre as quais:

I – Apreciação de lei de diretrizes orçamentárias.

II – Competência tributária.

III – Iniciativa legislativa.

Assinale se:

a) Nenhuma alternativa estiver correta.

b) Estiverem corretas as alternativas I e II.

c) Somente a alternativa I estiver correta.

d) Somente a alternativa III estiver correta.

Questão 147 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/TÉCNICO DE ENFERMAGEM) A Sociedade de Economia Mista federal XYZ cria empresa subsidiária para exploração de atividade econômica. Com relação ao regime jurídico a ser aplicado à empresa subsidiária, assinale a alternativa correta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) As subsidiárias não integram a estrutura da Administração Pública, não se submetendo às regras de licitação.

b) A criação da subsidiária depende de autorização legislativa do Ente Federativo que criou a sociedade de economia mista.

c) A proibição de acumulação de cargos e empregos públicos não se estende aos ocupantes de cargos e empregos nas subsidiárias.

d) O teto remuneratório constitucional não se aplica aos ocupantes de cargos e empregos das subsidiárias, ainda que dependentes.

Questão 148 (2016/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Em relação à organização dos entes da Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

a) Autonomia é a faculdade que alguns entes possuem de se organizarem juridicamente, de criarem direito próprio, assim reconhecidos pelo Estado e por ele adotados para fazerem parte de seu sistema jurídico.

b) Diferentemente do que ocorre na desconcentração administrativa, na descentralização inexiste qualquer forma de hierarquia.

c) Tutela administrativa é a condição vinculante entre o ente público criador e o autárquico.

d) Há relação de subordinação entre a autarquia e a pessoa jurídica que a instituiu.

Questão 149 (2015/CONSULPLAN/TJ-MG/JUIZ LEIGO) "O Estado de Minas Gerais realizou concurso público para provimento do cargo efetivo de professor de matemática do ensino médio. A organizadora do certame foi a UEMG, autarquia estadual ligada à Administração Indireta do Estado. João, que atualmente é ocupante do cargo efetivo de nível superior de Técnico Judiciário no TJMG, caso aprovado no referido concurso, poderá acumular as duas atividades, desde que haja compatibilidade de horários e desde que a soma das remunerações não ultrapasse o teto constitucional. Na hipótese de João, na qualidade de agente público, causar danos a terceiros, o Estado de Minas Gerais responderá objetivamente em face do terceiro prejudicado, cabendo, posteriormente, propor ação regressiva em desfavor de João. Supondo que João venha a ser demitido, após regular processo administrativo disciplinar, o ato administrativo sancionatório deverá atender aos requisitos de validade do ato administrativo. Um desses requisitos é o motivo, elemento que corresponde às razões de fato e de direito que autorizam a imposição da penalidade."

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Com fundamento no Direito Administrativo brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) No caso, o processo administrativo disciplinar é motivo do ato administrativo demissório, assim como a prática de infração disciplinar corresponde ao elemento objeto do ato administrativo.

b) A responsabilidade objetiva por danos causados por João, no exercício do cargo de Técnico Judiciário, deve ser imputada ao TJMG, posto que o referido órgão tem personalidade jurídica própria.

c) João não poderia acumular os dois cargos propostos no caso, pois a Constituição da República veda a acumulação de um cargo técnico com outro no ensino médio, ainda que haja compatibilidade de horários.

d) A UEMG, na condição de autarquia, representa um exemplo de descentralização administrativa na estrutura organizacional do Estado de Minas Gerais, enquanto o TJMG é exemplo de desconcentração.

Questão 150 (2015/CONSULPLAN/PREFEITURA DE CARATINGA-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Conforme Hely Lopes Meirelles apud Silva (2013: 2), a Administração se trata do "conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do Governo". Dessa forma, a Administração Pública é, ao mesmo tempo, a titular e a executora do serviço público, sendo dividida em Administração Direta e Indireta. A Administração Centralizada se refere a

a) sociedades de economia mista.

b) empresas públicas e sociedades de economia mista.

c) conjunto dos órgãos integrados na estrutura administrativa dos entes da federação, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

d) conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar atividades administrativas de forma descentralizada.

Questão 151 (2014/CONSULPLAN/CBTU/TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO) "A Administração federal compreende a Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios e a Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

públicas. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade." (Decreto Lei n. 200/1967.)

As definições a seguir referem-se a instituições da Administração Pública Indireta. Assinale a definição que faz referência a Fundações Públicas.

a) Serviço autônomo, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios. Executa atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

b) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado. Explora atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima. As ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

c) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União. Explora atividade econômica que o exerce por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de quaisquer das formas admitidas em direito.

d) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Desenvolve atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

Questão 152 (2013/CONSULPLAN/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Em determinado município, o Prefeito verifica que o sistema de coleta de lixo, a cargo da Administração Pública Direta, está se mostrando ineficiente. Para solucionar o problema, edita medida provisória criando empresa pública específica para esse fim, de modo a realizar o serviço de forma mais eficiente, a qual admitirá pessoal através de concurso público. Sobre o caso, é correto afirmar que a situação

a) é irregular, uma vez que o município somente pode criar empresas públicas após autorização de lei estadual de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

b) é irregular, uma vez que as empresas públicas, não obstante sujeitarem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, devem ter sua criação previamente autorizada por lei.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) está incorreta, já que não há necessidade de admissão de pessoal por meio de concurso público, tendo em vista que as empresas públicas se submetem à mesma disciplina jurídica das empresas privadas.

d) é irregular, uma vez que a empresa pública municipal não poderia ser criada para prestação de serviço público, mas tão somente para prestação de atividade econômica, respeitando o princípio da subsidiariedade.

e) está incorreta, uma vez que o serviço público em questão deveria ser realizado pela Administração Direta ou autarquia criada para este fim, pessoas jurídicas de direito público, uma vez que trata-se de atividade típica de Estado.

Questão 153 (2013/CONSULPLAN/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca da organização da Administração Pública estruturada na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

a) na organização administrativa brasileira, há uma divisão vertical e hierárquica entre os entes federal, distrital, estadual e municipal.

b) não obstante ter o chefe do Poder Executivo a direção superior da Administração Pública, somente lei específica pode criar autarquias.

c) dentro do sistema federativo criado pela Constituição da República de 1988, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são entes dotados de soberania.

d) dentro da capacidade de autogoverno, o chefe do Poder Executivo de cada ente pode decidir pela descentralização do poder, através da criação de órgãos públicos.

e) os órgãos públicos, criados como mecanismo de desconcentração administrativa, possuem personalidade jurídica própria, apesar de subordinar-se à Administração central.

Questão 154 (2013/CONSULPLAN/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Analise as afirmativas, tendo em vista o ordenamento jurídico que regula a Administração Pública no Brasil.

I – Órgãos públicos apresentam personalidade jurídica própria, tendo competência para expressar a vontade do Estado e cumprir as competências que lhe são próprias, a fim de exercer a sua função pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

II – Órgãos públicos apresentam estrutura formada necessariamente de funções, cargos e agentes, mas se distinguem desses elementos, que podem ser modificados ou substituídos, sem supressão da sua unidade orgânica.

III – Para os doutrinadores brasileiros, o conceito de agente público é aplicado a toda pessoa física que presta serviço ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta, não se restringindo a servidores públicos.

IV – Todo agente público presta serviço ao Estado, mediante vínculo empregatício e remuneração paga pelos cofres públicos.

V – A seleção de agentes públicos necessariamente ocorre por meio de concurso público.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II, III, IV e V.

b) II – e III, apenas.

c) IV – e V, apenas.

d) III – e IV, apenas.

e) II, III, IV e V, apenas.

Questão 155 (2013/CONSULPLAN/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) O Decreto-Lei n. 200, de 25/02/1967, ao regular a estrutura Administrativa Federal, dividiu a Administração Pública em Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, o que foi recepcionado pelo Art. 37, da Constituição Federal de 1988, ampliando a abrangência para "qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". De acordo com a legislação que rege a Administração Pública, é correto afirmar que

a) as autarquias estão autorizadas legalmente a exercerem tanto atividades típicas da Administração Pública, quanto atividades econômicas que o governo compreenda convenientes para o Estado.

b) os entes da Administração Pública Indireta, mesmo detendo autonomia administrativa e financeira, estão sujeitos ao controle exercido pelos órgãos da Administração Pública Direta, na forma de supervisão ministerial.

c) os entes da Administração Indireta, tais como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, apresentam vinculação administrativa e subordinação hierárquica aos órgãos da Administração Direta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) os entes da Administração Indireta, criados para dar mais eficiência na prestação de serviços públicos, não são dotados de personalidade jurídica própria, pois são subordinados administrativamente aos órgãos da Administração Pública Direta.

e) os entes da Administração Indireta, tais como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, detêm autonomia administrativa e financeira, não apresentando vinculação administrativa e subordinação hierárquica em relação aos órgãos da Administração Pública Direta.

Questão 156 (2012/CONSULPLAN/TSE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA)

No que tange às pessoas jurídicas integrantes da Administração pública, é correto afirmar que

a) os consórcios públicos sempre serão pessoas jurídicas de direito público.

b) a parceria público-privada poderá ser celebrada na modalidade de concessão patrocinada ou administrativa.

c) a sociedade de economia mista, em nenhuma hipótese, pode negociar suas ações em bolsa de valores.

d) em razão de sua natureza jurídica, as empresas públicas são criadas diretamente pela lei.

Questão 157 (2012/CONSULPLAN/TSE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA)

Sobre a desconcentração, analise.

I – Significa repartição de funções entre vários órgãos de uma mesma Administração .

II – Significa uma quebra de hierarquia entre os órgãos despersonalizados.

III – Na desconcentração, a execução de atividades pelo Estado é Direta e imediata.

Assinale

a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 158 (2012/CONSULPLAN/TSE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA)

Considerando as características das entidades de Administração Direta e Indireta, assinale a única alternativa associada a uma autarquia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) Possuir personalidade jurídica de direito privado.

b) Ser um órgão de Administração Direta.

c) Ser capaz de bastar-se por si mesma.

d) Ter flexibilidade de Administração de pessoal (quadro próprio).

Questão 159 (2018/FEPESE/PGE-SC/PROCURADOR) Atendidos os requisitos previstos na atual Lei 9.637/1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas:

1. ao ensino.
2. à segurança pública.
3. à pesquisa científica.
4. ao desenvolvimento tecnológico.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

c) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

d) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Questão 160 (2016/FEPESE/ PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC/ADVOGADO) De acordo com a Constituição Federal e o Decreto-Lei no 200/67, assinale a alternativa correta.

a) A empresa pública é a pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de sociedade anônima.

b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.

c) A diferença entre autarquia e fundação pública reside no fato de a segunda, por se tratar de um patrimônio preordenado a um fim social, não possuir personalidade jurídica própria.

d) A autarquia, que só pode ser criada por autorização legal, adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

e) Por atuarem como exploradoras da atividade econômica, as empresas públicas ou sociedades de economia mista não precisam de autorização legislativa para criarem subsidiárias.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 161 (2017/FEPESE/PREFEITURA DE CRICIÚMA/FISCAL DE RENDAS E TRIBUTOS) É correto afirmar sobre estrutura da Administração Pública.

1. As Secretarias municipais são exemplos de administração pública indireta, pois são órgãos auxiliares do Poder Executivo.
2. As sociedades de economia mista são entes de natureza privada, cuja finalidade é igualar a atividade pública à privada.
3. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas para executar atividades típicas da Administração Pública.
4. As fundações possuem personalidade jurídica própria e poderão adotar personalidade jurídica pública ou privada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
b) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
c) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
e) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

Questão 162 (2017/FEPESE/PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC/FISCAL DE RENDAS E TRIBUTOS) Assinale a alternativa correta sobre os órgãos públicos.

a) São entes despersonalizados decorrentes da desconcentração da administração pública.
b) Representam os entes estatais pelos quais foram criados e possuem personalidade jurídica própria.
c) São resultados da descentralização administrativa e possuem autonomia gerencial e financeira.
d) Representam a desconcentração administrativa e possuem patrimônio próprio, autonomia gerencial e financeira.
e) A autonomia administrativa, funcional e financeira dá ao órgão capacidade de atuar em juízo.

Questão 163 (2017/FEPESE/PC-SC/ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL) A respeito das entidades integrantes da administração pública indireta, as pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, sem caráter econômico, para desempenho de funções próprias e típicas de Estado, são denominadas:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) Autarquias.

b) Empresas públicas.

c) Fundações públicas.

d) Organizações sociais.

e) Sociedades de economia mista.

Questão 164 (2017/FEPESE/PC-SC/AGENTE DE POLÍCIA CIVIL) Não constitui característica das sociedades de economia mista:

a) São criadas por autorização de lei.

b) Adotam a forma de sociedade anônima.

c) São pessoas jurídicas de direito público.

d) Controle acionário pertencente ao Poder Público.

e) Têm como objetivo a exploração de atividades econômicas ou a prestação de serviços públicos.

Questão 165 (2017/FEPESE/CIASC/ADVOGADO) Sobre a Administração Pública Direta e Indireta, é correto afirmar:

a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, destinadas a realizar atividades, obras ou serviços de forma descentralizada.

b) As empresas públicas e sociedades de economia mista podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

c) O INSS é uma fundação vinculada ao Ministério da Previdência Social, com a finalidade de promover os direitos relacionados aos benefícios da previdência social.

d) Os serviços sociais autônomos e as organizações sociais Integram a estrutura da Administração Indireta.

e) As sociedades de economia mista estão sujeitas à fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas.

Questão 166 (2016/FEPESE/PREFEITURA DE LAGES-SC/ADMINISTRADOR) Assinale a alternativa correta.

a) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é um exemplo de agência executiva.

b) As agências reguladoras foram criadas para disciplinar e controlar atividades determinadas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) As agências reguladoras e as agências executivas caracterizam-se como pessoas jurídicas de direito privado.

d) As agências executivas e as agências reguladoras são frutos da centralização governamental.

e) Tendo em vista a independência dos poderes, nenhum ato praticado pelas agências reguladoras poderá ser apreciado pelo Poder Judiciário.

Questão 167 (2016/FEPESE/ PREFEITURA DE LAGES-SC/ADMINISTRADOR) Assinale a alternativa correta.

a) As instituições hospitalares privadas são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público devido a sua função social.

b) Sindicatos e associações de classe são um exemplo de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que não tenham fins lucrativos.

c) A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham como finalidade a promoção da cultura. A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida a autarquias voltadas à educação.

d) Entidades que comercializam planos de saúde não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Questão 168 (2016/FEPESE/SJC-SC/AGENTE DE SEGURANÇA) Assinale a alternativa correta sobre a autarquia

a) A sua criação constitui um exemplo de desconcentração de serviço público.

b) Possui personalidade, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública.

c) Quando revestida sob a forma de uma Secretaria estadual, não terá personalidade jurídica própria.

d) Somente poderá ser constituída para a execução de fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

e) Ao adquirir personalidade jurídica de direito privado, passa a integrar a administração indireta do ente que a criou.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 169 (FGV/MPE GO/SECRETÁRIO ASSISTENTE/2022) Assinale a opção que indica uma característica das autarquias, figura jurídica representada por entidades como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM).

a) A obrigatoriedade do uso das normas da CLT para seus funcionários.

b) A necessidade de elaboração de lei para a sua criação.

c) O patrimônio composto exclusivamente por bens regidos pelo direito privado.

d) A vedação à execução de atividades típicas de Estado.

e) A impossibilidade de realização de concurso público para contratação de pessoal.

Questão 170 (FGV/TRT 16ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2022) Imagine que Gama é entidade da administração indireta federal, que ostenta personalidade jurídica de direito privado e foi criada por meio de autorização de lei específica. Gama foi constituída necessariamente sob a forma de sociedade anônima S/A e tem capital misto, mas a maioria do capital votante é do poder público.

De acordo com o ordenamento jurídico, diante da descrição acima, a entidade Gama é uma

a) fundação pública.

b) sociedade de economia mista.

c) autarquia federal.

d) empresa pública.

e) concessionária prestadora de serviço público.

Questão 171 (FGV/MPE GO/SECRETÁRIO ASSISTENTE/2022) A existência de um conjunto de competências criadas pelo Estado para representar sua vontade, ainda que sem personalidade jurídica ou capacidade processual, está associada ao conceito de

a) entidades administrativas.

b) territórios federais.

c) agências executivas.

d) poderes de Estado.

e) órgãos públicos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 172 (FGV/TJDFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2022) Maria, ministra de Estado, tomou conhecimento de que Joana, que estava à frente de uma estrutura criada a partir dos conceitos da descentralização administrativa, vinculada ao seu Ministério, sendo responsável pela prestação de serviços públicos, praticara um ato que fora muito criticado. Esse ato, ao ver de Maria, se mostrava totalmente inconveniente e inoportuno à luz do interesse público.

À lua da narrativa, é correto afirmar que Maria:

a) pode anular o ato de Joana, no exercício do poder de tutela;

b) pode revogar o ato de Joana, no exercício do poder de autotutela;

c) no exercício do poder de supervisão, pode anular ou revogar o ato de Joana, conforme o caso;

d) deve observar, em princípio, a autonomia do ente dirigido por Joana, exercendo a tutela no limite estabelecido em lei;

e) deve observar a autonomia do ente dirigido por Joana, mas pode exercer o controle interno, conforme autorizado em lei.

Questão 173 (FGV/TJDFT/ANALISTA JUDICIÁRIO–ANÁLISE DE SISTEMAS/2022) O prefeito do Município Alfa decidiu promover uma ampla reestruturação da Administração pública indireta. Para tanto, decidiu que fosse elaborado um estudo preliminar, de modo a delinear os contornos gerais de: (1) duas entidades com personalidade jurídica própria, para a execução dos serviços públicos de limpeza urbana e de administração de cemitérios públicos; e (2) de órgãos específicos, a serem criados no âmbito da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ordem Pública, de modo a aumentar a especialização e, consequentemente, o nível de eficiência estatal.

É correto afirmar que:

a) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por especificação e em (2) de descentralização administrativa por serviços;

b) em (1) são mencionados exemplos de desconcentração administrativa por especificação e em (2) de desconcentração administrativa por serviços;

c) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por serviços e em (2) de desconcentração administrativa;

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de descentralização administrativa por eficiência;

e) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de estatização por padrão de eficiência.

Questão 174 (FGV/SEMSA/ESPECIALISTA EM SAÚDE–ADVOGADO/2022) O Município Alfa, por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde, celebrou convênio com a União, representada pelo Ministério da Saúde, com vistas a receber verba para realização de determinado projeto de interesse social, assumindo o compromisso de prestar contas junto ao citado Ministério e ao Tribunal de Contas da União - TCU. Findo o prazo do convênio, a União detectou ilegalidades em sua execução, na gestão do Prefeito Antônio, razão pela qual o Município Alfa foi inserido em um cadastro federal de inadimplência, ficando impedido de contratar operações de crédito, celebrar convênios com órgãos e entidades federais e receber transferências de recursos.

Recentemente, houve troca na chefia do Executivo municipal. O atual Prefeito, José, tão logo iniciou sua atual gestão, adotou todas as medidas necessárias visando ao ressarcimento ao erário decorrente das ilegalidades praticadas no convênio, assim como corrigiu as falhas administrativas e apresentou todos os documentos solicitados pelo TCU e pelo Ministério da Saúde. Diante disso, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Município Alfa requereu sua exclusão do citado cadastro federal de inadimplência, com base no princípio administrativo da

a) autotutela, segundo o qual somente o agente público responsável pela ilegalidade pode ser responsabilizado pelos ilícitos praticados, sob pena de a Administração Pública ser duplamente penalizada pelo mesmo fato.

b) impessoalidade, segundo o qual os atos ilícitos praticados, por ação ou omissão de agente público, não podem prejudicar o ente federativo a que ele estiver vinculado, com base na teoria do órgão.

c) continuidade, segundo o qual a nova administração municipal não pode ser penalizada por ato praticado por anterior gestor, sem prejuízo de sua responsabilização nas esferas cível, administrativa e criminal.

d) vedação da ultratividade do direito sancionador, segundo o qual é dever da nova gestão promover o desbloqueio da inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, sob pena de responsabilidade pessoal do atual Prefeito.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) intranscendência subjetiva das sanções, segundo o qual não pode permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, foram tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos.

Questão 175 (FGV/MPE SC/AUXILIAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO/2022) Analise os conceitos de duas entidades que integram a administração indireta:

I – Pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao poder público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.

II – Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado.

As entidades acima conceituadas são, respectivamente:

a) empresa pública e fundação pública;

b) fundação privada e autarquia;

c) sociedade de economia mista e autarquia;

d) sociedade de economia mista e empresa pública;

e) empresa pública e autarquia.

Questão 176 (FGV/MPE GO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022) Considere um município que seja administrado por uma gestão com ideais reformistas, e que, dentre outras mudanças, tenha como prioridade aumentar a especialização da máquina pública por meio de um processo de descentralização.

Com base no apresentado, evidencia-se como um exemplo de descentralização a

a) divisão das competências da Guarda Municipal em superintendências regionais.

b) delegação do poder de planejamento para as superintendências administrativas.

c) concessão de capacidades normativas aos secretários municipais.

d) transferência da execução de serviço de saneamento básico para empresa pública.

e) atribuição de responsabilidades de coordenação aos subprefeitos locais.

Questão 177 (FGV/SEFAZ BA/AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS/2022) As *agências reguladoras* têm como características a autonomia funcional, decisória, financeira e administrativa. Apesar das prerrogativas previstas em lei, elas devem seguir algumas regras específicas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Assinale a opção que indica uma dessas regras.

a) A elaboração de plano estratégico bienal, em consonância com as diretrizes decorrentes da subordinação hierárquica perante o ministério supervisor.

b) A contratação de dirigentes por meio de procedimento idôneo e formal, respeitada arguição pública no Senado Federal, além de mandato fixo destituível apenas por condenação judicial transitada em julgado.

c) A adoção de práticas de gestão de riscos e controles internos, bem como elaboração de programa de integridade visando o combate a fraudes e atos de corrupção.

d) A qualificação como agência reguladora recebida por ministro da justiça, por ato vinculado, desde que apresentado plano de reestruturação e desenvolvimento para a melhoria da gestão.

e) O estabelecimento de conselho fiscal e administração com composição paritária, constituído por agentes públicos e membros da sociedade civil, vedada remuneração.

Questão 178 (FGV/MPE GO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022) Analisando o Ministério Público de Goiás sob a ótica da organização administrativa, temática que estuda a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que ele é um exemplo de

a) órgão público.

b) poder constitucional.

c) secretaria de governo.

d) entidade administrativa.

e) pessoa jurídica de direito público externo.

Questão 179 (FGV/SENADO FEDERAL/CONSULTOR LEGISLATIVO/2022) A União, para prestar os relevantes serviços públicos na área da saúde, criou diversos órgãos, como o Ministério da Saúde, o Hospital Federal Alfa e o Hospital Federal Beta.

Esta distribuição interna de competência entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica, calcada no poder hierárquico, é denominada

a) descentralização administrativa.

b) delegação de serviço público.

c) descentralização funcional.

d) outorga de serviço público.

e) desconcentração administrativa.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 180 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS/2019) Até recentemente, havia o entendimento dos especialistas de que a sociedade poderia ser classificada em dois setores, o primeiro sendo o Poder Público e o segundo o Mercado. Com o crescente número de demandas sociais não atendidas pelo Estado, um terceiro setor começa se consolidar e ganhar importância no atendimento das demandas da sociedade. Assinale a opção que indica uma organização do terceiro setor.

a) Agência Executiva.

b) Sociedade Anônima.

c) Fundação Autárquica.

d) Associação Pública.

e) Entidade de Apoio.

Questão 181 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS/2019) No que concerne às Agências Reguladoras, importantes entidades criadas para fiscalizar e regular serviços de determinados setores econômicos, assinale a afirmativa incorreta.

a) As agências devem ter necessariamente personalidade jurídica de direito público, dotadas de independência administrativa e autonomia financeira.

b) Seus dirigentes devem possuir mandatos fixos, sendo estritamente vedada a possibilidade de exoneração *ad nutum*.

c) As agências são autarquias ou fundações públicas que celebraram contrato de gestão com o Poder Público.

d) Seus atos não podem ser revistos ou alterados pelo Poder Executivo, apenas pelo Judiciário, devendo, no entanto, agir conforme suas finalidades específicas.

e) As agências podem existir tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal, desde que criadas por lei.

Questão 182 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS/2019) O conceito de agência executiva foi criado com o objetivo precípuo de otimizar recursos, reduzir custos e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos. Essa noção tem sua origem em um modelo utilizado nos Estados Unidos e foi importado pelo Brasil no período de reforma administrativa do Estado, na década de 90. Considerando as Agências Executivas, analise as afirmativas a seguir.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

I – É um tipo de qualificação dada à uma pessoa jurídica.

II – Garante maior autonomia ao ente público.

III – Altera a natureza jurídica da entidade.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

Questão 183 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS/2019) Sobre a descentralização por colaboração, assinale a afirmativa correta.

a) Ocorre quando a Constituição atribui a um ente específico que exerça atribuições próprias de forma autônoma ao ente central.

b) Ocorre quando a Administração Pública transfere, por contrato ou ato administrativo unilateral, a execução de serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado.

c) Ocorre quando é outorgada a outros órgãos funções de determinada entidade administrativa, visando ao aumento de eficiência.

d) Ocorre quando a Lei específica cede a titularidade de serviço público a uma pessoa jurídica do direito público, sem que o cedente interfira nas atividades.

e) Ocorre quando as organizações paraestatais celebram ajuste com a Administração Pública por termo cooperação e se tornam parte da administração indireta.

Questão 184 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS/2019) Determinado município baiano autoriza, por meio de lei, a instituição de uma autarquia com a finalidade de gerir o trânsito e os estacionamentos públicos da região. Para preencher os cargos dessa autarquia, serão realizados concursos públicos, e os empossados serão regidos pelo regime jurídico estatutário. Além disso, visando a contenção de despesas, o Município irá convocar alguns empresários locais para participar do capital da autarquia, deixando o Poder Público apenas com 51% do controle.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Em relação ao apresentado na situação, está de acordo com a legislação brasileira que dispõe sobre as autarquias:

a) A autorização da instituição da autarquia por lei, o uso do regime jurídico único estatutário para o pessoal e a participação da iniciativa privada em seu capital.

b) A autorização da instituição por lei da autarquia e a participação de empresários em seu capital.

c) A autorização da instituição da autarquia por lei, o uso do regime jurídico estatutário para o pessoal.

d) O uso do regime jurídico estatutário para o pessoal e a participação da iniciativa privada em seu capital.

e) O uso do regime jurídico estatutário para o pessoal.

Questão 185 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS/2019) O Prefeito do Município Alfa solicitou orientações de sua assessoria jurídica a respeito da sistemática de criação de uma autarquia, da natureza de sua personalidade jurídica e da possibilidade desse ente celebrar contrato, a ser firmado por seus administradores, com o poder público, visando a ampliar a sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

À luz da sistemática constitucional, a assessoria respondeu corretamente que as autarquias

a) são criadas por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito público e estando autorizadas a celebrar os denominados contratos de gestão.

b) têm sua instituição autorizada por lei, possuindo personalidade jurídica de direito público e não estando autorizadas a celebrar contratos com o Poder Público.

c) são criadas por ato administrativo negocial, possuindo personalidade jurídica de direito público e não estão autorizadas a celebrar contratos com o Poder Público.

d) são criadas por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito privado e os seus contratos são celebrados pelo Ministro responsável pela supervisão.

e) têm sua instituição autorizada por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito público e os seus contratos são celebrados pelo Ministro responsável pela supervisão.

Questão 186 (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019) Hércules, diretor-executivo de uma multinacional do setor de varejo, recebe um convite do Presidente da República para assumir cargo de diretor-geral de uma agência reguladora federal. Entusiasmado com a oportunidade, mas com receio de abandonar seu

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

emprego seguro na multinacional, Hércules pergunta ao seu amigo Aquiles, destacado jurista, sobre a possibilidade de perda de mandato de dirigentes das agências reguladoras. Aquiles informa, corretamente, que:

a) por ter natureza jurídica de cargo comissionado, os cargos de dirigentes das agências reguladoras são caracterizados como de livre nomeação e exoneração;

b) embora a estabilidade, por tempo determinado, seja a regra, a lei instituidora da agência pode prever condições diferentes para a perda de cargo dos dirigentes;

c) devido ao seu caráter político, o dirigente de agência reguladora só poderá ser substituído após cumprido integralmente seu mandato;

d) em razão de a nomeação ser realizada por meio de processo seletivo simplificado, sua demissão será feita apenas pelo plenário do Congresso Federal;

e) com o objetivo de garantir a autonomia das agências reguladoras no cumprimento de seus deveres funcionais, é assegurada a vitaliciedade aos seus dirigentes.

Questão 187 (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019) Em relação às formas de descentralização e desconcentração administrativa, analise os itens a seguir.

I – A descentralização por serviços institui uma entidade da administração indireta, contanto que seja criada por meio de lei específica.

II – A descentralização por colaboração transfere a titularidade de execução da atividade da Administração Pública para a iniciativa privada, por meio de contrato ou ato unilateral.

III – A desconcentração administrativa permite a criação de órgão com personalidade jurídica de direito público, mas sem capacidade processual.

Está correto somente o que se afirma em:

a) I;

b) II;

c) III;

d) I e II;

e) I e III.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 188 (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019) "Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) identificou 491 consórcios públicos em todo o Brasil. De acordo com o mapeamento inédito, do total de 5.568 municípios, mais de 4 mil participam de pelo menos um consórcio público, pessoa jurídica que executa a gestão de serviços públicos".

A notícia, retirada do site da Agência Brasil, faz referência à personalidade jurídica conhecida por consórcio público, disciplinada pela Lei n. 11.107/05.

Quanto ao consórcio público, é correto afirmar que:

a) é equivalente aos órgãos públicos, representando parte da Administração Direta de todos os entes participantes;

b) necessita do firmamento de convênios especiais entre os partícipes para o repasse de recursos públicos;

c) seus cargos podem ser preenchidos sem a necessidade de realização de concurso público, desde que respeite regulamento próprio;

d) poderá ser constituído tanto como pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado;

e) pode exonerar os funcionários sem motivação, desde que extinta a atividade geradora da formação do consórcio.

Questão 189 (IADES/CRN-3ª REGIÃO/OPERADOR DE CALL CENTER/2019) Assinale a alternativa que apresenta apenas autarquias da administração pública indireta.

a) Banco Central, universidades federais e Conselhos de Fiscalização de Profissão.

b) Universidades federais, Banco do Brasil e Conselhos de Fiscalização de Profissão.

c) Banco Central, Conselhos de Fiscalização de Profissão e Petrobras.

d) Petrobras, universidades federais e Banco do Brasil.

e) Banco Central, universidades federais e Petrobras.

Questão 190 (IADES/CRN-3ª REGIÃO/OPERADOR DE CALL CENTER/2019) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, na respectiva maioria, à União ou a entidade da administração indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

A definição apresentada refere-se a

a) agência reguladora.

b) empresa pública.

c) sociedade de economia mista.

d) fundação pública.

e) autarquia.

Questão 191 (IADES/CRN-3ª REGIÃO/ADVOGADO/2019) No que concerne às entidades da administração pública indireta, assinale a alternativa correta.

a) Fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, para executar atividades típicas da administração pública direta.

b) Sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com a maioria do capital público e sempre constituídas sob a forma de sociedade anônima (S/A).

c) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, com a totalidade de capital público e organizadas por qualquer forma societária admitida legalmente.

d) Autarquias são pessoas jurídicas com patrimônio personalizado, cuja criação depende de autorização legislativa.

e) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por autorização legislativa para executar somente atividades atípicas da administração pública direta.

Questão 192 (IADES/CRN-3ª REGIÃO/ADVOGADO/2019) Assente, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), os conselhos de fiscalização profissional, como o Conselho Regional de Nutrição, que têm natureza jurídica de autarquias. A respeito da forma de criação e da capacidade legislativa para propor a criação de autarquias, nos termos constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) Poderá ser criada autarquia somente por lei específica, de competência do chefe do Poder Executivo.

b) A autarquia é criada por meio de lei específica ou medida provisória de competência do chefe do Poder Executivo.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Poderá ser criada autarquia somente por decreto legislativo, sendo competente para tanto quaisquer das casas do Poder Legislativo.

d) A forma de criação de uma autarquia é livre, cabendo à lei de estruturação assim definir, havendo competência concorrente para a proposição da lei.

e) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de autarquia; a competência para a referida lei é do Congresso Nacional.

Questão 193 (IADES/CAU-AC/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/ARQUITETO E URBANISTA/2019) No que concerne à organização administrativa e aos conceitos de centralização, desconcentração e descentralização, assinale a alternativa correta.

a) A descentralização acontece quando o Estado executa as respectivas tarefas diretamente, por meio de órgãos e agentes integrantes da administração direta.

b) A centralização administrativa dá-se quando o Estado desempenha algumas das próprias atribuições por meio de outras pessoas jurídicas e não pela administração direta, como ocorre quando se cria uma autarquia para execução de determinadas atividades.

c) A desconcentração é técnica administrativa de distribuição interna de competências, que ocorre dentro da estrutura de uma pessoa jurídica, como, por exemplo, quando uma autarquia estabelece uma divisão interna de funções.

d) A descentralização é técnica administrativa de distribuição interna de competências, que se efetua dentro da estrutura de uma pessoa jurídica, como, por exemplo, quando determinada autarquia estabelece uma divisão interna de funções.

e) A desconcentração ocorre quando o Estado desempenha algumas das próprias atribuições por meio de outras pessoas jurídicas e não pela administração direta, como verifica-se quando é criada uma autarquia para execução de determinadas atividades.

Questão 194 (IADES/CAU-AC/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2019) No que tange à organização da administração pública, é correto afirmar que o CAU/AC, a Secretaria de Segurança Pública do Acre, o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda pertencem, respectivamente, à administração

a) direta, indireta, indireta e indireta.

b) indireta, indireta, direta e direta.

c) indireta, direta, indireta e direta.

d) direta, direta, indireta e direta.

e) direta, indireta, direta e indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 195 (IADES/CAU-RO/ARQUITETO E URBANISTA/2018) A respeito das autarquias, é correto afirmar que são pessoas

a) jurídicas de direito público, autorizada a instituição por lei específica, e integram a administração direta.

b) jurídicas de direito privado, criadas por lei, e integram a administração direta.

c) jurídicas de direito público, autorizada a instituição por lei específica, e integram a administração indireta.

d) jurídicas de direito público, criadas por lei, e integram a administração indireta.

e) sui generis, criadas por lei, e integram a administração direta.

Questão 196 (IADES/APEX BRASIL/ANALISTA/ASPECTOS ORGANIZACIONAIS INTERNOS/2018) A(s) finalidade(s) fundamental(is) que embasou(ram) a criação das entidades do Sistema S foi(ram)

a) propiciar um aumento na arrecadação de impostos e melhorar o ensino privado no Brasil.

b) proporcionar treinamento profissional, lazer, consultoria e saúde de qualidade aos trabalhadores.

c) gerar, exclusivamente, um aumento na produção de bens e serviços no Brasil.

d) apenas criar as condições ideais para a existência de escolas de qualidade no País.

e) criar as condições para serem entidades que se voltam, exclusivamente, à pesquisa e ao desenvolvimento em conjunto com as universidades.

Questão 197 (IADES/APEX BRASIL/ANALISTA/ASPECTOS ORGANIZACIONAIS INTERNOS/2018) Com relação à natureza jurídica dos entes que compõem o chamado Sistema S, assinale a alternativa correta.

a) Por receberem contribuições parafiscais, são entidades com personalidade jurídica de direito público.

b) Por serem instituídos por lei, são fundações públicas.

c)São empresas públicas da administração direta.

d) São entidades privadas, com personalidade jurídica de direito privado.

e) São empresas estatais da administração indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 198 (IADES/APEX BRASIL/ANALISTA JURÍDICO/2018) Acerca do tema organização da administração pública, assinale a alternativa correta.

a) O controle da tutela administrativa **é** a manifestação do controle hierárquico.

b) É defeso a qualquer fundação a qualificação como agência executiva.

c) É possível a criação de autarquia vinculada ao Poder Legislativo.

d) Os dirigentes de uma agência reguladora ocupam cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

e) As sociedades de mera participação, cujo capital pertencente ao Estado é minoritário, integram a administração pública indireta.

Questão 199 (IADES/ARCON-PA/AUXILIAR DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS/2018) São autarquias especiais, integram a Administração indireta e são vinculadas ao ministro, secretário ou órgão equivalente, dotado de competência para tratar da respectiva matéria. A natureza de autarquia especial caracteriza-se pela autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, autonomia das decisões técnicas e mandato denominado fixo dos seus dirigentes.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo moderno. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 67, com adaptações.

O texto apresentado corresponde à definição de

a) sociedades de economia mista.

b) empresas públicas.

c) fundações estatais.

d) associações públicas.

e) agências reguladoras.

Questão 200 (IADES/IGEPREV-PA/TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO/2018) Consiste na entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos do poder público e de outras fontes.

O conceito apresentado refere-se

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) a autarquia.
b) à União.
c) a fundação.
d) a empresa pública.
e) a município.

Questão 201 (IADES/CREMEB/TÉCNICO DE ATIVIDADE DE SUPORTE/2017) Quanto à organização administrativa, assinale a alternativa que apresenta o conceito de autarquia.

a) Pessoa jurídica de direito privado, autorizada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertence ao poder público.

b) Pessoa jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente público, autorizada por lei para a exploração de atividade econômica.

c) Unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta e da estrutura da administração indireta, desprovida de personalidade jurídica.

d) Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

e) Pessoa jurídica de direito público, autorizada por lei para a exploração de atividade econômica.

Questão 202 (IADES/CREMEB/TÉCNICO DE ATIVIDADE DE SUPORTE/2017) Conforme dispõe a Lei n. 3.268/1957, o Conselho Federal de Medicina é uma

a) empresa pública.
b) fundação pública.
c) sociedade de economia mista.
d) empresa privada.
e) autarquia federal.

Questão 203 (IADES/CORREIOS/TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO JÚNIOR/2017) O estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, é disciplinado pela Lei n. 13.303/2016. Considerando o dispositivo legal referido, assinale a alternativa correta.

a) A sociedade de economia mista poderá ser constituída sob qualquer tipo societário.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou a entidade da administração indireta.

c) Quanto à transparência, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, o requisito da divulgação mensal de relatório integrado ou de sustentabilidade.

d) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios.

e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não são obrigadas a divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores.

Questão 204 (IADES/CORREIOS/ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO JÚNIOR/2017) O Estatuto Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está disciplinado no Decreto n. 8.016/2013. Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa correta.

a) É competência da Diretoria-Executiva a fiscalização da execução orçamentária da ECT.

b) O administrador da ECT é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da empresa em ato regular de gestão.

c) O regime jurídico do pessoal da ECT é o estatutário.

d) O capital social da ECT é constituído integralmente pela União.

e) A ECT é vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

Questão 205 (IADES/CRESS-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2016) No que se refere ao conceito de Administração indireta, assinale a alternativa correta.

a) Pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

b) Pessoa jurídica de direito público, criada por decreto, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Pessoa jurídica de direito privado, criada por decreto, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

d) Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, sem capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

e) Conjunto de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, criadas por lei, para desempenhar atividades assumidas pelo Estado, seja como serviço público, seja a título de intervenção no domínio econômico.

Questão 206 (IADES/CRESS-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2016) A respeito da classificação dos órgãos públicos, assinale a alternativa correta.

a) Quanto à posição estatal, são classificados como superiores, que são os que se localizam na cúpula da Administração, subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes.

b) Órgãos subalternos são órgãos de direção, controle e comando, mas sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia.

c) Quanto à esfera de ação, classificam-se em centrais (que exercem atribuições em todo o território nacional, estadual ou municipal) e locais (que atuam sobre uma parte do território).

d) Quanto à estrutura, os órgãos podem ser singulares ou coletivos.

e) Quanto à composição, os órgãos podem ser simples ou compostos.

Questão 207 (IADES/CRESS-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO2016) Em relação ao conceito de órgão público, assinale a alternativa correta.

a) Órgão público se confunde com pessoa jurídica.

b) Com base na teoria do órgão, pode-se definir órgão público como uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram, com o objetivo de expressar a vontade do Estado.

c) Órgão público se confunde com a pessoa física denominada agente público, porque congrega funções que ela vai exercer.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) O órgão público tem personalidade jurídica própria, já que integra a estrutura da Administração direta.

e) Os órgãos públicos não podem ser dotados de capacidade processual.

Questão 208 (IADES/FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2017) Assinale a alternativa que apresenta a espécie de ente da administração pública cujas características são a participação necessária do Estado na sua direção, a inviabilidade de ingerência direta de atos administrativos editados pela entidade política a que pertence e o controle societário pela maioria da composição deste.

a) Estatais.

b) Autarquias.

c) Empresas públicas.

d) Sociedades de economia mista.

e) Autarquias fundacionais.

Questão 209 (IADES/FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2017) O Hemocentro é um(a)

a) órgão da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal.

b) agência executiva vinculada ao Governo do Distrito Federal.

c) entidade administrativa pertencente à administração direta.

d) fundação pública de direito privado.

e) fundação pública de direito público.

Questão 210 (IADES/PC-DF/PERITO CRIMINAL/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2016) No que se refere à organização administrativa e aos institutos da centralização, da descentralização e da desconcentração, assinale a alternativa correta.

a) A desconcentração administrativa efetua-se quando uma entidade administrativa transfere a outra pessoa jurídica a execução de um serviço público.

b) A descentralização administrativa acontece quando a Administração Pública reparte internamente os respectivos órgãos em órgãos menores, de modo a levar o serviço público a todos que dele precisam.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) O serviço público prestado por concessionárias ou permissionárias é considerado centralizado.

d) A desconcentração ocorre no âmbito de uma única pessoa jurídica.

e) A descentralização envolve apenas uma pessoa jurídica.

Questão 211 (IADES/PC-DF/PERITO CRIMINAL/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2016) Em relação às entidades que integram a administração indireta, assinale a alternativa correta.

a) A empresa pública se submete à regra do concurso público, e o respectivo pessoal se sujeita ao regime estatutário.

b) Autarquia é pessoa jurídica de direito público, que pode ser criada tanto para a execução de atividade típica de Estado quanto para participação estatal na atividade econômica.

c) A sociedade de economia mista poderá adotar qualquer forma em direito admitida.

d) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública.

e) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de sociedade de economia mista.

Questão 212 (IADES/SEAP-DF/ANALISTA/DIREITO/2014) Como corolário do vigente processo de desestatização brasileira, é correto citar a

a) transferência da titularidade da atividade econômica ou do serviço público.

b) privatização da execução de atividades econômicas e serviços públicos que o Estado decidiu transferir para grupos empresariais.

c) criação de agências reguladoras.

d) impossibilidade de vedação a que empresas vinculadas a ente federativo diverso adquiram ações ou cotas das empresas desestatizadas de outro ente federativo.

e) impossibilidade de ingerência do ente estatal sobre a empresa anteriormente controlada.

Questão 213 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) Em relação aos conselhos fiscais de profissões regulamentadas, assinale a alternativa correta.

a) São consideradas autarquias federais.

b) Fazem parte de Administração direta.

c) Possuem autonomia administrativa, mas não financeira.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Possuem personalidade jurídica de direito privado.

e) Os conselhos regionais são criados por lei estadual ou distrital.

Questão 214 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) Considerando a legislação vigente, é correto afirmar que fazem parte da administração indireta as(os)

a) fundações públicas e privadas e as autarquias.

b) autarquias e as fundações públicas, apenas.

c) ministérios, as autarquias e as empresas públicas, apenas.

d) ministérios, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

e) autarquias e as empresas públicas.

Questão 215 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) Em relação aos conselhos fiscais de profissões regulamentadas, assinale a alternativa correta.

a) São consideradas autarquias federais.

b) Fazem parte de Administração direta.

c) Possuem autonomia administrativa, mas não financeira.

d) Possuem personalidade jurídica de direito privado.

e) Os conselhos regionais são criados por lei estadual ou distrital.

Questão 216 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) A respeito da Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa correta.

a) A Federação brasileira se organiza por meio de uma gestão tripartite.

b) A autonomia política dada aos entes federados lhes confere a capacidade de criar seus próprios ordenamentos jurídicos.

c) Vindo quaisquer dos entes políticos a exercer a atividade administrativa por meio de seus órgãos, estará agindo de maneira descentralizada.

d) Na descentralização, existe apenas uma pessoa jurídica.

e) Os entes federados que compõem a Administração têm sua atuação regida, em sua grande maioria, pelas normas de direito privado.

Questão 217 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) A respeito da análise dos órgãos e dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) O Ministério da Fazenda, visto isoladamente, tem capacidade para figurar no polo ativo de demandas judiciais.

b) Os órgãos denominados simples se diferenciam dos compostos por não se subdividirem em outros órgãos.

c) Quanto à atuação funcional, os órgãos são classificados como independentes, autônomos, superiores e subalternos.

d) O conceito de agente público é restrito.

e) Os empregados públicos se submetem ao regime estatutário.

Questão 218 (IADES/METRÔ-DF/ADVOGADO/2014) A respeito do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

a) A Administração Pública confunde-se com o próprio Poder Executivo, haja vista que a este cabe, em vista do princípio da separação dos poderes, a exclusiva função administrativa.

b) O chefe do Poder Executivo pode, por decreto, promover a extinção de órgãos públicos, quando seus cargos estiverem vagos.

c) Supremacia do interesse público não consta como princípio expresso, mas informa a atuação da Administração Pública, assim como os demais princípios, tais como eficiência, legalidade e moralidade.

d) As decisões adotadas por delegação de competência consideram-se praticadas pela autoridade delegante, e não pelo delegado.

e) Na remoção *ex officio* de servidor público para localidade diversa da por ele postulada, não se exige a correspondente motivação por parte da Administração Pública.

Questão 219 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) A respeito da organização administrativa no âmbito federal, assinale a alternativa correta.

a) São consideradas pessoas federativas ou entidades políticas apenas

b) As pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, assim como os órgãos da Administração direta, não poderão adquirir direitos e contrair obrigações na ordem jurídica.

c) Conforme disciplinado na lei, compõem a Administração indireta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista.

d) As autarquias federais, a exemplo do INSS, possuem personalidade jurídica de direito privado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) As empresas públicas, atuantes na atividade econômica do Estado, diferentemente das sociedades de economia mista, são formalmente pessoas jurídicas de direito público.

Questão 220 (IADES/EBSERH/ADVOGADO/2013) O Banco do Brasil S/A e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos são órgãos da administração indireta. Assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, às entidades públicas acima referidas.

a) Fundação e empresa pública.

b) Autarquia e sociedade de economia mista.

c) Fundação pública e autarquia.

d) Sociedade de economia mista e empresa pública.

e) Empresa pública e autarquia.

Questão 221 (IADES/PG-DF/TÉCNICO JUDICIÁRIO/APOIO ADMINISTRATIVO/2011) É importante, no estudo do Direito Administrativo, delimitarmos as funções estatais, bem como a relação entre o Governo e a Administração Pública. Da coordenação desses esforços, o interesse público deve ser o grande objetivo dos agentes. Acerca desse cenário, assinale a alternativa correta.

a) Não contraria a característica central dos atos legislativos, qual seja, o atingimento da generalidade das situações, por exemplo, a aprovação de uma lei, pelo próprio Legislativo, mas que concede uma pensão especial a determinada pessoa. A esse efeito, denomina- se corretamente de “lei de efeitos concretos”. No mesmo sentido, no seu âmbito de atuação, também o Poder Judiciário exerce o que se denomina de função materialmente administrativa, da mesma maneira em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro.

b) Como corolário do princípio da legalidade, é matéria subordinada exclusivamente à aprovação em lei a organização e o funcionamento da Administração Pública Federal.

c) Os órgãos públicos distinguem-se das entidades em face de aqueles não possuírem personalidade jurídica própria. Nesse sentido, uma Assembleia Legislativa não possui capacidade processual para defender, em seu nome, seus interesses em juízo, sendo, nesse caso, o Estado-Membro o competente para fazer parte dessa ação.

d) O sistema federativo brasileiro é do tipo de agregação, no qual há descentralização política em relação dos entes políticos, quais sejam, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) O Direito Administrativo brasileiro, em face do princípio da legalidade, não agasalha a teoria da aparência dos atos administrativos.

Questão 222 (IADES/PG-DF/ANALISTA JURÍDICO/DIREITO E LEGISLAÇÃO/2011) A respeito da Administração Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

a) Ocorre a chamada centralização administrativa quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio de órgãos e agentes integrantes da Administração Direita. Ocorre a chamada desconcentração administrativa quando o Estado (União, DF, Estados e Municípios) desempenha algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas. Assim, pressupõe duas pessoas jurídicas distintas: o Estado e a entidade que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.

b) Segundo a Constituição Federal de 1988, as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão, excepcionalmente, gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.

c) A emenda constitucional n. 19/1998 estabeleceu ser prescindível a autorização por lei específica para instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação. Tal exigência, todavia, deverá ser cumprida no caso de criação de uma autarquia.

d) As autarquias gozam de imunidade tributária a qual veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços das mesmas, desde que vinculados às suas finalidades essenciais ou às que delas decorram. Também gozam da prescrição quinquenal de suas dívidas. Quanto à sua responsabilidade civil, as autarquias responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo. No caso de culpa, não caberá direito de regresso contra seu servidor.

e) Algumas diferenças entre as sociedades de economia mista e empresas públicas poderão ser traçadas: o capital das sociedades de economia mista é, necessariamente, composto de recursos públicos e privados, enquanto o capital da empresa pública é exclusivamente público. As sociedades de economia mista devem ter a forma de Sociedade Anônima (S/A), já as empresas públicas podem revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito. Também existe diferença quanto ao órgão competente para julgar os feitos em que sejam interessadas, nos feitos em que as empresas públicas sejam parte, na condição de autoras, rés, assistentes

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

ou oponentes (salvo exceções constitucionalmente previstas) são processadas e julgadas perante a Justiça Federal. As sociedades de economia mistas federais não foram contempladas com o foro processual da Justiça Federal.

Questão 223 (IADES/PG-DF/ANALISTA JURÍDICO/DIREITO E LEGISLAÇÃO/2011) Considerando os conceitos dos entes que compõem a administração indireta, assinale a alternativa correta.

a) Autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para auxiliar a Administração Pública a executar atividades típicas.

b) Fundação Pública é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por decreto do Presidente da República, constituindo a personificação jurídica de um patrimônio, para executar atividades típicas da Administração.

c) Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por decreto do Presidente da República, destinadas à prestação de serviços industriais ou atividades econômicas em que o Estado tenha interesse próprio.

d) Sociedade de Economia Mista é uma pessoa jurídica de direito público, autorizada para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo capital pertence em sua maioria ao poder público.

e) Serviços Sociais Autônomos são pessoas jurídicas de direito público, para prestar serviços de interesse social ou de utilidade pública, não podendo arrecadar contribuições para fiscais.

Questão 224 (2018/QUADRIX/CRP-2ª REGIÃO/PE/PSICÓLOGO ORIENTADOR/FISCAL) Quanto às disposições gerais da CF sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) O texto constitucional admite contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

b) As entidades da Administração Pública indireta não precisam observar o princípio da impessoalidade.

c) Os vencimentos dos cargos do Legislativo e do Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Os atos de improbidade administrativa demandam indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário, mas não provocam perda da função pública.

e) O prazo de validade do concurso público será de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

Questão 225 (2018/QUADRIX/CRM-DF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Julgue o item seguinte acerca das autarquias e da organização administrativa da União.

As chamadas autarquias profissionais ou corporativas são entidades peculiares, sui generis, na medida em que, embora exerçam poder de polícia, de tributação e de punição, ostentam personalidade jurídica de direito privado.

Questão 226 (2018/QUADRIX/CRM-DF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Julgue o item seguinte acerca das autarquias e da organização administrativa da União.

As autarquias em regime especial possuem, como traço essencial, disciplina jurídica específica que lhes atribui certas prerrogativas não concedidas indiscriminadamente às demais autarquias.

Questão 227 (2018/QUADRIX/CRM-DF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Julgue o item seguinte acerca das autarquias e da organização administrativa da União.

Enquanto as agências reguladoras possuem, como uma de suas funções principais, a função de fiscalizar a prestação de determinados serviços públicos por particulares, as agências executivas caracterizam-se como entes responsáveis por atividade que, em homenagem ao princípio da eficiência, deva ser desempenhada de forma descentralizada.

Questão 228 (2018/QUADRIX/CRM-DF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Julgue o item seguinte acerca das autarquias e da organização administrativa da União.

As autarquias estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição obrigatório, contra elas somente produzindo efeito eventual sentença condenatória após a confirmação por tribunal.

Questão 229 (2017/QUADRIX/COFECI/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Acerca da organização administrativa da União, dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, dotadas de personalidade jurídica própria, são entidades que compõem a administração indireta.

Questão 230 (2017/QUADRIX/COFECI/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Acerca da organização administrativa da União, dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

As entidades compreendidas na administração indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

Questão 231 (2017/QUADRIX/COFECI/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Acerca da organização administrativa da União, dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

A centralização ocorre quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio da administração direta, e a desconcentração, quando as executa indiretamente, por meio da administração indireta, delegando atividades a outras entidades. Na descentralização, há o desmembramento em órgãos, que têm personalidade jurídica própria, para facilitar a organização administrativa.

Questão 232 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) A respeito da organização administrativa da União, julgue o próximo item.

As entidades políticas são pessoas jurídicas sem autonomia política que compõem a Federação brasileira. Possuem capacidade de auto-organização e de editar leis contrárias à CF.

Questão 233 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) A respeito da organização administrativa da União, julgue o próximo item.

As entidades administrativas são pessoas jurídicas que integram a administração pública indireta sem dispor de autonomia política.

Questão 234 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) A respeito da organização administrativa da União, julgue o próximo item.

A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada, o que ocorre quando o Estado executa suas tarefas diretamente por meio dos órgãos e agentes integrantes da administração direta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 235 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) A respeito da organização administrativa da União, julgue o próximo item.

As empresas públicas e as autarquias integram a administração pública indireta.

Questão 236 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) No que se refere à organização e aos Poderes do Estado, julgue o item que se segue.

Suponha-se que o presidente de uma autarquia federal edite normas para fiscalização e controle das atividades dos profissionais a ela vinculados. A elaboração de normas, por parte da autarquia, configura desempenho de função típica do Poder Executivo.

Questão 237 (2017/QUADRIX/CFO-DF/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) Com relação a serviços públicos, julgue o próximo item.

Suponha-se que a União tenha criado um órgão no âmbito de um determinado ministério de forma a melhorar a prestação de um serviço público de sua competência. Nesse caso, tem-se uma hipótese de descentralização do serviço público.

Questão 238 (2017/QUADRIX/CFO-DF/PROCURADOR JURÍDICO) A respeito da responsabilidade civil do Estado e da organização da Administração Pública, julgue o item que se segue.

O Conselho Federal de Odontologia (CFO), mesmo sendo considerado como autarquia federal, não possui o direito à isenção do preparo conferida aos demais entes públicos.

Questão 239 (2017/QUADRIX/CFO-DF/SECRETARIADO EXECUTIVO) Julgue o item que se segue acerca da administração direta e indireta.

São consideradas como entidades da administração direta, cada uma delas com sua estrutura administrativa e orgânica, a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal.

Questão 240 (2017/QUADRIX/CFO-DF/SECRETARIADO EXECUTIVO) Julgue o item que se segue acerca da administração direta e indireta.

A administração indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias; empresas públicas; sociedades de economia mista; e fundações públicas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 241 (2017/QUADRIX/CFO-DF/SECRETARIADO EXECUTIVO) Julgue o item que se segue acerca da administração direta e indireta.

Somente por decreto presidencial poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir suas áreas de atuação.

Questão 242 (2017/QUADRIX/CFO-DF/SECRETARIADO EXECUTIVO) Julgue o item que se segue acerca da administração direta e indireta.

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público que desenvolvem atividade típica de Estado, não estão hierarquicamente subordinadas aos entes federativos, mas se sujeitam ao controle finalístico exercido pelos entes da administração direta responsável por sua criação.

Questão 243 (2015/QUADRIX/CRP-MG/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A administração federal indireta compreende as seguintes pessoas jurídicas, exceto:

a) fundações privadas.

b) fundações públicas.

c) sociedade de economia mista.

d) empresas públicas.

e) autarquias.

Questão 244 (2017/QUADRIX/CRB-6ª REGIÃO/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) A administração pública indireta "é o conjunto dos entes (entidades com personalidade jurídica) que, vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público". Ela compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e, em 2005, foi criado por lei o consórcio público. Sobre as autarquias, leia as seguintes afirmativas.

I – São criadas por lei específica e com personalidade de direito público.

II – Possuem patrimônios próprios.

III – Desempenham atribuições tipicamente públicas.

IV – Têm capacidade de autoadministração sob controle estatal.

V – Quanto à espécie, são classificadas em autarquias de regime comum e de regime especial.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Está correto o que se afirma em:

a) todas.

b) somente uma das afirmativas.

c) somente duas das afirmativas.

d) somente três das afirmativas.

e) somente quatro das afirmativas.

Questão 245 (2016/QUADRIX/CRQ-18ª REGIÃO/PI/ADVOGADO) Com relação às entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

a) As Fundações Públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para exploração de atividade econômica.

b) As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade econômica, ou atividade típica da administração pública.

c) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública.

d) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público, instituídas por lei para exploração de atividades típicas da administração pública.

e) As entidades de administração indireta são vinculadas apenas às estruturas do Poder Executivo, que é responsável pela prática dos atos de chefia do governo e de administração.

Questão 246 (2016/QUADRIX/CRO-PR/PROCURADOR JURÍDICO) Sobre as entidades da Administração Pública indireta, assinale a alternativa correta.

a) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por lei para exploração de atividade econômica, ou atividades típicas da administração pública.

b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para exploração de atividade econômica.

c) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública.

d) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica do Estado.

e) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, sob a forma de sociedade anônima, para exploração de atividade econômica.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 247 (2016/QUADRIX/CRO-PR/PROCURADOR JURÍDICO) O Conselho Federal de Odontologia e os Conselhos Regionais de Odontologia são autarquias caracterizadas por apresentarem:

a) capital inteiramente privado.
b) atividade típica da Administração Pública.
c) personalidade jurídica de direito privado.
d) forma de sociedade anônima.
e) exploração de atividade econômica.

Questão 248 (2016/QUADRIX/CFB/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Sobre as fundações públicas, julgue as afirmativas seguintes.

I – Realizam atividades não lucrativas.
II – Realizam atividades atípicas do poder público, mas de interesse coletivo, como a educação, a pesquisa e a cultura.
III – São criadas por lei específica e estruturadas por decreto.

Pode-se afirmar que:

a) somente I e II estão corretas.
b) somente I e III estão corretas.
c) somente II e III estão corretas.
d) há somente uma afirmativa correta.
e) todas estão corretas.

Questão 249 (2016/QUADRIX/CREMAM/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A expressão "entidade paraestatal" é amplamente utilizada para denominar as organizações sociais autônomas. Leia as afirmativas a seguir.

I – Nos serviços sociais autônomos, surge uma entidade paraestatal, que vai funcionar paralelamente ao Estado, sem integrá-lo; realizando uma atividade de interesse público, sem se confundir com o serviço público próprio do Estado.
II – A entidade paraestatal diferencia-se por submeter-se a um regime jurídico de direito privado, mas, cumulativamente, gozando de privilégios e sofrendo restrições próprias da Administração Pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

III – A característica principal das organizações sociais autônomas é a colaboração com o poder público. Ela não é serviço público e não é atividade inteiramente privada. Ela está numa zona intermediária.

Está correto o que se afirma em:

a) I, somente.

b) I e II, somente.

c) I e III, somente.

d) todas.

e) II e III, somente.

Questão 250 (2016/QUADRIX/CREMAM/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado criadas por autorização legislativa específica, com capital exclusivamente público, para realizarem atividades econômicas ou serviços públicos de interesse da Administração instituidora nos moldes da iniciativa particular, podendo revestir de qualquer forma admitida em direito. Elas dividem-se em:

a) empresas públicas executivas e empresas públicas reguladoras.

b) empresas públicas simples e empresas públicas mistas.

c) empresas públicas institucionais e empresas públicas normativas.

d) empresas públicas autônomas e empresas públicas fiscalizatórias.

e) empresas públicas unipessoais e empresas públicas pluripessoais.

Questão 251 (2016/QUADRIX/CREMAM/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Variam entre os autores as fórmulas de classificação das autarquias, porém existem três fatores que de fato demarcam as diferenças entre as autarquias. São eles: 1. o nível federativo; 2. o objeto; e 3. a natureza. Quanto ao nível federativo, leia as afirmativas.

I – Nesse caso, as autarquias podem ser federais, estaduais, distritais e municipais, conforme instituídas pela união, pelos estados, pelo distrito federal e pelos municípios.

II – Independentemente da esfera federativa de que se tenha originado, as regras gerais contidas para essa categoria na constituição aplicam-se a todas elas.

III – Cada uma delas tem autonomia para estabelecer os objetivos, os planos de cargos e salários dos servidores, a organização etc.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, somente.

b) I e III, somente.

c) I, somente.

d) II, somente.

e) todas.

Questão 252 (2015/QUADRIX/CRF-RJ/AGENTE ADMINISTRATIVO) Sobre a fundação pública, assinale a alternativa que contém uma afirmação incorreta.

a) É a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público ou privado.

b) É sem fins lucrativos.

c) Criada em virtude de lei autorizativa e registro em órgão competente.

d) Tem autonomia administrativa, patrimônio próprio e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

e) Criada por lei para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

Questão 253 (2015/QUADRIX/CRESS-PR/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em relação à Administração Indireta, assinale a alternativa incorreta.

a) As paraestatais não integram a Administração Indireta.

b) A Administração Indireta é integrada por pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas ou instituídas a partir de lei específica.

c) As entidades paraestatais são entidades privadas que atuam em colaboração com o Estado na realização de atividades de interesse social.

d) As pessoas jurídicas que integram a Administração Indireta estão sujeitas, dentre outros, ao princípio da especialização.

e) As pessoas jurídicas que integram a Administração Indireta devem ser criadas por lei, que deverá atribuir-lhes fins lucrativos.

Questão 254 (2018/VUNESP/PC-SP/ESCRIVÃO DE POLÍCIA) A Administração Indireta compreende as seguintes entidades, dotadas de personalidade jurídica própria

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
b) agências executivas, fundações de apoio e serviços sociais autônomos.
c) autarquias, fundações, organizações sociais e empresas públicas.
d) agências reguladoras, empresas públicas e Polícias Civil e Militar.
e) autarquias, fundações e organizações sociais.

Questão 255 (2018/VUNESP/TJ-RS/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Pelas obrigações assumidas por consórcio público:

a) nos termos da lei, respondem solidariamente os entes públicos consorciados, observadas as disposições do seu estatuto.
b) responde subsidiariamente o ente público líder do consórcio.
c) respondem pessoal e subsidiariamente os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio, observadas as disposições do seu estatuto.
d) respondem subsidiariamente os entes públicos consorciados.
e) nos termos da lei, respondem pessoal e solidariamente os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio, observadas as disposições do seu estatuto.

Questão 256 (2018/VUNESP/PC-BA/INVESTIGADOR DE POLÍCIA) O conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado denomina-se

a) Administração Indireta.
b) Administração Direta.
c) Fundação Pública.
d) Sociedade de Economia Mista.
e) Empresa Pública.

Questão 257 (2018/VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO) A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

a) unificação de competências.
b) reunião de competências.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) descentralização do poder.

d) desconcentração do poder.

Questão 258 (2018/VUNESP/IPSM/PROCURADOR) Sobre a autarquia, assinale a alternativa correta.

a) É pessoa jurídica de direito público criada por lei, integrante da Administração direta.

b) É criada por lei, mas sua existência legal depende do registro do seu estatuto na Junta Comercial.

c) É criada por lei para desempenhar, com exclusividade, funções de caráter econômico, que sejam próprias e típicas do Estado.

d) Sua extinção, assim como sua criação, somente pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo.

e) Tem personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, mas está subordinada ao controle hierárquico do Ministério ou Secretaria ao qual se encontra vinculada.

Questão 259 (2017/VUNESP/CÂMARA DE BARRETOS-SP/ADVOGADO) No que concerne aos consórcios públicos previstos no Decreto n. 6.017/2007, é correto afirmar que

a) a constituição de consórcio público independerá da prévia celebração de protocolo de intenções.

b) o consórcio público adquirirá sempre a personalidade jurídica de direito público.

c) o consórcio público será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do seu contrato constitutivo.

d) os entes da Federação consorciados não respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

e) a alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei, pela maioria absoluta dos entes consorciados.

Questão 260 (2017/VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS) De acordo com a organização administrativa da União, esse tipo de pessoa caracteriza-se por ser regida pelo direito privado, não possui privilégios tributários, desenvolve atividade atípica de Estado e está sujeita ao controle estatal. Trata-se, portanto, de

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) autarquia.
b) empresa pública.
c) ministério federal.
d) autarquia especial.
e) fundação pública.

Questão 261 (2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/PROCURADOR) Consoante site da Prefeitura de São José dos Campos: "O Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos – IPSM é uma entidade autárquica, sem fins lucrativos. É o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Município. Seu compromisso é atender às necessidades do servidor municipal de São José dos Campos, concedendo benefícios, prestando serviços aos seus segurados e dependentes."
Podemos afirmar corretamente que o IPSM:
a) integra a Administração Pública Direta do Município, com personalidade jurídica de direito público.
b) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.
c) não integra a Administração Pública do Município, possuindo personalidade jurídica de direito privado.
d) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito público.
e) sendo uma autarquia é pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito privado.

Questão 262 (2015/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/CONHECIMENTOS GERAIS) Quando, aos administradores dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, é dada a oportunidade de ampliar sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, fixando metas de desempenho, por meio de contratação dessas metas com o poder público, o instrumento definido e permitido, para tanto, pela Constituição Federal é o contrato de
a) Atribuição.
b) Controle.
c) Gestão.
d) Gerenciamento.
e) Planejamento.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 263 (2015/VUNESP/HCFM USP/DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA) Assinale a alternativa que identifica uma pessoa de direito público interno.

a) Partido Político.
b) Empresa Pública.
c) Sociedade de economia mista.
d) Autarquia.
e) Associação de classe com representação nacional.

Questão 264 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL-SP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JURÍDICO) Órgãos públicos são unidades abstratas que sintetizam os vários círculos de atribuições do Estado, aqueles que expressam decisões estatais para o cumprimento dos fins da pessoa jurídica, são classificados como órgãos

a) consultivos.
b) de controle.
c) ativos.
d) contenciosos.
e) verificadores.

Questão 265 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL-SP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JURÍDICO) Assinale a alternativa que, corretamente, exemplifica entidade classificada como Empresa Pública.

a) Petrobras.
b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
c) Universidade de São Paulo.
d) Banco do Brasil.
e) Metrô de São Paulo.

Questão 266 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL-SP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JURÍDICO) Assinale a alternativa que menciona, correta e respectivamente, entidades da administração indireta e da administração direta da União.

a) Autarquias e Ministérios.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Fundações Públicas e Agências Reguladoras.

c) Casa Civil e Sociedades de Economia Mista.

d) Secretaria de Relações Institucionais e Autarquias.

e) Ministérios e Casa Civil.

Questão 267 (2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/PROCURADOR JURÍDICO) A Lei Federal n. 13.019/2014 institui um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo que tais parcerias decorrem de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil e envolvem a transferência de recursos financeiros.

A referida lei define esse instrumento como termo de

a) fomento.

b) colaboração.

c) parceria.

d) chamamento público.

e) gestão.

Questão 268 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA-SP/ADVOGADO) Criadas por particulares sob as formas comuns do direito civil – fundações ou associações –, elas não constituem uma nova espécie de pessoa jurídica, tratando-se de entidades privadas comuns que recebem uma qualificação especial do Poder Público, no âmbito das respectivas esferas, podendo ser contratadas para prestação de serviços por meio de contrato de gestão, com dispensa de licitação. Tais afirmações referem-se

a) às concessionárias.

b) aos consórcios públicos.

c) às organizações sociais.

d) às permissionárias.

e) às agências reguladoras.

Questão 269 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA-SP/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) As entidades autônomas, administrativamente e financeiramente, que têm patrimônio

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

próprio e operam em regime de iniciativa particular, na forma de seus estatutos, ficando sujeitas apenas à supervisão do órgão da entidade estatal a que se encontrem vinculadas, para o controle de desempenho estatutário, conhecidas como entes de cooperação com o Estado, são denominadas

a) estatais.
b) autárquicas.
c) fundacionais.
d) empresariais.
e) paraestatais.

Questão 270 (2015/VUNESP/SAP-SP/AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA) Assinale a alternativa que contempla somente órgãos da Administração Direta do Estado.

a) Sociedade de economia mista, secretaria estadual e universidade estadual.
b) Agência reguladora, Presidência da República e Congresso Nacional.
c) Secretaria estadual, polícia civil e polícia militar.
d) Escola pública, universidade estadual e empresa pública.
e) Autarquia, ministério e fundação.

Questão 271 (2015/VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE LEGISLATIVO) A autarquia, órgão da administração pública indireta, tem como principais elementos caracterizadores:

a) ser criada por lei e ter patrimônio próprio.
b) possuir função econômica e patrimônio próprio.
c) ser autorizada por lei e ter personalidade de direito privado.
d) ser autorizada por lei e ter patrimônio personalizado.
e) possuir forma societária e regime estatutário.

Questão 272 (2017/VUNESP/CÂMARA DE VALINHOS-SP/ANALISTA TÉCNICO LEGISLATIVO) A empresa estatal Beta foi criada por força de autorização legal, é exploradora de atividade econômica, possui capital integralmente público e personalidade jurídica de direito privado. Trata-se de uma
autarquia.

a) autarquia em regime especial.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) fundação pública de direito privado.

c) sociedade de economia mista.

d) empresa pública.

Questão 273 (2014/VUNESP/SP-URBANISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) Os denominados serviços sociais autônomos

a) fazem parte da Administração Indireta.

b) são entes paraestatais

c) são entes despersonalizados.

d) prestam serviço público delegado

e) são pessoas jurídicas de direito público

Questão 274 (2019/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Todos os seus atos poderão ser objeto de mandado de segurança para proteção de direito líquido e certo, desde que demonstrada ilegalidade ou abuso de poder.

Questão 275 (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP/PROCURADOR DO MUNICÍPIO/2019) Dentre as definições a seguir, assinale aquela que melhor conceitua a autarquia.

a) É entidade integrante da Administração Pública, criada ou não por lei, com personalidade jurídica de Direito Público ou Privado, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, podendo ou não ser dotada de gestão administrativa e financeira descentralizada.

b) É entidade integrante da Administração Pública direta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, sem patrimônio próprio, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa descentralizada.

c) É entidade integrante da Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de Direito Privado, patrimônio e receitas próprios, para executar, descentralizadamente, atividades estabelecidas por lei.

d) É entidade integrante da Administração Pública indireta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

e) É entidade integrante da Administração Pública indireta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, caracterizada pela ausência de controle, de tutela ou de subordinação hierárquica e pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira

Questão 276 (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA-SP/ADVOGADO/2019) Segundo o disposto na Lei n. 11.107/2005, é vedado ao consórcio público

a) firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza com outras entidades e órgãos do governo.

b) ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação.

c) receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas governamentais.

d) emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas pela prestação de serviços por eles administrados.

e) aplicar recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas.

Questão 277 (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA-SP/ADVOGADO/2019) Assinale a alternativa correta a respeito das autarquias.

a) Devem ser criadas por lei, possuem personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração e de criação do próprio direito, e especialização dos fins ou das atividades.

b) Em razão de serem entes autônomos, têm a possibilidade de se oporem às interferências indevidas da administração pública centralizada e, portanto, não se sujeitam a seu controle ou tutela.

c) Possuem prerrogativas e privilégios, tais como despesas processuais pagas ao final do processo, impenhorabilidade de seus bens, presunção de legitimidade de seus atos, regime de precatórios e prazo prescricional especial.

d) Seus bens são públicos, sendo, portanto, inalienáveis, incluindo os de uso comum ou especial e os dominiais, imprescritíveis e não são passíveis de oneração por direitos reais de garantia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) Sua responsabilidade civil extracontratual decorrente de atos de seus agentes é disciplinada pela Constituição Federal, sendo objetiva e solidária com o ente público ao qual se encontra vinculada.

Questão 278 (VUNESP/PREFEITURA DE POÁ-SP/PROCURADOR JURÍDICO/2019) Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão. Assim, é correto concluir que

a) os processos de qualificação, celebração do contrato de gestão, dispensa de licitação e outorga de permissão de uso de bem público não precisam ser necessariamente conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal; não devem observância aos princípios constitucionais expressos aplicáveis à Administração Pública.

b) os contratos a serem firmados pelas organizações sociais com terceiros, com a utilização de recursos públicos – ou seja, as situações em que a Organização Social figura como contratante de bens, serviços e compras de fornecedores do mercado – seguem necessariamente a Lei n. 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos).

c) a aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao poder de fiscalização do Tribunal de Contas.

d) a seleção de pessoal pelas organizações sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, em observância aos princípios constitucionais expressos, na forma disciplinada em regulamento próprio editado por cada entidade.

e) a aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao controle do Ministério Público.

Questão 279 (VUNESP/PREFEITURA DE GUARULHOS-SP/INSPETOR FISCAL DE RENDAS/2019). Sobre as entidades que integram os Serviços Sociais Autônomos (Sistema S), assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

a) As entidades do “Sistema S” integram a Administração Direta, não possuindo autonomia administrativa.

b) As entidades do “Sistema S” estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) As entidades do "Sistema S" ostentam natureza de pessoa jurídica de direito público e integram a Administração Pública.

d) As contratações feitas pelas entidades integrantes do "Sistema S" se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei n. 8.666/93.

e) As entidades do Sistema "S" têm natureza privada e possuem autonomia administrativa, motivo pelo qual não se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei n. 8.666/93.

Questão 280 (VUNESP/PREFEITURA DE GUARULHOS-SP/INSPETOR FISCAL DE RENDAS/2017) A respeito das autarquias, assinale a alternativa correta.

a) A autarquia é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei.

b) A autarquia é instituída diretamente pela lei e sua personalidade jurídica tem início com a vigência da lei criadora.

c) A criação de autarquias decorre do processo de desconcentração administrativa, integrando essas entidades à estrutura orgânica da Administração Direta.

d) As autarquias se sujeitam, via de regra, à responsabilidade civil subjetiva.

e) As autarquias não se submetem ao regime dos precatórios ou da Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Questão 281 (VUNESP/CÂMARA DE MONTE ALTO-SP/PROCURADOR JURÍDICO/2019) Sobre o contrato de rateio, por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, assinale a alternativa correta.

a) O contrato de rateio será formalizado em cada dois exercícios financeiros, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

b) Os entes consorciados, somente em conjunto, têm legitimidade para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

c) A eventual impossibilidade de o ente consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio não obriga o consórcio público a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) É permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

e) O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Questão 282 (VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP /PROCURADOR JURÍDICO/ 2019) A Lei n. 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, instituiu uma das principais inovações no Terceiro Setor.

É correto afirmar que o enunciado se refere a um novo instrumento jurídico, denominado

a) protocolo de intenções.

b) acordo de leniência.

c) termo de parceria.

d) desapropriação indireta.

e) contrato de consórcio.

Questão 283 (VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP/PROCURADOR JURÍDICO/2019) A respeito da desconcentração, é correto afirmar que

a) é sinônimo de descentralização, porém ocorre na Administração Indireta.

b) consiste na Administração Direta deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para a Administração Indireta.

c) foi vedada em recente decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral.

d) consiste na Administração Direta deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para o particular.

e) se trata de forma de repartição interna da competência atribuída à entidade estatal e dela decorre a criação de órgãos públicos.

Questão 284 (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ-SP/ADVOGADO/2019) Considere a seguinte hipótese: um Advogado é instado a se manifestar sobre a possibilidade de uma parceria entre a Administração Pública e um serviço social autônomo, alicerçada na Lei Federal n. 13.019/14.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

O Advogado estará correto ao afirmar que

a) é possível a parceira com os serviços sociais autônomos, porém não é um caso de termo de parceria, pois a legislação exige a elaboração de termo de colaboração.

b) a parceria com os serviços sociais autônomos poderá ser formalizada por meio de termo de parceria que, de acordo com a legislação, deverá conter o relatório anual de execução de atividades.

c) é possível a parceira com os serviços sociais autônomos, porém não é um caso de termo de parceria, pois a legislação exige a elaboração de termo de fomento.

d) a parceria com os serviços sociais autônomos poderá ser formalizada por meio de termo de parceria que, de acordo com a legislação, deverá conter o extrato da execução física e financeira.

e) não se aplicam as exigências desta legislação às parcerias entre a Administração Pública e os serviços sociais autônomos.

Questão 285 (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ-SP/ADVOGADO) Com relação às Agências Reguladoras, assinale a alternativa correta.

a) A Constituição Federal contempla as Agências Reguladoras como autarquias de regime especial.

b) A autonomia financeira das Agências Reguladoras pode decorrer do recolhimento de taxa e de outras fontes de recursos.

c) As Agências Reguladoras são dotadas de personalidade jurídica de direito privado e devem executar função administrativa de caráter normativo.

d) As Agências Reguladoras correspondem às fundações sob regime especial criadas para o desempenho de funções normativas ou reguladoras de serviço público.

e) Aos Municípios é vedada a possibilidade de constituição de Agências Reguladoras.

Questão 286 (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI-SP/PROCURADOR MUNICIPAL/2019) A organização social "ABC" é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, foi constituída e se encontra em funcionamento regular há 3 (três) anos, e pretende qualificar-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para atuar na área de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas. Conforme estabelece a Lei n. 9.790/1999, é correto afirmar, nessa situação, que a organização social "ABC"

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) não poderá qualificar-se como OSCIP, em razão de ser uma organização social.

b) poderá qualificar-se como OSCIP na área pretendida, tendo em vista que ela atende a todos os requisitos legais.

c) não poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que, na área pretendida, não é permitida a atuação desse tipo de organização.

d) poderá qualificar-se como OSCIP na área pretendida, assim que completar 5 (cinco) anos de atuação como organização social.

e) não poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que é pessoa jurídica, sem fins lucrativos.

Questão 287 (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI-SP/PROCURADOR MUNICIPAL/ 2019) Assinale a alternativa correta a respeito das sociedades de economia mista e empresas públicas.

a) Sociedade de economia mista é Pessoa Jurídica de Direito Público, constituída por capital público e privado, sendo maior a parte do capital público, e somente poderá ser constituída na forma de Sociedade Anônima.

b) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública e autorizada a instituição de sociedade de economia mista.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são empresas estatais, isto é, sociedades empresariais em que o Estado tem controle acionário e que compõem a Administração Direta.

d) Empresa pública é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital exclusivamente público, e poderá ser constituída em qualquer uma das modalidades empresariais.

e) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado por meio de uma empresa pública só será permitida quando não houver empresa privada atuando na mesma área.

Questão 288 (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI-SP/PROCURADOR MUNICIPAL/2019) O Município de Itapevi é integrante de um consórcio público na área da saúde. E, verificando a necessidade de contar com mais recursos humanos nessa área, o Município pretende contratar esse mesmo Consórcio para colaborar na gestão de estabelecimento de saúde na Municipalidade. Segundo a legislação pátria, essa pretendida contratação

a) poderá ser feita, nos termos da lei, dispensada a licitação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) poderá ser feita, exigida autorização por lei específica, por inexigibilidade de licitação.

c) poderá ser feita por meio de convênio, exigida a concorrência pública.

d) não poderá ser feita, pois os Municípios não podem terceirizar a gestão da saúde.

e) não poderá ser feita, em razão de o Município ser integrante do próprio Consórcio.

Questão 289 (VUNESP/TJ-AC/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/2019) De acordo com a Lei de Consórcios Públicos, é nula a cláusula do contrato de consórcio que estabeleça que o ente da Federação consorciado promova, em relação ao consórcio público,

a) a cessão de uso de bens imóveis.

b) cessão de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.

c) a doação de bens móveis.

d) contribuições financeiras ou econômicas em geral.

Questão 290 (VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP/ANALISTA LEGISLATIVO/2019) É um exemplo de entidade da administração pública indireta:

a) Secretaria da Fazenda Municipal.

b) Ministério das Relações Exteriores.

c) Defensoria Pública.

d) Procuradoria-Geral do Estado.

e) Empresa Pública.

Questão 291 (VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP/ANALISTA LEGISLATIVO/2019) Personalidade de direito público: capacidade de autoadministração, porém sob o controle finalístico; atribuições tipicamente públicas, como a prestação de serviço público ou a atividade de polícia administrativa; e patrimônio próprio, sujeito à fiscalização do Estado. Estas são características das

a) fundações públicas.

b) sociedades de economia mista.

c) empresas públicas.

d) autarquias.

e) permissionárias.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 292 (VUNESP/TJ-SP/ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO/2019) Considere que o Estado de São Paulo criou uma pessoa jurídica e a ela transferiu determinado serviço público. Nesse caso, é correto afirmar que houve

a) terceirização administrativa.

b) desconcentração administrativa.

c) centralização administrativa.

d) descentralização administrativa.

e) avocação administrativa.

Questão 293 (VUNESP/UNICAMP/PROFISSIONAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/2019) Assinale a alternativa correta.

a) As sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta.

b) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta e indireta.

c) As fundações não possuem personalidade jurídica e integram a administração pública direta.

d) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e privado e integram exclusivamente a administração pública direta.

e) As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública indireta.

Questão 294 (VUNESP/PC-SP/ESCRIVÃO DE POLÍCIA/2018) A Administração Indireta compreende as seguintes entidades, dotadas de personalidade jurídica própria

a) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

b) agências executivas, fundações de apoio e serviços sociais autônomos.

c) autarquias, fundações, organizações sociais e empresas públicas.

d) agências reguladoras, empresas públicas e Polícias Civil e Militar.

e) autarquias, fundações e organizações sociais.

Questão 295 (VUNESP/TJ-RS/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/2018) Pelas obrigações assumidas por consórcio público:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) nos termos da lei, respondem solidariamente os entes públicos consorciados, observadas as disposições do seu estatuto.

b) responde subsidiariamente o ente público líder do consórcio.

c) respondem pessoal e subsidiariamente os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio, observadas as disposições do seu estatuto.

d) respondem subsidiariamente os entes públicos consorciados.

e) nos termos da lei, respondem pessoal e solidariamente os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio, observadas as disposições do seu estatuto.

Questão 296 (VUNESP/PC-BA/INVESTIGADOR DE POLÍCIA/2018) O conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado denomina-se

a) Administração Indireta.

b) Administração Direta.

c) Fundação Pública.

d) Sociedade de Economia Mista.

e) Empresa Pública.

Questão 297 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2018) A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

a) unificação de competências.

b) reunião de competências.

c) descentralização do poder.

d) desconcentração do poder.

Questão 298 (VUNESP/IPSM/PROCURADOR/2018) Sobre a autarquia, assinale a alternativa correta.

a) É pessoa jurídica de direito público criada por lei, integrante da Administração Direta.

b) É criada por lei, mas sua existência legal depende do registro do seu estatuto na Junta Comercial.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) É criada por lei para desempenhar, com exclusividade, funções de caráter econômico, que sejam próprias e típicas do Estado.

d) Sua extinção, assim como sua criação, somente pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo.

e) Tem personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, mas está subordinada ao controle hierárquico do Ministério ou Secretaria ao qual se encontra vinculada.

Questão 299 (VUNESP/CÂMARA DE BARRETOS-SP/ADVOGADO/2017) No que concerne aos consórcios públicos previstos no Decreto n. 6.017/2007, é correto afirmar que

a) a constituição de consórcio público independerá da prévia celebração de protocolo de intenções.

b) o consórcio público adquirirá sempre a personalidade jurídica de direito público.

c) o consórcio público será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do seu contrato constitutivo.

d) os entes da Federação consorciados não respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

e) a alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei, pela maioria absoluta dos entes consorciados.

Questão 300 (VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS/2017) De acordo com a organização administrativa da União, esse tipo de pessoa caracteriza-se por ser regida pelo direito privado, não possui privilégios tributários, desenvolve atividade atípica de Estado e está sujeita ao controle estatal. Trata-se, portanto, de

a) autarquia.

b) empresa pública.

c) ministério federal.

d) autarquia especial.

e) fundação pública.

Questão 301 (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/PROCURADOR/2017) Consoante site da Prefeitura de São José dos Campos: “O Instituto de Previdência do Servidor

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Municipal de São José dos Campos – IPSM é uma entidade autárquica, sem fins lucrativos. É o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Município. Seu compromisso é atender às necessidades do servidor municipal de São José dos Campos, concedendo benefícios, prestando serviços aos seus segurados e dependentes."

Podemos afirmar corretamente que o IPSM:

a) integra a Administração Pública Direta do Município, com personalidade jurídica de direito público.

b) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

c) não integra a Administração Pública do Município, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

d) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito público.

e) sendo uma autarquia é pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito privado.

Questão 302 (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/CONHECIMENTOS GERAIS/2019) Quando, aos administradores dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, é dada a oportunidade de ampliar sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, fixando metas de desempenho, por meio de contratação dessas metas com o poder público, o instrumento definido e permitido, para tanto, pela Constituição Federal é o contrato de

a) Atribuição.

b) Controle.

c) Gestão.

d) Gerenciamento.

e) Planejamento.

Questão 303 (VUNESP/HCFM USP/DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA/2015) Assinale a alternativa que identifica uma pessoa de direito público interno.

a) Partido Político.

b) Empresa Pública.

c) Sociedade de economia mista.

d) Autarquia.

e) Associação de classe com representação nacional.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 304 (IDECAN/FISCAL DE TRIBUTOS/PREFEITURA DE MANHUMIRIM-MG/2017) A Administração Pública Brasileira é dividida em administração centralizada e descentralizada, a primeira constitui-se da administração direta e a segunda da administração indireta. No estado de Minas Gerais são exemplos de órgãos que compõem a administração direta, EXCETO:

a) Copasa.

b) Ministério Público.

c) Tribunal de Contas.

d) Assembleia Legislativa.

Questão 305 (IDECAN/GESTOR MUNICIPAL DE CONTRATO/PREFEITURA DE MANHUMIRIM-MG/ 2017) Quanto à descentralização e à desconcentração, é correto afirmar que:

a) a desconcentração é sinônimo de administração pública direta, enquanto a descentralização corresponde à indireta.

b) a delegação de serviços ao particular, na forma de concessão de serviços públicos, é forma de descentralização política.

c) na descentralização por outorga o ente federativo pode criar entidades administrativas, a exemplo das fundações privadas.

d) a desconcentração é fenômeno da hierarquia, logo pode ser observado na divisão interna dos órgãos de uma autarquia.

Questão 306 (IDECAN/AUXILIAR TÉCNICO DE PROCURADORIA/CRO-AL/2017) Quanto à estrutura organizacional da Administração Pública é correto afirmar que:

a) na empresa pública predomina o capital público.

b) a sociedade de economia é uma empresa pública.

c) os órgãos são entidades dotadas de personalidade jurídica.

d) as autarquias são entidades de capital integralmente público.

Questão 307 (IDECAN/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/CÂMARA DE CORONEL FABRICIANO-MG/ 2017) Segundo a conhecida escritora e professora universitária Maria Sylvia Zanella Di Pietro, há consenso entre os doutrinadores de que as autarquias possuem as seguintes características, EXCETO:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) A sujeição a controle ou tutela.

b) A personalidade jurídica pública.

c) A capacidade de autoadministração.

d) A generalização dos fins ou atividades.

Questão 308 (IDECAN/TÉCNICO LEGISLATIVO/CÂMARA DE NATIVIDADE-RJ/2017) Quando o Estado cria pessoas jurídicas transferindo a responsabilidade pelo exercício de atividades administrativas que lhe são pertinentes, tem-se o fenômeno da:

a) Atividade gerencial.

b) Centralização administrativa.

c) Descentralização administrativa.

d) Desconcentração administrativa.

Questão 309 (IDECAN/AGENTE PENITENCIÁRIO/SEJUC-RN/2017) Tendo em vista a organização administrativa da União, analise as disposições a seguir.

I – Não possuem personalidade jurídica.

II – São resultado da desconcentração administrativa.

III – Não têm capacidade para representar em juízo a pessoa jurídica que integram.

IV – Integram a estrutura de uma pessoa política, no caso dos órgãos da administração indireta ou de uma pessoa jurídica administrativa, no caso dos órgãos da administração direta.

São características dos órgãos públicos apenas as disposições

a) I e II.

b) I e III.

c) I, II e III.

d) II, III e IV.

Questão 310 (IDECAN/AGENTE PENITENCIÁRIO/SEJUC-RN/2017) NÃO é exemplo de entidade integrante da Administração Indireta:

a) Autarquia.

b) Empresa Pública.

c) Entidade Paraestatal.

d) Sociedade de Economia Mista.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 311 (IDECAN/CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS/CRF-SP/2018) Quanto à Administração Direta e Indireta federal, no Direito brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A autarquia é pessoa jurídica de direito público, integra a administração pública indireta e possui certas prerrogativas não extensíveis à iniciativa privada.

b) As empresas públicas confundem-se, em seu conceito jurídico, com as sociedades de economia mista, já que ambas podem adotar a forma constitutiva de sociedade anônima.

c) O Direito brasileiro não comporta a figura de fundações públicas de direito público, sendo certo que, desde 1988, todas as fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

d) Os Consórcios Públicos, na legislação brasileira, podem se constituir por meio da associação de entes federativos ou mediante a associação pública desses com entidades da sociedade privada.

Questão 312 (IDECAN/PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO I/IPC-ES/2018) Sobre a Administração Pública direta e indireta, as entidades paraestatais e os entes com situação peculiar, assinale a alternativa correta:

a) As sociedades de economia mista e as empresas públicas podem revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

b) As organizações sociais formam uma nova categoria de pessoas jurídicas de direito privado, ao lado das fundações, associações e organizações religiosas.

c) A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está incluída na categoria de autarquias especiais, sujeitando-se aos ditames impostos à Administração direta e indireta.

d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Questão 313 (IDECAN/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/IPC-ES/2019) A Administração Pública consiste em um conjunto de agências e de servidores profissionais, mantidos com recursos públicos e encarregados da decisão e implementação das normas necessárias ao bem-estar social e das ações necessárias à gestão do que é público. A Administração Pública federal é composta pelos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao Executivo recai a Administração Direta e Indireta. Compõe a Administração Direta:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) Autarquias.

b) Fundações públicas.

c) Empresas públicas.

d) Sociedades de economia mista.

e) Ministérios Regulares e Extraordinários.

Questão 314 (IDECAN/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/IF-AM/2019) A organização administrativa da União está cercada de entidades da chamada Administração Indireta, entre elas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Nesse cenário, assinale a alternativa correta.

a) Somente por lei complementar poderá ser criada uma empresa pública.

b) As empresas públicas federais não podem ter participação em empresas privadas.

c) As sociedades de economia mista devem oferecer um regime estatutário para os seus empregados, que serão admitidos após regular concurso público de provas e títulos.

d) A criação de subsidiária de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa.

e) Somente por lei complementar poderá ser criada uma sociedade de economia mista.

Questão 315 (IDECAN/ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL/PC-CE/2021) Na organização do Estado brasileiro, é possível afirmar que a Presidência da República:

a) é considerada uma pessoa jurídica de direito público externo.

b) é uma função extra corporis.

c) é considerada uma pessoa jurídica de direito público interno.

d) é uma função supra-administrativa.

e) é um órgão pertencente à Administração Pública Direta.

Questão 316 (2022/IBFC/DETRAN-AM/TÉCNICO ADMINISTRATIVO). No que se refere às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, também denominas de Empresas Estatais, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) I – A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do *caput* do art. 173 da Constituição Federal.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

( ) II – Não é possível a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no capital da empresa pública.

( ) III – A Empresa Pública e a Sociedade de Economia Mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V – V – V

b) V – F – V

c) F – F – V

d) V – V – F

Questão 317 (2021/IBFC/IAP – PR/AGENTE DE EXECUÇÃO – TÉCNICO DE MANEJO E MEIO AMBIENTE). Segundo José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, 30ª edição), a Administração Indireta Estado "é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada". Sobre o assunto, assinale a alternativa que não apresenta um ente da Administração Indireta.

a) Autarquias

b) Empresas Públicas

c) Sociedades de Economia Mista

d) Ministério da Saúde

e) Fundações Públicas

Questão 318 (2020/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA). No que diz respeito às mudanças institucionais, em especial com relação às agências executivas, analise as afirmativas abaixo.

I – Agência executiva é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos

II – O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos: I – ter um plano estratégico de reestruturação e de

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

desenvolvimento institucional em andamento; II – ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.

III – A qualificação como Agência Executiva será feita em ato do Ministro da Justiça.

Assinale a alternativa correta.

a) As afirmativas I, II e III estão corretas

b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

Questão 319 (2020/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA). No que se refere às disposições da Lei n. 11.107/2005 sobre os consórcios públicos, assinale a alternativa correta.

a) Não é possível cessão de servidores entre os entes consorciados

b) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções

c) O consórcio público terá sempre personalidade jurídica de direito privado

d) O denominado termo de fomento permite aos entes consorciados entregarem os recursos ao consórcio público

Questão 320 (2020/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA). Assinale a alternativa que apresenta corretamente um conceito possível de “Terceiro Setor”.

a) Entidades privadas com fins lucrativos que executam atividades de interesse público

b) Entidades públicas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público

c) Entidades privadas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público

d) Entidades públicas com fins lucrativos que executam atividades de interesse particular

Questão 321 (2020/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA). Assinale a alternativa que apresenta corretamente um conceito de Desconcentração Administrativa.

a) Distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica

b) Distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Distribuição de competências de uma pessoa jurídica integrante da Administração Pública para uma pessoa física

d) Distribuição de competências de uma pessoa física integrante da Administração Pública para uma pessoa jurídica

Questão 322 (2019/IBFC/PREFEITURA DE CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE/ PROCURADOR MUNICIPAL). Os consórcios públicos têm as normas gerais estabelecidas pela Lei n. 11.107/2005. Sobre o assunto, assinale a alternativa incorreta.

a) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado

b) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções

c) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados

d) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio

Questão 323 (2018/IBFC/CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA – SP/ CONSULTOR LEGISLATIVO). Segundo, Celso Antônio Bandeira de Mello "os órgãos nada mais significam que círculos de atribuições, os feixes individuais de poderes funcionais repartidos no interior da personalidade estatal e expressados através dos agentes neles providos." Os órgãos administrativos tem características próprias, a saber:

Assinale a alternativa correta.

a) Os órgãos públicos são criados por lei, não possuem personalidade jurídica e tão pouco patrimônio próprio, são subordinadas ao ente político que o criou e influenciados pela normatividade do princípio da hierarquia

b) Os órgãos públicos fazem parte da Administração Direta, possuem personalidade jurídica mista, são influenciados pela normativa do princípio da hierarquia, e possuem patrimônio próprio

c) Os órgão públicos possuem personalidade jurídica mista, não são criados por lei, possuem patrimônio próprio e fazem parte da Administração Direta

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Os órgão públicos possuem personalidade jurídica mista e patrimônio próprio, são criados por lei e, fazem parte da Administração Indireta

e) Os órgãos públicos são subordinados ao governo federal, possuem patrimônio próprio, não são criados por lei, mas são influenciados pela normativa da hierarquia

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

GABARITO

1. C	28. a	55. d	82. E	109. b
2. C	29. b	56. E	83. a	110. d
3. a	30. E	57. E	84. e	111. c
4. C	31. C	58. C	85. E	112. e
5. C	32. a	59. E	86. E	113. c
6. C	33. c	60. C	87. a	114. e
7. E	34. c	61. E	88. C	115. c
8. d	35. b	62. C	89. b	116. a
9. b	36. a	63. C	90. E	117. d
10. C	37. d	64. E	91. C	118. c
11. E	38. C	65. d	92. E	119. e
12. C	39. d	66. c	93. d	120. e
13. E	40. d	67. a	94. d	121. b
14. E	41. c	68. c	95. c	122. c
15. E	42. C	69. C	96. c	123. b
16. c	43. C	70. C	97. a	124. d
17. c	44. b	71. d	98. b	125. d
18. C	45. e	72. E	99. e	126. a
19. C	46. E	73. E	100. c	127. a
20. C	47. C	74. c	101. c	128. e
21. C	48. E	75. C	102. a	129. d
22. C	49. E	76. E	103. d	130. c
23. E	50. b	77. E	104. d	131. a
24. E	51. d	78. E	105. c	132. E
25. E	52. e	79. a	106. e	133. e
26. E	53. C	80. E	107. c	134. b
27. e	54. E	81. E	108. d	135. b

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

136. a
137. b
138. b
139. e
140. d
141. c
142. E
143. e
144. b
145. d
146. a
147. b
148. d
149. d
150. c
151. d
152. b
153. b
154. b
155. b
156. b
157. b
158. d
159. c
160. b
161. c
162. a
163. a
164. c
165. e
166. b
167. d
168. b
169. e
170. b
171. b
172. e
173. d
174. c
175. e
176. c
177. d
178. c
179. a
180. e
181. c
182. d
183. b
184. e
185. a
186. b
187. a
188. d
189. a
190. c
191. b
192. a
193. c
194. c
195. d
196. b
197. d
198. c
199. e
200. c
201. d
202. e
203. d
204. d
205. e
206. c
207. b
208. d
209. e
210. d
211. e
212. c
213. a
214. e
215. a
216. b
217. b
218. c
219. c
220. d
221. a
222. e
223. a
224. a
225. E
226. C
227. C
228. C
229. C
230. C
231. E
232. E
233. C
234. E
235. C
236. E
237. E
238. C
239. C
240. C
241. E
242. C
243. a
244. a
245. c
246. c
247. b
248. e
249. d
250. e
251. e
252. e
253. e
254. a
255. d
256. b
257. c
258. d
259. c
260. b
261. d
262. c
263. d
264. c
265. b
266. a
267. a
268. c
269. e
270. c
271. a
272. e
273. b
274. c
275. d
276. e
277. c
278. d
279. e
280. b

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

281. e
282. c
283. e
284. e
285. b
286. a
287. d
288. a
289. d
290. e
291. d
292. d
293. e
294. a
295. d
296. b
297. c
298. d
299. c
300. b
301. d
302. c
303. d
304. a
305. a
306. d
307. d
308. c
309. c
310. c
311. a
312. d
313. e
314. d
315. e
316. b
317. d
318. b
319. b
320. c
321. b
322. c
323. a

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

GABARITO COMENTADO

Questão 1 (2018/CESPE/STJ/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 2 A 6) Com relação à organização da administração pública e a licitações e contratos administrativos, julgue o item que se segue.

A descentralização administrativa, um dos princípios que regem a administração pública, pressupõe a criação de entidades com personalidade jurídica própria para o exercício de funções tipicamente estatais.

Certo.

Na descentralização administrativa, surgem novas pessoas, dotadas de personalidade jurídica própria, ou seja, com capacidade para responder por seus próprios atos e exercer suas atividades com autonomia.

Questão 2 (2018/CESPE/STJ/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 2 A 6) Com relação à organização da administração pública e a licitações e contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Na estrutura da administração pública, a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e as autarquias possuem natureza jurídica de pessoa jurídica de direito público.

Certo.

Dispõe o artigo 41 do Código Civil que:

> **Art. 41.** São pessoas jurídicas de direito público interno:
> I – **a União;**
> II – **os Estados, o Distrito Federal** e os Territórios;
> III – **os Municípios**;
> IV – **as autarquias**, inclusive as associações públicas;
> V – as demais entidades de caráter público criadas por lei.
> Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 3 (2018/CESPE/TCM-BA/AUDITOR ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA) Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado e que mantêm vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio, denominam-se

a) entidades de apoio.

b) serviços sociais autônomos.

c) organizações sociais.

d) autarquias em regime especial.

e) organizações da sociedade civil de interesse público.

Letra a.

O enunciado da questão narra uma **entidade de apoio**, que são pessoas jurídicas do setor privado, sem finalidade lucrativa, que desenvolvem serviços sociais e, normalmente, se relacionam com a Administração Pública, por **convênio**.

Questão 4 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue o item a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Situação hipotética: Uma instituição religiosa que oferece programa educacional de alfabetização para pessoas de baixa renda pretende a qualificação como organização da sociedade civil de interesse público por meio de um termo de parceria a ser firmado com a União. Assertiva: Há vedação expressa em lei federal ao pleito da instituição religiosa.

Certo.

Conforme mencionei durante a aula, a lei das OSCIPs apresenta uma lista de entidades que não podem receber tal qualificação, dentre elas estão as instituições religiosas. Vejamos o que dispõe a Lei n. 9.790/1999:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> **Art. 2º** Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3° desta Lei:
> I – as sociedades comerciais;
> II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
> III – **as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;**
> IV – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
> V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
> VI – as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
> VII – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
> VIII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
> IX – as organizações sociais;
> X – as cooperativas;
> XI – as fundações públicas;
> XII – as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
> XIII – as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Questão 5 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos.

Em regra, o servidor público da administração autárquica que estiver no exercício de mandato eletivo ficará afastado do seu cargo, emprego ou função, disposição também aplicável ao servidor da administração pública fundacional.

Certo.

Em regra, o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, fica afastado de seu cargo. A exceção fica a cargo do Vereador, o qual poderá acumular os cargos caso haja compatibilidade de horários. Vejamos o que dispõe o art. 38 da CF/1988:

> **Art. 38.** Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições*: (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, **ficará afastado de seu cargo**, emprego ou função;
II – investido no mandato de Prefeito, será **afastado do cargo, emprego ou função**, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Questão 6 (2018/CESPE/PGE-PE/PROCURADOR DO ESTADO/ADAPTADA) No que diz respeito à administração indireta e ao regime jurídico das agências reguladoras e executivas, julgue o item:

Embora a estabilidade seja a regra para o mandato dos dirigentes das agências reguladoras, a lei instituidora da agência pode estabelecer condições distintas para a perda de cargo de seus dirigentes.

Certo.

É exatamente o que dispõe o parágrafo único do artigo 9º da Lei n. 9.986/2000. Vejamos:

Art. 9º Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de
I – renúncia, de
II – condenação judicial transitada em julgado ou de
III – processo administrativo disciplinar.
Parágrafo único. A lei de criação da Agência poderá prever outras condições para a perda do mandato.

Questão 7 (2018/CESPE/PGE-PE/PROCURADOR DO ESTADO/ADAPTADA) No que diz respeito à administração indireta e ao regime jurídico das agências reguladoras e executivas, julgue o item:

Desde que apresentem plano de reestruturação e celebrem contrato de gestão com o órgão supervisor, as associações civis podem ser qualificadas como agências executivas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Errado.

Só quem pode ser qualificada como agência executiva são as autarquias e as fundações. As associações civis não podem. A Lei n. 9.649/1998 estabelece as condições para a qualificação das entidades:

> **Art. 51.** O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a **autarquia** ou **fundação** que tenha cumprido os seguintes requisitos:
> I – ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento;
> II – ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.
> § 1º A qualificação como Agência Executiva será feita em ato do Presidente da República.
> § 2º O Poder Executivo editará medidas de organização administrativa específicas para as Agências Executivas, visando assegurar a sua autonomia de gestão, bem como a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos e metas definidos nos Contratos de Gestão.

Questão 8 (2018/CESPE/PGE-PE/PROCURADOR DO ESTADO) Considerando que a administração pública pretenda celebrar uma parceria, sem a transferência de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil para a execução de finalidade de interesse público e recíproco na área de educação, assinale a opção que, de acordo com o marco regulatório das organizações da sociedade civil, corresponde ao instrumento adequado a esse caso.

a) convênio
b) termo de fomento
c) termo de colaboração
d) acordo de cooperação
e) protocolo de intenções

Letra d.

A chave da questão está na expressão "sem transferência de recursos financeiros". As parcerias regidas pela Lei n. 13.019/2014 podem envolver, ou não, transferências voluntárias de recursos financeiros. Dispõe o artigo 2º que: "**acordo de cooperação** é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que **não envolvam a transferência de recursos financeiros**".

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 9 (2018/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR DO ESTADO/BLOCO II) Assinale a opção que apresenta característica comum às sociedades de economia mista e às empresas públicas.

a) Estão sujeitas ao regime de precatórios, como regra.

b) Não gozam de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado.

c) Não precisam realizar procedimento licitatório, a fim de viabilizar a atuação no mercado competitivo.

d) São criadas por lei.

e) Não estão sujeitas à fiscalização dos tribunais de contas.

Letra b.

É exatamente o que dispõe o artigo 173, § 2º, da CF/1988, visto anteriormente.

a) Errada. As empresas estatais não estão sujeitas ao regime de precatórios. O art. 173, § 2º, da CF/1988 estabelece que: "as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado". Lembrando que o STF vem conferindo às empresas estatais (empresa pública ou sociedade de economia mista) privilégios de fazenda pública, conforme o caso concreto, tendo como pressuposto dois requisitos: (i) prestar serviço público em caráter de exclusividade; (ii) não dividir eventuais lucros com os acionistas.

c) Errada. A nossa CF/1988 não dispensa o procedimento licitatório para as empresas estatais. Pelo contrário, suas licitações e seus contratos são regidos pela Lei n. 13.303/2016, editada recentemente.

d) Errada. As empresas estatais não são criadas diretamente por lei, elas são autorizadas por lei a serem criadas.

e) Errada. Todas as empresas estatais são fiscalizadas pelo tribunal de contas. O artigo 70, parágrafo único, da CF/1988 dispõe que: "prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária".

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 10 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos princípios da administração pública, de noções de organização administrativa e da administração direta e indireta, julgue o item que se segue.

As autarquias são pessoas jurídicas criadas por lei e possuem liberdade administrativa, não sendo subordinadas a órgãos estatais.

Certo.

Entre a Administração direta e a indireta (descentralizada) não há relação de hierarquia e subordinação, mas, sim, de VINCULAÇÃO. Contudo, isso não significa que as entidades da Administração indireta estejam totalmente sem controle. Nesse caso, ocorre controle finalístico.

Questão 11 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos princípios da administração pública, de noções de organização administrativa e da administração direta e indireta, julgue o item que se segue.

A descentralização administrativa consiste na distribuição interna de competências agrupadas em unidades individualizadas.

Errado.

A questão, na verdade, narra a desconcentração. A descentralização consiste na transferência de um serviço para a Administração Indireta ou para particular. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa.

Questão 12 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos princípios da administração pública, de noções de organização administrativa e da administração direta e indireta, julgue o item que se segue.

Embora não estejam previstos expressamente na Constituição vigente, os princípios da indisponibilidade, da razoabilidade e da segurança jurídica devem orientar a atividade da administração pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Certo.

Somente estão expressamente previstos na CF/1988 os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os demais princípios, em relação à Constituição Federal, são implícitos. Contudo, a Lei n. 9.784/1999 prevê expressamente outros princípios que norteiam a atividade pública. Vejamos: "Art. 2º: A Administração Pública obedecerá, **dentre outros**, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, **razoabilidade**, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, **segurança jurídica,** interesse público e eficiência".

Questão 13 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos princípios da administração pública, de noções de organização administrativa e da administração direta e indireta, julgue o item que se segue.

A competência pública conferida para o exercício das atribuições dos agentes públicos é intransferível, mas renunciável a qualquer tempo.

Errado.

Dispõe o artigo 11 da Lei n. 9.784/1999 que: "A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos."

Questão 14 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) Considerando a doutrina majoritária, julgue o próximo item, referente ao poder administrativo, à organização administrativa federal e aos princípios básicos da administração pública.

Quando criadas como autarquias de regime especial, as agências reguladoras integram a administração direta.

Errado.

Agência reguladora é uma pessoa jurídica de direito público interno, geralmente constituída sob a forma de autarquia especial, cuja finalidade é regular e/ou fiscalizar a atividade de determinado setor da economia de um país ou de atividade pública que foi transferida ao particular mediante concessão, permissão ou autorização.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 15 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS) Em relação à organização administrativa e à licitação administrativa, julgue o item a seguir.

Por ser dotada de personalidade jurídica de direito público e integrar a administração pública indireta, a empresa pública não pode explorar atividade econômica.

Errado.

As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado e podem certamente explorar atividade econômica. Sua finalidade pode ser de atividade econômica ou de prestação de serviços público. Vide art. 173 da CF/1988.

Questão 16 (2018/CESPE/DPE-PE/DEFENSOR PÚBLICO) Considerando-se as novas formas de desestatização da prestação de serviços públicos de caráter social, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que, atendidos os requisitos previstos em lei, firmam parceria com o poder público, por instrumento de contrato de gestão, para a execução de atividades de interesse público — especialmente ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde — recebem a qualificação de

a) agência executiva.
b) fundação pública.
c) organização social.
d) organização da sociedade civil de interesse público.
e) serviço social autônomo.

Letra c.

Conforme os artigos 1º e 5º da Lei n. 9.637/1998, as organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos previstos em lei. Além disso, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas na lei.

Questão 17 (2018/CESPE/PC-MA/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Com relação à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

I – As autarquias são pessoas jurídicas com capacidade de autodeterminação, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei para o desempenho de atividades típicas do Estado, submetidas ao controle hierárquico pela administração pública direta.

II – As sociedades de economia mista e empresas públicas são entidades de direito privado integrantes da administração indireta, criadas por autorização legal, para o desempenho de atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, prestação de serviços públicos.

III – Por meio da contratação de consórcios públicos, poderão ser constituídas associações públicas para a realização de objetivos de interesse comum, adquirindo tais entidades personalidade jurídica de direito público e passando a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados.

IV – Por serem entes despersonalizados, os órgãos públicos não detêm capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Letra c.

I – Errado. O erro do item está na afirmação de que as autarquias se submetem a um controle hierárquico pela administração pública direta. Não há controle hierárquico nem subordinação, o que ocorre é um controle finalístico.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

II – Certo. O item conceitua exatamente o que são as empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme visto durante a aula.

III – Certo.

> **Lei n. 11.107/2005**
> **Art. 6º** O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:
> I – de **direito público**, no caso de constituir **associação pública**, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;
> § 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público **integra a administração indireta** de todos os entes da Federação consorciados.

IV – Errado. Fique atento(a) àquela dica que dei no "o pulo do gato", quando falava sobre órgãos públicos. Os órgãos classificados como independentes e os autônomos têm capacidade processual para defesa de suas prerrogativas institucionais, isso porque a doutrina e a jurisprudência vêm reconhecendo tal capacidade a órgãos de *status* constitucional, quando necessária à defesa de suas prerrogativas e competências institucionais.

Questão 18 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2 E 3) A respeito da organização e dos poderes da administração pública, julgue o próximo item.

A criação de secretaria municipal de defesa do meio ambiente por prefeito municipal configura caso de desconcentração administrativa.

Certo.

O gabarito foi dado como certo, contudo, convém esclarecer que um Prefeito não poderia criar uma secretaria municipal. Tal criação tem que ser mediante lei.

Questão 19 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2 E 3) No tocante às organizações da sociedade civil de interesse público e aos consórcios públicos, julgue o item subsequente.

O consórcio formado por entes públicos pode assumir a forma de pessoa jurídica de direito privado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Certo.

A Lei n. 11.107/05, art. 1º, § 1º, dispões que o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de **direito privado.**

Questão 20 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2 E 3) No tocante às organizações da sociedade civil de interesse público e aos consórcios públicos, julgue o item subsequente.

O instrumento que estabelece o vínculo entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público é o termo de parceria.

Certo.

Lei n. 9.790/1999, art. 9º: fica instituído o **termo de parceria**, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.

Questão 21 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

Autarquia é pessoa jurídica criada por lei específica, com personalidade jurídica de direito público.

Certo.

É exatamente isso. Viu só como as questões se repetem? Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

> **Art. 5º,** I – Autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Esta frase é muito recorrente em prova: autarquia é pessoa jurídica criada por lei específica, com personalidade jurídica de direito público.

Questão 22 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

As sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime trabalhista próprio das empresas privadas.

Certo.

Conforme expliquei durante a aula, a CF/1988 fixa que o estatuto jurídico dessas entidades deve estabelecer a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Assim, as pessoas que trabalham nas empresas estatais, como regra, são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), possuindo emprego público.

Questão 23 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

Define-se desconcentração como o fenômeno administrativo que consiste na distribuição de competências de determinada pessoa jurídica da administração direta para outra pessoa jurídica, seja ela pública ou privada.

Errado.

A questão troca o conceito de desconcentração com o conceito de descentralização. A descentralização, sim, define-se como o fenômeno administrativo que consiste na distribuição de competências de determinada pessoa jurídica da administração direta para outra pessoa jurídica, seja ela pública ou privada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 24 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

A empresa pública, entidade da administração indireta, possui personalidade jurídica de direito público.

Errado.

As empresas públicas e as sociedades de economia mista, entidades da administração indireta, possuem personalidade jurídica de direito PRIVADO. O Estado irá criá-las para atuar como se fossem um particular.

Questão 25 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

É possível a constituição de fundação pública de direito público ou de direito privado para a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, quando relevante ao interesse público.

Errado.

As Fundações públicas não devem ser criadas para a exploração de atividade econômica com finalidade de lucro. Para exercer tal atividade, existem as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Questão 26 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO/GERAL) Julgue o item a seguir, referente a conceitos, tipos e formas de controle na administração pública.

No caso das autarquias e das empresas estatais em geral, o controle é pleno e ilimitado.

Errado.

O controle exercido é um controle finalístico. É um controle restrito e limitado, pois não há vínculo de hierarquia e subordinação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 27 (2018/CESPE/TCE-PB/AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS/DEMAIS ÁREAS) As organizações sem fins lucrativos que são voltadas à resolução de problemas coletivos de interesse social e podem prestar serviços públicos são

a) as sociedades de economia mista.

b) os consórcios públicos.

c) os convênios públicos.

d) as fundações.

e) as organizações da sociedade civil de interesse público.

Letra e.

Uma OSCIP é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com **interesse social**, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. Ou seja, as entidades típicas do terceiro setor.

Questão 28 (2018/CESPE/TCE-PB/AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS/DEMAIS ÁREAS) As entidades que integram a administração pública indireta incluem as

a) autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

b) secretarias estaduais, as autarquias e as fundações privada.

c) autarquias, as fundações e as organizações sociais.

d) organizações sociais, os serviços sociais autônomos e as entidades paraestatais.

e) empresas públicas, as sociedades de economia mista e os serviços sociais autônomos.

Letra a.

De acordo com o inciso II do art. 4º do Decreto-lei n. 200/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, a administração indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas.

b) Errada. Secretarias estaduais e fundações privadas não.

c) Errada. Organizações Sociais integram o terceiro setor, que não integra a administração indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Errada. Organizações sociais e serviços sociais autônomos são entidades paraestatais (terceiro setor).

e) Errada. Serviços sociais autônomos fazem parte do terceiro setor.

Questão 29 (2018/CESPE/TCE-PB/AGENTE DE DOCUMENTAÇÃO) No processo de descentralização por serviço, em que o órgão passa a deter a titularidade e a execução do serviço, ocorre

a) o exercício da capacidade administrativa do órgão descentralizado mediante dependência financeira em relação ao poder central.

b) a sujeição do órgão descentralizado a controle — ou tutela —, exercido pelo poder central nos limites da lei para assegurar certa independência ao órgão descentralizado.

c) o uso de patrimônio próprio pelo órgão descentralizado, bem como a sua não sujeição ao princípio da especialização.

d) a sujeição do órgão descentralizado ao princípio da especialização, bem como a sua dependência financeira em relação ao poder central.

e) a distribuição interna de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

Letra b.

O controle finalístico exercido pela administração direta é feito nos limites da lei, para assegurar a independência necessária à entidade descentralizada.

a) Errada. Não há dependência financeira em relação ao poder central. As entidades terão autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

c) Errada. O princípio da especialização é essencial à descentralização administrativa. Ele reflete a ideia de descentralização administração, em que se criam entidades para o desempenho de finalidades específicas.

d) Errada. Não há dependência financeira em relação ao poder central.

e) Errada. A distribuição interna de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica refere-se à desconcentração, e não à descentralização.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 30 (2020/CESPE/MPE/CE/TÉCNICO MINISTERIAL) No que diz respeito à administração pública direta, à administração pública indireta e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

A administração pública indireta é composta por órgãos e agentes públicos que, no âmbito federal, constituem serviços integrados na estrutura administrativa da presidência da República e dos ministérios.

Errado.

Comentários: a administração indireta é composta por entidades com personalidade jurídica próprias, formados por meio de descentralização. Por isso, não estão integrados na estrutura da presidência da República e Ministérios. Lembro que os órgãos fazem parte da administração pública direta.

Questão 31 (2020/CESPE/MPE-CE/TÉCNICO MINISTERIAL) No que diz respeito à administração pública direta, à administração pública indireta e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

Ministros e secretários estaduais e municipais são agentes políticos cujos vínculos funcionais não têm natureza permanente, mas que, com base no seu poder político, traçam e implementam políticas públicas constitucionais e políticas públicas de governo.

Certo.

Os Ministros e secretários estaduais e municipais possuem cargos políticos, ou seja, são integrantes dos mais altos escalões do Poder Público, aos quais incumbe a elaboração das diretrizes de atuação governamental, e as funções de direção, orientação e supervisão geral da administração pública. Assim, normalmente são investidos em seus cargos por meio de eleição, nomeação ou designação.

Questão 32 (2020/CESPE/TJ-PA/OFICIAL DE JUSTIÇA) A administração indireta inclui as sociedades de economia mista, cujos agentes são

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

b) empregados públicos regidos pela CLT que não se submetem às normas constitucionais relativas a concurso público nem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

c) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

d) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

e) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

Letra a.

As pessoas que trabalham nas empresas estatais, como regra, são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, possuindo emprego público. No entanto, ingressam nas empresas mediante a realização de concurso público e se submetem à vedação de acumulação de cargos públicos.

Questão 33 (2019/CESPE/TJ-PA/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Com relação à distinção entre empresa pública e sociedade de economia mista, assinale a opção correta.

a) Empresa pública é uma entidade privada criada por lei com a finalidade de realizar um serviço público, enquanto a sociedade de economia mista é criada de forma similar às empresas privadas, com a finalidade de exercer atividade econômica.

b) Empresa pública possui personalidade jurídica de direito público, enquanto a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.

c) Na empresa pública, o capital é exclusivo das pessoas jurídicas de direito público; na sociedade de economia mista, o poder público detém a maioria das ações com direito a voto, mas pode haver participação privada no capital.

d) Na empresa pública, as ações com direito a voto são exclusivas do ente público que a controla; na sociedade de economia mista, o ente público controla a maior parte do capital, mas pode não possuir a maioria das ações com direito a voto.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) Na empresa pública, o capital social é inteiramente público; na empresa de economia mista, o poder público detém a maioria do capital social da empresa.

Letra c.

a) Errada. O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da Administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação. Logo, as Sociedade de economia mista são criadas da mesma forma que as empresas públicas: mediante autorização legal. Ressalto que tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista podem desempenhar as duas atividades: exploração de atividade econômica e prestação de serviços públicos.

b) Errada. Tanto a empresa pública, quanto a sociedade de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado.

c) Certa. Uma das diferenças entre essas duas entidades está na composição do capital: a sociedade de economia mista é formada por capital público e privado. Na composição do capital, pode haver recursos de pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas vinculadas ao Estado (Administração indireta). Entretanto, a maioria do capital com direito a voto (maioria das ações com direito a voto) deve estar sob controle do Estado ou de sua entidade da Administração indireta. Já a empresa pública é formada por capital totalmente público, podendo haver participação de entes federativos diversos. É admissível, também, que participem do capital, pessoas administrativas, seja qual for seu nível federativo ou sua natureza jurídica (pública ou privada).

d) Errada. Como dito acima, nas sociedades de economia mista, a maioria do capital com direito a voto (maioria das ações com direito a voto) deve estar sob controle do Estado ou de sua entidade da Administração indireta.

e) Errada. Não há empresa de economia mista, e sim sociedade de economia mista. O nome legal é sociedade de economia mista

---

Questão 34 (2019/CESPE/TCE-RO/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/ADMINISTRAÇÃO) Por princípio, as agências reguladoras

a) são constituídas como pessoa jurídica de direito privado e, por isso, deveriam ser classificadas como fundação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) são entes vinculados e podem celebrar contratos de gestão com respectivos ministérios.

c) possuem independência e podem escolher instrumentos que incentivem a eficiência produtiva e alocativa.

d) recebem certificação e podem celebrar termos de parceria com o poder público.

e) promovem gestão associada de serviços públicos e transferência de encargos e de pessoal.

Letra c.

As agências reguladoras são "autarquias em regime especial", pois o legislador conferiu a elas maior autonomia perante o Poder Executivo, quando comparadas às demais autarquias. Assim, tais entidades têm atribuições técnicas, que idealmente devem ser exercidas sem interferência política por parte do ente federado a que estejam vinculadas administrativamente, ou seja, maior independência.

Questão 35 (2019/CESPE/MPC-PA/ ANALISTA MINISTERIAL/COMUNICAÇÃO SOCIAL) Acerca da administração direta, indireta, centralizada e descentralizada, assinale a opção correta.

a) A descentralização consiste na repartição de competências exclusivamente entre órgãos da administração pública.

b) O ente central da administração direta exerce, simultaneamente, a titularidade e a execução do serviço público.

c) Diferentemente da descentralização administrativa, a descentralização política pressupõe uma relação de subordinação entre os entes integrantes do sistema federativo.

d) Os estados-membros são criados via descentralização administrativa e exercem atribuições que decorrem do seu ente central.

e) O conceito de administração direta restringe-se ao Poder Executivo, na medida em que este concentra a titularidade do desempenho das funções administrativas do Estado.

Letra b.

a) Errada. A alternativa tratou da desconcentração. Na descentralização, ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Certa. A alternativa abordou a centralização administrativa, em que a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, Estados, DF e Municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas.

c) Errada. A descentralização política é aquela da CF, em que há uma repartição das competências legislativas entre a União, os Estados e Municípios. Entre esses entes não já subordinação, pois são autônomos.

> CF, Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

d) Errada. O estados-membros são criados mediante descentralização política.

e) Errada. Pode haver administração direta ou indireta em qualquer um dos poderes.

Questão 36 (2019/CESPE/MPC-PA/ANALISTA MINISTERIAL/COMUNICAÇÃO SOCIAL) A sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertence, direta ou indiretamente, a ente federativo controlador e que dele recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal é denominada

a) empresa estatal dependente.
b) autarquia.
c) empresa controlada.
d) fundos da administração pública.
e) fundação de direito público.

Letra a.

Esse conceito na verdade, está descrito no texto do art. 2º, III, da Lei Complementar 101/2000:

> **Art. 2º** Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:
> III – empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 37 (2019/CESPE/MPC-PA/ ANALISTA MINISTERIAL/CONTROLE EXTERNO) Acerca de contratação de consórcio público, julgue, nos termos da Lei n. 11.107/2005, os itens que se seguem.

I – É permitido consórcio público entre União e município sem a presença do estado em cujo território se localize o município.

II – O contrato de consórcio público deverá ser celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções, salvo no caso em que o ente da Federação, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público.

III – O contrato de programa deverá continuar vigente mesmo quando extinto o consórcio público que tenha autorizado a gestão associada de serviços públicos.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Letra d.

Todas as alternativas estão descritas na redação dos artigos da Lei 11.10705, que trata sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Vejamos:

> **Art. 1º** § 2º A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
> **Art. 5º** O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
> § 4º É dispensado da ratificação prevista no *caput* deste artigo o ente da Federação que, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público.
> **Art. 13** § 4º O contrato de programa continuará vigente mesmo quando extinto o consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.

Logo, segundo o art. 15, *§ 4º*, o item II é o único incorreto, o que torna a letra D gabarito da questão.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 38 (2019/CESPE/TJ-AM/ ANALISTA JUDICIÁRIO/DIREITO) A administração pública pretende celebrar parceria, sem repasse de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito da educação pública.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item, de acordo com a Lei n. 13.019/2014.

O instrumento adequado para a referida parceria é o acordo de cooperação.

Certo.

De fato, o instrumento adequado será o acordo de cooperação, segundo o que dispõe o art. 2º, VIII-A da Lei 13.019/2014:

> **Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:
> VIII – A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

Questão 39 (2019/CESPE/TCE-RO/PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS) A Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), sociedade de economia mista estadual, valendo-se de permissão genérica constante do ato normativo que autorizou sua criação, instituiu uma empresa subsidiária integral com o objetivo de desenvolver pesquisas para melhorar o abastecimento de água no estado.

Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF, caso deseje alienar o controle acionário da subsidiária integral, o estado de Rondônia

a) deverá obter autorização legislativa e proceder à licitação.

b) deverá obter autorização legislativa, sendo dispensável a licitação, desde que observados os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

c) não precisará obter autorização legislativa, mas será necessária a licitação na modalidade concorrência.

d) não precisará obter autorização legislativa, podendo realizar a alienação sem licitação, desde que se observem os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, respeitada, sempre, a exigência de necessária competitividade.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) não precisará obter autorização legislativa, podendo a alienação ser realizada sem licitação e sem qualquer condicionante.

Letra d.

O STF referendou, em parte, medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5624 para afirmar que a exigência de autorização legislativa não se aplica à venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista. Na hipótese, segundo decidiu a Corte, a operação pode ser realizada sem necessidade de licitação, desde que siga procedimento que observe os princípios da administração pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal (CF), respeitada sempre a exigência de competitividade.

Questão 40 (2019/CESPE/TCE-RO/PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS) A respeito de consórcios públicos, assinale a opção correta.

a) Os consórcios públicos, salvo os de personalidade jurídica de direito privado, deverão observar as normas de direito público no que se refere a licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e prestação de contas.

b) Os consórcios públicos adquirem personalidade jurídica de direito privado apenas com a entrada em vigor das leis de ratificação do protocolo de intenções.

c) Os entes da Federação consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.

d) Os entes consorciados somente entregam recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

e) O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado — ou por entidade que integre a administração indireta deste —, sendo, nesse caso, inexigível a licitação.

Letra d.

Todas as alternativas fazem referência à redação da literalidade dos artigos do Decreto 6.017/07

a) Errada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Art. 7º § 1º Os consórcios públicos, ainda que revestidos de personalidade jurídica de direito privado, observarão as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e à prestação de contas.

b) Errada.

Art. 7º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:
I – de direito público, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções; e
II – de direito privado, mediante o atendimento do previsto no inciso I e, ainda, dos requisitos previstos na legislação civil.

c) Errada.

Art. 9º Os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

d) Certa.

Art. 13. Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

e) Errada.

Art. 18. O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107, de 2005.

Questão 41 (2019/CESPE/TCE-RO/ NÍVEL SUPERIOR/CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Um ente, ao ter sido descentralizado, passou a deter a titularidade de uma atividade e a executá-la de forma independente do ente que lhe deu origem, podendo até se opor a interferências indevidas.

Nesse caso, o ente passou por uma descentralização

a) territorial.

b) geográfica.

c) por serviços.

d) política.

e) por colaboração.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra c.

Na descentralização por serviços/ por outorga, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a Administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Assim, o Estado passa a titularidade de certa atividade a essa nova entidade.

Questão 42 (2019/CESPE/TJ-AM/ ASSISTENTE JUDICIÁRIO) A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item que se segue.

A relação entre a administração pública e seus administrados é caracterizada pela verticalidade.

Certo.

É uma posição de verticalidade, pois entre o Estado e o particular, o primeiro irá se sobrepor ao segundo, de acordo com o princípio da supremacia do interesse público.

Questão 43 (2019/CESPE/TJ-AM/ ASSISTENTE JUDICIÁRIO) A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item que se segue.

O Poder Executivo exerce função administrativa com caráter infralegal e com prerrogativas instrumentais.

Certo.

A função típica do Poder Executivo é administrativa, porém por meio de medidas que se submetem à lei, podendo ter caráter instrumental.

Questão 44 (2019/CESPE/MPC-PA/ASSISTENTE MINISTERIAL DE CONTROLE EXTERNO) Determinado governador pretende que sejam criadas uma nova autarquia e uma nova empresa pública em seu estado.

Nessa situação, serão necessárias

a) duas leis específicas: uma para a criação da autarquia e outra para a criação da empresa pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) uma lei específica para a criação da autarquia e outra para a autorização da instituição da empresa pública.

c) uma lei específica para a criação da empresa pública e outra para a autorização da instituição da autarquia.

d) autorizações legais na norma geral acerca da nova organização da administração pública estadual, não havendo necessidade de a criação de nenhuma das entidades ser feita por lei.

e) duas leis específicas: uma para a autorização da criação da empresa pública e outra para a autorização da criação da autarquia.

Letra b.

A letra "b" é o gabarito da questão, de acordo com a redação do art. 37, XIX da CF: "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação".

Questão 45 (2019/CESPE/MPC-PA/ASSISTENTE MINISTERIAL DE CONTROLE EXTERNO) Acerca dos órgãos públicos e dos institutos da centralização e da descentralização administrativa, assinale a opção correta.

a) Os entes criados por descentralização permanecem hierarquicamente subordinados aos órgãos dos quais foram descentralizados.

b) A administração centralizada atua por meio de órgãos públicos, que são unidades dotadas de personalidade jurídica e que expressam a vontade do Estado.

c) A descentralização administrativa caracteriza-se pela retirada de atribuições da esfera do interesse público e sua transferência para o domínio privado.

d) A criação e a extinção de órgãos públicos devem observar a exigência de lei ou decreto específico.

e) A descentralização política ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central.

Letra e.

a) Errada. Na descentralização não há relação de subordinação entre os entes.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica.

c) Errada. Na descentralização não há transferência de atividades para o domínio privado.

d) Errada. Somente mediante lei podem ser criados e extintos órgãos públicos.

e) Certa. Na descentralização, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada. Na descentralização, o Estado, por questão de autonomia administrativa, visando maior eficiência, resolve repassar a atividade para que outra pessoa a exerça em seu lugar.

Questão 46 (2019/CESPE/DPE-DF/ DEFENSOR PÚBLICO) A respeito da organização administrativa e de poderes e deveres da administração pública, julgue o item seguinte.

É admitida a criação de autarquia por iniciativa de deputado federal, desde que este encaminhe o respectivo projeto de lei à Câmara dos Deputados e que a matéria verse estritamente sobre a criação da entidade.

Errado.

A iniciativa deve partir da iniciativa do chefe do Poder Executivo (presidente da república, governador ou prefeito), por força de expressa disposição constitucional:

> CF, Art. 61 § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:
> II – disponham sobre
> e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

Questão 47 (2019/CESPE/DPE-DF/ DEFENSOR PÚBLICO) A respeito da organização administrativa e de poderes e deveres da administração pública, julgue o item seguinte.

Parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, celebradas por meio de execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos, podem ocorrer mediante termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Certo.

Se trata do que dispõe o art. 1º, da lei 13.019/14:

> **Art. 1º** Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Questão 48 (2019/CESPE/DPE-DF/ DEFENSOR PÚBLICO) A respeito da organização administrativa e de poderes e deveres da administração pública, julgue o item seguinte.

A distribuição de competências a órgãos subalternos despersonalizados, como as secretarias-gerais, é modalidade de descentralização de poder.

Errado.

A distribuição de competências entre órgãos é forma de desconcentração.

Questão 49 (2019/CESPE/SLU-DF/ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS/ADMINISTRAÇÃO) No que se refere aos processos governamentais de compras, julgue o item a seguir.

As fundações públicas não são sujeitas aos procedimentos licitatórios comuns aos demais entes da administração indireta.

Errado.

As fundações criadas pelo Estado (de direito público ou privado) devem fazer licitações antes de suas contratações, nos termos da Lei n. 8.666/1993.

Questão 50 (2019/CESPE/CGE-CE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS) Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção correta.

a) Os serviços sociais autônomos são criados por meio de decreto.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) que firmem termo de parceria com a União devem contratar mediante processo licitatório.

c) A outorga de qualificação como organização social é vinculada, desde que sejam atendidos os requisitos legais.

d) Os serviços sociais autônomos executam essencialmente serviços públicos.

e) Os serviços sociais autônomos são custeados pelas contribuições de seus associados, incidindo impostos sobre esses serviços.

Letra b.

a) Errada. Os serviços sociais autônomos são criados por meio de lei.

b) Certa. A OSCIP precisa se submeter às regras de licitação para contratar quando da utilização de recursos e bens repassados pela administração.

c) Errada. É um ato discricionário.

d) Errada. Os serviços sociais autônomos prestam assistência profissional. São chamados de Sistema "S" porque geralmente começam com a letra "S": Sesc, Senai, Senat, Sebrae, Apex Brasil. Cada uma presta apoio a um determinado setor: comerciários, indústria, transporte, micro e pequenas empresas, exportação.

e) Errada. Os recursos financeiros para a manutenção dessas entidades provêm de contribuições sociais (tributos) que são cobrados das empresas do setor.

Questão 51 (2019/CESPE/TJ-DFT/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/REMOÇÃO) Determinado município pretende formalizar parceria com uma organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recurso financeiro.

Nessa situação, o instrumento a ser firmado entre as partes deverá ser o

a) contrato de gestão.

b) termo de parceria.

c) termo de colaboração.

d) acordo de cooperação.

e) chamamento público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra d.

A letra "d" é a resposta correta, segundo o art. 2º, VIII – A da Lei 13.019/14:

> **Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:
> VIII – A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

Questão 52 (2019/CESPE/TJ-SC/JUIZ SUBSTITUTO) A respeito de organizações sociais, assinale a opção correta considerando o entendimento do STF em sede de controle concentrado.

a) É inconstitucional a previsão legal de cessão de servidor público a organização social: essa hipótese configura desvio de função.

b) O contrato de gestão não configura hipótese de convênio, uma vez que prevê negócio jurídico de natureza comutativa e se submete ao mesmo regime jurídico dos contratos administrativos.

c) As organizações sociais, por integrarem o terceiro setor, integram a administração pública, razão pela qual devem submeter-se, em suas contratações com terceiros, ao dever de licitar.

d) O indeferimento do requerimento de qualificação da organização social deve ser pautado pela publicidade, transparência e motivação, mas não precisa observar critérios objetivos, devendo ser respeitada a ampla margem de discricionariedade do Poder Público.

e) A qualificação da entidade como organização social configura hipótese de simples credenciamento, o qual não exige licitação em razão da ausência de competição.

Letra e.

É o que se depreende do julgamento da ADI 1923 do STF: "10. A atribuição de título jurídico de legitimação da entidade através da qualificação configura hipótese de credenciamento, no qual não incide a licitação pela própria natureza jurídica do ato, que não é contrato, e pela inexistência de qualquer competição, já que todos os interessados podem alcançar o mesmo objetivo, de modo includente, e não excludente."

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 53 (2019/CESPE/PREFEITURA DE BOA VISTA-RR/PROCURADOR MUNICIPAL) A respeito de improbidade administrativa, processo administrativo e organização administrativa, julgue o item seguinte.

A criação de empresa pública é um exemplo de descentralização de poder realizado por meio de atos de direito privado, ainda que a instituição da empresa pública dependa de autorização legislativa.

Certo.

A questão trata da descentralização técnica/serviços/funcional/delegação legal/outorga (qualquer um desses nomes pode aparecer em prova de concurso, uma vez que são nomes dados pelos diversos autores). Essa forma de descentralização ocorre quando são criadas ou autorizadas a criação, mediante lei específica, de pessoas jurídicas (de direito público ou privado) para a prestação de uma atividade, surgindo as entidades da Administração indireta. Esta é composta por: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Questão 54 (2019/CESPE/PREFEITURA DE BOA VISTA-RR/PROCURADOR MUNICIPAL). Julgue o item a seguir, acerca das disposições constitucionais a respeito de direito administrativo.

A investidura em empregos públicos em sociedades de economia mista depende de prévia aprovação em concurso público, mas não se estende a esse tipo de emprego a proibição constitucional de acumulação remunerada de funções e cargos públicos.

Errado.

A vedação à acumulação de cargo se estende às sociedades de economia mista. Segundo a CF/88:

> **Art. 37**, XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 55 (2019/CESPE/TJ-DFT/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/REMOÇÃO) Na hipótese de um ente federado pretender instituir uma fundação pública de direito público, a criação dessa entidade deverá ser formalizada por meio de

a) lei ordinária, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.

b) lei complementar, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação.

c) autorização em lei ordinária específica, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.

d) autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

e) autorização em lei complementar específica, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação.

Letra d.

O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da Administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação. A lei exigida pela Constituição é uma lei ordinária, na medida em que, havendo necessidade de lei complementar, deve ocorrer menção expressa a esse tipo de lei. Isso ocorreu em relação à definição das áreas de atuação da fundação.

> **Art. 37**, XIX, CF - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação

---

Questão 56 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da administração pública brasileira, julgue o item a seguir.

Autarquia pode ser criada por ato administrativo originário de ministério.

Errado.

Segundo a CF/88 as Autarquias só podem ser criadas por meio de Lei específica:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Art. 37, XIX, CF - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação

---

Questão 57 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da administração pública brasileira, julgue o item a seguir.

A administração pública direta inclui as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas.

Errado.

As autarquias, fundações e empresas públicas fazem parte da Administração Indireta.

Questão 58 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da administração pública brasileira, julgue o item a seguir.

A descentralização por colaboração ocorre, por exemplo, quando a administração pública, por meio de ato administrativo, transfere a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mas mantém a titularidade do serviço.

Certo.

O art. 175 da Constituição determina que a prestação de serviços públicos cabe ao Estado, de forma direta ou mediante concessão ou permissão, sempre por meio de licitação. Assim, se optar pela prestação mediante concessão ou permissão, a licitação será obrigatória. Lembre-se: na descentralização por colaboração, o Estado transfere apenas a execução, nunca a titularidade.

Questão 59 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da administração pública brasileira, julgue o item a seguir.

A descentralização consiste na repartição de funções entre mais de um órgão de uma mesma administração, sem que haja quebra de hierarquia, e pode ocorrer por critério territorial.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Errado.

Os órgãos são centros de competência, sem personalidade jurídica própria, instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa a que pertencem. Assim, todos os atos praticados pelos órgãos são atribuídos à pessoa jurídica da qual fazem parte. A criação de órgãos decorre da desconcentração, que é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro um volume grande de atribuições. Na desconcentração, existe relação de hierarquia entre os diversos órgãos e autoridades. Como consequência dessa hierarquia, há o poder de controlar, de revisar, coordenar e corrigir os órgãos subordinados, avocar e delegar atos.

Questão 60 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item a seguir.

A administração pública direta reflete uma administração centralizada, enquanto a administração indireta reflete uma administração descentralizada.

Certo.

Na centralização, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, Estados, DF e Municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas. A Lei chamou a nossa Administração centralizada de Administração direta (art. 4º, Decreto-Lei n. 200/1967). Já a descentralização pode ser por outorga, isto é, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a Administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).

Questão 61 (2019/CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE DE PROCURADORIA) A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item a seguir.

Desconcentração administrativa consiste na distribuição do exercício das funções administrativas entre pessoas jurídicas autônomas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Errado.

A desconcentração é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica.

Questão 62 (2019/CESPE/PGE-PE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2, 3 E 4)

Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

Diferentemente das empresas públicas, que podem ser constituídas sob qualquer forma empresarial admitida em direito, as sociedades de economia mista somente podem constituir-se sob a forma de sociedade anônima.

Certo

As sociedades de economia mista devem ter a forma de sociedade anônima, sendo reguladas, especialmente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976). A empresa pública pode apresentar qualquer forma admitida em direito, inclusive, pode ser uma Sociedade Anônima.

Questão 63 (2019/CESPE/PGE-PE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2, 3 E 4)

Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

A criação de fundações públicas de direito público ocorre por meio de lei, não sendo necessária a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.

Certo.

Para as autarquias, a lei específica cria a entidade, ou seja: com a lei, a entidade já tem existência no mundo jurídico, adquirindo personalidade jurídica, sem depender de outros atos secundários para que esteja totalmente constituída. Como consequência da criação decorrente da lei, não é necessário registrar a autarquia em qualquer órgão. Com relação à fundação, o assunto é um pouco mais complicado, pois em razão da confusão do legislador, ao inseri-la entre as entidades da Administração indireta, o STF e a doutrina majoritária admitem que as

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

fundações criadas pelo Estado possam ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado. Sendo fundação pública de direito público, terá natureza de autarquia para todos os fins. Nesse caso, a lei deve criar a entidade. Se tiver personalidade jurídica de direito privado, a lei autoriza a sua criação (ex.: Funpresp).

Questão 64 (2019/CESPE/PGE-PE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS: 1, 2, 3 E 4) Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

Embora dotados de personalidade jurídica, os órgãos públicos não possuem capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências institucionais.

Errado.

Os órgãos são centros de competência, sem personalidade jurídica própria, instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa a que pertencem. Assim, todos os atos praticados pelos órgãos são atribuídos à pessoa jurídica da qual fazem parte.

Questão 65 (2019/CESPE/TJ-PR/JUIZ SUBSTITUTO) Após autorização legislativa, foi firmado um acordo de vontades entre entes públicos, criando-se um novo sujeito de direito, dotado de uma estrutura de bens e pessoal com permanência e estabilidade.

Nessa situação hipotética, o pacto firmado consiste em um

a) contrato administrativo, devendo uma das partes signatárias ser uma autarquia.

b) convênio, podendo uma das partes signatárias ser uma fundação.

c) contrato de gestão, podendo uma das partes signatárias ser uma autarquia, que, por força desse contrato, passará a ser uma agência executiva.

d) contrato de consórcio público, que deve ser firmado exclusivamente por entes da administração direta.

Letra d.

Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação, nos termos do art. 241 da CF/1988 e da Lei n. 11.107/2005, para a prestação de serviços

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

públicos, na forma de gestão associada. Os entes federativos, ao formarem o consórcio público, deverão constituir associação, que o administrará. No entanto, essa associação pode ser de direito privado ou de direito público, sendo que neste último caso terá a natureza de autarquia. Quando é feito o consórcio, surge uma nova pessoa jurídica. Quando se cria um consórcio, deve ser criada também uma associação, que irá administrá-lo. Somente o consórcio público que possui associação de direito público para administrá-lo é considerado uma autarquia (art. 41, Código Civil).

Questão 66 (2019/CESPE/TJ-PR/JUIZ SUBSTITUTO) As pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração pública são

a) investidas de poderes de autoridade e encarregadas de realizar funções de interesse público, a partir da descentralização de poderes.

b) passíveis de integrar tanto a administração pública direta quanto a indireta.

c) criadas por atos de direito privado, mas a sua instituição depende de autorização legislativa.

d) instituídas para fins de desconcentração de poderes e de competências administrativas.

Letra c.

Em relação à empresa pública e à sociedade de economia mista, a lei específica é apenas autorizativa. A partir da lei, ainda serão necessários outros procedimentos para a existência jurídica da entidade. Com o registro na junta comercial ou no registro de empresas, conforme a atividade prestada, exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos, a personalidade jurídica será adquirida. Para essas entidades, a lei autoriza a criação. Assim, é feito um estatuto da empresa estatal, aprovado internamente e, em seguida, esse estatuto é levado a registro. Com o registro, podemos dizer que a entidade "nasceu" para o mundo jurídico. Passa a ser pessoa jurídica e sujeito de direitos e obrigações (lei autorizativa + estatuto + registro = personalidade jurídica).

Questão 67 (2019/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR-FISCAL DA RECEITA ESTADUAL/BLOCO II) A entidade da administração pública indireta criada por meio de lei para desempenho

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

de atividades específicas, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração é a

a) autarquia.

b) fundação privada.

c) sociedade de economia mista.

d) empresa pública.

e) empresa subsidiária.

Letra a.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. A autarquia será criada quando o ente político resolver prestar, de modo descentralizado, uma atividade tipicamente estatal. Quando se menciona a possibilidade de as autarquias só prestarem serviços típicos do Estado, quer-se dizer que elas não podem desempenhar atividade econômica, pois não é própria do Estado.

Questão 68 (2019/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR-FISCAL DA RECEITA ESTADUAL/BLOCO II) No âmbito administrativo, convênio caracteriza-se por ser

a) um contrato administrativo, dada a oposição dos interesses envolvidos.

b) uma cooperação, dado o estrito objetivo de lucro dos envolvidos.

c) uma cooperação, dada a coincidência dos interesses dos envolvidos.

d) um contrato administrativo, dado o caráter episódico da cooperação mútua.

e) uma cooperação, dado o objetivo de alcançar resultados diversos.

Letra c.

No convênio, há um ajuste de vontades, mas o interesse deste é satisfazer algum interesse coletivo. Por exemplo, quando a União faz repasse de verba por convênio a Município (ou a particular), é porque os dois almejam o interesse público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 69 (CESPE/CEBRASPE/SEFAZ-AL/AUDITOR-FISCAL DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL/2021) Determinada autoridade administrativa vinculada a uma autarquia estadual pretende celebrar contrato administrativo e, para tanto, planeja lançar edital de licitação na modalidade concorrência, em 1º de janeiro de 2022, mas está em dúvida sobre qual legislação aplicar — Lei n. 8.666/1993 ou Lei n. 14.133/2021.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir

A autarquia, mesmo estadual, é entidade da administração pública indireta que possui personalidade jurídica de direito público e que, portanto, celebra contrato administrativo.

Certo.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, pertencente à Administração indireta, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

> **Art. 5º**, I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Questão 70 (CESPE/CEBRASPE/SEFAZ-CE/AUDITOR-FISCAL JURÍDICO DA RECEITA ESTADUAL/2021) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da administração indireta, que devem obediência integral à Lei de Licitações e Contratos e estão sujeitas ao controle pelos tribunais de contas. A investidura em seus cargos depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Certo.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, pertencente à Administração indireta, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades, como, por exemplo, o privilégio da imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, execução fiscal e a obrigação de realizar licitação, concurso público, prestação de contas ao Tribunal de Contas competente. Em relação aos dirigentes, estes ocupam Cargos de Natureza Especial – CNE (= espécie de cargo em comissão, pois são de livre nomeação e exoneração). Assim, são indicados e destituídos livremente. Os demais servidores possuem cargo efetivo (= concurso). No entanto, de 2003 a 2007, foi possível fazer concurso para regime de CLT. Isso porque a obrigatoriedade de regime jurídico único foi retirada pela Emenda Constitucional n. 19/1998 da CF/1988 e, em seguida, editada a Lei n. 9.986/2000, que permitiu contração pela CLT. No entanto, essa permissão foi até 2007, quando o STF julgou a ADI n. 2135, entendendo que a forma de exclusão do regime jurídico único foi feita com vício formal (vício no procedimento). Assim, nessa data, retornou à obrigação de contratação pelo regime estatutário nas autarquias.

Questão 71 (CESPE/CEBRASPE/PGE-PB/PROCURADOR DO ESTADO/2021) Conforme Carvalho Filho, pode-se conceituar o órgão público como o compartimento, na estrutura estatal, a que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado.

O conceito moderno de órgão público é dado pela

a) teoria do mandato.

b) teoria da representação.

c) teoria do consentimento.

d) teoria do órgão.

e) teoria do agente público.

Letra d.

A teoria do órgão/imputação, formulada pelo alemão Otto Gierke, é aquela segundo a qual as pessoas jurídicas expressam sua vontade por meio de seus próprios órgãos, titularizados por seus agentes. Essa teoria é utilizada para justificar a validade dos atos praticados por funcionário de fato. Considera-se que o ato do funcionário é ato do órgão e, portanto, imputável à Administração.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 72 (CESPE/CEBRASPE/MPE-SC/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO/2021)

Acerca do tratamento conferido pela Constituição Federal de 1988 (CF) à administração pública direta e indireta e aos seus agentes, julgue o item a seguir.

A CF exige lei específica para a criação de subsidiária de sociedade de economia mista.

Errado.

O art. 37, XX, da CF/1988, menciona que a criação de subsidiária dependerá de autorização de lei "em cada caso" (ou lei específica). Assim, para cada nova entidade criada, deveria haver uma lei autorizando. Isso é o que dispõe a CF/1988. Mas o STF entendeu que, se na lei que autorizou a criação da entidade, houver uma autorização geral para criação de subsidiárias, não será preciso lei em cada caso.

Questão 73 (CESPE/CEBRASPE/PG-DF/TÉCNICO JURÍDICO/2021) A CF exige lei específica para a criação de subsidiária de sociedade de economia mista.

No que concerne à organização administrativa, julgue o próximo item.

A Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional são órgãos integrantes da administração pública federal indireta

Errado.

Os órgãos integram a Administração direta.

Questão 74 (CESPE/CEBRASPE/ MPE-AP/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO/2021)

A qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) apenas será útil para as entidades que pretendam

a) obter a qualificação de organizações sociais.

b) promover trabalho voluntário remunerado.

c) firmar termo de parceria com o poder público.

d) obter isenção do imposto de renda.

e) promover a assistência social custeada pelo Estado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra c.

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, em que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias devem atender aos requisitos instituídos pela Lei n. 9.790/1999. A qualificação é de competência do Ministério da Justiça e vínculo que une a entidade ao Estado é o chamado **termo de parceria**.

Questão 75 (CESPE/CEBRASPE/TCE-RJ/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/ESPECIALIDADE: DIREITO/2021) Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue o item subsequente.

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de saneamento em caráter não concorrencial no estado do Rio de Janeiro, é submetida ao regime de precatórios.

Certo.

A personalidade de direito privado das pessoas criadas pelo Estado é restringida por normas de direito público, como acontece com as fundações de direito privado, empresas públicas e sociedades de economia mista, nas quais o regime é misto ou híbrido, isto é, incidindo regras de direito público e regras de direito privado. Sobre o assunto, o STF decidiu no julgamento da ADPF 556 que o regime de precatórios se aplica à sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos e de natureza não concorrencial:

> **JURISPRUDÊNCIA**
>
> EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. FINANCEIRO. DECISÕES JUDICIAIS DE BLOQUEIO, PENHORA, ARESTO E SEQUESTRO DE RECURSOS PÚBLICOS DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. APLICABILIDADE DO REGIME DE PRECATÓRIOS. PRECEDENTES. INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES. LEGALIDADE ORÇAMENTÁRIA. ARGUIÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, JULGADA PROCEDENTE.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> 1. Não autoriza análise de ato questionado por arguição de descumprimento de preceito fundamental quando se cuidar de ofensa reflexa a preceitos fundamentais. Precedentes.
> 2. **A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN é sociedade de economia mista, prestadora de serviço público em regime não concorrencial e sem intuito primário de lucro: aplicação do regime de precatórios (art. 100 da Constituição da República)**. Precedentes.
> 3. **Decisões judiciais de bloqueio, penhora, aresto e outras formas de constrição do patrimônio público de empresa estatal prestadora de serviço público em regime não concorrencial: ofensa à legalidade orçamentária (inc. VI do art. 167 da Constituição), à separação funcional de poderes (art. 2º da Constituição) e à continuidade da prestação dos serviços públicos (art. 175 da Constituição)**. Precedentes.
> 4. Arguição parcialmente conhecida e, nesta parte, julgada procedente para determinar a suspensão das decisões judiciais que promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinar a sujeição ao regime de precatórios à Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN.

Questão 76 (CESPE/CEBRASPE/TCE-RJ/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2021) No que se refere a serviços públicos, organizações sociais, sociedade civil de interesse público e controle da administração pública, julgue o item seguinte.

Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fim econômico, criadas por lei para desempenhar certas atividades, integrando a administração pública indireta.

Errado.

Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, sem fins lucrativos, para prestar assistência profissional. São chamados de Sistema “S” porque geralmente começam com a letra “S”: Sesc, Senai, Senat, Sebrae, Apex Brasil. Cada uma presta apoio a um determinado setor: comerciários, indústria, transporte, micro e pequenas empresas, exportação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 77 (CESPE/CEBRASPE/CODEVASF/ASSESSOR JURÍDICO/DIREITO/2021) Com relação ao direito administrativo, julgue o item a seguir.

Se entes da federação celebrarem consórcio público para realização de determinado objetivo de interesse comum, esse consórcio passará a integrar a administração indireta dos entes envolvidos, seja qual for a personalidade jurídica adquirida.

Errado.

Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação, nos termos do art. 241 da CF/1988 e da Lei n. 11.107/2005, para a prestação de serviços públicos, na forma de gestão associada. Os entes federativos, ao formarem o consórcio público, deverão constituir associação, que o administrará. No entanto, essa associação pode ser de direito privado ou de direito público, sendo que neste último caso terá a natureza de autarquia. Estabelece a Lei n. 11.107/2005 que a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos Territórios estejam situados os Municípios consorciados. Fixa, também, a lei, que o consórcio público **com personalidade jurídica de direito público** integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Questão 78 (CESPE/CEBRASPE/CODEVASF/ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL/ADMINISTRAÇÃO/2021) Julgue o item que se segue, a respeito do Estado brasileiro e da sua organização.

São exemplos de entidades integrantes da administração pública indireta as agências reguladoras, as sociedades de economia mista e as organizações sociais.

Errado.

As entidades paraestatais, no caso, as organizações sociais não fazem parte da Administração Pública nem direta nem indireta.

Questão 79 (CESPE/CEBRASPE/CESPE/PREFEITURA DE BARRA DOS COQUEIROS-SE/AJUDANTE DE PEDREIRO/2021) Entidade dotada de personalidade jurídica própria do muni-

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

cípio de Barra dos Coqueiros – SE, caracterizada por ser serviço autônomo criado por lei, com patrimônio e receita própria, destinada a executar atividades típicas da administração pública, é uma

a) autarquia.
b) empresa pública.
c) sociedade de economia mista.
d) fundação pública de direito público.
e) fundação pública de direito privado.

Letra a.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

> **Art. 5º**, I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

A autarquia será criada quando o ente político resolver prestar, de modo descentralizado, uma atividade tipicamente estatal. Quando se menciona a possibilidade de as autarquias só prestarem serviços típicos do Estado, quer-se dizer que elas não podem desempenhar atividade econômica, pois não é própria do Estado.

Questão 80 (CEBRASPE/PREFEITURA DE PIRES DO RIO-GO/PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO/2022) No tocante à concentração e à desconcentração administrativas, julgue o item a seguir.

Ocorre desconcentração administrativa quando a administração direta transfere a execução do serviço a terceiros, mediante outorga ou delegação.

Errado.

A Alternativa descreve a descentralização.

Ocorre a **desconcentração** com a criação de órgãos que decorrente da distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

um volume grande de atribuições. Já na **descentralização**, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada.

Questão 81 (CEBRASPE/PGE-RJ/ANALISTA PROCESSUAL/2022) Julgue o seguinte item, relativo a aspectos diversos pertinentes a noções de direito administrativo.

A autarquia, em que pese ser pessoa jurídica de direito privado, terá as mesmas sujeições da administração direta, em razão do serviço prestado.

Errado.

Autarquia é a **pessoa jurídica de direito público**, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

Questão 82 (CEBRASPE/IBAMA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2022) No que se refere à gestão de redes organizacionais, ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), à intermediação de interesses e a organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), julgue os itens que se seguem.

Uma fundação pública que possua a finalidade de promover assistência social em regiões de difícil acesso pode ser qualificada como OSCIP.

Errado.

A alternativa classifica como Fundação Pública e as OSCIPS são **pessoas jurídicas de direito privado**, sem fins lucrativos, em que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias devem atender aos requisitos instituídos pela Lei n. 9.790/1999.

Questão 83 (CEBRASPE/DPE-TO/DEFENSOR PÚBLICO/2022) Submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive no que tange aos direitos e às obrigações de natureza civil, comercial, tributária e trabalhista,

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.

b) sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

c) fundações públicas.

d) autarquias.

e) agências reguladoras.

Letra a.

A CF/1988 fixa que o estatuto jurídico dessas entidades deve estabelecer a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários (mnemônico... CCTT)

> **Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
> § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:
> (...)
> II – **a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários**;

Questão 84 (CEBRASPE/DPE-TO/DEFENSOR PÚBLICO/2022) A desconcentração, no âmbito da administração pública, ocorre, por exemplo, na instituição de

a) empresa pública.

b) autarquia.

c) fundação pública.

d) sociedade de economia mista.

e) secretaria executiva.

Letra e.

A desconcentração cria **órgãos** a fim de realizar distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, havendo o controle hierárquico, é o caso da secretaria executiva. As outras alternativas destacam **entidades** da administração indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 85 (CEBRASPE/TCE RJ/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO/2022) Autarquia é órgão público despersonalizado subordinado à administração pública direta.

Errado.

Ao contrário do que afirma a questão, autarquia não é órgão, é pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Ademais, não há relação de subordinação, mas sim de vinculação.

Questão 86 (CEBRASPE/PGE-RJ/ANALISTA CONTÁBIL/2022) A descentralização por colaboração ocorre quando o Estado cria pessoa jurídica para transferir a execução de determinado serviço público.

Errado.

Na hipótese em que há a descentralização por colaboração mediante contrato administrativo, o poder público deve realizar licitação. O art. 175 da Constituição determina que a prestação de serviços públicos cabe ao Estado, de forma direta ou mediante concessão ou permissão, sempre por meio de licitação. Assim, se optar pela prestação mediante concessão ou permissão, a licitação será obrigatória. Lembre-se: na descentralização por colaboração, o Estado transfere apenas a execução.

Questão 87 (CEBRASPE/DPE-RO/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) Assinale a opção que indica o tipo de entidade que é dotada de personalidade jurídica de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, com capital público e privado, e cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, a ente estatal ou entidade da administração indireta.

a) sociedade de economia mista
b) fundação autárquica
c)empresa pública
d) agência executiva
e) fundação pública

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra a.

A alternativa apresenta o conceito de Sociedade de Economia Mista

Conforme disposto pelo 5º, III, do Decreto-Lei 200/67:

> III – **Sociedade de Economia Mista** - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Questão 88 (CEBRASPE/MJ/TÉCNICO ESPECIALIZADO/2022) De acordo com a Lei n.º 13.019/2014, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, julgue o seguinte item:

Em regra, as organizações da sociedade civil que estabelecem parcerias com a administração pública devem, entre outros requisitos, possuir, no mínimo, um, dois ou três anos de existência, respectivamente, conforme a parceria seja celebrada no âmbito dos municípios, do Distrito Federal ou dos estados e da União, sendo admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los.

Certo.

A questão expõe o disposto na lei 13.019/2014:

> **Art. 33.** Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:
> (...)
> V – possuir:
> a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los; *(Incluído pela Lei n. 13.204, de 2015)*.

Questão 89 (CEBRASPE/DPE-RO/OFICIAL DE DILIGÊNCIA/2022) O governo federal, considerando a expansão da linha ferroviária no Brasil, planeja a criação de agência reguladora voltada à regulação e fiscalização do serviço público de transporte ferroviário.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Nessa situação hipotética, tal agência reguladora

a) deverá ser instituída por meio de decreto, possuindo personalidade jurídica de direito público.

b) será dotada de autonomia decisória, administrativa e econômico-financeira, além de poder normativo técnico.

c) deverá ser subordinada hierarquicamente ao ministério ao qual se vincular.

d) caracterizar-se-á como autarquia especial, revelando, assim, modalidade de desconcentração da administração pública.

e) terá dirigente nomeado a critério exclusivo do presidente da República, sem estabilidade, por se tratar de cargo de livre nomeação e exoneração.

Letra b.

Conforme art. 3º da Lei 13.848/2019

> **Art. 3º** A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação.

A expressão ausência de tutela ficou equivocada, porque as agências, autarquias que são, sofrem o controle de tutela. Porém, subordinação hierárquica não há nenhuma. Isso é certo!

a) Errada. A agência é instituída por meio de Lei específica.

c) Errada. Conforme Art. 3º da referida lei, não há subordinação hierárquica.

d) Errada. É por meio da descentralização que é realizada a delegação de atividades às agências reguladoras.

e) Errada. O Art. 3º, *caput* da lei 13.848/2019 prevê a estabilidade durante os mandatos.

Questão 90 (CEBRASPE/TCE-RJ/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO/2022) Dada a sua personalidade jurídica, as empresas públicas, em regra, não têm obrigação de fazer licitação para celebrar seus contratos de prestação de serviços.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Errado.

As empresas públicas têm personalidade jurídica de direito privado, contudo, algumas normas de direito público terão de ser observadas por essas entidades. **É necessário fazer licitação**, no entanto, uma licitação diferenciada; é necessário fazer concurso, mas segue o regime da CLT; há fiscalização pelo TCU; há sujeição ao teto remuneratório do art. 37, XI, da CF/1988, se receberem recursos para pagamento de pessoal ou custeio em geral (art. 37, § 9º, CF/1988). São empresas, mas não podem falira natureza é de direito privado, mas algumas normas de direito público terão de ser observadas por essas entidades. É necessário fazer licitação, no entanto, uma licitação diferenciada; é necessário fazer concurso, mas segue o regime da CLT; há fiscalização pelo TCU; há sujeição ao teto remuneratório do art. 37, XI, da CF/1988, se receberem recursos para pagamento de pessoal ou custeio em geral (art. 37, § 9º, CF/1988).

Questão 91 (CESPE-CEBRASPE/MJ/TÉCNICO ESPECIALIZADO/2022) Autarquias requerem lei específica para serem criadas e podem ter natureza assistencial, cultural ou administrativa.

Certo.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

Vejamos o disposto pelo Decreto n. 200/1967:

> **Art. 5º**, I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Questão 92 (CEBRASPE/TCE-SC/AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO/2022) Conforme entendimento do STF, a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias e controladas, exige autorização legislativa e licitação pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Errado.

O STF fixou o entendimento de que a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, sempre que isso acarretar perda do controle acionário (alienação do controle acionário. Contudo, **não** se exige autorização legislativa para a alienação do controle de suas subsidiárias e controladas.

Questão 93 (FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/2017) A Administração pública, quando se organiza de forma descentralizada, contempla a criação de pessoas jurídicas, com competências próprias, que desempenham funções originariamente de atribuição da Administração direta. Essas pessoas jurídicas,

a) quando constituídas sob a forma de autarquias, podem ter natureza jurídica de direito público ou privado, podendo prestar serviços públicos com os mesmos poderes e prerrogativas que a Administração direta.

b) podem ter natureza jurídica de direito privado ou público, mas não estão habilitadas a desempenhar os poderes típicos da Administração direta.

c) desempenham todos os poderes atribuídos à Administração direta, à exceção do poder de polícia, em qualquer de suas vertentes, privativo da Administração direta, por envolver limitação de direitos individuais.

d) quando constituídas sob a forma de autarquias, possuem natureza jurídica de direito público, podendo exercer poder de polícia na forma e limites que lhe tiverem sido atribuídos pela lei de criação.

e) terão natureza jurídica de direito privado quando se tratar de empresas estatais, mas seus bens estão sujeitos a regime jurídico de direito público, o que também se aplica no que concerne aos poderes da Administração, que desempenham integralmente, especialmente poder de polícia.

Letra d.

a) Errada. Autarquias são SEMPRE de direito público.

b) Errada. As autarquias prestam atividades TÍPICAS de Estado, ou seja, atividades próprias do Estado, mas de maneira descentralizada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Errada. Poder de polícia não é exclusivo de órgãos da administração direta. As autarquias podem desempenhar, também, o poder de polícia de maneira descentralizada.

d) Certa. Autarquias podem exercer o poder de polícia. Inclusive, é o que muitas autarquias fazem de maneira descentralizada.

e) Errada. Os bens das estatais são considerados bens privados e submetidos à regra desse regime privado. Ademais, não desempenham integralmente o poder de polícia, pois o STJ já decidiu que a empresa pública e a sociedade de economia mista podem exercer o poder de polícia na modalidade fiscalização e atos de consentimento (não podem atos de sanção = multa).

Questão 94 (FCC/TRE-SP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2017) O controle exercido pela Administração direta sobre a Administração indireta denomina-se

a) poder de tutela e permite a substituição de atos praticados pelos entes que integram a Administração indireta que não estejam condizentes com o ordenamento jurídico.

b) poder de revisão dos atos, decorrente da análise de mérito do resultado, bem como em relação aos estatutos ou legislação que criaram os entes que integram a Administração indireta.

c) controle finalístico, pois a Administração direta constitui a instância final de apreciação, para fins de aprovação ou homologação, dos atos e recursos praticados e interpostos no âmbito da Administração indireta.

d) poder de tutela, que não pressupõe hierarquia, mas apenas controle finalístico, que analisa a aderência da atuação dos entes que integram a Administração indireta aos atos ou leis que os constituíram.

e) poder de autotutela, tendo em vista que a Administração indireta integra a Administração direta e, como tal, compreende a revisão dos atos praticados pelos entes que a compõem quando não guardarem fundamento com o escopo institucional previsto em seus atos constitutivos.

Letra d.

O controle da administração direta em relação à administração indireta é o controle de tutela administrativa ou finalístico, para evitar que a entidade descentralizada atue fora dos seus fins legais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Por meio desse controle, a administração direta não pode fazer revisão dos atos da administração indireta, salvo em casos muito excepcionais.

Não se trata de autotutela, pois esta só existe entre órgãos (hierarquia).

Questão 95 (FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/2017) Suponha que o Secretário de Transportes de determinado Estado tomou conhecimento, por intermédio de matéria jornalística, da existência de longas filas para carregamento dos cartões de utilização dos trens administrados por uma sociedade de economia mista vinculada àquela Pasta. Diante dos fatos apurados, decidiu avocar, para área técnica da Secretaria, algumas atividades de gerenciamento e logística desempenhadas por uma das Diretorias da referida empresa. Fundamentou sua decisão no exercício dos poderes hierárquico e disciplinar. Considerando a situação narrada,

a) a atuação do Secretário justifica-se do ponto de vista da hierarquia, porém não sob aspecto disciplinar, eis que não identificada infração administrativa.

b) a decisão baseia-se, legitimamente, apenas no poder disciplinar, que compreende o controle e a supervisão.

c) descabe a invocação dos poderes citados, sendo certo que a atuação da Secretaria deve se dar nos limites do poder de tutela.

d) a decisão somente será justificável, sob o fundamento de poder hierárquico, se constada a existência de desvio de conduta pelos administradores da empresa.

e) a decisão extrapolou a competência disciplinar, que somente pode ser exercida para corrigir desvios na organização administrativa da entidade.

Letra c.

Já que não há hierarquia, não cabe AVOCAÇÃO de atos da administração indireta pela administração direta.

Questão 96 (FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/2017) A figura do contrato de gestão está prevista no ordenamento para disciplinar diferentes relações jurídicas, entre as quais figuram:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

I – a fixação de metas de desempenho visando à ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

II – a disciplina para permissão de serviço público em caráter precário, não passível de concessão.

III – o estabelecimento de indicadores de desempenho para fins de participação nos lucros ou resultados de empregados públicos submetidos ao regime celetista.

Está correto o que consta APENAS em

a) II.

b) I e II.

c) I.

d) I e III.

e) II e III.

Letra c.

Item I. **Certo**. São os fins decorrentes do contrato de gestão que qualifica uma autarquia ou fundação como AGÊNCIA EXECUTIVA: fixação de metas de desempenho visando à ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

Item II. **Errado**. O que foi tratado na questão não tem relação com o contrato de gestão.

Item III. **Errado**. O que foi tratado na questão não tem relação com o contrato de gestão.

Questão 97 (FCC/PGE-MT/ANALISTA/DIREITO/2016) O Estado do Mato Grosso deseja instituir uma fundação. Nesse caso, a Constituição Federal exige que a autorização de sua instituição e a definição das áreas de sua atuação, respectivamente, devem ser estabelecidas mediante

a) lei específica e lei complementar.

b) lei complementar e lei específica.

c) lei específica e lei específica.

d) lei complementar e lei complementar.

e) lei específica e lei delegada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra a.

Art. 37, XIX, da CF: lei ORDINÁRIA específica para autorizar a criação, e lei COMPLEMENTAR para definir áreas de atuação.

Questão 98 (FCC/PGE-MT/ANALISTA/DIREITO/2016) Município mato-grossense pretende celebrar ajuste com o Estado do Mato Grosso, por meio do qual lhe transfira os encargos de regulação e prestação dos serviços públicos municipais de coleta e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, sem qualquer criação de pessoa jurídica para tal fim. Para tanto, os instrumentos jurídicos adequados são o

a) termo de fomento e o termo de colaboração, tal como disciplinados pela Lei n. 13.019/2014.

b) convênio de cooperação e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei n. 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.

c) consórcio público de direito público e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei n. 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.

d) convênio administrativo e o contrato de repasse, tal como disciplinados pela Lei n. 8.666/1993, e pelo Decreto n. 6.170/2007.

e) contrato de empreitada de obra pública e o contrato de prestação de serviços, tal como disciplinados pela Lei n. 8.666/1993.

Letra b.

Uma questão um pouco mais complicada, mas o edital desse concurso pediu para ler uma legislação adicional: Lei n. 11.107/2005 e Decreto n. 6.017/2007.

Veja os elementos que a questão apresentou:

- ajuste entre dois Entes Federativos;
- sem qualquer criação de pessoa jurídica;
- interesses comuns dos Entes.

Assim, já se elimina a letra “c”, porque, no consórcio público, deve surgir uma nova pessoa jurídica, o que não ocorre na questão.

Também se elimina a letra “e”, pois não será feito um contrato.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Os convênios de cooperação estão previstos no artigo 241 da Constituição Federal e na Lei n. 11.107/2005.

Vejamos o art. 241 da CF:

> **Art. 241.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os **convênios de cooperação** entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

A definição do instituto está no artigo 2º do Decreto n. 6.017/2007, que regulamentou a Lei n. 11.107/2005:

> **VIII – convênio de cooperação entre entes federados**: pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;

Observe que não há formação de pessoa jurídica entre os entes, como ocorre nos consórcios públicos, que podem ser pessoas jurídicas de direito público ou privado; mas, por outro lado, o contrato de programa se faz necessário tanto no convênio como no consórcio.

> **Decreto n. 6.017, artigo 2º, XVI – contrato de programa:** instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um **ente da Federação**, inclusive sua administração indireta, tenha para **com outro ente da Federação**, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa;

Não seria contrato de repasse porque:

> II – contrato de repasse – instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União. *(Redação dada pelo Decreto n. 8.180, de 2013)*

Questão 99 (FCC/DPE-ES/DEFENSOR PÚBLICO/2016) O regime jurídico constitucional e legal vigente aplicável às entidades da administração indireta dispõe que

a) os servidores das fundações criadas pelo Poder Público sempre se vinculam ao regime geral de previdência social.

b) a remuneração dos empregados das empresas estatais que se dediquem à atividade econômica em sentido estrito não está sujeita ao teto remuneratório constitucional.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) as associações públicas não são consideradas entidades da administração indireta, em razão de seu regime especial.

d) aos dirigentes das agências executivas é assegurado o desempenho de mandato fixo, durante o qual não podem ser exonerados, senão por motivo justo, apurado mediante processo administrativo em que estejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.

e) estão sujeitos ao regime jurídico único os servidores da administração pública direta, das autarquias e fundações públicas.

Letra e.

a) Errada. Quando a questão fala em fundações criadas, devemos entender as de direito público, cujo regime é o estatuário, e as de direito privado, cujo regime é o da CLT.

b) Errada. Conforme o art. 37, § 9º, da CF, **se** a estatal receber recursos para pagamento de pessoal ou custeio em geral, estará sujeita ao teto.

c) Errada. Uma Associação Pública, que decorre do consórcio público, é considerada autarquia.

d) Errada. Em relação às agências executivas, não há essas prerrogativas, somente em relação às agências reguladoras.

e) Certa. A banca deu essa como CERTA. No entanto, eu discordo porque, se a questão falou em "servidores" da administração indireta, de um modo amplo inclui também os empregados das estatais que não estão no regime jurídico único (estatutário).

A meu ver, essa questão não teria um gabarito correto.

Questão 100 (FCC/AL-MS/ASSISTENTE LEGISLATIVO/2016) Conforme estabelece a Lei n. 9.784/1999, órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta

a) que detém personalidade jurídica própria, ao contrário da entidade que não é dotada de personalidade jurídica própria e distinta do ente instituidor.

b) destituído de personalidade jurídica própria, tal qual as entidades que integram a Administração pública indireta e agem em nome do ente instituidor.

c) que com elas não se confunde, a despeito de ser uma de suas partes integrantes, não possuindo personalidade jurídica própria, ao contrário das entidades que são dotadas de personalidade jurídica própria.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) representativo do fenômeno denominado descentralização por serviço, o que o distingue da entidade que constitui unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, característica do fenômeno da desconcentração.

e) que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos, razão pela qual com eles se confunde para todos os fins de direito.

Letra c.

a) Errada. Órgão não tem personalidade jurídica própria.

b) Errada. As entidades da administração indireta têm personalidade jurídica própria.

c) Certa. Apresentou o conceito de órgão e entidade da administração indireta.

d) Errada. A criação de órgão decorre da DESCONCENTRAÇÃO.

e) Errada. Não se confunde para todos os fins de direito. É certo que a atuação do agente é do órgão (teoria da imputação), mas falar que com eles se confundem para todos os fins de direito torna errada a questão.

Questão 101 (FCC/AL-MS/DIREITO/2016) No que concerne à descentralização por serviços, também denominada de descentralização funcional ou técnica, considere:

I – Cria-se pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui-se a titularidade e a execução de determinado serviço público.

II – No Brasil, essa criação ou autorização de instituição somente pode dar-se por meio de lei específica.

III – Corresponde, basicamente, às autarquias, mas abrange também as sociedades de economia mista e as empresas públicas, dentre outras.

IV – Os consórcios públicos não prestam serviço público mediante descentralização.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) III.

b) I e III.

c) I, II e III.

d) II e IV.

e) I e IV.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra c.

I – Certo. Na criação da administração indireta, atribuem-se a titularidade e a execução de determinado serviço público.

II – Certo. Art. 37, XIX, da CF.

III – Certo. Só faltou falar das fundações.

IV – Errado. Consórcio é quando entes da Federação prestam serviços públicos de forma associada e descentralizada.

Questão 102 (FCC/AL-MS/2016) Determinado ente federado pretende descentralizar serviço público de sua competência transferindo-o para pessoa jurídica de direito público. Para tanto,

a) deverá criar por lei específica autarquia, que passará a integrar a Administração indireta do Estado.

b) poderá instituir autarquia ou empresa pública, ambas por lei autorizativa, devendo, no entanto, motivar sua decisão.

c) deverá instituir por lei autarquia, que passará integrar a Administração direta do Estado.

d) poderá instituir autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, a primeira por lei, as demais por atos próprios, após a edição de lei autorizativa da instituição.

e) deverá criar por lei geral autarquia, que passará a integrar a Administração indireta do Estado.

Letra a.

Sendo criada pessoa de direito público, só pode ser criada AUTARQUIA. Empresa pública e sociedade de economia mista são entidades de direito privado.

Questão 103 (2018/FCC/TRT-6ª REGIÃO/PE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com a Lei n. 13.019/2014,

a) qualquer organização da sociedade civil pode celebrar parceria com a Administração pública, podendo se materializar mediante convênio ou contrato.

b) as entidades da sociedade civil devem ser qualificadas como organizações sociais para celebrarem parcerias regidas por esse diploma legal com os entes públicos quando envolverem o repasse de recursos financeiros.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) as parcerias firmadas entre poder público e entidades da sociedade civil regidas por esse diploma legal dependem da previsão de repasse de recursos financeiros para realização das atividades.

d) os instrumentos de parceria previstos nesse diploma legal se destinam a disciplinar a realização de atividades de interesse público e recíproco, nem todos envolvendo o repasse de recursos financeiros em favor da organização da sociedade civil.

e) a celebração de acordos ou termos de cooperação com entidades da sociedade civil configura hipótese expressa de dispensa de licitação, diferentemente do termo de fomento, que exige a realização de um chamamento para escolha da organização que melhor desempenhará as atividades de interesse público.

Letra d.

Conforme mencionei anteriormente, nem todas as parcerias dependem da previsão de repasse de recursos financeiros, como é o caso dos acordos de cooperação.

a) Errada. O Art. 39 da Lei n. 13.019/2014 nos traz diversas hipóteses de impedimentos para a celebração de parceria com a Administração. Diferente do que diz o item, não é qualquer organização da sociedade civil que pode celebrar parcerias. Além disso, as parcerias com base na Lei n. 13.019/2014 se materializam por meio de termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação.

b) Errada. A lei não trouxe essa exigência. Além disso, a Lei n. 13.019/2014 trata das organizações da sociedade civil que não são qualificadas como organizações sociais ou organizações da sociedade civil de interesse público.

c) Errada. Nem todas as parcerias firmadas entre o poder público e entidades da sociedade civil dependem da previsão de repasse de recursos financeiros. Os termos de fomento e colaboração envolvem a transferência de recursos financeiros, mas os acordos de cooperação não.

e) Errada. De acordo com o Art. 24 da lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento, como regra, será precedida de chamamento público. Diz o Art. 29 que o mesmo também ocorrerá em relação aos acordos de cooperação quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial. Assim, quando a parceria envolver transferências de recursos públicos deve ser assegurado um procedimento para a seleção das organizações da sociedade civil. Veja a Lei n. 13.019/2014:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> **Art. 24.** Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.
> **Art. 29.** Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, **exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial**, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

Questão 104 (2018/FCC/ALESE/TÉCNICO LEGISLATIVO/TÉCNICO-ADMINISTRATIVO) Considere:

I – Desempenham serviço público descentralizado.
II – Sujeitam-se a controle administrativo exercido nos limites da lei.
III – Respondem diretamente pelos seus atos, ou seja, apenas no caso de exaustão de seus recursos é que irromperá responsabilidade do Estado.
IV – Não detêm capacidade de autoadministração, haja vista que tal função é considerada exclusiva do Estado.

No que concerne às características das autarquias, está correto o que consta em

a) I, II, III e IV.
b) I, II e IV, apenas.
c) II e III, apenas.
d) I, II e III, apenas.
e) III e IV, apenas.

Letra d.

I – Certo. A autarquia será criada quando o ente político resolver prestar, de modo descentralizado, uma atividade tipicamente estatal.

II – Certo. As autarquias sujeitam-se a controle administrativo exercido nos limites da lei. Lembrando que isso não significa que exista subordinação e hierarquia.

III – Certo. De acordo com o Art. 37, § 6º, CF/1988, as autarquias possuem responsabilidade civil objetiva. O respectivo ente federativo somente terá responsabilidade caso a autarquia não tenha bens suficientes para satisfazer o débito (responsabilidade subsidiária).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

IV – Errado. Segundo a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro "autarquia é criada por lei, **com capacidade de autoadministração**, para o desempenho de serviço público descentralizado".

Questão 105 (2018/FCC/SEGEP-MA/AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA) Suponha que o Estado do Maranhão pretenda criar uma entidade integrante da Administração pública indireta, com personalidade jurídica própria, sujeita ao regime jurídico de direito público, para atuar no setor do agronegócio. Para atingir tal escopo, poderá se valer da instituição de

a) um conselho consultivo.

b) uma empresa pública.

c) uma autarquia.

d) uma organização social.

e) uma sociedade de economia mista.

Letra c.

É entidade integrante da Administração pública indireta, possui personalidade jurídica própria e se sujeita ao regime jurídico de direito público.

Veja as demais alternativas:

a) Errada. Não é pessoa jurídica, tampouco integra a administração pública indireta.

b) Errada. É pessoa jurídica de direito privado. A questão narra uma pessoa jurídica de direito público.

d) Errada. Não integra a administração pública indireta.

e) Errada. É pessoa jurídica de direito privado. A questão narra uma pessoa jurídica de direito público.

Questão 106 (2018/FCC/PGE-TO/PROCURADOR DO ESTADO) O Governo do Estado pretende instituir uma entidade dedicada a prestar serviços relacionados ao turismo no Estado e encaminha à Assembleia Legislativa o respectivo projeto de lei autorizativa. Sabe-se que tal entidade terá capital social dividido em quotas. O Governo estadual criará uma

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) sociedade de economia mista.

b) autarquia.

c) fundação de direito privado.

d) associação pública.

e) empresa pública.

Letra e.

A empresa pública pode apresentar qualquer forma admitida em direito, inclusive, pode ser uma Sociedade Anônima. Seu capital social é dividido em **quotas**.

a) Errada. As sociedades de economia mista devem ter a forma de sociedade anônima, sendo reguladas, especialmente, pela Lei das Sociedades por Ações. Seu capital social é dividido em **ações.**

b) Errada. Autarquias são criadas por lei e a questão menciona projeto de lei autorizativa.

c) Errada. As fundações de direito privado não se enquadram na entidade narrada pela questão.

d) Errada. As associações públicas não possuem capital social dividido em quotas.

Questão 107 (2018/FCC/DPE-AM/ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA/ADMINISTRAÇÃO) As entidades integrantes da Administração pública possuem diferentes características e contornos jurídicos, muitos atrelados à própria finalidade por elas desempenhada e ao objeto cometido a cada uma. Nesse sentido, as

a) fundações possuem necessariamente personalidade de direito público, não se submetendo às regras do Código Civil.

b) autarquias podem ser constituídas com personalidade de direito público ou privado, a depender da atividade desempenhada.

c) sociedades de economia mista, mesmo quando atuam em regime de competição no mercado, integram a Administração indireta.

d) empresas públicas se submetem integralmente ao regime jurídico de direito público, seja na atividade-meio ou na atividade-fim.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) organizações sociais, quando vinculadas ao poder público mediante contrato de gestão passam a integrar a Administração indireta.

Letra c.

a) Errada. As fundações podem ser de direito público ou de direito privado.

b) Errada. As autarquias somente podem ser constituídas com personalidade de direito público.

c) Certa. É exatamente isso.

d) Errada. As empresas públicas se submetem ao regime jurídico de direito privado e não público, assim como as sociedades de economia mista.

e) Errada. As organizações sociais integram o terceiro setor e mesmo quando vinculadas ao poder público mediante contrato de gestão não integram a administração pública indireta.

Questão 108 (2018/FCC/DPE-AM/ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA/ADMINISTRAÇÃO) Considere que o Estado do Amazonas tenha decidido criar, por lei específica, uma autarquia, atribuindo a ela o serviço público de transporte intermunicipal. A situação narrada constitui exemplo de

a) delegação política, condicionada aos termos da autorização do Poder Legislativo, que, em tal aspecto, se sobrepõe à vontade do Poder Executivo.

b) descentralização política, com transferência, nos termos da lei editada, do serviço público antes titulado pelo Estado, dotando o novo ente de autonomia.

c) desconcentração administrativa, baseada no princípio da especialização, mantendo o ente central a titularidade do serviço e transferindo ao novo ente apenas a sua execução.

d) descentralização administrativa, com transferência da titularidade do serviço ao novo ente, dotado de autoadministração.

e) descentralização por colaboração, sendo os limites e condições para o exercício do serviço delegado estabelecida em contrato de concessão firmado entre o Estado e a autarquia.

Letra d.

a) Errada. A questão não narra uma delegação política.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. A situação narrada não se encaixa no conceito de descentralização política. A descentralização política consiste na criação de entes com personalidade jurídica que possuem competência legislativa dentro de seu âmbito territorial.

c) Errada. A desconcentração administrativa é a distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica.

e) Errada. A descentralização por colaboração não cria pessoa jurídica.

Questão 109 (FCC/SEMEF/MANAUS-AM/ASSISTENTE TÉCNICO FAZENDÁRIO/2019) A organização administrativa descentralizada tem como característica inerente ao modelo:

a) o estabelecimento de estruturas hierarquizadas nas diversas pessoas jurídicas que compõem a Administração indireta, com servidores com vínculo funcional estatutário, porque representantes de atividades estatais.

b) a criação de pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, variados os regimes jurídicos a que se sujeitam, mas comum entre elas a obrigatoriedade de submissão a concurso público para contratação de empregados públicos.

c) a competência para edição de atos administrativos discricionários e vinculados, vedada a delegação de poder normativo, privativo da Administração central.

d) os poderes disciplinar e hierárquico, que projetam efeitos sobre os servidores estatutários e celetistas que integram seus quadros, bem como sobre terceiros contratados para prestação de serviços de quaisquer natureza.

e) o enquadramento, para fins de caracterização de sujeito ativo de ato de improbidade, dos servidores e administradores integrantes das diversas pessoas jurídicas que integram, à exceção daquelas sujeitas a regime jurídico de direito privado, como preservação da igualdade de concorrência.

Letra b.

A descentralização pode ser por outorga, isto é, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a Administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). A descentralização também pode ocorrer por

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

delegação e, nesse caso, o Estado transfere a execução de um serviço por contrato de concessão, permissão de serviços públicos ou ato administrativo de autorização, para que um particular preste esse serviço por sua conta e risco.

Quando se faz a descentralização por outorga, criam-se entidades da Administração indireta que estarão obrigadas à realização de concurso público, inclusive quando for para regime CLT na contratação de empregados públicos.

Questão 110 (FCC/PREFEITURA DE RECIFE-PE/ANALISTA DE GESTÃO CONTÁBIL/2019) Determinado município implementou reforma administrativa quando da assunção de uma nova gestão. Entre as medidas tomadas estava a criação de empresa estatal cujo escopo seria prestar garantias aos projetos de infraestrutura que o Município viesse a contratar. Além disso, foram unificadas as competências de algumas secretarias, reduzindo o número dessas estruturas na Administração. Por fim, foram extintos cargos e órgãos. A descrição da reforma implementada demonstra que:

a) foi precedida da edição de lei autorizativa necessária para todas as mudanças implementadas, porque sujeitas à reserva de lei formal.

b) a criação de empresas estatais se deu por meio de lei, em cujo texto constavam as competências e atribuições que foram delegadas aos novos entes.

c) o Município editou ato normativo para todas as medidas de reorganização administrativa, considerando que essa matéria pode ser objeto de decreto autônomo.

d) foi necessária lei autorizativa para instituição da empresa estatal, sem prejuízo de outras medidas, como a extinção de cargos vagos, poder ser implementada por decreto.

e) a reorganização dos órgãos administrativos, envolvendo criação e extinção, dependeram da edição de lei complementar, pois implicam necessariamente a implementação de novas unidades de despesa.

Letra d.

Segundo a Constituição Federal, em seu Art. 37:

> XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

E o Art. 84, CF – VI – dispõe, mediante decreto, sobre:

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

Assim, como a criação de empresa estatal com finalidade de prestar garantias aos projetos de infraestrutura que o Município viesse a contratar estava entre as medidas, bem como a junção das competências de algumas secretarias, reduzindo o número dessas estruturas na Administração, seria necessária a edição de LEI.

Note que a extinção e a criação de ÓRGÃOS também dependerão de lei.

Questão 111 (FCC/PREFEITURA DE RECIFE-PE/ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/2019). Suponha que o Município pretenda atuar em conjunto com o governo estadual para implementação de um programa de apoio à população afetada por fortes chuvas ocorridas na região metropolitana, com a remoção de famílias das áreas de risco e execução de obras emergenciais para evitar deslizamentos. Para tanto, o Estado está disposto a disponibilizar recursos financeiros destinados às referidas ações, inseridas no orçamento da Defesa Civil, que seriam executadas pelo Município. O instrumento jurídico adequado para viabilizar essa colaboração consiste em:

a) contrato de gestão, como forma de delegação de competências e obrigações do Estado ao Município, que atua diretamente ou por intermédio de organizações sociais devidamente qualificadas.

b) consórcio público, destituído de personalidade jurídica, porém com capacidade para assumir obrigações de natureza orçamentário-financeiras.

c) convênio, com a conjugação de esforços envolvendo interesses convergentes e aplicação dos recursos nas ações constantes do correspondente plano de trabalho.

d) termo de parceria, admitindo-se a aplicação dos recursos estaduais apenas em ações de responsabilidade deste ente e vedada a remuneração de pessoal.

e) protocolo de intenções, que limita as transferências ao exercício em curso, podendo ser convolado em contrato de rateio para repasse nos exercícios subsequentes.

Letra c.

O convênio é um ajuste de vontades em que o objetivo é satisfazer algum interesse coletivo. Por exemplo, quando a União faz repasse de verba por convênio a Município (ou a particular), é porque os dois almejam o interesse público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Assim, já que o Município pretende atuar **em conjunto** com o governo estadual para implementação de um programa de apoio à população afetada por fortes chuvas ocorridas na região metropolitana, com a remoção de famílias das áreas de risco e execução de obras emergenciais para evitar deslizamentos, deve ser feito CONVÊNIO, pois os interesses são recíprocos.

Questão 112 (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO/ADVOGADO/2019) A formação de um consórcio público entre determinados municípios e o estado que integram:

a) pressupõe a edição de lei estadual autorizativa da participação dos entes, instrumento que também preverá a possibilidade de repasse de recursos mediante contrato de rateio.

b) demanda prévio convênio entre os entes participantes, no qual serão fixadas as competências atribuídas a cada um deles, bem como a forma pela qual será contratado o consórcio.

c) enseja a celebração de protocolo de intenções, seguida de contrato de consórcio, por meio do qual um ente federado poderá transferir para outro ente federado competências que lhe foram constitucionalmente atribuídas.

d) depende da celebração de convênio de programa e rateio para disciplinar a transferência de competências, mão de obra e recursos para a nova pessoa jurídica criada.

e) exige lei de cada ente participante, ratificando o protocolo de intenções, para celebração de contrato de programa disciplinando as obrigações de cada ente no consórcio, inclusive se haverá contrato de rateio para repasse de recursos à pessoa jurídica criada.

Letra e.

O consórcio é um ajuste de vontade entre ENTES FEDERATIVOS na busca de interesse público comum a esses Entes.

Constituição Federal de 1988:

> **Art. 241** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Lei 11.107 de 2005:

> **Art. 3º** O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.
> **Art. 5º** O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
> **Art. 8º** Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
> **Art. 13** Deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Questão 113 (AOCP/INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO/2022) Em relação à organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.

b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.

c) São pessoas jurídicas de direito público as autarquias e as empresas públicas.

d) O consórcio de direito público constitui associação pública e integra a administração indireta, com a natureza de autarquia.

e) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.

Letra c.

a) Certa. Ademais, os órgãos, integrantes de uma estrutura interna, não possuem: personalidade jurídica, patrimônio próprio e capacidade processual.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Certa. A alternativa está de acordo com o descrito na CF/88:

> **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
> (...)
> XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

c) Errada. Pois apenas as autarquias são pessoas jurídicas de direito públicos, as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

d) Certa. Caso a associação constituída seja de direito privado, o consórcio não será entidade da administração indireta. Entretanto, se a associação for de direito público, será considerada autarquia.

> Lei n. 11.107/2005:
> **Art. 6º** O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:
> I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;
> II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

e) Certa. A alternativa dispõe o que está previsto no 5º, III, Dec.-Lei n. 200/1967.

Questão 114 (AOCP/CGE MS/AUDITOR DO ESTADO: ÁREA: CORREGEDORIA/2022) Assinale a alternativa correta em relação à organização administrativa.

a) É constitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades.

b) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, que seja instituída ou mantida pelo poder público, não podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

c) É constitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas.

d) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista independe de autorização legislativa.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

Letra e.

a) Errada. O STF, ao julgar a ADI n. 1.717/DF, fixou o entendimento de que a fiscalização de profissões é atividade típica do Estado, que não se enquadra no regime jurídico de direito privado. Portanto, os Conselhos de Fiscalização Profissional (CFPs) devem ter natureza autárquica.

b) Errada. Pois podem se ao regime jurídico de direito privado.

c) Errada. Em novo posicionamento, o STF entendeu que é inconstitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas, os presidentes das empresas de economia mista e assemelhados, os interventores de Municípios, bem como os titulares da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado.

STF. Plenário. ADI 2167/RR, rel. orig. Min. Ricardo Lewandowski, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 3/6/2020 (Info 980).

d) Errada. O STF fixou o entendimento de que a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa.

e) Certa. A questão está de acordo com o entendimento do STF. STF. 2ª Turma. RE 852302 AgR/AL, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 15/12/2015.

Questão 115 (AOCP/PM GO/SOLDADO COMBATENTE/2022) Referente aos princípios da Administração Pública e à organização administrativa do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A vedação ao nepotismo e as regras quanto à realização de concurso público para o ingresso na carreira pública podem ser apontadas como corolário do princípio da impessoalidade.

b) Segundo o princípio da autotutela, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Na outorga, também denominada descentralização por colaboração, é transferida a titularidade e a execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado.

d) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo poder público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

e) Embora não possuam personalidade jurídica própria, determinados órgãos públicos gozam de capacidade processual ativa, de modo que, em tais casos, terão capacidade postulatória para agirem judicialmente em nome próprio.

Letra c.

a) Certa. A frase "princípio dispensa lei formal" decorreu de um julgado do STF (ADC n. 12), no qual o STF julgou constitucional uma Resolução do CNJ – vedou nepotismo dentro do Poder Judiciário. Nessa ocasião, o STF entendeu que a resolução do CNJ, que vedou nomeação de parentes dentro do Poder Judiciário, na verdade, não criava essa proibição e estava, sim, efetivando princípios constitucionais, como o da moralidade, impessoalidade e eficiência.

b) Certa. A alternativa apresenta o conceito correto do princípio da autotutela.

c) Errada. Na descentralização por colaboração, o Estado transfere apenas a execução, a titularidade permanece com o Estado.

d) Certa. A alternativa está em consonância com o entendimento do STF:

> **JURISPRUDÊNCIA**
>
> As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo Poder Público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado. (RE 716378)

e) Certa. Os órgãos não possuem, como regra, capacidade processual, ou seja, não podem estar em qualquer dos polos de uma relação processual, seja como autor ou réu.

Contudo, os órgãos classificados como independentes e os autônomos têm capacidade processual para defesa de suas prerrogativas institucionais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 116 (AOCP/INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ANALISTA EM PREVIDÊNCIA/2022) No que concerne à organização administrativa e aos princípios administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) Enquanto pela tutela a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída, pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular ou convalidar os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.

( ) A própria Constituição dá uma consequência expressa ao princípio da moralidade, quando proíbe que constem nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

( ) Desconcentração é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.

( ) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público (com possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta) e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.

a) V – F – F – V.

b) V – V – F – F.

c) V – F – V – V.

d) F – V – F – V.

e) F – F – V – F.

Letra a.

I – Certa. A Autotutela é o poder que tem a Administração para controlar seus próprios atos. Mas como é exercida a autotutela? Revogando os atos legais que deixaram de ser convenientes e oportunos e anulando os que são ilegais. Ademais, a Administração Pública não precisa ir até o Poder Judiciário para controlar os seus atos administrativos, mas deve exercer esse direito dentro do prazo previsto em lei (5 anos).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

II – Errada. A alternativa apresenta o entendimento do principio da IMPESSOALIDADE.

III – Errada. A desconcentração é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica.

IV – Certa. Dec. 200/1967:

> **Art. 5º** Para os fins desta lei, considera-se: II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

Questão 117 (AOCP/PC GO/AGENTE DE POLÍCIA/2022) Em relação à Administração Indireta, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Autarquia.
2. Fundação pública.
3. Empresa pública.
4. Sociedade de economia mista.

( ) Petrobrás.
( ) INSS.
( ) Caixa Econômica Federal.
( ) FUNAI.

a) 2 – 3 – 4 – 1.
b) 3 – 1 – 4 – 2.
c) 3 – 2 – 1 – 4.
d) 4 – 1 – 3 – 2.
e) 4 – 2 – 1 – 3.

Letra d.

Para melhor entendimento da questão, vejamos os conceitos de cada alternativa:

1. Autarquia: Entidade a Administração indireta que desempenha atividades típicas de Estado (fiscalização): regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

2. Fundação pública: As fundações públicas podem ter personalidade jurídica de Direito Público ou Privado criadas em virtude de lei para desenvolver atividades não privativas do Estado na área social.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

3. Empresa pública: Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pelo Poder Público: União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.
4. Sociedade de economia mista: As sociedades de economia mista são formadas por capital público e privado. Na composição do capital, pode haver recursos de pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas vinculadas ao Estado.

Questão 118 (AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO/PROCURADOR/2022) No que tange à Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Órgãos independentes são aqueles originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro.

b) É dispensável a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, tendo em vista que a lei criadora é a própria medida autorizadora.

c) É constitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas, bem como os presidentes das empresas de economia mista e assemelhados.

d) É inconstitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades, pois a medida consiste em sanção política em matéria tributária.

e) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

Letra c.

A alternativa é contraria ao entendimento do STF, vejamos:

> **JURISPRUDÊNCIA**
> A Corte compreendeu ser vedado à legislação estadual submeter à aprovação prévia da Assembleia Legislativa a nomeação de dirigentes das autarquias e das fundações

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> públicas, de presidentes das empresas de economia mista e assemelhados, de interventores de municípios, bem assim dos titulares da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado. (informativo N. 980)

Questão 119 (AOCP/PM GO/SOLDADO MÚSICO 2ª CLASSE/2022) "[...] entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios."

No que concerne à organização administrativa do Estado, é correto afirmar que o fragmento acima descreve as

a) fundações públicas.

b) sociedades de economia mista.

c) organizações da sociedade civil de interesse público.

d) autarquias.

e) empresas públicas.

Letra e.

A alternativa transcreve o disposto na Lei n. 13.303/2016, vejamos:

> **Art. 3º** Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Questão 120 (AOCP/PM GO/CADETE/2022) O Estado de Goiás e os Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade pretendem celebrar consórcio público na área da saúde, visando melhorar o acesso aos serviços de saúde de maior complexidade, ampliando sua oferta, com maior resolubilidade e qualidade. Nesse contexto, caso o referido consórcio público seja constituído com personalidade jurídica de direito público, é correto afirmar que ele terá natureza jurídica de

a) sociedade de economia mista.

b) órgão público integrante da administração direta dos entes consorciados.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) empresa pública.

d) fundação pública.

e) autarquia.

Letra e.

Em princípio, vejamos do que se trata um consórcio público:

Quando os entes da Federação querem prestar algum serviço público que é de interesse comum entre eles, podem formar um consórcio público para a prestação associada da atividade. Imagine que vários municípios que estão perto um do outro querem prestar um bom serviço de saúde para a população, mas um município sozinho não consegue construir um bom hospital e prestar um serviço de qualidade.

Então, ele se reúne com os demais municípios (ou o Estado ou, até mesmo, com a União) para fazer isso em conjunto.

Por fim, quanto a natureza jurídica, os consórcios públicos não podem ser considerados uma nova figura/entidade da administração indireta. Caso a associação constituída seja de direito privado, o consórcio não será entidade da administração indireta. Entretanto, se a associação for de direito público, será considerada autarquia. Lei n. 11.107/2005:

> **Art. 6º** O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:
> I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;
> II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

Questão 121 (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO-RS/GUARDA MUNICIPAL/2020) Quando a administração pública realiza a distribuição do serviço dentro da mesma Pessoa Jurídica, no mesmo núcleo, é correto afirmar que estamos diante de uma prestação de serviço de qual tipo ou forma?

a) Descentralizada – desconcentração.

b) Centralizada – desconcentração.

c) Descentralizada – indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Direta – Indireta.

e) Indireta – Centralizada.

Letra b.

Na centralização, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, Estados, DF e Municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas. A Lei chamou a nossa Administração centralizada de Administração direta (art. 4º, Decreto-Lei n. 200/1967). Logo, ocorre a desconcentração, que significa a criação de órgãos para uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica.

Questão 122 (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO-RS/GUARDA MUNICIPAL/2020) A atividade administrativa pode ser prestada de duas formas. Quais são elas?

a) Centralizada e desconcentrada.

b) Desconcentrada e descentralizada.

c) Centralizada e descentralizada.

d) Descentralizada e dispersa.

e) Unificada e centralizada.

Letra c.

A atividade administrativa pode ser prestada por meio da centralização e da descentralização. Na centralização, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, Estados, DF e Municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas. Por outro lado, na descentralização a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada. Na descentralização, o Estado, por questão de autonomia administrativa, visando maior eficiência, resolve repassar a atividade para que outra pessoa a exerça em seu lugar.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 123 (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL-SC/ FISCAL DE POSTURAS/2019/Q1198278) A Em se tratando da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Concentração é a técnica de cumprimento de competências administrativas por meio de órgãos públicos despersonalizados e sem divisões internas.

b) Órgão público é uma pessoa jurídica de direito público interno, pertencente à Administração Pública indireta, criada por lei específica para o exercício de atividades típicas da Administração Pública.

c) Na desconcentração, as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica.

d) Na descentralização administrativa, as competências administrativas são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas, criadas pelo Estado para tal finalidade.

Letra b.

a) Certa. A concentração ocorre quando um único órgão (ou poucos) desempenha todas as funções administrativas do ente político, sem divisão em outros órgãos menores.

b) Errada. A alternativa abordou o conceito de autarquia.

c) Certa. A criação de órgãos decorre da desconcentração, que é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro um volume grande de atribuições. Na desconcentração, há o controle hierárquico, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

d) Certa. Na descentralização a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada.

Questão 124 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO OFICIAL CRIMINAL/2019/Q1051118) Assinale a alternativa que corresponda a um órgão/entidade que pertença à Administração Pública Direta.

a) Agência Reguladora.

b) Agência Executiva.

c) Departamento de Estradas e Rodagens – DER.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Secretaria do Tesouro Nacional.

e) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

Letra d.

A Secretaria do Tesouro Nacional é um órgão, logo faz parte da Administração Direta.

Questão 125 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO OFICIAL CRIMINAL/2019/Q1051111) A seguinte definição: "Pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado." se refere:

a) a entes do sistema "S".

b) à Fundação Pública.

c) à Sociedade de Economia Mista.

d) à Empresa Pública.

e) à Agência Reguladora.

Letra d.

Apesar da personalidade de direito privado, o regime jurídico da empresa pública é híbrido (ou misto), porque o direito privado é parcialmente afastado pelas normas de direito público. Além disso, a empresa pública é formada por capital totalmente público, podendo haver participação de entes federativos diversos. É admissível, também, que participem do capital, pessoas administrativas, seja qual for seu nível federativo ou sua natureza jurídica (pública ou privada).

Questão 126 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO OFICIAL CRIMINAL/2019/Q1051110) Dentro da organização da Administração Pública, pode-se conceituar o processo de desconcentração como:

a) a distribuição de competências entre órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, a fim de permitir o mais adequado e racional desempenho das atividades estatais.

b) o fenômeno inerente à Administração Indireta, que consiste na criação de entidades para atividades de fiscalização e regulação de um determinado setor.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) a prestação de serviço ao Poder Público, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com empresas do setor privado.

d) a transferência de poderes e atribuições para um sujeito distinto e autônomo do ente federativo criador.

e) o ato de criação de pessoas jurídicas meramente administrativas, sem a característica de ente político.

Letra a.

A desconcentração é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro um volume grande de atribuições. Na desconcentração, há o controle hierárquico, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

Questão 127 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/ASSISTENTE SOCIAL/2019/Q1048130) Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

a) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.

b) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.

c) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.

d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

e) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

Letra a.

A única alternativa incorreta é a letra “a”, pois os órgãos não possuem personalidade jurídica, pois apenas são componentes de uma estrutura dividida internamente, assim como acontece com os órgãos do corpo humano. Quem deterá personalidade/capacidade jurídica para responder pelos atos praticados pelos órgãos será a pessoa jurídica que realizou a desconcentração.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 128 (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO/2018) Qual, dos citados a seguir, integra a Administração Pública Direta da União?

a) Caixa Econômica Federal.

b) Banco do Brasil.

c) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

d) Banco Central.

e) Ministério da Educação.

Letra e.

Os Ministérios são órgãos públicos, logo, pertencem à Administração Direta.

Questão 129 (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO/2018) No âmbito da Administração Pública Direta, a reunião da competência de um órgão público para um número menor de órgãos públicos, em razão da extinção daquele órgão, refere-se ao fenômeno da:

a) desconcentração.

b) centralização.

c) descentralização.

d) concentração.

e) delegação de competência.

Letra d.

A concentração ocorre quando um único órgão (ou poucos) desempenha todas as funções administrativas do ente político, sem divisão em outros órgãos menores. Imagine que a União tenha um único órgão desempenhando todas as suas atividades.

Questão 130 (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/ADMINISTRADOR/2018/Q1250026) Pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública Indireta, instituídas pelo Poder Público, mediante autorização de lei específica, sob qualquer forma jurídica e com capital

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

exclusivamente público, para a exploração de atividades econômicas ou para a prestação de serviços públicos. O enunciado refere-se ao conceito de:

a) consórcio público.

b) sociedade de economia mista.

c) empresa pública.

d) fundação pública de direito privado.

e) autarquia.

Letra c.

O conceito trazido no enunciado é o correto conceito de Empresa Pública.

Questão 131 (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/ADMINISTRADOR/2018/Q1250024) O contrato de concessão de serviço público firmado entre o Estado e uma pessoa jurídica de direito privado é uma espécie de:

a) descentralização por colaboração.

b) concentração.

c) centralização.

d) descentralização por serviço.

e) desconcentração.

Letra a.

Na descentralização por colaboração/ delegação, a atividade administrativa também pode ser prestada por particulares e, nesse caso, recebe o nome de descentralização por colaboração, que pode decorrer de contrato administrativo ou de ato administrativo. Na hipótese em que há a descentralização por colaboração mediante contrato administrativo, o Poder Público deve realizar licitação. O art. 175 da Constituição determina que a prestação de serviços públicos cabe ao Estado, de forma direta ou mediante concessão ou permissão, sempre por meio de licitação. Assim, se optar pela prestação mediante concessão ou permissão, a licitação será obrigatória.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 132 (INSTITUTO AOCP/UFOB/ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2018/Q1195638) O artigo 37 da Constituição Federal é a norma fundamental da Administração Pública. Nesse artigo, estão dispostos regras e princípios que norteiam a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação à Administração Pública, conforme disciplinado no referido dispositivo constitucional, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

Somente por decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo poderão ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

Errado.

O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da Administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação. A lei exigida pela Constituição é uma lei ordinária, na medida em que, havendo necessidade de lei complementar, deve ocorrer menção expressa a esse tipo de lei.

Questão 133 (AOCP/FUNPAPA/ARTE EDUCADOR/2018) De acordo com a estrutura administrativa da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São entes da administração pública indireta as autarquias, inclusive as associações públicas, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

b) Como princípios inerentes à organização administrativa, podem ser listados os seguintes princípios: coordenação, descentralização administrativa e controle.

c) O instituto da desconcentração está fundado na hierarquia, uma vez que a administração pública distribui e escalona as competências, internamente, no bojo de uma mesma pessoa jurídica.

d) A outorga também pode ser denominada de descentralização por serviço ou descentralização funcional.

e) Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra e.

O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da Administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação. A lei exigida pela Constituição é uma lei ordinária, na medida em que, havendo necessidade de lei complementar, deve ocorrer menção expressa a esse tipo de lei.

Questão 134 (AOCP/UEFS/ANALISTA UNIVERSITÁRIO/2018/Q1252871) A pessoa jurídica de direito privado, qualificada pelo Poder Público e sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, é uma:

a) sociedade de economia mista.

b) organização social.

c) empresa pública.

d) autarquia.

e) fundação pública.

Letra b.

As organizações sociais são entidades privadas que recebem a qualificação de Organização Social. Existem diversas entidades criadas por particulares, na forma de associação ou fundação, que executam atividades de interesse público sem fins lucrativos. Conforme a Lei n. 9.637/1998, o Poder Executivo Federal poderá qualificar como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos da lei. As entidades privadas que atuem nessas áreas poderão receber a qualificação de OSs.

Questão 135 (AOCP/UEFS/ANALISTA UNIVERSITÁRIO/2018/Q1252849) Assinale a alternativa correta sobre a administração direta e indireta.

a) Autarquias são empresas públicas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) As agências reguladoras são autarquias sob regime especial.

c) Sociedades de economia mista são entidades da administração direta.

d) A administração direta traduz a ideia de descentralização do serviço público.

e) Os municípios são entes da administração indireta.

Letra b.

a) Errada. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

b) Certa. De fato, as agências reguladoras são autarquias em regime especial.

c) Errada. As sociedades de economia mista fazem parte da Administração Indireta.

d) Errada. A administração direta significa a desconcentração do serviço público.

e) Errada. Os Municípios sã entes da Administração Direta.

Questão 136 (INSTITUTO AOCP/IPM-SP/AGENTE ADMINISTRATIVO/2018) Assinale a alternativa correta referente à organização da Administração Pública.

a) Planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle são princípios inerentes à organização administrativa.

b) A descentralização se caracteriza pela distribuição interna de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

c) A delegação consiste na transferência da execução e da titularidade do serviço público a outra entidade.

d) A criação e a extinção de órgãos públicos devem ser feitas por intermédio de lei, se admitindo, excepcionalmente, a sua extinção por meio de decreto regulamentar

e) As associações públicas não podem ser consideradas como entes da Administração Indireta.

Letra a.

a) Certa. É o que dispõe o art. 6º, do Decreto-Lei n. 200/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal:

> **Art. 6º** As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:
> I – Planejamento.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

II – Coordenação.
III – Descentralização.
IV – Delegação de Competência.
V – Controle.

b) Errada. A alternativa trouxe o conceito de desconcentração.

c) Errada. Na delegação a transferência tem por alvo apenas a execução do serviço.

d) Errada. De acordo com o princípio da simetria, se as entidades dependem de edição de lei para sua criação ou autorização, dependerão também de confecção de lei que determine a extinção da entidade.

e) Errada. As associações públicas são entes da Administração Indireta.

Questão 137 (INSTITUTO AOCP/TRT-1ª REGIÃO (RJ)/ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2018/ Q1251286) Assinale a alternativa correta no tocante à organização da Administração Pública.

a) A sociedade de economia mista possui como característica ser pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público, sendo organizada sob a forma de sociedade anônima.

b) É dispensável a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a sociedade de economia mista matriz.

c) O consórcio público consiste em pessoa jurídica de direito público ou privado criada por duas ou mais autarquias para a gestão associada de serviços públicos.

d) Agência executiva é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de rateio com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.

e) As fundações de direito privado, instituídas ou mantidas pelo Poder Público, não gozam da imunidade tributária referente ao imposto sobre o patrimônio, a renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Letra b.

a) Errada. A alternativa tratou do conceito de empresa pública.

b) Certa. O art. 37, XX, da CF/1988, menciona que a criação de subsidiária dependerá de LEI "em cada caso" (ou lei específica). Assim, para cada nova entidade criada, deveria haver uma

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

lei autorizando. Isso é o que dispõe a CF/1988. O STF entendeu que, se na lei que autorizou a criação da entidade, houver uma autorização geral para criação de subsidiárias, não será preciso lei em cada caso.

c) Errada. Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação, nos termos do art. 241 da CF/1988 e da Lei n. 11.107/2005, para a prestação de serviços públicos, na forma de gestão associada. Os entes federativos, ao formarem o consórcio público, deverão constituir associação, que o administrará. No entanto, essa associação pode ser de direito privado ou de direito público, sendo que neste último caso terá a natureza de autarquia.

d) Errada. A agência executiva é uma qualificação dada à autarquia ou fundação que, por meio do contrato de gestão com o órgão da Administração direta a que esteja vinculada, amplia sua autonomia para a melhoria da eficiência e redução de custos

e) Errada. As duas modalidades de fundações instituídas pelo Poder Público (de direito públicas e privado) fazem jus à imunidade tributária do art. 150, § 2º, da CF/1988, pois o alcance da norma não impôs qualquer restrição: "é extensivo às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público".

Questão 138 (INSTITUTO AOCP/TRT-1ª REGIÃO (RJ)/ANALISTA JUDICIÁRIO/2018) De acordo com a classificação dos órgãos públicos, analise o trecho a seguir e assinale a alternativa que aponta a classificação correspondente.

"São os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro; suas atribuições são exercidas por agentes políticos."(Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30.ed. Rev., atual. eampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

a) Órgãos autônomos.
b) Órgãos independentes.
c) Órgãos superiores.
d) Órgãos centrais.
e) Órgãos subalternos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra b.

Os órgãos independentes são os originários da Constituição e representativos dos poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional. São também chamados de órgãos primários do Estado. Esses órgãos exercem as funções outorgadas diretamente pela CF/1988, para serem desempenhadas, pessoalmente, pelos seus membros (agentes políticos), segundo normas especiais e regimentais. São exemplos: corporações legislativas (Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, Assembleias legislativas, Câmara de Vereadores); Chefias do Executivo (Presidência da República, Governadorias dos Estados, do DF e Prefeituras); Tribunais Judiciários e os Juízes singulares (STF, STJ, demais Tribunais Superiores, TRFs, Tribunais de Justiça); Ministério Público; Tribunais de Contas.

Questão 139 (INSTITUTO AOCP/EBSERH/ADVOGADO/2017/Q850017) A administração pública poderá distribuir suas competências administrativas a pessoas jurídicas autônomas, para fins de garantir o cumprimento de suas obrigações constitucionais. A tal ato dá-se o nome de:

a) Imposição.

b) Delegação.

c) Desconcentração.

d) Outorga.

e) Descentralização.

Letra e.

Na descentralização, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada. Na descentralização, o Estado, por questão de autonomia administrativa, visando maior eficiência, resolve repassar a atividade para que outra pessoa a exerça em seu lugar.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 140 (AOCP/SUSIPE-PA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2017/Q1251286) Acerca da administração pública direta e indireta, assinale a alternativa correta.

a) Autarquias são órgãos da administração direta.

b) Não é permitida a criação de fundações públicas.

c) A administração direta traduz a ideia de descentralização da administração.

d) Empresas públicas são órgãos da administração indireta.

e) Estados e Municípios são órgãos da administração indireta.

Letra d.

a) Errada. Autarquias são entidades da Administração Indireta.

b) Errada. O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da Administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de **fundação**, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação.

c) Errada. A administração direta se refere à desconcentração administrativa.

d) Certa. As Empresas públicas são órgãos da administração indireta

e) Errada. Estados e Municípios são órgãos da administração direta.

Questão 141 (2021/INSTITUTO AOCP/SANESUL/ADVOGADO) A Lei n. 13.303/2016 tem o intuito de disciplinar a exploração direta de atividade econômica desenvolvida pelo Estado por meio das empresas públicas e das sociedades de economia mista, sendo, por isso, conhecida como Lei

a) das Empresas Públicas.

b) das Licitações para Obras e Serviços.

c) das Estatais.

d) de Licitações e Contratos.

e) das Sociedades Anônimas.

Letra c.

A Lei n. 13.303/2016 dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

dos municípios. A Lei n. 13.303/2016 especificou regras de governança corporativa, transparência, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, bem como regras de licitação e contratação específicas para as empresas estatais.

Questão 142 (2021/INSTITUTO AOCP/MPE-RS/TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO/ADAPTADA). Sobre os variados temas de Direito Administrativo, julgue o item

I – De acordo com as regras de organização administrativa, o INSS e o IBAMA são autarquias federais que integram a administração direta da União.

Errado.

Apesar de o INSS e o IBAMA serem de fato autarquia federais, esses entes integram a Administração indireta.

Questão 143 (2021/INSTITUTO AOCP/PC-PA/INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL) Considerando a temática da organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O instituto da desconcentração está fundado na hierarquia e se configura pela distribuição interna de competência no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

b) Na outorga, é transferida a titularidade e a execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado, ao passo que, na delegação, apenas a execução é transferida, permanecendo com o Estado a titularidade do serviço.

c) Os órgãos autônomos são caracterizados por serem imediatamente subordinados aos órgãos independentes e diretamente subordinados aos seus agentes.

d) Consoante a doutrina, as fundações públicas de direito privado têm sua criação autorizada por lei específica enquanto as fundações públicas de direito público são criadas por lei específica, não dependendo de registro para que sejam instituídas.

e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Letra e.

a) Certa. A criação de órgãos decorre da desconcentração, que é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro um

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

volume grande de atribuições. Na desconcentração, há o controle hierárquico, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

b) Certa. Na descentralização por outorga, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Logo, na descentralização por outorga, o Estado transfere titularidade + execução do serviço. Já na descentralização por delegação, o Estado transfere, por contrato de concessão ou permissão de serviços públicos, ou ato administrativo de autorização, a execução de um serviço, para que um particular o preste por sua conta e risco.

c) Certa. Os órgãos autônomos são os localizados na cúpula da administração, imediatamente abaixo dos órgãos independentes e diretamente subordinados os seus chefes. Têm ampla autonomia administrativa e financeira;

d) Certa. Sendo fundação pública de direito público, terá natureza de autarquia para todos os fins. Nesse caso, a lei deve criar a entidade. Se tiver personalidade jurídica de direito privado, a lei autoriza a sua criação (ex.: Funpresp).

e) Errada. Quanto à empresa Pública e Sociedade de Economia Mista, apesar de possuírem personalidade de direito privado, o regime jurídico é híbrido (ou misto), porque o direito privado é parcialmente afastado pelas normas de direito público. Lembre-se: a natureza é de direito privado, mas algumas normas de direito público terão de ser observadas por essas entidades. É necessário fazer licitação, no entanto, uma licitação diferenciada; é necessário fazer concurso, mas segue o regime da CLT; há fiscalização pelo TCU; há sujeição ao teto remuneratório do art. 37, XI, da CF/1988, se receberem recursos para pagamento de pessoal ou custeio em geral (art. 37, § 9º, CF/1988). São empresas, mas não podem falir.

Questão 144 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) As agências reguladoras, como, por exemplo, a ANP – Agência Nacional do Petróleo e a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, vêm sendo criadas por leis esparsas e são classificadas como

a) autarquias comuns.
b) autarquias de regime especial.
c) empresas públicas.
d) entidades paraestatais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra b.

De forma bastante objetiva, podemos conceituar autarquia como a pessoa jurídica de direito público interno, criada por lei específica para prestação de serviço público específico, com autonomia administrativa, mas submetida a controle finalístico de suas atividades.

Decorrem do conceito acima as seguintes características:

- personalidade jurídica de direito público interno;
- criação por lei;
- autonomia administrativa;
- prestação de serviço público específico;
- submissão a controle finalístico de suas atividades.

São exemplos de autarquias federais o INSS, INCRA, DNOCS, IBAMA, IPHAN, Banco Central, entre outras.

As autarquias nascem com o único propósito de prestar um serviço público específico de maneira mais eficiente e racional, como forma de descentralização administrativa funcional ou por serviços, enquanto o ente federado possui capacidade ampla para prestação dos mais diversos serviços públicos (proteção e preservação do meio ambiente, cultura, segurança, saúde, educação, entre outros).

ATENÇÃO

O regime de pessoal das autarquias deverá ser o mesmo da entidade da federação que a criou. Ela definirá se os servidores públicos serão submetidos a um regime jurídico **estatutário ou trabalhista.**

Com base nas breves considerações alhures, conclui-se que as **agências reguladoras** possuem natureza jurídica de autarquias especiais, são criadas por lei específica e têm a finalidade de absorver as matérias antes concentradas no Executivo. Ademais, possuem certa independência em relação ao Executivo, uma vez que possuem regime especial e mandato fixo.

Conforme esclarece Matheus Carvalho, a doutrina aponta que o regime diferenciado das agências reguladoras decorre da maior independência e autonomia de que essa entidade goza em relação aos entes da Administração Direta, uma vez que ela executa suas atividades com maior liberdade de atuação, embora ainda esteja sujeita à supervisão ministerial.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Ademais, as agências reguladoras possuem autonomia financeira, consoante entendimento de Marçal Justen Filho, que dispõe que:

> O modelo de agências reguladoras comporta a atribuição de autonomia financeira, por meio de garantia de receitas vinculadas. Isso significaria a possibilidade de manutenção de sua estrutura e de seu funcionamento sem dependência de disputas políticas sobre a distribuição de verbas orçamentárias.

Assim, podem ser apontadas as seguintes características das agências reguladoras:

- são autarquias sob regime especial;
- são criadas por lei;
- são dotadas de autonomia financeira e orçamentária;
- são organizadas em colegiados cujos membros detém **MANDATO FIXO**;
- regulam e fiscalizam as atividades de prestação de serviços públicos;
- não estão subordinadas a nenhum outro órgão público, sofrendo apenas a supervisão ministerial da área em que atuam.

Desse modo, verifica-se que o conceito dado pelo examinador na presente questão se relaciona com a natureza jurídica das agências reguladoras, qual seja, a de autarquias em regime especial.

Questão 145 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) No que se refere às agências reguladoras, é correto afirmar:

a) O regime jurídico dos servidores das agências reguladoras é o celetista.

b) Aos Estados e Municípios é vedada a criação de suas próprias agências reguladoras.

c) A criação das agências reguladoras pode se dar mediante decreto do Presidente da República.

d) Os dirigentes das agências reguladoras são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal, para cumprir mandato com prazo certo.

Letra d.

> No caso das agências reguladoras, os dirigentes são indicados pelo chefe do Poder Executivo, mas dependem da aprovação do Poder Legislativo. **No plano federal**, essa aprovação é feita pelo Senado. Outro ponto distintivo está na existência de mandato dos dirigentes insuscetíveis de destituição

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> a critério do Chefe do Executivo. O prazo de mandato e as possibilidades de sua perda estão dispostos na lei de cada agência reguladora (Scatolino, G.; Trindade J. *Manual de Direito Administrativo*. Editora Juspodivm, 2015, p. 159).

a) Errada. "[...] a nomeação de servidores deve seguir a regra do concurso público e a aplicação do regime estatutário" (Bensoussan, F. G. Gouvêa, M. F. Manual de Direito Econômico. Editora Juspodivm, 2015, p. 272)

b) Errada. "[...] os demais entes federativos podem criar suas próprias entidades controladoras visando à regulação de atividades de sua competência constitucional" (Carvalho Filho, J. S. Manual de Direito Administrativo, 2016, e-book, p. 1155)

c) Errada.

> Como a instituição de tais autarquias resulta de processo de descentralização administrativa, e tendo em vista ainda a autonomia que lhes confere a Constituição, é lícito a Estados, Distrito Federal e Municípios criar suas próprias agências autárquicas quando se tratar de serviço público de sua respectiva competência, cuja execução tenha sido delegada a pessoas do setor privado, inclusive e principalmente concessionários e permissionários. **O que se exige, obviamente, é que a entidade seja instituída por LEI**, como impõe o art. 37, XIX, da CF, nela sendo definidas a organização, as competências e a devida função controladora. (Carvalho Filho, J. S. *Manual de Direito Administrativo*, 2017, *e-book*, p. 355)

Questão 146 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) "O Governador do Estado X pretende criar uma Agência Reguladora, entidade administrativa integrante da Administração Indireta, para fiscalizar a prestação de serviço de transporte público de passageiros." A referida Agência Reguladora deve possuir algumas prerrogativas, dentre as quais:

I – Apreciação de lei de diretrizes orçamentárias.
II – Competência tributária.
III – Iniciativa legislativa.

Assinale se:

a) Nenhuma alternativa estiver correta.
b) Estiverem corretas as alternativas I e II.
c) Somente a alternativa I estiver correta.
d) Somente a alternativa III estiver correta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra a.

De pronto, podemos afirmar com tranquilidade que todas as assertivas estão INCORRETAS, uma vez que as hipóteses citadas não são prerrogativas conferidas às agências reguladoras.

A apreciação de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é atribuição do Poder Legislativo respectivo (Assertiva I). Por seu turno, a competência tributária é atribuição dada pela Constituição Federal aos entes políticos do Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios), e corresponde à prerrogativa de instituir tributos (Assertiva II). Por fim, apesar de as agências reguladoras terem capacidade de autoadministração, elas não possuem autonomia para propor leis que a beneficiem. Aliás, essa atribuição será do ente federado que a criou (Assertiva III).

Nesse contexto, vale consignar que a criação das agências reguladoras brasileiras teve uma Direta relação com o processo de privatizações e com a reforma do Estado iniciados no Brasil na metade dos anos 1990. É inevitável ligar sua origem a uma concepção neoliberal de política econômica voltada a reduzir a participação estatal em diversos setores da economia.

Basicamente, as agências foram introduzidas no direito brasileiro para fiscalizar e controlar a atuação de investidores privados que passaram a exercer as tarefas desempenhadas pelo próprio Estado antes da privatização.

Como consignado na questão anterior, **as agências reguladoras são autarquias com regime especial**, apresentando todas as características jurídicas das autarquias comuns, mas delas se diferenciando pela presença de **duas peculiaridades em seu regime jurídico**:

- **Dirigentes estáveis**: ao contrário das autarquias comuns, em que os dirigentes ocupam cargos em comissão exoneráveis livremente pelo Poder Executivo, nas agências reguladoras, os dirigentes são protegidos contra o desligamento imotivado (art. 9º da Lei n. 9.980/2000). A perda do cargo de direção em uma agência reguladora só pode ocorrer: 1) como encerramento do mandato; 2) por renúncia; 3) por sentença judicial transitada em julgado.
- **Mandatos fixos:** diferentemente do que ocorre com as demais autarquias, nas agências reguladoras, os dirigentes permanecem na função por prazo determinado, sendo desligados automaticamente após o encerramento do mandato.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 147 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/TÉCNICO DE ENFERMAGEM) A Sociedade de Economia Mista federal XYZ cria empresa subsidiária para exploração de atividade econômica. Com relação ao regime jurídico a ser aplicado à empresa subsidiária, assinale a alternativa correta.

a) As subsidiárias não integram a estrutura da Administração Pública, não se submetendo às regras de licitação.

b) A criação da subsidiária depende de autorização legislativa do Ente Federativo que criou a sociedade de economia mista.

c) A proibição de acumulação de cargos e empregos públicos não se estende aos ocupantes de cargos e empregos nas subsidiárias.

d) O teto remuneratório constitucional não se aplica aos ocupantes de cargos e empregos das subsidiárias, ainda que dependentes.

Letra b.

De acordo com o art. 37, XX, da CR:

> XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

ATENÇÃO

Segundo entendimento do STF, **É DISPENSÁVEL** a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, tendo em vista que a lei criadora é a própria medida autorizadora. (ADI 1649, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 24/03/2004).

Anteriormente à atual Carta Magna, as sociedades de economia mista podiam criar suas subsidiárias independentemente de autorização legislativa. Todavia, com o advento da Constituição Federal de 1988, tais subsidiárias só podem ser criadas mediante lei autorizativa, nos termos dispostos no art. 37, inciso XX, da Lei Maior.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) Errada. O certo é que as empresas subsidiárias criadas por autorização legislativa integram a Administração Pública INDIRETA, na qualidade de empresas publicas ou sociedades de economia mista, conforme estabelecido em seus atos institutivos. (MAZZA, Alexadre. *Manual de Direito Administrativo*. 2015, p.201).

c) Errada. É importante registrar que, na redação original da Constituição Federal, a vedação de acumulação abrangia apenas os cargos, empregos e funções da Administração Direta e das pessoas jurídicas que compõem a Administração Indireta. No entanto, **a partir da EC n. 19/1998, a proibição passou a ser mais abrangente, alcançando também as subsidiárias das empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como qualquer sociedade controlada, Direta ou Indiretamente, pelo Poder Público.**

d) Errada. Os funcionários das empresas públicas, sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias ou controladas, se submetem ao teto de remuneração definido no art. 37, XI da Constituição Federal, de forma que suas remunerações não podem ultrapassar o valor pago a título de subsídios aos ministros do Supremo Tribunal Federal. No entanto, o art. 37, § 9º, da Constituição Federal dispõe que a regra de submissão ao teto somente se aplica:

> § 9º Às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que **receberem recursos** da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios **para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral**.

Sendo assim, **não recebendo recursos dos entes federativos para custeio ou manutenção de pessoal,** a empresa pode efetivar pagamento de remuneração acima do teto remuneratório do serviço público aos seus empregados.

Questão 148 (2016/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Em relação à organização dos entes da Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

a) Autonomia é a faculdade que alguns entes possuem de se organizarem juridicamente, de criarem direito próprio, assim reconhecidos pelo Estado e por ele adotados para fazerem parte de seu sistema jurídico.

b) Diferentemente do que ocorre na desconcentração administrativa, na descentralização inexiste qualquer forma de hierarquia.

c) Tutela administrativa é a condição vinculante entre o ente público criador e o autárquico.

d) Há relação de subordinação entre a autarquia e a pessoa jurídica que a instituiu.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra d.

Segundo Hely Lopes Meirelles (2002, p.327), "**sendo um ente autônomo, não há subordinação hierárquica da autarquia para com a entidade estatal a que pertence, porque, se isto ocorresse, anularia seu caráter autárquico**".

a) Certa. Conforme há tempos lecionava José Cretella Júnior (1990, p. 174):

> Autonomia [...] é faculdade que alguns entes têm de se organizarem juridicamente, de criar direito próprio, direito que não só, como tal, é reconhecido pelo Estado, mas também por ele adotado para fazer parte do seu próprio sistema jurídico e declarado obrigatório como as próprias leis e os próprios regulamentos.

b) Certa.

> 2. Formas de prestação da atividade administrativa (CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO; CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO)
> Por meio da Constituição, os entes políticos (União, Estados, DF e Municípios) recebem uma série de atividades que devem ser prestadas à sociedade. Veremos que a atividade pode ser prestada de forma Centralizada ou Descentralizada e, também, concentrada e desconcentrada.
> Na concentração um único órgão desempenha todas as funções administrativas do ente político, sem nenhuma divisão em outros órgãos menores. Imagine que a União tenha um único órgão desempenhando todas as suas atividades. Difícil até de imaginar, já que na estrutura da União, há centenas, senão milhares de órgãos.
> Ao contrário, na desconcentração a pessoa política exerce a função administrativa por meio de vários órgãos despersonalizados. Os órgãos se dividem em outros órgãos de menor hierarquia.
> Na Centralização, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, Estados, DF e Municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas.
> Quando a atividade é prestada por meio de órgãos, significa que o próprio ente político executa, sem intermediários, determinada atividade; é o mesmo que o ente realizar, diretamente, aquela função.
> Os órgãos são centros de competência, sem personalidade jurídica própria, instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa a que pertencem. Assim, todos os atos praticados pelos órgãos são atribuídos à pessoa jurídica da qual ele faz parte.
> A criação de órgãos resulta da DESCONCENTRAÇÃO, que é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular; tirar do centro um volume grande de atribuições. Na desconcentração, tem-se o controle hierárquico, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.
> O conceito legal de órgão está contido no art. 1º, § 2º da Lei n. 9.784/1999, sendo a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração Indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Mas cabe ressaltar que os Ministérios são órgãos da pessoa jurídica União. Nesse caso, a União presta suas atividades diretamente por meio de seus órgãos (ministérios).

Na DESCONCENTRAÇÃO, existe relação de hierarquia entre os diversos órgãos e autoridades. Como consequência dessa hierarquia, há o poder de controlar, de revisar, coordenar e corrigir os órgãos subordinados; avocar e delegar atos e aplicar punições.

A doutrina costuma dizer que a relação órgão-pessoa jurídica é semelhante aos órgãos do corpo humano e à própria pessoa, pois os órgãos do corpo humano apenas fazem parte de uma estrutura. Assim, a pessoa física é que sofre as consequências de atos praticados pelos órgãos de seu corpo.

A descentralização também pode ocorrer por delegação quando o Estado transfere por contrato de concessão ou permissão de serviços públicos a execução de um serviço, para que um particular o preste por sua conta e risco. No caso de permissão de serviço público pode ser feita a delegação para pessoas físicas ou jurídicas; na concessão somente para pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.

Portanto, na DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, surgem novas pessoas, dotadas de personalidade jurídica própria, ou seja, têm capacidade para responder por seus próprios atos e exercer suas atividades, com autonomia. Na DESCONCENTRAÇÃO, os órgãos criados não possuem personalidade jurídica; assim, a pessoa jurídica que realizou a distribuição interna de competências é que responderá pelos atos de seus órgãos.

Para haver Administração Descentralizada, deve existir pelo menos duas pessoas: o ente político (ente federativo) e a entidade administrativa, à qual será atribuída a atividade, despida de subordinação perante o ente central que lhe transferiu a execução do serviço. Por outro lado, na desconcentração há uma relação *intrasubjetiva* (intersubjetiva), pois não há pessoa jurídica diversa na execução da atividade.

Tomemos o seguinte exemplo: Se um policial federal, no exercício de sua atividade, ao perseguir um criminoso vem a perder o controle da viatura e atropela um pedestre, causando-lhe sérias consequências, a vítima deve ingressar com ação de indenização frente à União, pessoa jurídica que fez a desconcentração, e não em face do Departamento ou Superintendência da Polícia Federal ou do Ministério da Justiça.

Por outro lado, se um servidor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, autarquia vinculada à União, que trabalha na seção de aposentadorias, vem, no exercício de sua atividade, a ofender segurado, causando-lhe danos morais, eventual ação de reparação de danos deve ser proposta em face do próprio INSS, e não em face do setor em que ele trabalha; nem mesmo em face de qualquer Ministério. Equívoco, também, pensar que a ação deve ser interposta em face da União, pois o INSS, como entidade, deve responder por seus próprios atos.

Portanto, a concentração e a centralização têm em comum o acúmulo de competências. Do mesmo modo há semelhança entre desconcentração e descentralização, pois ambos se referem à distribuição de competências. Contudo, a diferença reside no fato de que na desconcentração a distribuição é interna (dentro da mesma pessoa jurídica) e na descentralização é externa (de uma pessoa jurídica para outra). (Scatolino, G.; Trindade J. *Manual de Direito Administrativo*. Editora Juspodivm, 2017).

c) Certa. Os entes da Administração Indireta se sujeitam ao controle pela Administração Direta da pessoa política à qual são vinculados. O que existe é um controle de legalidade, visto que

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

o controle exercido por pessoas estranhas à estrutura do ente da Administração Indireta não é amplo.

O controle de tutela/finalístico tem o objetivo de impedir que a entidade descentralizada atue fora da sua área de criação.

Por oportuno, ressalta-se que não há hierarquia entre entidades com personalidades jurídicas diversas porque o poder hierárquico só se manifesta internamento, ou seja, entre órgãos e agentes de uma mesma pessoa jurídica. Sendo assim, pode-se estabelecer que esse controle exercido no âmbito dos ministérios se configura somente uma supervisão ou tutela, não sendo decorrência de manifestação do poder hierárquico.

Questão 149 (2015/CONSULPLAN/TJ-MG/JUIZ LEIGO) "O Estado de Minas Gerais realizou concurso público para provimento do cargo efetivo de professor de matemática do ensino médio. A organizadora do certame foi a UEMG, autarquia estadual ligada à Administração Indireta do Estado. João, que atualmente é ocupante do cargo efetivo de nível superior de Técnico Judiciário no TJMG, caso aprovado no referido concurso, poderá acumular as duas atividades, desde que haja compatibilidade de horários e desde que a soma das remunerações não ultrapasse o teto constitucional. Na hipótese de João, na qualidade de agente público, causar danos a terceiros, o Estado de Minas Gerais responderá objetivamente em face do terceiro prejudicado, cabendo, posteriormente, propor ação regressiva em desfavor de João. Supondo que João venha a ser demitido, após regular processo administrativo disciplinar, o ato administrativo sancionatório deverá atender aos requisitos de validade do ato administrativo. Um desses requisitos é o motivo, elemento que corresponde às razões de fato e de direito que autorizam a imposição da penalidade."

Com fundamento no Direito Administrativo brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) No caso, o processo administrativo disciplinar é motivo do ato administrativo demissório, assim como a prática de infração disciplinar corresponde ao elemento objeto do ato administrativo.

b) A responsabilidade objetiva por danos causados por João, no exercício do cargo de Técnico Judiciário, deve ser imputada ao TJMG, posto que o referido órgão tem personalidade jurídica própria.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) João não poderia acumular os dois cargos propostos no caso, pois a Constituição da República veda a acumulação de um cargo técnico com outro no ensino médio, ainda que haja compatibilidade de horários.

d) A UEMG, na condição de autarquia, representa um exemplo de descentralização administrativa na estrutura organizacional do Estado de Minas Gerais, enquanto o TJMG é exemplo de desconcentração.

Letra d.

Com base nos comentários apresentados na questão anterior, fica claro que o TJMG, como um órgão estadual, representa um exemplo de **desconcentração administrativa.** Por outro lado, a UEMG, como uma autarquia estadual, representa um exemplo de **descentralização administrativa**.

a) Errada. Na situação proposta, a prática de infração disciplinar foi o motivo para a instauração do PAD, e esse procedimento foi o meio de exprimir a motivação da Administração para aplicação da penalidade legalmente prevista.

b) Errada. Considerando que o TJ-MG é um órgão estadual sem personalidade jurídica própria (apesar de possuir personalidade judiciária para defender suas prerrogativas institucionais), a eventual demanda deve ser proposta em desfavor do estado de Minas Gerais, uma vez que é esse o ente que possui personalidade jurídica para representar os órgãos a ele vinculados.

c) Errada. Considerando que a resolução da questão deixa claro que o cargo de técnico do TJ-MG é destinado a pessoas com nível superior, podemos concluir que esse cargo é considerado como sendo um cargo público técnico ou científico. Portanto, é perfeitamente possível sua acumulação com outro cargo de professor, haja vista o disposto no art. 37, XVI, da CR/1988:

> XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:** ***(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)***
> a) a de dois cargos de professor; *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*
> b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*
> c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 34, de 2001)*

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 150 (2015/CONSULPLAN/PREFEITURA DE CARATINGA-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Conforme Hely Lopes Meirelles apud Silva (2013: 2), a Administração se trata do "conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do Governo". Dessa forma, a Administração Pública é, ao mesmo tempo, a titular e a executora do serviço público, sendo dividida em Administração Direta e Indireta. A Administração Centralizada se refere a

a) sociedades de economia mista.

b) empresas públicas e sociedades de economia mista.

c) conjunto dos órgãos integrados na estrutura administrativa dos entes da federação, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

d) conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar atividades administrativas de forma descentralizada.

Letra c.

A Administração Direta é o conjunto de órgãos públicos que integram as pessoas jurídicas políticas (União, Estados, DF e Municípios) para a execução de atividades administrativas de forma centralizada. (Scatolino, G.; Trindade J. *Manual de Direito Administrativo*. Editora Juspodivm, 2017)

Dessa forma, a prestação Direta é feita pelos próprios entes políticos da Administração, sendo uma prestação designada centralizada do serviço. **Surge, desta forma, a denominação Administração Direta ou Administração centralizada**.

Essas entidades possuem capacidade administrativa, política e legislativa e se configuram elementos formais necessários à constituição da federação. A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal são, portanto, entidades da Administração Direta, cada uma delas com sua estrutura administrativa e orgânica.

Conforme já explicitado, a descentralização trata da repartição de competência entre pessoas físicas e jurídicas. Ocorre porque, tendo em vista a necessidade de especialização dos serviços, o Estado pode transferir a responsabilidade dos exercícios que lhes são pertinentes, criando pessoas jurídicas especializadas e autorizando que elas executem a prestação dos serviços. Isso é feito porque a transferência a pessoa especializada na prestação de determinado serviço garante uma maior eficiência no desempenho da atividade administrativa, sempre na busca do melhor quanto ao interesse da coletividade.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Assim, podemos afirmar que a **Administração Indireta** é conjunto de PESSOAS JURÍDICAS que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar atividades administrativas de forma descentralizada.

São entes da Administração Indireta: 1. autarquias, inclusive as associações públicas; 2. fundações públicas; 3. empresas públicas; e 4. sociedades de economia mista.

Com base nessas considerações, fica fácil identificar que a única assertiva que traz o conceito correto de Administração CENTRALIZADA (ou Direta) é a apresentada na **letra c**. As demais dizem respeito à Administração Indireta e, portanto, não devem ser assinaladas.

Questão 151 (2014/CONSULPLAN/CBTU/TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO) "A Administração federal compreende a Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios e a Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade." (Decreto Lei n. 200/1967.)

As definições a seguir referem-se a instituições da Administração Pública Indireta. Assinale a definição que faz referência a Fundações Públicas.

a) Serviço autônomo, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios. Executa atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

b) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado. Explora atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima. As ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

c) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União. Explora atividade econômica que o exerce por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de quaisquer das formas admitidas em direito.

d) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Desenvolve atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

Letra d.

Certa, nos termos do art. 5º do Decreto n. 200/1967.

a) Errada. Esse é o conceito do Decreto n. 200/1967 para AUTARQUIA.

b) Errada. Esse é o conceito do Decreto n. 200/1967 para SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

c) Errada. Esse é o conceito do Decreto n. 200/1967 para EMPRESA PÚBLICA.

Questão 152 (2013/CONSULPLAN/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Em determinado município, o Prefeito verifica que o sistema de coleta de lixo, a cargo da Administração Pública Direta, está se mostrando ineficiente. Para solucionar o problema, edita medida provisória criando empresa pública específica para esse fim, de modo a realizar o serviço de forma mais eficiente, a qual admitirá pessoal através de concurso público. Sobre o caso, é correto afirmar que a situação

a) é irregular, uma vez que o município somente pode criar empresas públicas após autorização de lei estadual de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

b) é irregular, uma vez que as empresas públicas, não obstante sujeitarem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, devem ter sua criação previamente autorizada por lei.

c) está incorreta, já que não há necessidade de admissão de pessoal por meio de concurso público, tendo em vista que as empresas públicas se submetem à mesma disciplina jurídica das empresas privadas.

d) é irregular, uma vez que a empresa pública municipal não poderia ser criada para prestação de serviço público, mas tão somente para prestação de atividade econômica, respeitando o princípio da subsidiariedade.

e) está incorreta, uma vez que o serviço público em questão deveria ser realizado pela Administração Direta ou autarquia criada para este fim, pessoas jurídicas de direito público, uma vez que trata-se de atividade típica de Estado.

Letra b.

Nos termos do art. 37, XIX, da Constituição Cidadã de 1988, somente lei específica poderá **CRIAR** autarquias e **AUTORIZAR** a instituição de empresa pública, sociedade de economia

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

mista e fundação, sendo que, neste último caso, caberá à lei complementar definir as áreas de sua atuação.

Ademais, por força do art. 173, § 1º, inciso II, da CR/1988, as empresas estatais e suas subsidiárias se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas:

> § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:
> I – sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;
> II – **a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;**
> III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da Administração pública;
> IV – a constituição e o funcionamento dos conselhos de Administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;
> V – os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.
> § 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

a) Errada. Nos termos do art. 37, XIX, da Constituição Cidadã de 1988, somente lei específica poderá CRIAR autarquias e AUTORIZAR a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, sendo que, neste último caso, caberá à lei complementar definir as áreas de sua atuação.

Com efeito, as legislação previstas no texto constitucional serão aprovadas pelo **próprio ente que esteja criando tais entidades**. Assim, se for uma empresa pública da União, a lei será federal, se for estadual/distrital, será uma lei estadual e, por fim, se for municipal, será uma lei municipal.

c) Errada. Por força do art. 37, inciso II, da CR/1988, mesmo as empresas paraestatais devem observar o princípio do concurso público para admissão de pessoal.

d) Errada. O Estado pode optar por autorizar a criação de uma empresa pública ou de uma sociedade de economia mista para a prestação de um serviço público específico que não seja tipicamente estatal (serviço típico de Estado deve ser prestado pelo próprio ou por autarquia) OU para a exploração de uma atividade econômica.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Ademais, deve, de fato, respeitar o princípio da subsidiariedade quando estiver diante de uma empresa estatal destinada à exploração de atividade econômica. Com efeito, a Constituição Federal, ao tratar das empresas públicas e sociedades de economia mista, condiciona que, quando o objeto for exploração de atividade econômica, sua criação só poderá ocorrer quando for **indispensável à segurança nacional ou a relevante interesse público, nos termos da lei**.

e) Errada. É perfeitamente possível a criação de uma sociedade de economia mista para a prestação de serviços de coleta de lixo, a exemplo, aliás, do que ocorre em diversas capitais brasileiras.

Questão 153 (2013/CONSULPLAN/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca da organização da Administração Pública estruturada na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

a) na organização administrativa brasileira, há uma divisão vertical e hierárquica entre os entes federal, distrital, estadual e municipal.

b) não obstante ter o chefe do Poder Executivo a direção superior da Administração Pública, somente lei específica pode criar autarquias.

c) dentro do sistema federativo criado pela Constituição da República de 1988, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são entes dotados de soberania.

d) dentro da capacidade de autogoverno, o chefe do Poder Executivo de cada ente pode decidir pela descentralização do poder, através da criação de órgãos públicos.

e) os órgãos públicos, criados como mecanismo de desconcentração administrativa, possuem personalidade jurídica própria, apesar de subordinar-se à Administração central.

Letra b.

Nos termos do art. 84, II, da CR/1988, compete privativamente ao Presidente da República (leia-se Chefe do Poder Executivo), exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado (ou Secretários Estaduais/Distritais/Municipais), a direção superior da Administração Pública Federal (ou Estadual/Distrital/Municipal).

Ademais, malgrado essa atribuição diretiva, o art. 37, XIX, da Constituição Cidadã determina que **somente por lei específica poderá ser criada autarquia** e autorizada a instituição de empresa pública,

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

a) Errada. Como vimos, em um sistema federativo como o nosso, não há hierarquia entre os entes da federação (União/Estados/DF/Municípios), e sim mera repartição de competências, nos termos da Constituição Federal de 1988.

c) Errada. Não há soberania dos citados entes políticos. Nesse contexto, no âmbito da federação brasileira, a União, além de ser dotada de personalidade jurídica de direito público interno, exercendo essa atribuição com autonomia (assim como os demais entes da federação), é também responsável por representar a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, quando então o faz em razão da **soberania** do Estado brasileiro.

d) Errada. Como já tivemos a oportunidade de verificar, a adoção da técnica da descentralização administrativa tem por consequência a criação de outras **pessoas jurídicas,** que terão autonomia financeira e administrativa para gerir sua estrutura, apesar de ficarem submetidas a controle pelo ente político que as criou (tutela administrativa/controle finalístico).

e) Errada. Os órgãos públicos, que resultam da descentralização, não possuem personalidade jurídica, pois não são pessoas jurídicas. Assim, podemos concluir que **nenhum órgão público possui personalidade jurídica própria,** por mais relevantes que sejam as atribuições desenvolvidas por ele.

Questão 154 (2013/CONSULPLAN/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Analise as afirmativas, tendo em vista o ordenamento jurídico que regula a Administração Pública no Brasil.

I – Órgãos públicos apresentam personalidade jurídica própria, tendo competência para expressar a vontade do Estado e cumprir as competências que lhe são próprias, a fim de exercer a sua função pública.

II – Órgãos públicos apresentam estrutura formada necessariamente de funções, cargos e agentes, mas se distinguem desses elementos, que podem ser modificados ou substituídos, sem supressão da sua unidade orgânica.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

III – Para os doutrinadores brasileiros, o conceito de agente público é aplicado a toda pessoa física que presta serviço ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta, não se restringindo a servidores públicos.

IV – Todo agente público presta serviço ao Estado, mediante vínculo empregatício e remuneração paga pelos cofres públicos.

V – A seleção de agentes públicos necessariamente ocorre por meio de concurso público.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II, III, IV e V.

b) II – e III, apenas.

c) IV – e V, apenas.

d) III – e IV, apenas.

e) II, III, IV e V, apenas.

Letra b.

I – Errado. Como vistos na questão acima, os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria, sendo os seus atos atribuídos à pessoa jurídica a que pertencem.

II – **Certo.** Vejamos as TEORIAS DO ÓRGÃO:

> Várias teorias tentaram explicar como o Estado, titular de direitos e obrigações, exerce suas atividades por meio de seus agentes.
> Pela teoria do MANDATO, considerava-se o agente (pessoa humana) como mandatário do Estado, assim como ocorre nas relações privadas quando uma pessoa confere a outra um mandato/procuração para a prática de determinados atos. Porém, essa teoria não se sustentou, pois não justificava a atribuição do ato ao Estado no caso de o agente agir fora de sua competência, mas em nome do Estado.
> Pela teoria da REPRESENTAÇÃO considerava-se o agente representante do Estado, à semelhança do tutor e do curador dos incapazes existente no Direito Civil. Uma das falhas dessa teoria estava na impossibilidade de se considerar o Estado incapaz, pois nas relações privadas a representação se refere a prática de atos da vida civil pelo representante legal do incapaz.
> **Hoje**, **prevalece a teoria do ÓRGÃO**, formulada pelo alemão Otto Gierke[6], segundo a qual as pessoas jurídicas expressam sua vontade por meio de seus próprios órgãos, titularizados por seus agentes. Essa teoria é utilizada por muitos autores para justificar a validade dos atos praticados por funcionário de fato. Considera-se que o ato do funcionário é ato do órgão e, portanto, imputável à Administração.

[6] . Em concurso de procurador federal, o CESPE já perguntou qual a teoria hoje adotada e quem a desenvolveu.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> Na verdade, não há entre a entidade e seus órgãos relação de representação ou de mandato, mas sim, de IMPUTAÇÃO, porque a atividade dos órgãos identifica-se e confunde-se com a da pessoa jurídica. Daí porque os atos dos órgãos são havidos como da própria entidade que eles compõem. Assim, os órgãos do Estado são o próprio Estado compartimentado em centros de competência, destinados ao melhor desempenho das funções estatais.
> José dos Santos Carvalho Filho (2009) fala em princípio da **imputação volitiva**, em que a vontade do órgão público é imputada à pessoa jurídica a cuja estrutura pertence. Sendo que a teoria tem aplicação concreta na hipótese da chamada **função de fato.** Desde que a atividade provenha de um órgão, não tem relevância o fato de ter sido exercido por um agente que não tenha investidura legítima. Basta a **aparência** da investidura e o exercício da atividade pelo órgão; nesse caso, os efeitos da conduta vão ser imputados à pessoa jurídica.
> Os órgãos integram a estrutura do Estado e das demais pessoas jurídicas como partes desses corpos vivos (como acontece com o corpo humano). Os órgãos não têm personalidade jurídica, nem vontade própria, atuando apenas nas áreas de suas atribuições e nos limites de sua competência funcional, expressando a vontade da entidade que pertencem. Os órgãos são meros **instrumentos** de ação das pessoas jurídicas. (Scatolino, G.; Trindade J. *Manual de Direito Administrativo*. Editora Juspodivm, 2017).

Nesse contexto, considerando que o ordenamento jurídico adota a visão propalada pela **Teoria do Órgão**, podemos afirmar, como fez a assertiva, que "os órgãos públicos apresentam estrutura formada necessariamente de funções, cargos e agentes, mas se distinguem desses elementos, que podem ser modificados ou substituídos, sem supressão da sua unidade orgânica".

III – Certo. A expressão "agente público" é bastante ampla, para determinar, de forma específica, os sujeitos que exercem funções públicas. Assim, qualquer pessoa que age em nome do Estado é agente público, independentemente de vínculo jurídico, ainda que atue sem remuneração e transitoriamente. Dessa forma, uma vez que o Estado está atuando por via do sujeito, responderá pelos atos praticados, sendo a responsabilidade objetiva do Estado, nos moldes do art. 37, § 6º, da CRFB.

Nesse sentido, a Lei n. 8.429/1992 estabelece que:

> Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Com efeito, a qualificação de determinado sujeito como agente público não depende do pagamento de remuneração pela prestação do serviço e pode ocorrer ainda que ele possua com o poder público vínculo de caráter transitório, ou seja, não permanente.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Sendo assim, podem ser considerados agentes públicos aqueles que exercem função pública em virtude de relação trabalhista, em qualquer dos entes da Administração Pública Direta ou Indireta, seja esse regime estatutário, mediante a nomeação de servidores que se submetem às regras definidas em estatuto próprio, seja um regime de emprego, por meio de contratação de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, para prestarem serviços, mediante regime de emprego público.

Da mesma forma, todos os particulares contratados sob regime de cargo temporário, nos moldes definidos pelo art. 37, IX da Constituição Federal, ainda são considerados agentes públicos e exercem função pública.

Também podem ser considerados agentes públicos aqueles que, mesmo não possuindo qualquer vínculo de natureza administrativa ou política com o ente estatal, atuam no exercício de funções públicas, como, por exemplo, o mesário, no dia da eleição, ou o jurado, no dia em que presta o serviço de atuação no júri popular, ou, ainda, os agentes das concessionárias e permissionárias de serviços públicos e os titulares das serventias de cartório, autorizados, após a provação em concurso, para execução de serviços notariais, mediante delegação.

IV – Errado. Como visto alhures, o conceito de agente público é amplo, admitindo-se, inclusive, que não haja nenhum vínculo empregatício ou mesmo remuneração, conforme preleciona o art. 2º, da Lei de Improbidade Administrativa (ex.: Mesário eleitora; Jurado do Tribunal do Júri, etc.).

V – Errado. Os agentes públicos, por serem um conceito mais amplo (diferem de servidor público), admitem inúmeras formas de entrada. Dente elas podemos destacar: cargo comissionado (*livre exoneração e nomeação*), contratados temporários (*processo seletivo simplificado*) e agentes políticos (*geralmente mediante eleição*).

Questão 155 (2013/CONSULPLAN/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) O Decreto-Lei n. 200, de 25/02/1967, ao regular a estrutura Administrativa Federal, dividiu a Administração Pública em Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, o que foi recepcionado pelo Art. 37, da Constituição Federal de 1988, ampliando a abrangência para "qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". De acordo com a legislação que rege a Administração Pública, é correto afirmar que

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) as autarquias estão autorizadas legalmente a exercerem tanto atividades típicas da Administração Pública, quanto atividades econômicas que o governo compreenda convenientes para o Estado.

b) os entes da Administração Pública Indireta, mesmo detendo autonomia administrativa e financeira, estão sujeitos ao controle exercido pelos órgãos da Administração Pública Direta, na forma de supervisão ministerial.

c) os entes da Administração Indireta, tais como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, apresentam vinculação administrativa e subordinação hierárquica aos órgãos da Administração Direta.

d) os entes da Administração Indireta, criados para dar mais eficiência na prestação de serviços públicos, não são dotados de personalidade jurídica própria, pois são subordinados administrativamente aos órgãos da Administração Pública Direta.

e) os entes da Administração Indireta, tais como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, detêm autonomia administrativa e financeira, não apresentando vinculação administrativa e subordinação hierárquica em relação aos órgãos da Administração Pública Direta.

Letra b.

Como tivemos a oportunidade de consignar, os entes da Administração Indireta se sujeitam a controle pela Administração Direta da pessoa política à qual são vinculados. O que existe é um controle de legalidade. Isso porque o controle exercido feito por pessoas estranhas à estrutura do ente da Administração Indireta não é amplo.

Os entes descentralizados da Administração Indireta se sujeitam a controle finalístico ou de tutela administrativa para que não se afastem das finalidades de sua criação.

a) Errada. Em grossas linhas, as autarquias serão criadas por lei. Elas são pessoas jurídicas de direito público que **desenvolvem atividade típica de Estado,** com liberdade para agir nos limites administrativos da lei específica que as criou. Assim como os demais entes da Administração Indireta, não estão hierarquicamente subordinadas aos entes federativos, mas se sujeitam a controle finalístico exercido pelos entes da Administração Direta responsáveis pela sua criação.

Nesse contexto, verifica-se que a assertiva está INCORRETA, pois as autarquias não têm por finalidade o exercício de atividades econômicas pelo Estado. Se esse for o intento, o ente

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

respectivo deverá se valer das figuras das sociedades de economia mista e/ou das empresas públicas.

c) Errada. Tomando por base as considerações apresentadas na assertiva anterior, podemos concluir que não há hierarquia entre entidades com personalidades jurídicas diversas, porque o poder hierárquico só se manifesta internamente, ou seja, entre órgãos e agentes de uma mesma pessoa jurídica. Sendo assim, pode-se estabelecer que esse controle exercido no âmbito dos ministérios se configura somente uma supervisão ou tutela, não sendo decorrência de manifestação do poder hierárquico.

d) Errada. Todos os entes que compõem a Administração Indireta são dotados de personalidade jurídica. Ademais, como afirmado na alternativa anterior, não há hierarquia entre a Administração Direta e a Administração Indireta. O que há, em verdade, é uma vinculação na qual a primeira exerce sobre a segunda o controle finalístico ou supervisão ministerial.

e) Errada. Pelo exposto nas assertiva anteriores, podemos concluir que existe, sim, vinculação administrativa entre a Administração Direta e a Administração Indireta, e é essa vinculação que permite que a Administração Direta exerça o controle finalístico sobre a Administração Indireta.

Questão 156 (2012/CONSULPLAN/TSE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) No que tange às pessoas jurídicas integrantes da Administração pública, é correto afirmar que

a) os consórcios públicos sempre serão pessoas jurídicas de direito público.

b) a parceria público-privada poderá ser celebrada na modalidade de concessão patrocinada ou administrativa.

c) a sociedade de economia mista, em nenhuma hipótese, pode negociar suas ações em bolsa de valores.

d) em razão de sua natureza jurídica, as empresas públicas são criadas diretamente pela lei.

Letra b.

Nos termos do art. 2º da Lei n. 11.079/2004, as parcerias público-privadas podem ser formalizadas por meio de um contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

A concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, quando envolver, **adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários,** contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado (§ 1º).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Por sua vez, a concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que **a Administração Pública é a usuária Direta ou Indireta**, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

a) Errada. Nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 11.107/2005, o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

c) Errada. As **sociedades de economia mista, que têm sua criação autorizada por lei específica e são criadas após o registro de seus atos institutivos no registro de empresas,** devem ter forma de **sociedade anônima** (S/A), sendo reguladas, basicamente, pela Lei de Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976). Ademais, considerando que essas entidades são constituídas por capital público e privado, se aderirem à forma de uma S/A aberta, é perfeitamente possível que suas ações sejam negociadas no mercado de capitais (ex.: ações da Petrobrás ou da Eletrobrás que, diariamente, são negociadas na Bolsa de Valores).

d) Errada. As empresas públicas não são criadas por lei específica, mas, sim, autorizadas por ela a serem criadas. Nesse sentido, é claro o teor do art. 37, XIX, da CR/1988:

XIX – **somente por lei específica** poderá ser criada autarquia e **AUTORIZADA** a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Questão 157 (2012/CONSULPLAN/TSE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Sobre a desconcentração, analise.

I – Significa repartição de funções entre vários órgãos de uma mesma Administração .

II – Significa uma quebra de hierarquia entre os órgãos despersonalizados.

III – Na desconcentração, a execução de atividades pelo Estado é Direta e imediata.

Assinale

a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra b.

I – Certo. Na desconcentração, as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica. Exemplos de desconcentração o são os ministérios da União, as secretarias estaduais e municipais, as delegacias de polícia, os postos de atendimento da Receita Federal, as subprefeituras, os tribunais e as casas legislativas.

A diferença entre concentração e desconcentração é baseada na noção de órgão público. Órgão público é um núcleo de competências estatais sem personalidade jurídica própria.

Os órgãos públicos pertencem a pessoas jurídicas, mas não são pessoas jurídicas. São divisões internas, **partes de uma pessoa governamental –** daí receberem também o nome de repartições **públicas.** Como não têm personalidade própria, os órgãos, em regra, não podem ser acionados judicialmente para responder por prejuízos causados por seus agentes.

II – Errado. Com base nas considerações alhures, ficar claro que a técnica da desconcentração não implica a quebra de hierarquia entre os diversos órgãos que compõem determinada pessoa jurídica. Com efeito, basta lembrarmos de um ministério da união, o qual tem como chefe o Ministro de Estado, que, por sua vez, exerce seu poder hierárquico sobre todos os outros setores/departamentos daquele ministério e, em decorrência disso, também exerce poder disciplinar mediato sobre todos os agentes que prestam serviços perante o órgão.

III – Certo. Como vimos, o intuito da adoção da técnica de DESCONCENTRAÇÃO é viabilizar o exercício das atividades administrativas em prol do melhor atendimento ao interesse público. Em outras palavras, busca-se o aperfeiçoamento das atividades desenvolvida a fim de se promover o melhor atendimento da população.

Nesse contexto, leciona Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 42ª ed., 2016, p. 891) que:

> Diversa da descentralização é a desconcentração administrativa, que significa repartição de funções entre os vários órgãos (despersonalizados) de uma mesma Administração, sem quebra de hierarquia. **Na descentralização** a execução de atividades ou a prestação de serviços pelo Estado é Indireta e mediata; **na desconcentração** é Direta e imediata.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 158 (2012/CONSULPLAN/TSE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Considerando as características das entidades de Administração Direta e Indireta, assinale a única alternativa associada a uma autarquia.

a) Possuir personalidade jurídica de direito privado.

b) Ser um órgão de Administração Direta.

c) Ser capaz de bastar-se por si mesma.

d) Ter flexibilidade de Administração de pessoal (quadro próprio).

Letra d.

Em relação à Administração de pessoal, tendo sido extinto o regime jurídico único e, por conseguinte, desvinculando-se a autarquia da Administração Direta, o regime de pessoal das autarquias poderá ser estatutário ou trabalhista, conforme o que a lei estabelecer. Conforme dispõe a EC n. 19/1998:

> **Art. 5º** O art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:
> **Art. 39.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de Administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos poderes [...].

a) Errada. As autarquias são pessoas jurídicas de direito PÚBLICO.

b) Errada. As autarquias integram a Administra Pública INDIRETA, a qual ainda é composta por empresas públicas, sociedades de economias e fundação instituídas pelo respectivo ente federativo.

c) Errada. Segundo Di Pietro (2007), a autarquia por ser entidade administrativa:

> Difere da União, Estados e Municípios – pessoas públicas políticas – por não ter capacidade política, ou seja, o poder de criar o próprio direito: é pessoa pública administrativa, porque tem apenas o poder de autoadministração, nos limites estabelecidos em lei.

Dessa forma, o Estado, ao criar autarquias, visa a atribuir-lhes algumas funções que merecem ser executadas de forma descentralizada. As autarquias não podem criar regras jurídicas de auto-organização nem terem capacidade política. Sua função é administrativa, sendo a autonomia do próprio Estado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 159 (2018/FEPESE/PGE-SC/PROCURADOR) Atendidos os requisitos previstos na atual Lei 9.637/1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas:

1. ao ensino.
2. à segurança pública.
3. à pesquisa científica.
4. ao desenvolvimento tecnológico.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

c) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

d) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Letra c.

> Lei n. 9.637/1998
> **Art. 1º** O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Questão 160 (2016/FEPESE/ PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC/ADVOGADO) De acordo com a Constituição Federal e o Decreto-Lei no 200/67, assinale a alternativa correta.

a) A empresa pública é a pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de sociedade anônima.

b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.

c) A diferença entre autarquia e fundação pública reside no fato de a segunda, por se tratar de um patrimônio preordenado a um fim social, não possuir personalidade jurídica própria.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) A autarquia, que só pode ser criada por autorização legal, adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

e) Por atuarem como exploradoras da atividade econômica, as empresas públicas ou sociedades de economia mista não precisam de autorização legislativa para criarem subsidiárias.

Letra b.

a) Errada. Diferentemente das Sociedades de Economia Mista que devem ser constituídas por SA, as Empresas Públicas admitem qualquer forma societária.

b) Certa. A Constituição estabelece que a empresa pública e a sociedade de economia mista "não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado". Portanto, o comando Constitucional é para que as empresas estatais sigam as regras tributárias de todas as empresas privadas, sem tratamento diferenciado.

c) Errada. Se o Estado cria uma fundação e lhe dá personalidade de direito público, essa terá natureza de autarquia; entretanto, se o Estado cria uma fundação e lhe concede personalidade de direito privado, tal fundação será administrada nos mesmos moldes que as fundações privadas, naquilo que não conflitar com as regras gerais de direito público

d) Errada. O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da Administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica poderá ser criada autarquia. Para as autarquias, a lei específica cria a entidade, ou seja: com a lei, a entidade já tem existência no mundo jurídico, adquirindo personalidade jurídica, sem depender de outros atos secundários para que esteja totalmente constituída. Como consequência da criação decorrente da lei, não é necessário registrar a autarquia em qualquer órgão.

e) Errada. O art. 37, XX, da CF/1988, menciona que a criação de subsidiária dependerá de Lei "em cada caso" (ou lei específica). Assim, para cada nova entidade criada, deveria haver uma lei autorizando. Mas o STF entendeu que, se na lei que autorizou a criação da entidade, houver uma autorização geral para criação de subsidiárias, não será preciso lei em cada caso.

Questão 161 (2017/FEPESE/PREFEITURA DE CRICIÚMA/FISCAL DE RENDAS E TRIBUTOS) É correto afirmar sobre estrutura da Administração Pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

1. As Secretarias municipais são exemplos de administração pública indireta, pois são órgãos auxiliares do Poder Executivo.
2. As sociedades de economia mista são entes de natureza privada, cuja finalidade é igualar a atividade pública à privada.
3. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas para executar atividades típicas da Administração Pública.
4. As fundações possuem personalidade jurídica própria e poderão adotar personalidade jurídica pública ou privada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
b) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
c) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
e) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

Letra c.

1) Incorreta. As Secretarias fazem parte da Administração Direta, pois são órgãos criados pelos municípios por meio da desconcentração administrativa.

2) Incorreta. Apesar de serem pessoas de direto privado, sua finalidade não é igualar a atividade pública à atividade privada, e sim explorar atividade econômica.

3) Correta. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

4) Correta. Se o Estado cria uma fundação e lhe dá personalidade de direito público, essa terá natureza de autarquia; entretanto, se o Estado cria uma fundação e lhe concede personalidade de direito privado, tal fundação será administrada nos mesmos moldes que as fundações privadas, naquilo que não conflitar com as regras gerais de direito público.

Questão 162 (2017/FEPESE/PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC/FISCAL DE RENDAS E TRIBUTOS) Assinale a alternativa correta sobre os órgãos públicos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) São entes despersonalizados decorrentes da desconcentração da administração pública.
b) Representam os entes estatais pelos quais foram criados e possuem personalidade jurídica própria.
c) São resultados da descentralização administrativa e possuem autonomia gerencial e financeira.
d) Representam a desconcentração administrativa e possuem patrimônio próprio, autonomia gerencial e financeira.
e) A autonomia administrativa, funcional e financeira dá ao órgão capacidade de atuar em juízo.

Letra a.
a) Certa. Os órgãos são criados por meio da desconcentração.
b) Errada. Os órgãos não possuem personalidade jurídica.
c) Errada. São resultado da desconcentração.
d) Errada. Não possuem patrimônio próprio nem autonomia.
e) Errada. Não possuem autonomia.

Questão 163 (2017/FEPESE/PC-SC/ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL) A respeito das entidades integrantes da administração pública indireta, as pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, sem caráter econômico, para desempenho de funções próprias e típicas de Estado, são denominadas:
a) Autarquias.
b) Empresas públicas.
c) Fundações públicas.
d) Organizações sociais.
e) Sociedades de economia mista.

Letra a.
Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Art. 5º, I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Questão 164 (2017/FEPESE/PC-SC/AGENTE DE POLÍCIA CIVIL) Não constitui característica das sociedades de economia mista:

a) São criadas por autorização de lei.

b) Adotam a forma de sociedade anônima.

c) São pessoas jurídicas de direito público.

d) Controle acionário pertencente ao Poder Público.

e) Têm como objetivo a exploração de atividades econômicas ou a prestação de serviços públicos.

Letra c.

Tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado.

Questão 165 2017/FEPESE/CIASC/ADVOGADO) Sobre a Administração Pública Direta e Indireta, é correto afirmar:

a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, destinadas a realizar atividades, obras ou serviços de forma descentralizada.

b) As empresas públicas e sociedades de economia mista podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

c) O INSS é uma fundação vinculada ao Ministério da Previdência Social, com a finalidade de promover os direitos relacionados aos benefícios da previdência social.

d) Os serviços sociais autônomos e as organizações sociais Integram a estrutura da Administração Indireta.

e) As sociedades de economia mista estão sujeitas à fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas.

Letra e.

a) Errada. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. A Constituição estabelece que a empresa pública e a sociedade de economia mista "não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado". Portanto, o comando Constitucional é para que as empresas estatais sigam as regras tributárias de todas as empresas privadas, sem tratamento diferenciado

c) Errada. O INSS é uma autarquia.

d) Errada. As chamadas paraestatais fazem parte do terceiro setor, não integrando a Administração Pública direta nem indireta.

e) Certa. A possibilidade de sujeição ao Tribunal de Contas foi confirmada pelo STF, ao julgar o MS n. 25.092 e o MS n. 25.181, revendo sua jurisprudência anterior, de maneira a firmar uma nova posição nesse Tribunal:

> EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL. BANCO DA AMAZÔNIA. CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO. APRECIAÇÃO DO ATO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DO WRIT. AGRAVO DESPROVIDO. O Banco da Amazônia, ao receber e administrar recursos da União, está sujeito ao controle do Tribunal de Contas da União sobre os atos referentes a esses recursos, na forma do art. 1º, I da Lei n. 8.443/1992 e da jurisprudência desta Corte, firmada no julgamento do MS 25.092, rel. min. Carlos Velloso, DJ 17.03.2006. Para aferir a legalidade da concessão de financiamento destinado à construção de complexo turístico, não basta analisar o direito aplicável à espécie, sendo imprescindível revolver todo o conjunto fático-probatório subjacente, o que é inviável na estreita via do mandado de segurança. Agravo regimental a que se nega provimento. (MS 25837 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 23/09/2009, DJe-204 DI-VULG 28-10-2009 PUBLIC 29-10-2009 EMENT VOL-02380-01 PP-00208).

Questão 166 (2016/FEPESE/PREFEITURA DE LAGES-SC/ADMINISTRADOR) Assinale a alternativa correta.

a) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é um exemplo de agência executiva.

b) As agências reguladoras foram criadas para disciplinar e controlar atividades determinadas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) As agências reguladoras e as agências executivas caracterizam-se como pessoas jurídicas de direito privado.

d) As agências executivas e as agências reguladoras são frutos da centralização governamental.

e) Tendo em vista a independência dos poderes, nenhum ato praticado pelas agências reguladoras poderá ser apreciado pelo Poder Judiciário.

Letra b.

As agências reguladoras regulam e controlam atividades que constituem objeto de concessão, permissão ou autorização de serviço público (telecomunicações, energia elétrica, transportes etc.) ou de concessão de exploração de bem público (petróleo e outras riquezas minerais, rodovias etc.).

Questão 167 (2016/FEPESE/ PREFEITURA DE LAGES-SC/ADMINISTRADOR) Assinale a alternativa correta.

a) As instituições hospitalares privadas são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público devido a sua função social.

b) Sindicatos e associações de classe são um exemplo de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que não tenham fins lucrativos.

c) A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham como finalidade a promoção da cultura. A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida a autarquias voltadas à educação.

d) Entidades que comercializam planos de saúde não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Letra d.

a) Errada. As Sociedades privadas hospitalares não são passíveis de serem qualificadas como OSCIP.

> Lei n. 9.790/1999
> **Art. 2º** Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

I - as sociedades comerciais;
II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
IX - as organizações sociais;
X - as cooperativas;
XI - as fundações públicas;
XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

b) Errada. Essas entidades também não são passíveis de serem qualificadas como OSCIP.

c) Errada. A promoção da cultura é apenas uma das possibilidades:

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:
I - promoção da assistência social;
II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
VII - promoção do voluntariado;
VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
> XIII - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.

d) Certa. Essa qualificação somente pode ser conferida à pessoas jurídicas de direito privado.

> **Art. 1º** Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

Questão 168 (2016/FEPESE/SJC-SC/AGENTE DE SEGURANÇA) Assinale a alternativa correta sobre a autarquia

a) A sua criação constitui um exemplo de desconcentração de serviço público.

b) Possui personalidade, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública.

c) Quando revestida sob a forma de uma Secretaria estadual, não terá personalidade jurídica própria.

d) Somente poderá ser constituída para a execução de fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

e) Ao adquirir personalidade jurídica de direito privado, passa a integrar a administração indireta do ente que a criou.

Letra b

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

Questão 169 (FGV/MPE GO/SECRETÁRIO ASSISTENTE/2022) Assinale a opção que indica uma característica das autarquias, figura jurídica representada por entidades como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) A obrigatoriedade do uso das normas da CLT para seus funcionários.

b) A necessidade de elaboração de lei para a sua criação.

c) O patrimônio composto exclusivamente por bens regidos pelo direito privado.

d) A vedação à execução de atividades típicas de Estado.

e) A impossibilidade de realização de concurso público para contratação de pessoal.

Letra b.

Para as autarquias, a lei específica cria a entidade, ou seja: com a lei, a entidade já tem existência no mundo jurídico, adquirindo personalidade jurídica, sem depender de outros atos secundários para que esteja totalmente constituída. Como consequência da criação decorrente da lei, não é necessário registrar a autarquia em qualquer órgão.

Questão 170 (FGV/TRT 16ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2022) Imagine que Gama é entidade da administração indireta federal, que ostenta personalidade jurídica de direito privado e foi criada por meio de autorização de lei específica. Gama foi constituída necessariamente sob a forma de sociedade anônima S/A e tem capital misto, mas a maioria do capital votante é do poder público.

De acordo com o ordenamento jurídico, diante da descrição acima, a entidade Gama é uma

a) fundação pública.

b) sociedade de economia mista.

c) autarquia federal.

d) empresa pública.

e) concessionária prestadora de serviço público.

Letra b.

a) Errada. A fundação pública será de direito público, terá natureza de autarquia para todos os fins.

b) Certa. A sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, deve ser organizada sob a exclusiva forma de sociedade anônima.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Errada. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

d) Errada. A sociedade de economia mista é formada por capital público e privado. Na composição do capital, pode haver recursos de pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas vinculadas ao Estado (administração indireta). Entretanto, a maioria do capital com direito a voto (maioria das ações com direito a voto) deve estar sob controle do Estado ou de sua entidade da administração indireta.

e) Errada. Concessionária de serviço público não é criada/autorizada por lei. Não faz parte da administração indireta.

Questão 171 (FGV/MPE GO/SECRETÁRIO ASSISTENTE/2022) A existência de um conjunto de competências criadas pelo Estado para representar sua vontade, ainda que sem personalidade jurídica ou capacidade processual, está associada ao conceito de

a) entidades administrativas.
b) territórios federais.
c) agências executivas.
d) poderes de Estado.
e) órgãos públicos.

Letra e.

Os órgãos, integrantes de uma estrutura interna, não possuem:

- personalidade jurídica;
- patrimônio próprio;
- capacidade processual.

A criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo (arts. 48, XI e 61, § 1º, e, CF/1988) a quem compete, privativamente, e por decreto, dispor sobre a organização e funcionamento desses órgãos públicos, quando não implicar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, b, CF/1988). Assim, para a criação e extinção de órgãos, há a necessidade de lei, entretanto, para dispor sobre a organização e o funcionamento, poderá ser usado ato normativo inferior à lei: o decreto.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 172 (FGV/TJDFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2022) Maria, ministra de Estado, tomou conhecimento de que Joana, que estava à frente de uma estrutura criada a partir dos conceitos da descentralização administrativa, vinculada ao seu Ministério, sendo responsável pela prestação de serviços públicos, praticara um ato que fora muito criticado. Esse ato, ao ver de Maria, se mostrava totalmente inconveniente e inoportuno à luz do interesse público.

À lua da narrativa, é correto afirmar que Maria:

a) pode anular o ato de Joana, no exercício do poder de tutela;

b) pode revogar o ato de Joana, no exercício do poder de autotutela;

c) no exercício do poder de supervisão, pode anular ou revogar o ato de Joana, conforme o caso;

d) deve observar, em princípio, a autonomia do ente dirigido por Joana, exercendo a tutela no limite estabelecido em lei;

e) deve observar a autonomia do ente dirigido por Joana, mas pode exercer o controle interno, conforme autorizado em lei.

Letra d.

a) Errada. O ato não poderá ser anulado.

b) Errada. O ato não poderá ser revogado.

c) Errada. Conforme visto anteriormente, o ato não poderá ser anulado nem revogado.

d) Certa. O controle finalístico também é chamado de tutela ou controle administrativo ou, também, de supervisão ministerial em nível federal. Cada entidade da administração indireta fica vinculada a um determinado ministério, e este realiza o controle finalístico da entidade. Assim, Maria deve observar, em princípio, a autonomia do ente dirigido por Joana, exercendo a tutela no limite estabelecido em lei

e) Errada. Trata-se de controle finalístico.

Questão 173 (FGV/TJDFT/ANALISTA JUDICIÁRIO–ANÁLISE DE SISTEMAS/2022) O prefeito do Município Alfa decidiu promover uma ampla reestruturação da Administração pública indireta. Para tanto, decidiu que fosse elaborado um estudo preliminar, de modo a delinear os contornos gerais de: (1) duas entidades com personalidade jurídica própria, para a execução

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

dos serviços públicos de limpeza urbana e de administração de cemitérios públicos; e (2) de órgãos específicos, a serem criados no âmbito da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ordem Pública, de modo a aumentar a especialização e, consequentemente, o nível de eficiência estatal.

É correto afirmar que:

a) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por especificação e em (2) de descentralização administrativa por serviços;

b) em (1) são mencionados exemplos de desconcentração administrativa por especificação e em (2) de desconcentração administrativa por serviços;

c) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por serviços e em (2) de desconcentração administrativa;

d) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de descentralização administrativa por eficiência;

e) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de estatização por padrão de eficiência.

Letra c.

Na descentralização administrativa, surgem novas pessoas, dotadas de personalidade jurídica própria, ou seja, com capacidade para responder por seus próprios atos e exercer suas atividades com autonomia. Na desconcentração, os órgãos criados não possuem personalidade jurídica; assim, a pessoa jurídica que realizou a distribuição interna de competências responderá pelos atos de seus órgãos.

Já na desconcentração, existe relação de hierarquia entre os diversos órgãos e autoridades. Como consequência dessa hierarquia, há o poder de controlar, de revisar, coordenar e corrigir os órgãos subordinados, avocar e delegar atos.

Questão 174 (FGV/SEMSA/ESPECIALISTA EM SAÚDE–ADVOGADO/2022) O Município Alfa, por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde, celebrou convênio com a União, representada pelo Ministério da Saúde, com vistas a receber verba para realização de determinado projeto de interesse social, assumindo o compromisso de prestar contas junto ao citado Ministério e ao Tribunal de Contas da União - TCU. Findo o prazo do convênio, a União detectou ilegalidades

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

em sua execução, na gestão do Prefeito Antônio, razão pela qual o Município Alfa foi inserido em um cadastro federal de inadimplência, ficando impedido de contratar operações de crédito, celebrar convênios com órgãos e entidades federais e receber transferências de recursos.

Recentemente, houve troca na chefia do Executivo municipal. O atual Prefeito, José, tão logo iniciou sua atual gestão, adotou todas as medidas necessárias visando ao ressarcimento ao erário decorrente das ilegalidades praticadas no convênio, assim como corrigiu as falhas administrativas e apresentou todos os documentos solicitados pelo TCU e pelo Ministério da Saúde. Diante disso, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Município Alfa requereu sua exclusão do citado cadastro federal de inadimplência, com base no princípio administrativo da

a) autotutela, segundo o qual somente o agente público responsável pela ilegalidade pode ser responsabilizado pelos ilícitos praticados, sob pena de a Administração Pública ser duplamente penalizada pelo mesmo fato.

b) impessoalidade, segundo o qual os atos ilícitos praticados, por ação ou omissão de agente público, não podem prejudicar o ente federativo a que ele estiver vinculado, com base na teoria do órgão.

c) continuidade, segundo o qual a nova administração municipal não pode ser penalizada por ato praticado por anterior gestor, sem prejuízo de sua responsabilização nas esferas cível, administrativa e criminal.

d) vedação da ultratividade do direito sancionador, segundo o qual é dever da nova gestão promover o desbloqueio da inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, sob pena de responsabilidade pessoal do atual Prefeito.

e) intranscendência subjetiva das sanções, segundo o qual não pode permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, foram tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos.

Letra e.

a) Errada. O princípio da autotutela estabelece que a Administração Pública tem o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. O princípio da impessoalidade dispõe que a atuação da Administração Pública possui cunho impessoal. Não pode, em nenhuma situação, o agente público oferecer tratamento diferenciado, visando privilegiar determinadas pessoas.

c) Errada. Segundo o princípio da continuidade, serviços públicos essenciais não devem sofrer interrupção, devendo haver continuidade, para que a comunidade não seja prejudicada.

d) Errada. Vide comentário da letra "e".

e) Certa. O princípio da intranscendência subjetiva das sanções proíbe a aplicação de sanção à administração atual por atos de gestão praticados por administrações anteriores.

Ademais, vejamos o entendimento do STJ a esse respeito:

> **JURISPRUDÊNCIA**
> Súmula 615 do STJ: Não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.

Questão 175 (FGV/MPE SC/AUXILIAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO/2022) Analise os conceitos de duas entidades que integram a administração indireta:

I – Pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao poder público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.

II – Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado.

As entidades acima conceituadas são, respectivamente:

a) empresa pública e fundação pública;

b) fundação privada e autarquia;

c) sociedade de economia mista e autarquia;

d) sociedade de economia mista e empresa pública;

e) empresa pública e autarquia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra c.

Quanto ao item I, o conceito é disposto na Lei n. 13.303/2016:

> **Art. 4º.** Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

Quanto ao item II, autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

> **Art. 5º**
> I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Questão 176 (FGV/MPE GO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022) Considere um município que seja administrado por uma gestão com ideais reformistas, e que, dentre outras mudanças, tenha como prioridade aumentar a especialização da máquina pública por meio de um processo de descentralização.

Com base no apresentado, evidencia-se como um exemplo de descentralização a

a) divisão das competências da Guarda Municipal em superintendências regionais.

b) delegação do poder de planejamento para as superintendências administrativas.

c) concessão de capacidades normativas aos secretários municipais.

d) transferência da execução de serviço de saneamento básico para empresa pública.

e) atribuição de responsabilidades de coordenação aos subprefeitos locais.

Letra d.

Na DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ocorre distribuição de competências de uma para outra pessoa jurídica com a criação de entidades dotadas de personalidade jurídica própria: são as autarquias, fundações, **empresas públicas** e sociedades de economia mista (administração indireta).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Ademais, as outras alternativas descrevem hipóteses de distribuição interna, logo estão incorretas.

Questão 177 (FGV/SEFAZ BA/AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS/2022) As *agências reguladoras* têm como características a autonomia funcional, decisória, financeira e administrativa. Apesar das prerrogativas previstas em lei, elas devem seguir algumas regras específicas. Assinale a opção que indica uma dessas regras.

a) A elaboração de plano estratégico bienal, em consonância com as diretrizes decorrentes da subordinação hierárquica perante o ministério supervisor.

b) A contratação de dirigentes por meio de procedimento idôneo e formal, respeitada arguição pública no Senado Federal, além de mandato fixo destituível apenas por condenação judicial transitada em julgado.

c) A adoção de práticas de gestão de riscos e controles internos, bem como elaboração de programa de integridade visando o combate a fraudes e atos de corrupção.

d) A qualificação como agência reguladora recebida por ministro da justiça, por ato vinculado, desde que apresentado plano de reestruturação e desenvolvimento para a melhoria da gestão.

e) O estabelecimento de conselho fiscal e administração com composição paritária, constituído por agentes públicos e membros da sociedade civil, vedada remuneração.

Letra c.

Podemos encontrar a resposta da questão na Lei n. 13.848/2019, que regulamenta as agências reguladoras, vejamos:

> **Art. 3º** A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, **pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira** e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação.
> § 1º Cada agência reguladora, bem como eventuais fundos a ela vinculados, deverá corresponder a um órgão setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Organização e Inovação Institucional, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Serviços Gerais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

§ 2º A autonomia administrativa da agência reguladora é caracterizada pelas seguintes competências:
I – solicitar diretamente ao Ministério da Economia:
a) autorização para a realização de concursos públicos;
b) provimento dos cargos autorizados em lei para seu quadro de pessoal, observada a disponibilidade orçamentária;
c) alterações no respectivo quadro de pessoal, fundamentadas em estudos de dimensionamento, bem como alterações nos planos de carreira de seus servidores;
II – conceder diárias e passagens em deslocamentos nacionais e internacionais e autorizar afastamentos do País a servidores da agência;
III – celebrar contratos administrativos e prorrogar contratos em vigor relativos a atividades de custeio, independentemente do valor.
§ 3º As agências reguladoras devem adotar práticas de gestão de riscos e de controle interno e elaborar e divulgar programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.

Apenas a alternativa "c" descreve uma das regras específicas para as agências, nos termos do artigo 3º, §3º, da lei supracitada.

Questão 178 (FGV/MPE GO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022) Analisando o Ministério Público de Goiás sob a ótica da organização administrativa, temática que estuda a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que ele é um exemplo de

a) órgão público.
b) poder constitucional.
c) secretaria de governo.
d) entidade administrativa.
e) pessoa jurídica de direito público externo.

Letra a.

Podemos dizer que órgão público é uma unidade com atribuição específica dentro da Administração Pública. É composto por Agentes Públicos que conduzem e compõem o órgão, direcionado ao cumprimento de uma atividade estatal.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Ademais, os órgãos não possuem personalidade jurídica, pois apenas são componentes de uma estrutura dividida internamente, assim como acontece com os órgãos do corpo humano. Quem deterá personalidade/capacidade jurídica para responder pelos atos praticados pelos órgãos será a pessoa jurídica que realizou a desconcentração.

Apesar de, em regra, os órgãos não possuírem capacidade processual, segundo a doutrina, apenas **órgãos independentes e autônomos** podem ter capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas institucionais. Essa capacidade para estar em juízo também é conhecida como personalidade judiciária. Assim, deve-se ter cuidado, pois personalidade jurídica é diferente de personalidade judiciária. Esta última, alguns órgãos podem, excepcionalmente, possuir; mas, personalidade jurídica, nenhum órgão possui.

São órgãos independentes: os originários da Constituição e representativos dos poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional. São também chamados de órgãos primários do Estado. Esses órgãos exercem as funções outorgadas diretamente pela CF/1988, para serem desempenhadas, pessoalmente, pelos seus membros (agentes políticos), segundo normas especiais e regimentais. Exemplos: Tribunais Judiciários e os juízes singulares (STF, STJ, demais tribunais superiores, TRFs, Tribunais de Justiça); Ministério Público; Tribunais de Contas.

Autônomos: na cúpula da administração, são localizados imediatamente abaixo dos órgãos independentes e diretamente subordinados aos seus chefes. Têm ampla autonomia administrativa e financeira. São órgãos com funções de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que estão na área de sua competência, executando, com autonomia, suas funções específicas, mas segundo diretrizes dos órgãos independentes, que expressam as opções políticas do Governo. Seus dirigentes, em regra, não são funcionários, mas agentes políticos nomeados em comissão. Exemplos: Ministérios, secretarias de Estado e município; Advocacia-Geral da União.

Questão 179 (FGV/SENADO FEDERAL/CONSULTOR LEGISLATIVO/2022) A União, para prestar os relevantes serviços públicos na área da saúde, criou diversos órgãos, como o Ministério da Saúde, o Hospital Federal Alfa e o Hospital Federal Beta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Esta distribuição interna de competência entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica, calcada no poder hierárquico, é denominada

a) descentralização administrativa.

b) delegação de serviço público.

c) descentralização funcional.

d) outorga de serviço público.

e) desconcentração administrativa.

Letra e.

a) Errada. Na descentralização administrativa, surgem **novas pessoas**, dotadas de personalidade jurídica própria.

b) Errada. Nesse caso, o Estado transfere, por contrato de concessão ou permissão de serviços públicos, ou ato administrativo de autorização, a execução de um serviço, para que um **particular** o preste por sua conta e risco.

c) Errada. Na descentralização por serviços/por outorga, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).

d) Errada. Diferente da delegação por serviço público, a outorga só pode ser realizada por lei.

e) Certa. A desconcentração é uma distribuição interna de competências, **dentro da mesma pessoa jurídica**.

Questão 180 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS/2019) Até recentemente, havia o entendimento dos especialistas de que a sociedade poderia ser classificada em dois setores, o primeiro sendo o Poder Público e o segundo o Mercado. Com o crescente número de demandas sociais não atendidas pelo Estado, um terceiro setor começa se consolidar e ganhar importância no atendimento das demandas da sociedade. Assinale a opção que indica uma organização do terceiro setor.

a) Agência Executiva.

b) Sociedade Anônima.

c) Fundação Autárquica.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Associação Pública.

e) Entidade de Apoio.

Letra e.

O primeiro setor é o Estado, composto pela Administração direta e indireta. O segundo setor é o mercado: são pessoas de direito privado que atuam no mercado, visando ao lucro. E o terceiro setor são pessoas privadas incentivadas pelo Estado para exercerem atividade privada de interesse público, sendo estimuladas por meio do fomento. Atualmente, fala-se em um quarto setor: o mercado informal e aqueles que desempenham atividades ilícitas. A expressão paraestatal é atualmente utilizada para se referir ao terceiro setor do Estado. Atualmente, as entidades incluídas no terceiro setor (paraestatais) são:

- Serviços Sociais Autônomos (Sistema "S");
- Organizações Sociais – OSs;
- Organizações Sociais Civis de Interesse Público – OSCIPs;
- fundações ou entidades de apoio.

Questão 181 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS/2019) No que concerne às Agências Reguladoras, importantes entidades criadas para fiscalizar e regular serviços de determinados setores econômicos, assinale a afirmativa incorreta.

a) As agências devem ter necessariamente personalidade jurídica de direito público, dotadas de independência administrativa e autonomia financeira.

b) Seus dirigentes devem possuir mandatos fixos, sendo estritamente vedada a possibilidade de exoneração *ad nutum*.

c) As agências são autarquias ou fundações públicas que celebraram contrato de gestão com o Poder Público.

d) Seus atos não podem ser revistos ou alterados pelo Poder Executivo, apenas pelo Judiciário, devendo, no entanto, agir conforme suas finalidades específicas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) As agências podem existir tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal, desde que criadas por lei.

Letra c.

As Agências Reguladoras foram criadas no Brasil como autarquias, mas são autarquias em regime especial.

Questão 182 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS/2019) O conceito de agência executiva foi criado com o objetivo precípuo de otimizar recursos, reduzir custos e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos. Essa noção tem sua origem em um modelo utilizado nos Estados Unidos e foi importado pelo Brasil no período de reforma administrativa do Estado, na década de 90. Considerando as Agências Executivas, analise as afirmativas a seguir.

I – É um tipo de qualificação dada à uma pessoa jurídica.

II – Garante maior autonomia ao ente público.

III – Altera a natureza jurídica da entidade.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

Letra d.

Agência Executiva é uma qualificação dada à autarquia ou fundação que, por meio do contrato de gestão com o órgão da Administração direta (Item I) a que esteja vinculada, amplia sua autonomia (Item II) para a melhoria da eficiência e redução de custos (art. 37, § 8º).

> § 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (...) *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

As agências executivas não são uma nova figura administrativa. É apenas o resultado de uma qualificação, uma nova roupagem que se atribui a uma autarquia ou fundação que, mediante contrato de gestão, realizado nos termos do art. 37, § 8º, da CF/1988, amplia sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial, visando a se tornar mais eficiente. É importante destacar que o art. 37, § 8º, da CF/1988, possibilita que órgãos e entidades da Administração direta e indireta celebrem contrato de gestão com o Ministério supervisor. Essa possibilidade não é restrita apenas às autarquias e fundações. Mas se qualificar como agência executiva é apenas para autarquia ou fundações governamentais.

Questão 183 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS/2019) Sobre a descentralização por colaboração, assinale a afirmativa correta.

a) Ocorre quando a Constituição atribui a um ente específico que exerça atribuições próprias de forma autônoma ao ente central.

b) Ocorre quando a Administração Pública transfere, por contrato ou ato administrativo unilateral, a execução de serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado.

c) Ocorre quando é outorgada a outros órgãos funções de determinada entidade administrativa, visando ao aumento de eficiência.

d) Ocorre quando a Lei específica cede a titularidade de serviço público a uma pessoa jurídica do direito público, sem que o cedente interfira nas atividades.

e) Ocorre quando as organizações paraestatais celebram ajuste com a Administração Pública por termo cooperação e se tornam parte da administração indireta.

Letra b.

Na descentralização, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada. Na descentralização por delegação/colaboração o Estado transfere, por contrato de concessão ou permissão de serviços públicos, ou ato administrativo de autorização, a execução de um serviço, para que um particular o preste por sua conta e risco. No caso de permissão de serviços públicos pode ser feita a delegação para pessoas físicas ou jurídicas; na concessão, somente para pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 184 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS/2019) Determinado município baiano autoriza, por meio de lei, a instituição de uma autarquia com a finalidade de gerir o trânsito e os estacionamentos públicos da região. Para preencher os cargos dessa autarquia, serão realizados concursos públicos, e os empossados serão regidos pelo regime jurídico estatutário. Além disso, visando a contenção de despesas, o Município irá convocar alguns empresários locais para participar do capital da autarquia, deixando o Poder Público apenas com 51% do controle.

Em relação ao apresentado na situação, está de acordo com a legislação brasileira que dispõe sobre as autarquias:

a) A autorização da instituição da autarquia por lei, o uso do regime jurídico único estatutário para o pessoal e a participação da iniciativa privada em seu capital.

b) A autorização da instituição por lei da autarquia e a participação de empresários em seu capital.

c) A autorização da instituição da autarquia por lei, o uso do regime jurídico estatutário para o pessoal.

d) O uso do regime jurídico estatutário para o pessoal e a participação da iniciativa privada em seu capital.

e) O uso do regime jurídico estatutário para o pessoal.

Letra e.

Os servidores das Autarquias possuem cargo efetivo (= concurso). No entanto, de 2003 a 2007, foi possível fazer concurso para regime da CLT. Isso porque a obrigatoriedade de regime jurídico único foi retirada pela Emenda Constitucional n. 19/1998 da CF/1988 e, em seguida, editada a Lei n. 9.986/2000, que permitiu contração pela CLT. No entanto, essa permissão foi até 2007, quando o STF julgou a ADI n. 2135, entendendo que a forma de exclusão do regime jurídico único foi feita com vício formal (vício no procedimento). Assim, nessa data, retornou a obrigação de contratação pelo regime estatutário nas autarquias.

> MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PODER CONSTITUINTE REFORMADOR. PROCESSO LEGISLATIVO. EMENDA CONSTITUCIONAL 19, DE 04.06.1998. ART. 39, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SERVIDORES PÚBLICOS.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

REGIME JURÍDICO ÚNICO. PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO, DURANTE A ATIVIDADE CONSTITUINTE DERIVADA, DA FIGURA DO CONTRATO DE EMPREGO PÚBLICO. INOVAÇÃO QUE NÃO OBTEVE A APROVAÇÃO DA MAIORIA DE TRÊS QUINTOS DOS MEMBROS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS QUANDO DA APRECIAÇÃO, EM PRIMEIRO TURNO, DO DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO (DVS) n. 9. SUBSTITUIÇÃO, NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA LEVADA A SEGUNDO TURNO, DA REDAÇÃO ORIGINAL DO CAPUT DO ART. 39 PELO TEXTO INICIALMENTE PREVISTO PARA O PARÁGRAFO 2º DO MESMO DISPOSITIVO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO APROVADO. SUPRESSÃO, DO TEXTO CONSTITUCIONAL, DA EXPRESSA MENÇÃO AO SISTEMA DE REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RECONHECIMENTO, PELA MAIORIA DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DA PLAUSIBILIDADE DA ALEGAÇÃO DE VÍCIO FORMAL POR OFENSA AO ART. 60, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RELEVÂNCIA JURÍDICA DAS DEMAIS ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL REJEITADA POR UNANIMIDADE. 1. A matéria votada em destaque na Câmara dos Deputados no DVS n. 9 não foi aprovada em primeiro turno, pois obteve apenas 298 votos e não os 308 necessários. Manteve-se, assim, o então vigente caput do art. 39, que tratava do regime jurídico único, incompatível com a figura do emprego público. 2. O deslocamento do texto do § 2º do art. 39, nos termos do substitutivo aprovado, para o caput desse mesmo dispositivo representou, assim, uma tentativa de superar a não aprovação do DVS n. 9 e evitar a permanência do regime jurídico único previsto na redação original suprimida, circunstância que permitiu a implementação do contrato de emprego público ainda que à revelia da regra constitucional que exige o *quorum* de três quintos para aprovação de qualquer mudança constitucional. 3. Pedido de medida cautelar deferido, dessa forma, quanto ao caput do art. 39 da Constituição Federal, ressalvando-se, em decorrência dos efeitos *ex nunc* da decisão, a subsistência, até o julgamento definitivo da ação, da validade dos atos anteriormente praticados com base em legislações eventualmente editadas durante a vigência do dispositivo ora suspenso. 4. Ação direta julgada prejudicada quanto ao art. 26 da EC 19/98, pelo exaurimento do prazo estipulado para sua vigência. 5. Vícios formais e materiais dos demais dispositivos constitucionais impugnados, todos oriundos da EC 19/98, aparentemente inexistentes ante a constatação de que as mudanças de redação promovidas no curso do processo legislativo não alteraram substancialmente o sentido das proposições ao final aprovadas e de que não há direito adquirido à manutenção de regime jurídico anterior. 6. Pedido de medida

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> cautelar parcialmente deferido.(ADI 2135 MC, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ELLEN GRACIE (ART.38,IV, b, do RISTF), Tribunal Pleno, julgado em 02/08/2007, DJe-041 DIVULG 06-03-2008 PUBLIC 07-03-2008 EMENT VOL02310-01 PP-00081 RTJ VOL-00204-03 PP-01029).

Por fim, observe-se que, em qualquer caso, independentemente da época de admissão e do regime de pessoal adotado, as autarquias são alcançadas pela regra constitucional que exige a realização de concurso público (art. 37, II, CF/1988), bem como pela vedação de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas (art. 37, XVII, CF/1988).

Questão 185 (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS/2019) O Prefeito do Município Alfa solicitou orientações de sua assessoria jurídica a respeito da sistemática de criação de uma autarquia, da natureza de sua personalidade jurídica e da possibilidade desse ente celebrar contrato, a ser firmado por seus administradores, com o poder público, visando a ampliar a sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

À luz da sistemática constitucional, a assessoria respondeu corretamente que as autarquias

a) são criadas por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito público e estando autorizadas a celebrar os denominados contratos de gestão.

b) têm sua instituição autorizada por lei, possuindo personalidade jurídica de direito público e não estando autorizadas a celebrar contratos com o Poder Público.

c) são criadas por ato administrativo negocial, possuindo personalidade jurídica de direito público e não estão autorizadas a celebrar contratos com o Poder Público.

d) são criadas por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito privado e os seus contratos são celebrados pelo Ministro responsável pela supervisão.

e) têm sua instituição autorizada por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito público e os seus contratos são celebrados pelo Ministro responsável pela supervisão.

Letra a.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> **Art. 5º**, I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Além disso, temos as chamadas Agências Executivas que são uma qualificação dada à autarquia ou fundação que, por meio do contrato de gestão com o órgão da Administração direta a que esteja vinculada, amplia sua autonomia para a melhoria da eficiência e redução de custos (art. 37, § 8º).

> § 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

Questão 186 (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019) Hércules, diretor-executivo de uma multinacional do setor de varejo, recebe um convite do Presidente da República para assumir cargo de diretor-geral de uma agência reguladora federal. Entusiasmado com a oportunidade, mas com receio de abandonar seu emprego seguro na multinacional, Hércules pergunta ao seu amigo Aquiles, destacado jurista, sobre a possibilidade de perda de mandato de dirigentes das agências reguladoras. Aquiles informa, corretamente, que:

a) por ter natureza jurídica de cargo comissionado, os cargos de dirigentes das agências reguladoras são caracterizados como de livre nomeação e exoneração;

b) embora a estabilidade, por tempo determinado, seja a regra, a lei instituidora da agência pode prever condições diferentes para a perda de cargo dos dirigentes;

c) devido ao seu caráter político, o dirigente de agência reguladora só poderá ser substituído após cumprido integralmente seu mandato;

d) em razão de a nomeação ser realizada por meio de processo seletivo simplificado, sua demissão será feita apenas pelo plenário do Congresso Federal;

e) com o objetivo de garantir a autonomia das agências reguladoras no cumprimento de seus deveres funcionais, é assegurada a vitaliciedade aos seus dirigentes.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra b.

A principal diferença entre uma autarquia comum e a agência reguladora está no modo de escolha ou nomeação do dirigente. Em uma autarquia comum, os dirigentes ocupam cargo de natureza especial (cargo em comissão); dessa forma, são de livre nomeação e exoneração, a critério da autoridade competente. No caso das agências reguladoras, os dirigentes são indicados pelo Chefe do Poder Executivo, mas dependem de aprovação do Poder Legislativo. No plano federal, essa aprovação é feita pelo Senado. Outro ponto distintivo está na existência de mandato dos dirigentes insuscetíveis de destituição a critério do Chefe do Executivo. O prazo de mandato e as possibilidades de sua perda estão dispostos na lei de cada agência reguladora, pois não existe prazo uniforme para todas as agências. Além disso, nas agências reguladoras os dirigentes têm mandato fixo.

Questão 187 (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019) Em relação às formas de descentralização e desconcentração administrativa, analise os itens a seguir.

I – A descentralização por serviços institui uma entidade da administração indireta, contanto que seja criada por meio de lei específica.

II – A descentralização por colaboração transfere a titularidade de execução da atividade da Administração Pública para a iniciativa privada, por meio de contrato ou ato unilateral.

III – A desconcentração administrativa permite a criação de órgão com personalidade jurídica de direito público, mas sem capacidade processual.

Está correto somente o que se afirma em:

a) I;

b) II;

c) III;

d) I e II;

e) I e III.

Letra a.

De início vamos analisar item por item. Item I único correto, pois na chamada descentralização por outorga, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Item II errado, pois na descentralização por delegação/colaboração, o Estado transfere, por contrato de concessão ou permissão de serviços públicos, ou ato administrativo de autorização, a execução de um serviço, para que um particular o preste por sua conta e risco. O Estado nunca irá transferir a titularidade. Por fim, Item III também errado, pois na desconcentração os órgãos que são criados não possuem personalidade jurídica; assim, a pessoa jurídica que realizou a distribuição interna de competências responderá pelos atos de seus órgãos.

Questão 188 (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019) "Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) identificou 491 consórcios públicos em todo o Brasil. De acordo com o mapeamento inédito, do total de 5.568 municípios, mais de 4 mil participam de pelo menos um consórcio público, pessoa jurídica que executa a gestão de serviços públicos".

A notícia, retirada do site da Agência Brasil, faz referência à personalidade jurídica conhecida por consórcio público, disciplinada pela Lei n. 11.107/05.

Quanto ao consórcio público, é correto afirmar que:

a) é equivalente aos órgãos públicos, representando parte da Administração Direta de todos os entes participantes;

b) necessita do firmamento de convênios especiais entre os partícipes para o repasse de recursos públicos;

c) seus cargos podem ser preenchidos sem a necessidade de realização de concurso público, desde que respeite regulamento próprio;

d) poderá ser constituído tanto como pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado;

e) pode exonerar os funcionários sem motivação, desde que extinta a atividade geradora da formação do consórcio.

Letra d.

Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação, nos termos do art. 241 da CF/1988 e da Lei n. 11.107/2005, para a prestação de serviços públicos, na forma de gestão associada. Os entes federativos, ao formarem o consórcio público,

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

deverão constituir associação, que o administrará. No entanto, essa associação pode ser de direito privado ou de direito público, sendo que neste último caso terá a natureza de autarquia.

Questão 189 (IADES/CRN-3ª REGIÃO/OPERADOR DE CALL CENTER/2019) Assinale a alternativa que apresenta apenas autarquias da administração pública indireta.

a) Banco Central, universidades federais e Conselhos de Fiscalização de Profissão.

b) Universidades federais, Banco do Brasil e Conselhos de Fiscalização de Profissão.

c) Banco Central, Conselhos de Fiscalização de Profissão e Petrobras.

d) Petrobras, universidades federais e Banco do Brasil.

e) Banco Central, universidades federais e Petrobras.

Letra a.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Existem autarquias atuando em diversas áreas, como por exemplo: Incra, INSS, UFRJ, UnB, Inmetro, Banco Central, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e órgãos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), as agências reguladoras, as universidades federais, os Conselhos de Fiscalização Profissional – CFP, o DNIT, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Comissão de valores mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Questão 190 (IADES/CRN-3ª REGIÃO/OPERADOR DE CALL CENTER/2019) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, na respectiva maioria, à União ou a entidade da administração indireta.

A definição apresentada refere-se a

a) agência reguladora.

b) empresa pública.

c) sociedade de economia mista.

d) fundação pública.

e) autarquia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra c.

A definição trazida na questão está de acordo com a redação do art. 5º, III, do Decreto Lei n. 200/1967:

> **Art. 5º** Para os fins desta lei, considera-se:
> III – Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Questão 191 (IADES/CRN-3ª REGIÃO/ADVOGADO/2019) No que concerne às entidades da administração pública indireta, assinale a alternativa correta.

a) Fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, para executar atividades típicas da administração pública direta.

b) Sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com a maioria do capital público e sempre constituídas sob a forma de sociedade anônima (S/A).

c) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, com a totalidade de capital público e organizadas por qualquer forma societária admitida legalmente.

d)Autarquias são pessoas jurídicas com patrimônio personalizado, cuja criação depende de autorização legislativa.

e) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por autorização legislativa para executar somente atividades atípicas da administração pública direta.

Letra b.

a) Errada. As fundações podem ser de direito público ou privado. A fundação governamental é um patrimônio personalizado, destinado a realizar atividades de interesse social. São atividades não exclusivas do Estado, como atividades educacionais, sociais, culturais, pesquisas científicas, entre outras. Não são criadas por lei, mas sim autorizadas sua criação.

b) Certa. Segundo a redação do Art. 5º, III, do Decreto Lei n. 200/1967, Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Errada. Tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado.

d) Errada. Para as autarquias, a lei específica cria a entidade, ou seja: com a lei, a entidade já tem existência no mundo jurídico, adquirindo personalidade jurídica, sem depender de outros atos secundários para que esteja totalmente constituída. Como consequência da criação decorrente da lei, não é necessário registrar a autarquia em qualquer órgão.

e) Errada. Como dito, as autarquias são criadas mediante lei. Além disso, exercem, atividades típicas de Estado.

Questão 192 (IADES/CRN-3ª REGIÃO/ADVOGADO/2019) Assente, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), os conselhos de fiscalização profissional, como o Conselho Regional de Nutrição, que têm natureza jurídica de autarquias. A respeito da forma de criação e da capacidade legislativa para propor a criação de autarquias, nos termos constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) Poderá ser criada autarquia somente por lei específica, de competência do chefe do Poder Executivo.

b) A autarquia é criada por meio de lei específica ou medida provisória de competência do chefe do Poder Executivo.

c) Poderá ser criada autarquia somente por decreto legislativo, sendo competente para tanto quaisquer das casas do Poder Legislativo.

d) A forma de criação de uma autarquia é livre, cabendo à lei de estruturação assim definir, havendo competência concorrente para a proposição da lei.

e) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de autarquia; a competência para a referida lei é do Congresso Nacional.

Letra a.

É o que estabelece o art. 37, XIX, da CF:

> Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 193 (IADES/CAU-AC/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/ARQUITETO E URBANISTA/2019) No que concerne à organização administrativa e aos conceitos de centralização, desconcentração e descentralização, assinale a alternativa correta.

a) A descentralização acontece quando o Estado executa as respectivas tarefas diretamente, por meio de órgãos e agentes integrantes da administração direta.

b) A centralização administrativa dá-se quando o Estado desempenha algumas das próprias atribuições por meio de outras pessoas jurídicas e não pela administração direta, como ocorre quando se cria uma autarquia para execução de determinadas atividades.

c) A desconcentração é técnica administrativa de distribuição interna de competências, que ocorre dentro da estrutura de uma pessoa jurídica, como, por exemplo, quando uma autarquia estabelece uma divisão interna de funções.

d) A descentralização é técnica administrativa de distribuição interna de competências, que se efetua dentro da estrutura de uma pessoa jurídica, como, por exemplo, quando determinada autarquia estabelece uma divisão interna de funções.

e) A desconcentração ocorre quando o Estado desempenha algumas das próprias atribuições por meio de outras pessoas jurídicas e não pela administração direta, como verifica-se quando é criada uma autarquia para execução de determinadas atividades.

Letra c.

a) Errada. Na centralização é que a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, Estados, DF e Municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas. A Lei chamou a nossa Administração centralizada de Administração direta (art. 4º, Decreto-Lei n. 200/1967). Quando a atividade é prestada por meio de órgãos, significa que o próprio ente político executa a atividade sem intermediários.

b) Errada. Como dito na alternativa "a", na centralização o Estado desempenha suas atribuições ele próprio, pela chamada administração direta.

c) Certa. De fato, a criação de órgãos decorre da desconcentração, que é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

centro um volume grande de atribuições. Na desconcentração, há o controle hierárquico, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

d) Errada. Como vimos acima, a desconcentração que é a distribuição interna de competências.

e) Errada. De novo, quando o estado desempenha suas próprias atribuições estamos diante da centralização, que é a chamada administração direta.

Questão 194 (IADES/CAU-AC/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2019) No que tange à organização da administração pública, é correto afirmar que o CAU/AC, a Secretaria de Segurança Pública do Acre, o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda pertencem, respectivamente, à administração

a) direta, indireta, indireta e indireta.

b) indireta, indireta, direta e direta.

c) indireta, direta, indireta e direta.

d) direta, direta, indireta e direta.

e) direta, indireta, direta e indireta.

Letra c.

A sigla CAU significa Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sendo um Conselho Profissional tem natureza de Autarquia, portanto pertence à Administração Indireta. Já o Banco do Brasil, como sabemos, é uma Sociedade de Economia Mista, também pertencente à Administração Indireta. Por outro lado, as Secretarias e Ministérios fazem parte da Administração Direta.

Questão 195 (IADES/CAU-RO/ARQUITETO E URBANISTA/2019) A respeito das autarquias, é correto afirmar que são pessoas

a) jurídicas de direito público, autorizada a instituição por lei específica, e integram a administração direta.

b) jurídicas de direito privado, criadas por lei, e integram a administração direta.

c) jurídicas de direito público, autorizada a instituição por lei específica, e integram a administração indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) jurídicas de direito público, criadas por lei, e integram a administração indireta.

e) sui generis, criadas por lei, e integram a administração direta.

Letra d.

Essa definição está correta segundo o Decreto-Lei n. 200/1967:

> **Art. 4º** A Administração Federal compreende:
> II – A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:
> a) Autarquias;
> **Art. 5º** Para os fins desta lei, considera-se:
> I – Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Questão 196 (IADES/APEX BRASIL/ANALISTA/ASPECTOS ORGANIZACIONAIS INTERNOS/2018) A(s) finalidade(s) fundamental(is) que embasou(ram) a criação das entidades do Sistema S foi(ram)

a) propiciar um aumento na arrecadação de impostos e melhorar o ensino privado no Brasil.

b) proporcionar treinamento profissional, lazer, consultoria e saúde de qualidade aos trabalhadores.

c) gerar, exclusivamente, um aumento na produção de bens e serviços no Brasil.

d) apenas criar as condições ideais para a existência de escolas de qualidade no País.

e) criar as condições para serem entidades que se voltam, exclusivamente, à pesquisa e ao desenvolvimento em conjunto com as universidades.

Letra b.

Os Serviços Sociais Autônomos (“Sistema s”) são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, sem fins lucrativos, para prestar assistência profissional. São chamados de Sistema “S” porque geralmente começam com a letra “S”: Sesc, Senai, Senat, Sebrae, Apex Brasil. Cada uma presta apoio a um determinado setor: comerciários, indústria, transporte, micro e pequenas empresas, exportação.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 197 (IADES/APEX BRASIL/ANALISTA/ASPECTOS ORGANIZACIONAIS INTERNOS/2018) Com relação à natureza jurídica dos entes que compõem o chamado Sistema S, assinale a alternativa correta.

a) Por receberem contribuições parafiscais, são entidades com personalidade jurídica de direito público.

b) Por serem instituídos por lei, são fundações públicas.

c) São empresas públicas da administração direta.

d) São entidades privadas, com personalidade jurídica de direito privado.

e) São empresas estatais da administração indireta.

Letra d.

Os Serviços Sociais Autônomos ("Sistema s") são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, sem fins lucrativos, para prestar assistência profissional.

Questão 198 (IADES/APEX BRASIL/ANALISTA JURÍDICO/2018) Acerca do tema organização da administração pública, assinale a alternativa correta.

a) O controle da tutela administrativa é a manifestação do controle hierárquico.

b) É defeso a qualquer fundação a qualificação como agência executiva.

c) É possível a criação de autarquia vinculada ao Poder Legislativo.

d) Os dirigentes de uma agência reguladora ocupam cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

e) As sociedades de mera participação, cujo capital pertencente ao Estado é minoritário, integram a administração pública indireta.

Letra c.

a) Errada. O controle da tutela não é o mesmo que controle hierárquico, pois entre a Administração Direta e Indireta não há hierarquia. O controle finalístico também é chamado de tutela ou controle administrativo ou, também, de supervisão ministerial em nível federal.

b) Errada. As agências executivas são uma qualificação dada à autarquia ou fundação que, por meio do contrato de gestão com o órgão da Administração direta a que esteja vinculada, amplia sua autonomia para a melhoria da eficiência e redução de custos (art. 37, § 8º).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Certa. Todos os entes políticos (União, Estados, DF e Municípios) podem criar autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Além disso, pode haver entidade da Administração indireta vinculada ao Poder Legislativo e Poder Judiciário. Não é muito comum, mas é possível. Isso porque o art. 37 da CF/1988 dispõe que a Administração direta e indireta de qualquer dos Poderes deve observar os princípios administrativos. Então, veja que a CF/1988 se refere à Administração indireta de todos os Poderes. Por exemplo, Funpresp-Executivo; Funpresp-Legislativo e Funpresp-Judiciário, cada fundação vinculada ao respectivo poder.
d) Errada. Nas agências reguladoras, há existência de mandato dos dirigentes insuscetíveis de destituição a critério do Chefe do Executivo. O prazo de mandato e as possibilidades de sua perda estão dispostos na lei de cada agência reguladora, pois não existe prazo uniforme para todas as agências. O que foi fixado pela Lei n. 9.986/2000 é a previsão da "quarentena", que proíbe o ex-dirigente de exercer atividade ou prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término de seu mandato.
e) Errada. Essas sociedades não são integrantes da Administração Pública.

Questão 199 (IADES/ARCON-PA/AUXILIAR DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS/2018) São autarquias especiais, integram a Administração indireta e são vinculadas ao ministro, secretário ou órgão equivalente, dotado de competência para tratar da respectiva matéria. A natureza de autarquia especial caracteriza-se pela autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, autonomia das decisões técnicas e mandato denominado fixo dos seus dirigentes. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo moderno. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 67, com adaptações. O texto apresentado corresponde à definição de

a) sociedades de economia mista.
b) empresas públicas.
c) fundações estatais.
d) associações públicas.
e) agências reguladoras.

Letra e.

As agências reguladoras foram criadas no Brasil como autarquias, mas são autarquias em regime especial. Logo, fazem parte da administração indireta e são instituídas em razão da

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

intenção do legislador de lhes conferir maior autonomia perante o Poder Executivo, quando comparadas às demais autarquias.

Questão 200 (IADES/IGEPREV-PA/TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO/2018) Consiste na entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos do poder público e de outras fontes.

O conceito apresentado refere-se

a) a autarquia.

b) à União.

c) a fundação.

d) a empresa pública.

e) a município.

Letra c.

A fundação é um patrimônio que virou uma pessoa jurídica. Quando o particular cria uma fundação, ele quer fazer uma separação patrimonial, ou seja, quer que aquele patrimônio fique destinado a uma atividade de natureza social, nos termos do Código Civil. Quando o Estado cria uma fundação, faz algo semelhante: transforma um patrimônio em pessoa jurídica. A fundação governamental é um patrimônio personalizado destinado a realizar atividades de interesse social. São atividades não exclusivas do Estado, como atividades educacionais, sociais, culturais, pesquisas científicas, entre outras. Se o Estado cria uma fundação e lhe concede personalidade de direito privado, tal fundação será administrada nos mesmos moldes que as fundações privadas, naquilo que não conflitar com as regras gerais de direito público. Logo, sendo fundação pública de direito privado, será autorizada a ser criada por lei.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 201 (IADES/CREMEB/TÉCNICO DE ATIVIDADE DE SUPORTE/2017) Quanto à organização administrativa, assinale a alternativa que apresenta o conceito de autarquia.

a) Pessoa jurídica de direito privado, autorizada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertence ao poder público.

b) Pessoa jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente público, autorizada por lei para a exploração de atividade econômica.

c) Unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta e da estrutura da administração indireta, desprovida de personalidade jurídica.

d) Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

e) Pessoa jurídica de direito público, autorizada por lei para a exploração de atividade econômica.

Letra d.

Essa é a exata definição de Autarquia trazida no art. 5º, I, do Decreto-Lei n. 200/1967:

> **Art. 5º** Para os fins desta lei, considera-se:
> I – Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Questão 202 (IADES/CREMEB/TÉCNICO DE ATIVIDADE DE SUPORTE/2017) Conforme dispõe a Lei n. 3.268/1957, o Conselho Federal de Medicina é uma

a) empresa pública.

b) fundação pública.

c) sociedade de economia mista.

d) empresa privada.

e) autarquia federal.

Letra e.

Para responder à questão basta saber que o STF, ao julgar a ADI n. 1.717/DF, fixou o entendimento de que a fiscalização de profissões é atividade típica do Estado, que não se enquadra no

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

regime jurídico de direito privado. Portanto, os Conselhos de Fiscalização Profissional – CFP devem ter natureza autárquica.

Questão 203 (IADES/CORREIOS/TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO JÚNIOR/2017) O estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, é disciplinado pela Lei n. 13.303/2016. Considerando o dispositivo legal referido, assinale a alternativa correta.

a) A sociedade de economia mista poderá ser constituída sob qualquer tipo societário.

b) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou a entidade da administração indireta.

c) Quanto à transparência, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, o requisito da divulgação mensal de relatório integrado ou de sustentabilidade.

d) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios.

e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não são obrigadas a divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores.

Letra d.

a) Errada. Segundo o próprio art. 4º da Lei n. 13.303/2016, a sociedade de economia amista apenas pode ter a forma de S.A:

> **Art. 4º** Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

b) Errada. Como visto acima no art. 4º, a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.

c) Errada. Segundo a Lei n. 13.303/2016, a divulgação será anual.

> **Art. 8º** As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:
> IX – divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Certa. Essa é a correta definição contida na lei:

> **Art. 3º** Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

e) Errada. Segundo a lei, elas deverão divulgar esses dados:

> **Art. 12.** A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão:
> I – divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores;

Questão 204 (IADES/CORREIOS/ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO JÚNIOR/2017) O Estatuto Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está disciplinado no Decreto n. 8.016/2013. Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa correta.

a) É competência da Diretoria-Executiva a fiscalização da execução orçamentária da ECT.

b) O administrador da ECT é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da empresa em ato regular de gestão.

c) O regime jurídico do pessoal da ECT é o estatutário.

d) O capital social da ECT é constituído integralmente pela União.

e) A ECT é vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

Letra d.

Para responder essa questão, basta saber que a ECT é uma empresa pública, logo, é constituída de capital exclusivamente público. No caso, o capital é da União.

Questão 205 (IADES/CRESS-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2016) No que se refere ao conceito de Administração indireta, assinale a alternativa correta.

a) Pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

b) Pessoa jurídica de direito público, criada por decreto, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Pessoa jurídica de direito privado, criada por decreto, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

d) Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, sem capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

e) Conjunto de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, criadas por lei, para desempenhar atividades assumidas pelo Estado, seja como serviço público, seja a título de intervenção no domínio econômico.

Letra e.

O conceito está correto, segundo definição de Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo (2015, p. 29):

> Administração indireta é o conjunto de pessoas jurídicas (desprovidas de autonomia política) que, vinculadas à administração direta, têm competência para o exercício, de forma descentralizada, de atividades administrativas).

Questão 206 (IADES/CRESS-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2016) A respeito da classificação dos órgãos públicos, assinale a alternativa correta.

a) Quanto à posição estatal, são classificados como superiores, que são os que se localizam na cúpula da Administração, subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes.

b) Órgãos subalternos são órgãos de direção, controle e comando, mas sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia.

c) Quanto à esfera de ação, classificam-se em centrais (que exercem atribuições em todo o território nacional, estadual ou municipal) e locais (que atuam sobre uma parte do território).

d) Quanto à estrutura, os órgãos podem ser singulares ou coletivos.

e) Quanto à composição, os órgãos podem ser simples ou compostos.

Letra c.

a) Errada. Essa é a definição de órgãos autônomos. Órgãos superiores são aqueles que detêm poder de direção, controle, decisão e comando de assuntos de sua competência específica, mas sempre sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia mais alta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. Os órgãos subalternos são todos aqueles que se acham subordinados a órgãos mais elevados, com reduzido poder decisório e predominância de atribuições de execução. Destinam-se à realização de serviços de rotina, tarefas de formalização de atos administrativos, cumprimento de decisões etc.

c) Certa. Essa é a correta definição.

d) Errada. Quanto à estrutura, os órgãos podem ser simples ou compostos.

e) Errada. Essa é uma classificação quanto à estrutura.

Questão 207 (IADES/CRESS-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2016) Em relação ao conceito de órgão público, assinale a alternativa correta.

a) Órgão público se confunde com pessoa jurídica.

b) Com base na teoria do órgão, pode-se definir órgão público como uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram, com o objetivo de expressar a vontade do Estado.

c) Órgão público se confunde com a pessoa física denominada agente público, porque congrega funções que ela vai exercer.

d) O órgão público tem personalidade jurídica própria, já que integra a estrutura da Administração direta.

e) Os órgãos públicos não podem ser dotados de capacidade processual.

Letra b.

A teoria do órgão/imputação, formulada pelo alemão Otto Gierke, diz que as pessoas jurídicas expressam sua vontade por meio de seus próprios órgãos, titularizados por seus agentes. Essa teoria é utilizada para justificar a validade dos atos praticados por funcionário de fato. Considera-se que o ato do funcionário é ato do órgão e, portanto, imputável à Administração.

Questão 208 (IADES/FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2017) Assinale a alternativa que apresenta a espécie de ente da administração pública cujas características são a participação necessária do Estado na sua direção, a inviabilidade

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

de ingerência direta de atos administrativos editados pela entidade política a que pertence e o controle societário pela maioria da composição deste.

a) Estatais.
b) Autarquias.
c) Empresas públicas.
d) Sociedades de economia mista.
e) Autarquias fundacionais.

Letra d.

A sociedade de economia mista é formada por capital público e privado. Na composição do capital, pode haver recursos de pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas vinculadas ao Estado (Administração indireta). Entretanto, a maioria do capital com direito a voto (maioria das ações com direito a voto) deve estar sob controle do Estado ou de sua entidade da Administração indireta. Esse domínio do capital público é essencial para que o Poder Público tenha o controle da empresa, para poder determinar as orientações que a entidade deve seguir. Nas assembleias, o Estado terá o maior número de votos. Em qualquer assunto votado, é o Estado (dono da maioria das ações) quem escolherá a decisão.

Questão 209 (IADES/FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2017) O Hemocentro é um(a)

a) órgão da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal.
b) agência executiva vinculada ao Governo do Distrito Federal.
c) entidade administrativa pertencente à administração direta.
d) fundação pública de direito privado.
e) fundação pública de direito público.

Letra e.

O Hemocentro é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, constituída pela Lei n. 206, de 12 de dezembro de 1991, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, de caráter científico-tecnológico, educacional e de prestação de serviços à população do DF.

Fonte: <http://www.fhb.df.gov.br/sobre-o-hemocentro/o-hemocentro.html>.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 210 (IADES/PC-DF/PERITO CRIMINAL/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2016) No que se refere à organização administrativa e aos institutos da centralização, da descentralização e da desconcentração, assinale a alternativa correta.

a) A desconcentração administrativa efetua-se quando uma entidade administrativa transfere a outra pessoa jurídica a execução de um serviço público.

b) A descentralização administrativa acontece quando a Administração Pública reparte internamente os respectivos órgãos em órgãos menores, de modo a levar o serviço público a todos que dele precisam.

c) O serviço público prestado por concessionárias ou permissionárias é considerado centralizado.

d) A desconcentração ocorre no âmbito de uma única pessoa jurídica.

e) A descentralização envolve apenas uma pessoa jurídica.

Letra d.

d) Certa. A desconcentração é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica.

a) Errada. A descentralização ocorre quando uma entidade administrativa transfere a outra pessoa jurídica a execução de um serviço público.

b) Errada. A desconcentração ocorre quando a Administração Pública reparte internamente os respectivos órgãos em órgãos menores, de modo a levar o serviço público a todos que dele precisam.

c) Errada. É considerada descentralização o serviço público prestado por concessionárias ou permissionárias.

e) Errada. A descentralização caracteriza-se pela distribuição de competências a uma outra pessoa, ou seja, a atividade é prestada por pessoa diversa.

Questão 211 (IADES/PC-DF/PERITO CRIMINAL/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2016) Em relação às entidades que integram a administração indireta, assinale a alternativa correta.

a) A empresa pública se submete à regra do concurso público, e o respectivo pessoal se sujeita ao regime estatutário.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Autarquia é pessoa jurídica de direito público, que pode ser criada tanto para a execução de atividade típica de Estado quanto para participação estatal na atividade econômica.

c) A sociedade de economia mista poderá adotar qualquer forma em direito admitida.

d) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública.

e) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de sociedade de economia mista.

Letra e.

e) Certa. Conforme previsão do artigo 37, XIX, da CF.

a) Errada. O pessoal da empresa pública é regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

b) Errada. A autarquia é pessoa de direito público, criada por lei específica para desempenho de atividades típicas de Estado, ou seja, não pode desempenhar atividade econômica, pois esta não é própria do Estado.

c) Errada. A sociedade de economia mista deve ter a forma de sociedade anônima, sendo regulada, especialmente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976).

d) Errada. Conforme artigo 37, XIX, da CF, somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública.

Questão 212 (IADES/SEAP-DF/ANALISTA/DIREITO/2014) Como corolário do vigente processo de desestatização brasileira, é correto citar a

a) transferência da titularidade da atividade econômica ou do serviço público.

b) privatização da execução de atividades econômicas e serviços públicos que o Estado decidiu transferir para grupos empresariais.

c) criação de agências reguladoras.

d) impossibilidade de vedação a que empresas vinculadas a ente federativo diverso adquiram ações ou cotas das empresas desestatizadas de outro ente federativo.

e) impossibilidade de ingerência do ente estatal sobre a empresa anteriormente controlada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra c.

> (...) Corolário do Programa de Desestatização, e particularmente em razão da transferência de atividades a empresas da iniciativa privada, têm sido criadas as agências autárquicas (também denominadas de agências reguladoras ou agências governamentais), sob a forma da autarquias, cuja função básica reside especificamente em exercer o controle sobre tais empresas, visando a mantê-las ajustadas aos postulados fundamentais do Programa e aos ditames do interesse público e prevenindo qualquer tipo de comportamento empresarial que reflita abuso de poder econômico (...) (José dos Santos Carvalho Filho, Manual de Direito Administrativo – 29 Edição, p. 363).

Questão 213 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) Em relação aos conselhos fiscais de profissões regulamentadas, assinale a alternativa correta.

a) São consideradas autarquias federais.

b) Fazem parte de Administração direta.

c) Possuem autonomia administrativa, mas não financeira.

d) Possuem personalidade jurídica de direito privado.

e) Os conselhos regionais são criados por lei estadual ou distrital.

Letra a.

O STF, ao julgar a ADI n. 1.717/DF, fixou o entendimento de que a fiscalização de profissões é atividade típica do Estado, que não se enquadra no regime jurídico de direito privado. Portanto, os Conselhos de Fiscalização Profissional (CFP) devem ter natureza autárquica.

Questão 214 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) Considerando a legislação vigente, é correto afirmar que fazem parte da administração indireta as(os)

a) fundações públicas e privadas e as autarquias.

b) autarquias e as fundações públicas, apenas.

c) ministérios, as autarquias e as empresas públicas, apenas.

d) ministérios, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

e) autarquias e as empresas públicas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra e.

Integram a administração indireta as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Questão 215 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) Em relação aos conselhos fiscais de profissões regulamentadas, assinale a alternativa correta.

a) São consideradas autarquias federais.

b) Fazem parte de Administração direta.

c) Possuem autonomia administrativa, mas não financeira.

d) Possuem personalidade jurídica de direito privado.

e) Os conselhos regionais são criados por lei estadual ou distrital.

Letra a.

O STF, ao julgar a ADI n. 1.717/DF, fixou o entendimento de que a fiscalização de profissões é atividade típica do Estado, que não se enquadra no regime jurídico de direito privado. Portanto, os Conselhos de Fiscalização Profissional (CFP) devem ter natureza autárquica.

Sendo autarquias, fazem parte da administração indireta e, também, possuem autonomia administrativa e financeira.

São criados por lei federal. Trata-se de atribuição da União.

Questão 216 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) A respeito da Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa correta.

a) A Federação brasileira se organiza por meio de uma gestão tripartite.

b) A autonomia política dada aos entes federados lhes confere a capacidade de criar seus próprios ordenamentos jurídicos.

c) Vindo quaisquer dos entes políticos a exercer a atividade administrativa por meio de seus órgãos, estará agindo de maneira descentralizada.

d) Na descentralização, existe apenas uma pessoa jurídica.

e) Os entes federados que compõem a Administração têm sua atuação regida, em sua grande maioria, pelas normas de direito privado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra b.

b) Certa. A autonomia dos estados-membros caracteriza-se pela capacidade de autogestão, auto-organização, autolegislação e autoadministração.

a) Errada. Organiza-se por meio de uma gestão quadripartite composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

c) Errada. Agindo de maneira desconcentrada.

d) Errada. A descentralização caracteriza-se pela distribuição de competências a uma outra pessoa, ou seja, a atividade é prestada por pessoa diversa.

e) Errada. Têm a sua atuação regida, em sua grande maioria, pelas normas de direito público.

Questão 217 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO/2014) A respeito da análise dos órgãos e dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

a) O Ministério da Fazenda, visto isoladamente, tem capacidade para figurar no polo ativo de demandas judiciais.

b) Os órgãos denominados simples se diferenciam dos compostos por não se subdividirem em outros órgãos.

c) Quanto à atuação funcional, os órgãos são classificados como independentes, autônomos, superiores e subalternos.

d) O conceito de agente público é restrito.

e) Os empregados públicos se submetem ao regime estatutário.

Letra b.

b) Certa. Os órgãos simples se caracterizam pela inexistência de outro órgão incrustado na sua estrutura para realizar, desconcentradamente, suas funções. Os órgãos compostos reúnem, na sua estrutura, outros órgãos menores no desenvolvimento de suas funções.

a) Errada. O Ministério da Fazenda não possui capacidade processual, ou seja, idoneidade para figurar em qualquer dos polos de uma relação processual, seja como autor ou réu.

c) Errada. Quanto à atuação funcional, os órgãos são classificados em singulares ou unipessoais e colegiados ou pluripessoais. Quanto à posição estatal, os órgãos são classificados como independentes, autônomos, superiores e subalternos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Errada. O conceito de agente público abrange todas as pessoas físicas incumbidas, definitivamente ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal, ou seja, o conceito é amplo.

e) Errada. Os empregados públicos são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Questão 218 (IADES/METRÔ-DF/ADVOGADO/2014) A respeito do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

a) A Administração Pública confunde-se com o próprio Poder Executivo, haja vista que a este cabe, em vista do princípio da separação dos poderes, a exclusiva função administrativa.

b) O chefe do Poder Executivo pode, por decreto, promover a extinção de órgãos públicos, quando seus cargos estiverem vagos.

c) Supremacia do interesse público não consta como princípio expresso, mas informa a atuação da Administração Pública, assim como os demais princípios, tais como eficiência, legalidade e moralidade.

d) As decisões adotadas por delegação de competência consideram-se praticadas pela autoridade delegante, e não pelo delegado.

e) Na remoção ex officio de servidor público para localidade diversa da por ele postulada, não se exige a correspondente motivação por parte da Administração Pública.

Letra c.

c) Certa. O Princípio da Supremacia do Interesse Público é implícito na Constituição Federal; entretanto, os princípios da eficiência, legalidade e moralidade são expressos no art. 37 da CF.

a) Errada. A função administrativa é a atribuição característica do Poder Executivo, mas não é exclusiva. Exemplo desta não exclusividade é a gestão de pessoal, bens e serviços executados pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

b) Errada. A criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de LEI de iniciativa privativa do Chefe do Executivo (arts. 48, XI, e 61, § 1º, e, da CF) a quem compete, privativamente, e por DECRETO, dispor sobre a ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO desses órgãos públicos, quando não implicar aumento de despesas, nem criação ou extinção de órgãos públicos (CF, art. 84, VI, b).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Errada. As decisões adotadas por delegação serão consideradas adotadas pelo delegado.

e) Errada. O ato de remoção possui a natureza de discricionário, que advém do poder da Administração de organizar o serviço público, independentemente da concordância do servidor, em nome do interesse público. Entretanto, não pode a Administração Pública deslocar seus servidores de maneira abusiva e indiscriminada, ou sem fundamentação, camuflando vontades escusas e alheias ao interesse público.

Questão 219 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) A respeito da organização administrativa no âmbito federal, assinale a alternativa correta.

a) São consideradas pessoas federativas ou entidades políticas apenas

b) As pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, assim como os órgãos da Administração direta, não poderão adquirir direitos e contrair obrigações na ordem jurídica.

c) Conforme disciplinado na lei, compõem a Administração indireta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista.

d) As autarquias federais, a exemplo do INSS, possuem personalidade jurídica de direito privado.

e) As empresas públicas, atuantes na atividade econômica do Estado, diferentemente das sociedades de economia mista, são formalmente pessoas jurídicas de direito público.

Letra c.

c) Certa. Conforme previsão do art. 4º, II, do Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967.

a) Errada. Entidades políticas são pessoas jurídicas de direito público interno, que no Brasil são: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

b) Errada. As entidades da administração indireta são dotadas de personalidade jurídica para que possam desenvolver suas atividades e, dessa forma, adquirir direitos e assumir obrigações por conta própria.

d) Errada. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado – como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, expressão do poder de polícia –, sendo vinculada ao ente estatal a que pertence, sujeita a controle nos termos da lei.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) Errada. As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

Questão 220 (IADES/EBSERH/ADVOGADO/2013) O Banco do Brasil S/A e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos são órgãos da administração indireta. Assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, às entidades públicas acima referidas.

a) Fundação e empresa pública.
b) Autarquia e sociedade de economia mista.
c) Fundação pública e autarquia.
d) Sociedade de economia mista e empresa pública.
e) Empresa pública e autarquia.

Letra d.

O Banco do Brasil é sociedade de economia mista, pois possui a forma de organização de sociedade anônima, a sua composição do capital é público e privado e possui foro processual na justiça estadual. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é considerada uma empresa pública, pois a composição do seu capital é exclusivamente público e possui foro processual na justiça federal.

Questão 221 (IADES/PG-DF/TÉCNICO JUDICIÁRIO/APOIO ADMINISTRATIVO/2011) É importante, no estudo do Direito Administrativo, delimitarmos as funções estatais, bem como a relação entre o Governo e a Administração Pública. Da coordenação desses esforços, o interesse público deve ser o grande objetivo dos agentes. Acerca desse cenário, assinale a alternativa correta.

a) Não contraria a característica central dos atos legislativos, qual seja, o atingimento da generalidade das situações, por exemplo, a aprovação de uma lei, pelo próprio Legislativo, mas que concede uma pensão especial a determinada pessoa. A esse efeito, denomina- se corretamente de “lei de efeitos concretos”. No mesmo sentido, no seu âmbito de atuação, também o Poder Judiciário exerce o que se denomina de função materialmente administrativa, da mesma maneira em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Como corolário do princípio da legalidade, é matéria subordinada exclusivamente à aprovação em lei a organização e o funcionamento da Administração Pública Federal.

c) Os órgãos públicos distinguem-se das entidades em face de aqueles não possuírem personalidade jurídica própria. Nesse sentido, uma Assembleia Legislativa não possui capacidade processual para defender, em seu nome, seus interesses em juízo, sendo, nesse caso, o Estado-Membro o competente para fazer parte dessa ação.

d) O sistema federativo brasileiro é do tipo de agregação, no qual há descentralização política em relação dos entes políticos, quais sejam, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios.

e) O Direito Administrativo brasileiro, em face do princípio da legalidade, não agasalha a teoria da aparência dos atos administrativos.

Letra a.

a) Certa. Leis de efeitos concretos, também, chamadas de leis individuais, são aquelas que buscam alcançar determinadas pessoas, que se encontram naquela situação. O Poder Judiciário na função administrativa pratica atos que só terão efeitos dentro do próprio judiciário.

b) Errada. A organização e o funcionamento não são exclusivamente tratados por lei, pois poderão ser tratados via decreto (autônomo) do chefe do executivo.

c) Errada. A jurisprudência admite que os órgãos políticos (aqueles do alto escalão, previstos na CF/1988) poderão sim defender os seus direitos em seu próprio nome.

d) Errada. O sistema federativo brasileiro é do tipo desagregado.

e) Errada. O direito administrativo permite sim a teoria da aparência dos atos administrativos, que consiste no pressuposto de que os atos administrativos revestidos de aparência legal poderão ser convalidados, corrigidos e concertados em prol da segurança jurídica.

Questão 222 (IADES/PG-DF/ANALISTA JURÍDICO/DIREITO E LEGISLAÇÃO/2011) A respeito da Administração Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

a) Ocorre a chamada centralização administrativa quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio de órgãos e agentes integrantes da Administração Direita. Ocorre a chamada desconcentração administrativa quando o Estado (União, DF, Estados e Municípios) desempenha

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas. Assim, pressupõe duas pessoas jurídicas distintas: o Estado e a entidade que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.

b) Segundo a Constituição Federal de 1988, as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão, excepcionalmente, gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.

c) A emenda constitucional n. 19/1998 estabeleceu ser prescindível a autorização por lei específica para instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação. Tal exigência todavia deverá ser cumprida no caso de criação de uma autarquia.

d) As autarquias gozam de imunidade tributária a qual veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços das mesmas, desde que vinculados às suas finalidades essenciais ou às que delas decorram. Também gozam da prescrição quinquenal de suas dívidas. Quanto à sua responsabilidade civil, as autarquias responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo. No caso de culpa, não caberá direito de regresso contra seu servidor.

e) Algumas diferenças entre as sociedades de economia mista e empresas públicas poderão ser traçadas: o capital das sociedades de economia mista é, necessariamente, composto de recursos públicos e privados, enquanto o capital da empresa pública é exclusivamente público. As sociedades de economia mista devem ter a forma de Sociedade Anônima (S/A), já as empresas públicas podem revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito. Também existe diferença quanto ao órgão competente para julgar os feitos em que sejam interessadas, nos feitos em que as empresas públicas sejam parte, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (salvo exceções constitucionalmente previstas) são processadas e julgadas perante a Justiça Federal. As sociedades de economia mistas federais não foram contempladas com o foro processual da Justiça Federal.

Letra e.

e) Certa. O item descreve exatamente os traços que diferenciam a empresa pública e a sociedade de economia mista em relação a forma de organização, composição do capital e foro processual.

a) Errada. Ocorre desconcentração quando há distribuição interna (dentro da mesma pessoa jurídica) de competência; e ocorre a descentralização quando há distribuição externa (de uma pessoa jurídica para outra) de competências.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. O art. 173, § 2º, da CF disciplina que as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado. Entretanto, a doutrina defende que essa previsão somente é aplicável quando tratar de entidades que exploram atividade econômica em sentido estrito, podendo haver privilégios em favor daquelas que executam atividades econômicas sob a forma de serviços públicos.

c) Errada. O artigo 37, XIX, da CF estabelece que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação.

d) Errada. Quanto à responsabilidade civil, a autarquia responde, independentemente de dolo ou culpa de seus agentes, pelos danos causados a terceiros na realização de sua atividade, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (art. 37, § 6º, da CF).

Questão 223 (IADES/PG-DF/ANALISTA JURÍDICO/DIREITO E LEGISLAÇÃO/2011) Considerando os conceitos dos entes que compõem a administração indireta, assinale a alternativa correta.

a) Autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para auxiliar a Administração Pública a executar atividades típicas.

b) Fundação Pública é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por decreto do Presidente da República, constituindo a personificação jurídica de um patrimônio, para executar atividades típicas da Administração.

c) Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por decreto do Presidente da República, destinadas à prestação de serviços industriais ou atividades econômicas em que o Estado tenha interesse próprio.

d) Sociedade de Economia Mista é uma pessoa jurídica de direito público, autorizada para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo capital pertence em sua maioria ao poder público.

e) Serviços Sociais Autônomos são pessoas jurídicas de direito público, para prestar serviços de interesse social ou de utilidade pública, não podendo arrecadar contribuições para fiscais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra a.

a) Certa. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, expressão do poder de polícia, sendo vinculada ao ente estatal a que pertence, sujeita a controle nos termos da lei.

b) Errada. A Fundação Pública pode ser pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo que a primeira será criada por lei e a outra será autorizada a ser criada por lei, e visa executar atividades de interesse social como saúde, educação, atividade cultural, pesquisa científica, entre outras.

c) Errada. A Empresa Pública é pessoa jurídica de direito privado, sendo que somente por lei específica poderá ser autorizada a sua instituição, visando exploração de atividade econômica e prestação de serviços públicos, em razão de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.

d) Errada. A Sociedade de Economia Mista é uma pessoa jurídica de direito privado, autorizada para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo capital pertence, em sua maioria, ao Poder Público.

e) Errada. Os Serviços Sociais Autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, sem fins lucrativos, para prestar assistência profissional. Os recursos financeiros para manutenção dessas entidades provêm de contribuições sociais (tributos) que são cobrados das empresas do setor.

Questão 224 (2018/QUADRIX/CRP-2ª REGIÃO/PE/PSICÓLOGO ORIENTADOR/FISCAL) Quanto às disposições gerais da CF sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) O texto constitucional admite contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

b) As entidades da Administração Pública indireta não precisam observar o princípio da impessoalidade.

c) Os vencimentos dos cargos do Legislativo e do Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Os atos de improbidade administrativa demandam indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário, mas não provocam perda da função pública.

e) O prazo de validade do concurso público será de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

Letra a.

a) Certa. De acordo com a CF/1988, art. 37, inciso IX, a Lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

b) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 37, caput, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

c) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 37, inciso XII, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

d) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 37, § 4º, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

e) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 37, inciso III, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Questão 225 (2018/QUADRIX/CRM-DF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Julgue o item seguinte acerca das autarquias e da organização administrativa da União.

As chamadas autarquias profissionais ou corporativas são entidades peculiares, sui generis, na medida em que, embora exerçam poder de polícia, de tributação e de punição, ostentam personalidade jurídica de direito privado.

Errado.

O Supremo Tribunal Federal, na ADI n. 1.717, entendeu que as atividades de fiscalização profissional são típicas de Estado, logo, devem ser exercidas na forma de autarquia, com personalidade jurídica de direito público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 226 (2018/QUADRIX/CRM-DF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Julgue o item seguinte acerca das autarquias e da organização administrativa da União.

As autarquias em regime especial possuem, como traço essencial, disciplina jurídica específica que lhes atribui certas prerrogativas não concedidas indiscriminadamente às demais autarquias.

Certo.

As autarquias em regime especial possuem regime diferenciado e mais liberdade perante a Administração direta em relação às demais autarquias comuns. É a autarquia em que a lei instituidora confere privilégios específicos e aumenta sua autonomia comparativamente com as autarquias comuns, sem infringir os preceitos constitucionais pertinentes a essas entidades de personalidade pública.

Questão 227 (2018/QUADRIX/CRM-DF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Julgue o item seguinte acerca das autarquias e da organização administrativa da União.

Enquanto as agências reguladoras possuem, como uma de suas funções principais, a função de fiscalizar a prestação de determinados serviços públicos por particulares, as agências executivas caracterizam-se como entes responsáveis por atividade que, em homenagem ao princípio da eficiência, deva ser desempenhada de forma descentralizada.

Certo.

Agência executiva é uma qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão a que se ache vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos. Segundo Di Pietro, "são, na realidade, autarquias ou fundações que, em decorrência dessa qualificação, passam a submeter-se a regime jurídico especial". As agências reguladoras são criadas como forma de intervenção estatal junto a setores privados, para impor normas de conduta que visem obrigá-los a atingir o bem-estar da comunidade. Cumpre frisar que a função regulatória é essencial para a eficiência do processo de desestatização.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 228 (2018/QUADRIX/CRM-DF/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Julgue o item seguinte acerca das autarquias e da organização administrativa da União.

As autarquias estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição obrigatório, contra elas somente produzindo efeito eventual sentença condenatória após a confirmação por tribunal.

Certo.

De acordo com o CPC/2015, art. 496, inciso I, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal, a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público. As autarquias, por desempenharem atividades típicas de Estado, gozam dos mesmos privilégios outorgados à Fazenda Pública.

Questão 229 (2017/QUADRIX/COFECI/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Acerca da organização administrativa da União, dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, dotadas de personalidade jurídica própria, são entidades que compõem a administração indireta.

Certo.

O princípio da descentralização ou especialidade recomenda que, sempre que possível, as funções administrativas devam ser desempenhadas por pessoas jurídicas autônomas, criadas por lei especificamente para tal finalidade. É o caso das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração indireta.

Questão 230 (2017/QUADRIX/COFECI/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Acerca da organização administrativa da União, dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

As entidades compreendidas na administração indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Certo.

De fato, conforme vimos em aula, na relação entre a Administração direta e a indireta há vinculação (e não subordinação). A Administração direta exerce sobre a Administração indireta o denominado controle finalístico ou tutela administrativa ou supervisão.

Questão 231 (2017/QUADRIX/COFECI/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Acerca da organização administrativa da União, dos agentes públicos e dos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

A centralização ocorre quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio da administração direta, e a desconcentração, quando as executa indiretamente, por meio da administração indireta, delegando atividades a outras entidades. Na descentralização, há o desmembramento em órgãos, que têm personalidade jurídica própria, para facilitar a organização administrativa.

Errado.

A descentralização administrativa ocorre quando um ente estatal (União, Estados, DF ou Municípios) transfere a outra pessoa, pública ou privada, o exercício de uma determinada atividade administrativa. Nesse caso, a função administrativa não será executada por órgãos públicos, mas por outra pessoa jurídica, com personalidade jurídica distinta do ente estatal que transferiu a execução da função administrativa. Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria. Além do mais, quando o Estado executa indiretamente suas tarefas, por meio da Administração indireta, estamos diante da descentralização e não desconcentração.

Questão 232 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) A respeito da organização administrativa da União, julgue o próximo item.

As entidades políticas são pessoas jurídicas sem autonomia política que compõem a Federação brasileira. Possuem capacidade de auto-organização e de editar leis contrárias à CF.

Errado.

As entidades políticas são pessoas jurídicas de direito público interno (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Possuem a característica principal de gozarem de autonomia política,

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

traduzida pela capacidade de auto-organização. Além do mais, não há a permissão de editar leis contrárias a CF/1988, tais leis seriam inconstitucionais.

Questão 233 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) A respeito da organização administrativa da União, julgue o próximo item.

As entidades administrativas são pessoas jurídicas que integram a administração pública indireta sem dispor de autonomia política.

Certo.

As entidades administrativas, que compõem a Administração indireta, são as pessoas jurídicas que integram a Administração Pública sem dispor de autonomia política, possuem apenas autonomia administrativa e financeira. Quem possui autonomia política são exclusivamente os entes políticos (União, Estados, DF e Municípios).

Questão 234 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) A respeito da organização administrativa da União, julgue o próximo item.

A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada, o que ocorre quando o Estado executa suas tarefas diretamente por meio dos órgãos e agentes integrantes da administração direta.

Errado.

Quando o Estado executa suas tarefas diretamente por meio dos órgãos e agentes integrantes da Administração direta estamos diante de uma execução das atividades de forma centralizada e não descentralizada. Na descentralização, não há distribuição de competências internas, a distribuição, nesse caso, é entre duas pessoas com personalidades jurídicas distintas, sem hierarquia.

Questão 235 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) A respeito da organização administrativa da União, julgue o próximo item.

As empresas públicas e as autarquias integram a administração pública indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Certo.

As entidades que compõem a Administração indireta são as empresas públicas, autarquias, sociedade de economia mista e as fundações públicas.

Questão 236 (2017/QUADRIX/CRMV-DF/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) No que se refere à organização e aos Poderes do Estado, julgue o item que se segue.

Suponha-se que o presidente de uma autarquia federal edite normas para fiscalização e controle das atividades dos profissionais a ela vinculados. A elaboração de normas, por parte da autarquia, configura desempenho de função típica do Poder Executivo.

Errado.

A elaboração de normas, por parte da autarquia, configura desempenho de função típica do Poder Legislativo e não Executivo. A função típica do Executivo é administrar. Quando edita normas, esse poder exerce sua função atípica.

Questão 237 (2017/QUADRIX/CFO-DF/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) Com relação a serviços públicos, julgue o próximo item.

Suponha-se que a União tenha criado um órgão no âmbito de um determinado ministério de forma a melhorar a prestação de um serviço público de sua competência. Nesse caso, tem-se uma hipótese de descentralização do serviço público.

Errado.

O item narra uma hipótese de desconcentração. Na desconcentração, o Estado distribui a competência internamente entre órgãos e agente de uma mesma pessoa jurídica. Na descentralização, o Estado transfere para outra pessoa jurídica ou para particulares atribuições de sua competência.

Questão 238 (2017/QUADRIX/CFO-DF/PROCURADOR JURÍDICO) A respeito da responsabilidade civil do Estado e da organização da Administração Pública, julgue o item que se segue.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

O Conselho Federal de Odontologia (CFO), mesmo sendo considerado como autarquia federal, não possui o direito à isenção do preparo conferida aos demais entes públicos.

Certo.

Não obstante sua natureza jurídica de autarquia, os conselhos de fiscalização profissional não estão isentos do pagamento de custas. O entendimento do STJ orienta-se no sentido de que, por expressa disposição legal, a referida isenção não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional (REsp.1.338.247/RS, Rel. Min. Ministro HERMAN BENJAMIN, julgado sob o rito do artigo 543-C do CPC e da Res 8/STJ, em 10.10.2012).

Questão 239 (2017/QUADRIX/CFO-DF/SECRETARIADO EXECUTIVO) Julgue o item que se segue acerca da administração direta e indireta.

São consideradas como entidades da administração direta, cada uma delas com sua estrutura administrativa e orgânica, a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal.

Certo.

A Administração direta é composta pelas pessoas políticas ou entes estatais (União, estados, Distrito Federal e municípios). Correspondem às entidades federativas de nosso Estado.

Questão 240 (2017/QUADRIX/CFO-DF/SECRETARIADO EXECUTIVO) Julgue o item que se segue acerca da administração direta e indireta.

A administração indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias; empresas públicas; sociedades de economia mista; e fundações públicas.

Certo.

Conforme já mencionei em questão acima, compõem a Administração indireta as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Questão 241 (2017/QUADRIX/CFO-DF/SECRETARIADO EXECUTIVO) Julgue o item que se segue acerca da administração direta e indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Somente por decreto presidencial poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir suas áreas de atuação.

Errado.

De acordo com a CF/1988, art. 37, inciso XIX, somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Questão 242 (2017/QUADRIX/CFO-DF/SECRETARIADO EXECUTIVO) Julgue o item que se segue acerca da administração direta e indireta.

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público que desenvolvem atividade típica de Estado, não estão hierarquicamente subordinadas aos entes federativos, mas se sujeitam ao controle finalístico exercido pelos entes da administração direta responsável por sua criação.

Certo.

Descrição perfeita das autarquias. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. A autarquia será criada quando o ente político resolver prestar, de modo descentralizado, uma atividade tipicamente estatal. Quando se menciona a possibilidade de as autarquias só prestarem serviços típicos do Estado, quer-se dizer que não podem desempenhar atividade econômica, pois não é própria do Estado.

Questão 243 (2015/QUADRIX/CRP-MG/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A administração federal indireta compreende as seguintes pessoas jurídicas, exceto:

a) fundações privadas.
b) fundações públicas.
c) sociedade de economia mista.
d) empresas públicas.
e) autarquias.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra a.

As fundações privadas não fazem parte da Administração indireta. As fundações privadas não se confundem com as fundações públicas de direito público e as fundações públicas de direito privado, essas sim integram a Administração indireta.

Questão 244 (2017/QUADRIX/CRB-6ª REGIÃO/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) A administração pública indireta "é o conjunto dos entes (entidades com personalidade jurídica) que, vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público". Ela compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e, em 2005, foi criado por lei o consórcio público. Sobre as autarquias, leia as seguintes afirmativas.

I – São criadas por lei específica e com personalidade de direito público.
II – Possuem patrimônios próprios.
III – Desempenham atribuições tipicamente públicas.
IV – Têm capacidade de autoadministração sob controle estatal.
V – Quanto à espécie, são classificadas em autarquias de regime comum e de regime especial.

Está correto o que se afirma em:

a) todas.
b) somente uma das afirmativas.
c) somente duas das afirmativas.
d) somente três das afirmativas.
e) somente quatro das afirmativas.

Letra a.

I – Certo. Somente por lei específica podem ser criadas as autarquias (art. 37, inciso XIX, CF/1988), com personalidade jurídica de direito público.

II – Certo. As autarquias possuem personalidade jurídica distinta do ente pertencente à Administração Pública direta que a criou, o que confere a estas entidades certas prerrogativas, tais como possuir patrimônio próprio.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

III – Certo. Conforme já expliquei em aula, as autarquias são criadas para desempenhar atividades típicas do Estado, atuam em atividades que teriam que ser prestadas pela própria Administração Pública.

IV – Certo. As autarquias, por serem entidades com personalidade jurídica própria, possuem a capacidade de autoadministração.

V – Certo. As autarquias podem ser comuns, que recebem a titularidade e a execução de determinado serviço público mediante lei específica; e podem ser sob regime especial, possuindo certas prerrogativas, tais como maior autonomia universitária, como ocorre com as universidades públicas, e a fiscalização e normatização sobre empresas privadas que prestam serviço público, tais como as agências reguladoras.

Questão 245 (2016/QUADRIX/CRQ-18ª REGIÃO/PI/ADVOGADO) Com relação às entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

a) As Fundações Públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para exploração de atividade econômica.

b) As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade econômica, ou atividade típica da administração pública.

c) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública.

d) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público, instituídas por lei para exploração de atividades típicas da administração pública.

e) As entidades de administração indireta são vinculadas apenas às estruturas do Poder Executivo, que é responsável pela prática dos atos de chefia do governo e de administração.

Letra c.

a) Errada. As fundações públicas podem ser de direito público ou de direito privado. As fundações públicas de direito público possuem o mesmo regime das autarquias (são espécies de autarquia). A criação de fundações públicas de direito privado é autorizada por lei específica. Em ambos os casos não exploram atividade econômica.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito privado. Sua criação se dá mediante autorização por lei específica. Podem exercer atividade econômica ou de prestação de serviços públicos.

c) Certa. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

d) Errada. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por lei para exploração de atividades econômica e prestação de serviços públicos.

e) Errada. As entidades de Administração indireta podem ser de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37, CF/1988).

Questão 246 (2016/QUADRIX/CRO-PR/PROCURADOR JURÍDICO) Sobre as entidades da Administração Pública indireta, assinale a alternativa correta.

a) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por lei para exploração de atividade econômica, ou atividades típicas da administração pública.

b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para exploração de atividade econômica.

c) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública.

d) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica do Estado.

e) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, sob a forma de sociedade anônima, para exploração de atividade econômica.

Letra c.

Note que essa questão é extremamente parecida com a questão anterior, porém foram aplicadas para concursos e cargos diferentes.

a) Errada. As sociedades de economia mista não desempenham atividades típicas do Estado, isso fica a cargo das autarquias.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público e não exploram atividade econômica, desempenham atividades típicas do Estado.

c) Certa. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

d) Errada. As empresas públicas, assim como as sociedades de economia mista, são pessoas jurídicas de direito privado.

e) Errada. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, dependem de autorização legislativa para serem criadas e podem ser criadas sob qualquer forma (inclusive sociedade anônima).

Questão 247 (2016/QUADRIX/CRO-PR/PROCURADOR JURÍDICO) O Conselho Federal de Odontologia e os Conselhos Regionais de Odontologia são autarquias caracterizadas por apresentarem:

a) capital inteiramente privado.
b) atividade típica da Administração Pública.
c) personalidade jurídica de direito privado.
d) forma de sociedade anônima.
e) exploração de atividade econômica.

Letra b.

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado. Os conselhos de classe são autarquias especiais, portanto, com personalidade de direito público. Exercem precipuamente poder de polícia (fiscalização do exercício das profissões), portanto, atividade típica da Administração Pública.

Questão 248 (2016/QUADRIX/CFB/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Sobre as fundações públicas, julgue as afirmativas seguintes.

I – Realizam atividades não lucrativas.
II – Realizam atividades atípicas do poder público, mas de interesse coletivo, como a educação, a pesquisa e a cultura.
III – São criadas por lei específica e estruturadas por decreto.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Pode-se afirmar que:

a) somente I e II estão corretas.

b) somente I e III estão corretas.

c) somente II e III estão corretas.

d) há somente uma afirmativa correta.

e) todas estão corretas.

Letra e.

I – Certo. As fundações públicas prestam atividades de interesse social como saúde, educação, atividade cultural, pesquisa científica, entre outras de caráter social, ou seja, atividades não lucrativas.

II – Certo. De fato, realizam atividades atípicas do Poder Público, mas de interesse coletivo, como a educação, a pesquisa e a cultura, entre outras de caráter social.

III – Certo. As fundações públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado ou público e realizam atividades sem fins lucrativos que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, todavia são de interesse da coletividade, como a educação, a pesquisa e a cultura. São criadas por lei e estruturadas por decreto.

Questão 249 (2016/QUADRIX/CREMAM/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A expressão "entidade paraestatal" é amplamente utilizada para denominar as organizações sociais autônomas. Leia as afirmativas a seguir.

I – Nos serviços sociais autônomos, surge uma entidade paraestatal, que vai funcionar paralelamente ao Estado, sem integrá-lo; realizando uma atividade de interesse público, sem se confundir com o serviço público próprio do Estado.

II – A entidade paraestatal diferencia-se por submeter-se a um regime jurídico de direito privado, mas, cumulativamente, gozando de privilégios e sofrendo restrições próprias da Administração Pública.

III – A característica principal das organizações sociais autônomas é a colaboração com o poder público. Ela não é serviço público e não é atividade inteiramente privada. Ela está numa zona intermediária.

Está correto o que se afirma em:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) I, somente.

b) I e II, somente.

c) I e III, somente.

d) todas.

e) II e III, somente.

Letra d.

I – Certo. Realmente, os serviços sociais autônomos são exemplos de entidades paraestatais, uma vez que atuam ao lado do Estado, exercendo atividades de interesse coletivo, porém sem integrarem, formalmente, a Administração Pública.

II – Certo. As entidades paraestatais, por assumirem a natureza de pessoas privadas, não integrantes da Administração Pública, têm o seu regime jurídico fundamentalmente privado. Todavia, sofrem o influxo de algumas normas de direito público, o que lhes rende algumas prerrogativas e sujeições próprias do Poder Público.

III – Certo. A ideia de colaboração com o Poder Público deriva das atividades de interesse coletivo que são desenvolvidas pelas organizações sociais, as quais podemos dizer: ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

Questão 250 (2016/QUADRIX/CREMAM/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado criadas por autorização legislativa específica, com capital exclusivamente público, para realizarem atividades econômicas ou serviços públicos de interesse da Administração instituidora nos moldes da iniciativa particular, podendo revestir de qualquer forma admitida em direito. Elas dividem-se em:

a) empresas públicas executivas e empresas públicas reguladoras.

b) empresas públicas simples e empresas públicas mistas.

c) empresas públicas institucionais e empresas públicas normativas.

d) empresas públicas autônomas e empresas públicas fiscalizatórias.

e) empresas públicas unipessoais e empresas públicas pluripessoais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra e.

As empresas públicas unipessoais são aquelas em que o capital pertence a uma só pessoa pública. Já as empresas públicas pluripessoais são aquelas em que o capital pertence a várias pessoas públicas.

Questão 251 (2016/QUADRIX/CREMAM/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Variam entre os autores as fórmulas de classificação das autarquias, porém existem três fatores que de fato demarcam as diferenças entre as autarquias. São eles: 1. o nível federativo; 2. o objeto; e 3. a natureza. Quanto ao nível federativo, leia as afirmativas.

I – Nesse caso, as autarquias podem ser federais, estaduais, distritais e municipais, conforme instituídas pela união, pelos estados, pelo distrito federal e pelos municípios.

II – Independentemente da esfera federativa de que se tenha originado, as regras gerais contidas para essa categoria na constituição aplicam-se a todas elas.

III – Cada uma delas tem autonomia para estabelecer os objetivos, os planos de cargos e salários dos servidores, a organização etc.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, somente.
b) I e III, somente.
c) I, somente.
d) II, somente.
e) todas.

Letra e.

I – Certo. A classificação em análise leva em conta o círculo federativo responsável pela criação da autarquia. Nesse caso, as autarquias podem ser federais, estaduais, distritais e municipais, conforme instituídas pela União, Estados, pelo Distrito Federal e Municípios.

II – Certo. A CF/1988 estabelece regra gerais para as autarquias, sendo que todas devem obedecer a tais regras, independentemente da esfera administrativa a qual pertençam.

III – Certo. A entidade autárquica pode ser caracterizada como pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração indireta, criada e extinta por lei específica, com capacidade de autoadministração.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 252 (2015/QUADRIX/CRF-RJ/AGENTE ADMINISTRATIVO) Sobre a fundação pública, assinale a alternativa que contém uma afirmação incorreta.

a) É a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público ou privado.

b) É sem fins lucrativos.

c) Criada em virtude de lei autorizativa e registro em órgão competente.

d) Tem autonomia administrativa, patrimônio próprio e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

e) Criada por lei para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

Letra e.

Com exceção da alternativa "e", todas as alternativas estão corretas. As fundações foram inspiradas pela intenção do instituidor de dotar bens para a formação de um patrimônio destinado a objetivos sociais, e não de caráter econômico ou empresarial. A fundação pública, independentemente de ser de regime público ou privado, será sem fins lucrativos.

Questão 253 (2015/QUADRIX/CRESS-PR/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em relação à Administração Indireta, assinale a alternativa incorreta.

a) As paraestatais não integram a Administração Indireta.

b) A Administração Indireta é integrada por pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas ou instituídas a partir de lei específica.

c) As entidades paraestatais são entidades privadas que atuam em colaboração com o Estado na realização de atividades de interesse social.

d) As pessoas jurídicas que integram a Administração Indireta estão sujeitas, dentre outros, ao princípio da especialização.

e) As pessoas jurídicas que integram a Administração Indireta devem ser criadas por lei, que deverá atribuir-lhes fins lucrativos.

Letra e.

Errada a alternativa "e", pois a lei específica cria as autarquias (nesse caso, basta a aprovação da lei para a pessoa jurídica passar a existir) e a lei específica autoriza a criação dos demais

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

entes da Administração indireta, quais sejam a fundação pública, a empresa pública e a sociedade de economia mista (nesses casos, a entidade somente passará a existir juridicamente com o registro de seus atos constitutivos no órgão competente), conforme expressamente disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XIX.

Questão 254 (2018/VUNESP/PC-SP/ESCRIVÃO DE POLÍCIA) A Administração Indireta compreende as seguintes entidades, dotadas de personalidade jurídica própria

a) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

b) agências executivas, fundações de apoio e serviços sociais autônomos.

c) autarquias, fundações, organizações sociais e empresas públicas.

d) agências reguladoras, empresas públicas e Polícias Civil e Militar.

e) autarquias, fundações e organizações sociais.

Letra a.

a) Certa. No direito brasileiro, em especial no Direito Administrativo, de acordo com o inciso II do art. 4º do Decreto-Lei n. 200/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, a **administração indireta** compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas.

b) Errada. Fundações de apoio e serviços sociais autônomos não integram a Administração Indireta. Fazem parte do terceiro setor.

c) Errada. As organizações sociais integram o terceiro setor, e não a administração indireta.

d) Errada. Polícias Civil e Militar fazem parte da Administração Pública Direta, e não indireta.

e) Errada. As organizações sociais integram o terceiro setor, e não a administração indireta.

Questão 255 (2018/VUNESP/TJ-RS/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Pelas obrigações assumidas por consórcio público:

a) nos termos da lei, respondem solidariamente os entes públicos consorciados, observadas as disposições do seu estatuto.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) responde subsidiariamente o ente público líder do consórcio.

c) respondem pessoal e subsidiariamente os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio, observadas as disposições do seu estatuto.

d) respondem subsidiariamente os entes públicos consorciados.

e) nos termos da lei, respondem pessoal e solidariamente os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio, observadas as disposições do seu estatuto.

Letra d.

De acordo com o Decreto n. 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, art. 9º, os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

Questão 256 (2018/VUNESP/PC-BA/INVESTIGADOR DE POLÍCIA) O conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado denomina-se

a) Administração Indireta.

b) Administração Direta.

c) Fundação Pública.

d) Sociedade de Economia Mista.

e) Empresa Pública.

Letra b.

A Administração Direta consiste na prossecução das atividades e funções do Estado diretamente por órgãos do próprio Estado, de forma centralizada. As fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas integram a Administração Indireta, logo, descartamos as demais alternativas.

Questão 257 (2018/VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO) A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) unificação de competências.
b) reunião de competências.
c) descentralização do poder.
d) desconcentração do poder.

Letra c.

A Administração descentralizada ou a descentralização resulta na criação de pessoas administrativas ou transferência para particulares de execução de atividades administrativas que poderiam ser prestadas, diretamente, por meio de órgãos, mas que o Ente Federativo resolve prestá-las de forma descentralizada, por motivos de eficiência, qualidade e especialidade. A criação de uma autarquia decorre da descentralização. Segundo a autora Di Pietro:

> [...] a descentralização por serviços, funcional ou técnica é a que se verifica quando o Poder Público (União, Estados ou Municípios) cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público. No Brasil, essa criação somente pode dar-se por meio de lei e corresponde, basicamente, à figura da **autarquia**, mas abrange também fundações governamentais, sociedades de economia mista e empresas públicas, que exerçam serviços públicos.

Questão 258 (2018/VUNESP/IPSM/PROCURADOR) Sobre a autarquia, assinale a alternativa correta.

a) É pessoa jurídica de direito público criada por lei, integrante da Administração direta.
b) É criada por lei, mas sua existência legal depende do registro do seu estatuto na Junta Comercial.
c) É criada por lei para desempenhar, com exclusividade, funções de caráter econômico, que sejam próprias e típicas do Estado.
d) Sua extinção, assim como sua criação, somente pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo.
e) Tem personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, mas está subordinada ao controle hierárquico do Ministério ou Secretaria ao qual se encontra vinculada.

Letra d.

a) Errada. A autarquia integra a Administração Indireta, e não a Administração Direta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. A existência de uma autarquia não depende de registro. A própria lei que a criou já confere a sua existência.

c) Errada. As autarquias não desempenham funções de caráter econômico. O Estado só pode exercer diretamente atividade econômica na forma do artigo 173 da CF/1988, criando empresa pública ou sociedade de economia mista. Logo, o Estado NUNCA exercerá atividade econômica por meio de autarquias ou fundações.

d) Certa. Com base no princípio do paralelismo das formas, tendo em vista que as autarquias são criadas mediante lei, elas também devem ser extintas por meio de lei.

e) Errada. As autarquias não são subordinadas ao ente criador. O que existe é um controle finalístico, também chamado de tutela administrativa, controle de desempenho ou supervisão ministerial.

Questão 259 (2017/VUNESP/CÂMARA DE BARRETOS-SP/ADVOGADO) No que concerne aos consórcios públicos previstos no Decreto n. 6.017/2007, é correto afirmar que

a) a constituição de consórcio público independerá da prévia celebração de protocolo de intenções.

b) o consórcio público adquirirá sempre a personalidade jurídica de direito público.

c) o consórcio público será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do seu contrato constitutivo.

d) os entes da Federação consorciados não respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

e) a alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei, pela maioria absoluta dos entes consorciados.

Letra c.

a) Errada. De acordo com o Decreto n. 6.017/2007, que regulamenta normas gerais de contratação de consórcios públicos, art. 4º, a constituição de consórcio público **dependerá da prévia celebração de protocolo de intenções** subscrito pelos representantes legais dos entes da Federação interessados.

b) Errada. De acordo com o Decreto n. 6.017/2007, art. 7º, o consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

de intenções e de **direito privado**, mediante o atendimento do previsto no inciso I e, ainda, dos requisitos previstos na legislação civil. Portanto, não será sempre personalidade jurídica de direito público.

c) Certa. É exatamente o que disciplina o art. 8º do Decreto n. 6.017/2007: "O consórcio público será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do seu contrato constitutivo".

d) Errada. Pelo contrário, de acordo com o art. 9º do decreto, os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

e) Errada. De acordo com o art. 29 do Decreto, a alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. A lei não menciona maioria absoluta dos entes consorciados.

Questão 260 (2017/VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS) De acordo com a organização administrativa da União, esse tipo de pessoa caracteriza-se por ser regida pelo direito privado, não possui privilégios tributários, desenvolve atividade atípica de Estado e está sujeita ao controle estatal. Trata-se, portanto, de

a) autarquia.
b) empresa pública.
c) ministério federal.
d) autarquia especial.
e) fundação pública.

Letra b.

a) Errada. A autarquia é pessoa jurídica de direito público, e, por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades.

b) Certa. As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público, de capital totalmente público e admitem qualquer formação admitida em direito. As empresas públicas e

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

c) Errada. Os Ministérios são órgãos do Poder Executivo Federal brasileiro e são regidos pelo direito público, e não pelo direito privado.

d) Errada. A autarquia especial nada mais é do que uma autarquia, portanto, segue a mesma justificativa da letra a.

e) Errada. As fundações públicas podem ter personalidade jurídica de Direito Público ou Privado.

Questão 261 (2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/PROCURADOR) Consoante site da Prefeitura de São José dos Campos: "O Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos – IPSM é uma entidade autárquica, sem fins lucrativos. É o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Município. Seu compromisso é atender às necessidades do servidor municipal de São José dos Campos, concedendo benefícios, prestando serviços aos seus segurados e dependentes."

Podemos afirmar corretamente que o IPSM:

a) integra a Administração Pública Direta do Município, com personalidade jurídica de direito público.

b) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

c) não integra a Administração Pública do Município, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

d) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito público.

e) sendo uma autarquia é pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito privado.

Letra d.

a) Errada. O IPSM é uma entidade autárquica, logo não integra a administração pública direta. Integra a administração pública indireta.

b) Errada. O IPSM é uma entidade autárquica e realmente integra a administração pública indireta, porém as autarquias possuem personalidade jurídica de direito público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Errada. O IPSM é uma entidade autárquica e, por ser uma autarquia, integra a Administração Pública. Além do mais, possui personalidade jurídica de direito público.

d) Certa. As autarquias integram a Administração Pública Indireta e possuem personalidade jurídica de direito público.

e) Errada. As autarquias desempenham atividades típicas do Estado, sob o regime de direito público.

Questão 262 (2015/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/CONHECIMENTOS GERAIS) Quando, aos administradores dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, é dada a oportunidade de ampliar sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, fixando metas de desempenho, por meio de contratação dessas metas com o poder público, o instrumento definido e permitido, para tanto, pela Constituição Federal é o contrato de

a) Atribuição.

b) Controle.

c) Gestão.

d) Gerenciamento.

e) Planejamento.

Letra c.

O contrato de gestão é o ajuste celebrado pelo Poder Público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais, para lhes ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira ou para lhes prestar variados auxílios e lhes fixar metas de desempenho na consecução de seus objetivos. Conforme ensina a Prof.ª Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o objetivo do contrato é o de estabelecer determinadas metas a serem alcançadas pela entidade em troca de algum benefício outorgado pelo Poder Público. O contrato é estabelecido por tempo determinado, ficando a entidade sujeita a controle de resultado para verificação do cumprimento das metas estabelecidas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 263 (2015/VUNESP/HCFM USP/DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA) Assinale a alternativa que identifica uma pessoa de direito público interno.

a) Partido Político.

b) Empresa Pública.

c) Sociedade de economia mista.

d) Autarquia.

e) Associação de classe com representação nacional.

Letra d.

De acordo com o Código Civil, arts. 41 e 44:

> **Art. 41.** São pessoas jurídicas de **direito público interno:**
> I – a União;
> II – os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;
> III – os Municípios;
> IV – **as autarquias**, inclusive as associações públicas
> V – as demais entidades de caráter público criadas por lei.
> **Art. 44.** São pessoas jurídicas de **direito privado**:
> I – as associações;
> II – as sociedades;
> III – as fundações.
> IV – as organizações religiosas
> V – **os partidos políticos**.
> VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Questão 264 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL-SP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JURÍDICO) Órgãos públicos são unidades abstratas que sintetizam os vários círculos de atribuições do Estado, aqueles que expressam decisões estatais para o cumprimento dos fins da pessoa jurídica, são classificados como órgãos

a) consultivos.

b) de controle.

c) ativos.

d) contenciosos.

e) verificadores.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra c.

Trata-se da classificação dos Órgãos quanto à função que exercem. Essa classificação é de Celso Antônio Bandeira de Mello, e não é muito exigida nos concursos, mas é bom conhecê-la.

Órgãos ATIVOS: "os que expressam decisões estatais para o cumprimento dos fins da pessoa jurídica". Exercem atividade-fim. Ex.: Receita Federal, Ministério da Justiça, Polícia Federal.

Órgãos CONSULTIVOS: "os de aconselhamento e elucidação (pareceres) para que sejam tomadas as providências pertinentes pelos órgãos ativos". Ex.: Advocacia-Geral da União.

Órgãos de CONTROLE: "são os prepostos a fiscalizar e controlar a atividade de outros órgãos e agentes". Ex.: Tribunal de Contas da União.

Questão 265 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL-SP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JURÍDICO) Assinale a alternativa que, corretamente, exemplifica entidade classificada como Empresa Pública.

a) Petrobras.

b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

c) Universidade de São Paulo.

d) Banco do Brasil.

e) Metrô de São Paulo.

Letra b.

a) Errada. A Petrobras é uma sociedade de economia mista de capital aberto que atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia.

b) Certa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) é uma empresa pública federal com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. É uma entidade componente da administração pública indireta e atualmente vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

c) Errada. A Universidade de São Paulo (USP) é uma universidade pública, mantida pelo Estado de São Paulo e ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Logo, não é uma empresa pública.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Errada. Banco do Brasil S.A. é uma instituição financeira brasileira, constituída na forma de **sociedade de economia mista.**

e) Errada. O Metrô de SP é uma sociedade por ações e é parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, conforme consta do seu Estatuto Social.

Questão 266 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL-SP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JURÍDICO) Assinale a alternativa que menciona, correta e respectivamente, entidades da administração indireta e da administração direta da União.

a) Autarquias e Ministérios.

b) Fundações Públicas e Agências Reguladoras.

c) Casa Civil e Sociedades de Economia Mista.

d) Secretaria de Relações Institucionais e Autarquias.

e) Ministérios e Casa Civil.

Letra a.

a) Certa. As autarquias integram a Administração Indireta e os Ministérios integram a Administração Direta. Corresponde à ordem proposta na questão.

b) Errada. As fundações públicas e as agências reguladoras integram a Administração indireta.

c) Errada. A Casa Civil integra a Administração Direta e a Sociedade de economia mista integra a Administração Indireta. Não está na ordem pedida pela questão.

d) Errada. Mesmo caso da alternativa anterior. Secretaria de Relações Institucionais integra a Administração Direta e Autarquias integram a Administração Indireta.

e) Errada. Ambos integram a Administração Direta.

Questão 267 (2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/PROCURADOR JURÍDICO) A Lei Federal n. 13.019/2014 institui um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo que tais parcerias decorrem de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil e envolvem a transferência de recursos financeiros.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

A referida lei define esse instrumento como termo de

a) fomento.

b) colaboração.

c) parceria.

d) chamamento público.

e) gestão.

Letra a.

a) Certa. De acordo com a Lei n. 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII, termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

b) Errada. De acordo com a Lei n. 13.019/2014, art. 2º, inciso VII, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas **pela administração pública** que envolvam a transferência de recursos financeiros.

c) Errada. De acordo com a Lei n. 13.019/2014, art. 2º, inciso III, parceria é o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

d) Errada. De acordo com a Lei n. 13.019/2014, art. 2º, inciso XII, chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

e) Errada. Gestão é o ato ou efeito de gerir, de administrar.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 268 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA-SP/ADVOGADO) Criadas por particulares sob as formas comuns do direito civil – fundações ou associações –, elas não constituem uma nova espécie de pessoa jurídica, tratando-se de entidades privadas comuns que recebem uma qualificação especial do Poder Público, no âmbito das respectivas esferas, podendo ser contratadas para prestação de serviços por meio de contrato de gestão, com dispensa de licitação. Tais afirmações referem-se

a) às concessionárias.

b) aos consórcios públicos.

c) às organizações sociais.

d) às permissionárias.

e) às agências reguladoras.

Letra c.

O enunciado da questão se amolda ao conceito das Organizações Sociais. Conforme ensina a Prof.ª Maria Sylvia Zanella Di Pietro, organização social é a qualificação jurídica dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar serviço público de natureza social. Nenhuma entidade nasce com o nome de organização social; a entidade é criada pela iniciativa privada como associação ou fundação e, habilitando-se perante o Poder Público, recebe a qualificação.

Questão 269 (2015/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA-SP/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) As entidades autônomas, administrativamente e financeiramente, que têm patrimônio próprio e operam em regime de iniciativa particular, na forma de seus estatutos, ficando sujeitas apenas à supervisão do órgão da entidade estatal a que se encontrem vinculadas, para o controle de desempenho estatutário, conhecidas como entes de cooperação com o Estado, são denominadas

a) estatais.

b) autárquicas.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) fundacionais.
d) empresariais.
e) paraestatais.

Letra e.

As entidades paraestatais são entidades que atuam ao lado da estrutura da administração pública brasileira. São objeto de estudo do Direito Administrativo e são entes privados que, sem integrarem a administração direta ou a administração indireta, colaboram com o Estado no desempenho de atividades de interesse público, de natureza não lucrativa. São pessoas privadas incentivadas pelo Estado para exercerem atividade privada de interesse público, sendo estimuladas por meio do fomento.

Questão 270 (2015/VUNESP/SAP-SP/AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA) Assinale a alternativa que contempla somente órgãos da Administração Direta do Estado.

a) Sociedade de economia mista, secretaria estadual e universidade estadual.
b) Agência reguladora, Presidência da República e Congresso Nacional.
c) Secretaria estadual, polícia civil e polícia militar.
d) Escola pública, universidade estadual e empresa pública.
e) Autarquia, ministério e fundação.

Letra c.

a) Errada. As sociedades de economia mista integram a Administração Indireta.

b) Errada. As agências reguladoras são espécies de autarquias e integram a Administração Indireta.

c) Certa. Todos integram a Administração Direta do Estado.

d) Errada. As empresas públicas integram a Administração Indireta.

e) Errada. As autarquias e as fundações (fundações públicas) integram a Administração Indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 271 (2015/VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE LEGISLATIVO) A autarquia, órgão da administração pública indireta, tem como principais elementos caracterizadores:

a) ser criada por lei e ter patrimônio próprio.

b) possuir função econômica e patrimônio próprio.

c) ser autorizada por lei e ter personalidade de direito privado.

d) ser autorizada por lei e ter patrimônio personalizado.

e) possuir forma societária e regime estatutário.

Letra a.

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado. Considera-se autarquia o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Questão 272 (2017/VUNESP/CÂMARA DE VALINHOS-SP/ANALISTA TÉCNICO LEGISLATIVO) A empresa estatal Beta foi criada por força de autorização legal, é exploradora de atividade econômica, possui capital integralmente público e personalidade jurídica de direito privado. Trata-se de uma

a) autarquia.

b) autarquia em regime especial.

c) fundação pública de direito privado.

d) sociedade de economia mista.

e) empresa pública.

Letra e.

a) Errada. As autarquias são criadas diretamente pela lei e não são empresas estatais, tampouco possuem personalidade jurídica de direito privado.

b) Errada. Mesma explicação da alternativa “a”.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) Errada. A fundação presta uma atividade de finalidade pública e não a exploração da atividade econômica. Presta atividades de interesse social, como saúde, educação, atividade cultural, pesquisa científica, entre outras de caráter social.

d) Errada. As sociedades de economia mista são formadas por capital público e privado. Na composição do capital, podem haver recursos de pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas vinculadas ao Estado.

e) Certa. Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pelo Poder Público: União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Questão 273 (2014/VUNESP/SP-URBANISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) Os denominados serviços sociais autônomos

a) fazem parte da Administração Indireta.

b) são entes paraestatais

c) são entes despersonalizados.

d) prestam serviço público delegado

e) são pessoas jurídicas de direito público

Letra b.

a) Errada. Os serviços sociais autônomos não integram a Administração Indireta, eles fazer parte do terceiro setor.

b) Certa. São pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, sem fins lucrativos, para prestar assistência profissional. São entes paraestatais, que atuam ao lado do Estado e não integram a Administração Pública.

c) Errada. Ao contrário do que afirma a alternativa, os serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, e não entes despersonalizados.

d) Errada. Os serviços sociais autônomos prestam assistência profissional. Não há que se falar em serviço público delegado.

e) Errada. Os serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, e não de direito público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 274 (2019/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Todos os seus atos poderão ser objeto de mandado de segurança para proteção de direito líquido e certo, desde que demonstrada ilegalidade ou abuso de poder.

Errado.

Não serão todos os atos Lei n. 12.016/09, art. 1º, § 2º Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

Questão 275 (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP/PROCURADOR DO MUNICÍPIO/2019) Dentre as definições a seguir, assinale aquela que melhor conceitua a autarquia.

a) É entidade integrante da Administração Pública, criada ou não por lei, com personalidade jurídica de Direito Público ou Privado, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, podendo ou não ser dotada de gestão administrativa e financeira descentralizada.

b) É entidade integrante da Administração Pública direta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, sem patrimônio próprio, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa descentralizada.

c) É entidade integrante da Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de Direito Privado, patrimônio e receitas próprios, para executar, descentralizadamente, atividades estabelecidas por lei.

d) É entidade integrante da Administração Pública indireta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

e) É entidade integrante da Administração Pública indireta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, caracterizada pela ausência de controle, de tutela ou de subordinação hierárquica e pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra d.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Vejamos o conceito apresentado pelo Decreto n. 200/1967:

> **Art. 5º**, I – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Complementando, por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades, como, por exemplo, o privilégio da imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, execução fiscal e a obrigação de realizar licitação, concurso público, prestação de contas ao Tribunal de Contas competente, dentre outras, que serão vistas mais à frente. É criada mediante descentralização por outorga, isto é, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a Administração Indireta.

Questão 276 (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA-SP/ADVOGADO/2019) Segundo o disposto na Lei n. 11.107/2005, é vedado ao consórcio público

a) firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza com outras entidades e órgãos do governo.

b) ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação.

c) receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas governamentais.

d) emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas pela prestação de serviços por eles administrados.

e) aplicar recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas.

Letra e.

Segundo Lei n. 11.107/2005:

> **Art. 2º** Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:
I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo; (letras "a" e "c")
II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e
III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação. (letra "b")
§ 2º Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado. (Letra "d").
Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
§ 2º *É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito*.

Questão 277 (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA-SP/ADVOGADO/2019) Assinale a alternativa correta a respeito das autarquias.

a) Devem ser criadas por lei, possuem personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração e de criação do próprio direito, e especialização dos fins ou das atividades.

b) Em razão de serem entes autônomos, têm a possibilidade de se oporem às interferências indevidas da administração pública centralizada e, portanto, não se sujeitam a seu controle ou tutela.

c) Possuem prerrogativas e privilégios, tais como despesas processuais pagas ao final do processo, impenhorabilidade de seus bens, presunção de legitimidade de seus atos, regime de precatórios e prazo prescricional especial.

d) Seus bens são públicos, sendo, portanto, inalienáveis, incluindo os de uso comum ou especial e os dominiais, imprescritíveis e não são passíveis de oneração por direitos reais de garantia.

e) Sua responsabilidade civil extracontratual decorrente de atos de seus agentes é disciplinada pela Constituição Federal, sendo objetiva e solidária com o ente público ao qual se encontra vinculada.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra c.

a) Errada. A questão está errada no que diz respeito à criação do próprio direito. Por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades, como, por exemplo, o privilégio da imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, execução fiscal e a obrigação de realizar licitação, concurso público, prestação de contas ao Tribunal de Contas competente, dentre outras.

b) Errada. Entre a Administração direta e a indireta (descentralizada) não há relação de hierarquia, mas de vinculação. Mas isso não significa que as entidades da Administração indireta estejam totalmente sem controle. Nesse caso, ocorre controle finalístico. O controle finalístico visa evitar que a entidade descentralizada atue fora (além) das finalidades que resultaram na sua criação. Assim, a entidade descentralizada não pode realizar atividades que não são de sua atribuição. Entretanto, nas matérias de sua competência, possuem autonomia para adotar as medidas que entenderem mais adequadas

c) Certa. Por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades, como, por exemplo, o privilégio da imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, execução fiscal e a obrigação de realizar licitação, concurso público, prestação de contas ao Tribunal de Contas competente, dentre outras.

d) Errada. Não são todos os bens que são inalienáveis.

> **Art. 101** CC - Os bens públicos **dominicais** podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

e) Errada. Por ter personalidade jurídica, a autarquia responde por seus próprios atos (responsabilidade objetiva). No caso de exaustão de seus recursos, haverá responsabilidade do Estado pelos danos causados (responsabilidade subsidiária do Estado).

Questão 278 (VUNESP/PREFEITURA DE POÁ-SP/PROCURADOR JURÍDICO/2019) Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão. Assim, é correto concluir que

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) os processos de qualificação, celebração do contrato de gestão, dispensa de licitação e outorga de permissão de uso de bem público não precisam ser necessariamente conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal; não devem observância aos princípios constitucionais expressos aplicáveis à Administração Pública.

b) os contratos a serem firmados pelas organizações sociais com terceiros, com a utilização de recursos públicos – ou seja, as situações em que a Organização Social figura como contratante de bens, serviços e compras de fornecedores do mercado – seguem necessariamente a Lei n. 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos).

c) a aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao poder de fiscalização do Tribunal de Contas.

d) a seleção de pessoal pelas organizações sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, em observância aos princípios constitucionais expressos, na forma disciplinada em regulamento próprio editado por cada entidade.

e) a aplicação de recursos públicos pelas Organizações Sociais não se submete ao controle do Ministério Público.

Letra d.

a) Errada. Devem sim ser observados os princípios da Administração Pública.

> Lei n. 9.637/98, Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos [...]:

b) Errada. As organizações sociais não precisam fazer licitação para contratar. Sobre o assunto, é importante conhecer as seguintes conclusões do julgamento proferido no STF pela ADI n. 1923.

> I – o procedimento de qualificação das entidades como Organizações Sociais deveria ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF, e de acordo com parâmetros fixados segundo o disposto no art. 20 da Lei n. 9.637/1998;
> a entidade qualificada como OS não precisa fazer licitação quando for contratar com terceiros. Porém, o processo de contratação deve ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF;
> II – são válidas as outorgas de permissão de uso de bem público para as entidades qualificadas como OS. Porém, o procedimento deve ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF;

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> III – as entidades qualificadas como OS não precisam fazer concurso. Porém, a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade;
> IV – as entidades qualificadas como OS estão sujeitas à fiscalização do MP e do TCU. Para o STF qualquer interpretação que restringisse o controle, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, da aplicação de verbas públicas deveria ser afastada.

Uma vez classificada como OS, a entidade pode ser contratada por qualquer órgão ou entidade pública sem que precise ser feita licitação, já que o inciso XXIV do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 assim permite.

> [...] celebração de contratos de prestação de serviços com as Organizações Sociais, qualificadas, no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

c) Errada. As OS's se submetem à fiscalização do TCU.

> Lei n. 9.637/98, Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

d) Certa. É o que estabelece trecho da ADI 1923 já citada:

> As entidades qualificadas como OS não precisam fazer concurso. Porém, a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade;"

e) Errada. As OS's se submetem também ao controle do Ministério Público:

> Lei n. 9.637/98, Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 279 (VUNESP/PREFEITURA DE GUARULHOS-SP/INSPETOR FISCAL DE RENDAS/2019). Sobre as entidades que integram os Serviços Sociais Autônomos (Sistema S), assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

a) As entidades do "Sistema S" integram a Administração Direta, não possuindo autonomia administrativa.

b) As entidades do "Sistema S" estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal.

c) As entidades do "Sistema S" ostentam natureza de pessoa jurídica de direito público e integram a Administração Pública.

d) As contratações feitas pelas entidades integrantes do "Sistema S" se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei n. 8.666/93.

e) As entidades do Sistema "S" têm natureza privada e possuem autonomia administrativa, motivo pelo qual não se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei n. 8.666/93.

Letra e.

a) Errada. As paraestatais são pessoas de direito privado que colaboram com o Estado em atividades de interesse público, como, por exemplo, os Serviços Sociais Autônomos – Sistema "S" (p. ex., Sesc, Senai, Senat etc.), as Organizações Sociais (OSs) e as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (OSCIPs). Essas entidades **não** fazem parte da estrutura da Administração Pública, não estão na Administração direta ou na Administração indireta. Estão ao lado (paralelas) do Estado, na prestação de atividades de interesse social.

b) Errada. O STF entendeu que, por possuírem natureza jurídica de direito privado e não integrarem a Administração Pública, não estão sujeitos à observância da regra de concurso público (art. 37, II, CF) para contratação de seu pessoal.

c) Errada. Como já dito, essas entidades não fazem parte da Administração Pública.

d) Errada. Essas entidades não precisam fazer licitação, mas devem observar seus princípios, como, por exemplo, legalidade, julgamento objetivo, vinculação ao edital etc. Possuem a imunidade tributária do art. 150, VI, da CF/1988 ("atendidos os requisitos da lei"), pois se dedicam às atividades de assistência social e de educação para o trabalho. Suas ações são processadas e julgadas na Justiça Estadual, uma vez que são pessoas jurídicas de direito privado.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) Certa. A posição atual do TCU é no sentido de que esses entes não precisam realizar licitação, mas devem estabelecer atos normativos próprios, a fim de estabelecer um mínimo de competição antes de suas contratações, obedecendo aos princípios que orientam a Lei de Licitações.

Questão 280 (VUNESP/PREFEITURA DE GUARULHOS-SP/INSPETOR FISCAL DE RENDAS/2017) A respeito das autarquias, assinale a alternativa correta.

a) A autarquia é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei.

b) A autarquia é instituída diretamente pela lei e sua personalidade jurídica tem início com a vigência da lei criadora.

c) A criação de autarquias decorre do processo de desconcentração administrativa, integrando essas entidades à estrutura orgânica da Administração Direta.

d) As autarquias se sujeitam, via de regra, à responsabilidade civil subjetiva.

e) As autarquias não se submetem ao regime dos precatórios ou da Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Letra b.

a) Errada. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

b) Certa. O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da Administração Indireta, estabelecendo que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação. Para as autarquias, a lei específica cria a entidade, ou seja: com a lei, a entidade já tem existência no mundo jurídico, adquirindo personalidade jurídica, sem depender de outros atos secundários para que esteja totalmente constituída. Como consequência da criação decorrente da lei, não é necessário registrar a autarquia em qualquer órgão.

c) Errada. As Autarquias integram a Administração Indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Errada. A autarquia responde, independentemente de dolo ou culpa de seus agentes, pelos danos causados a terceiros na realização de sua atividade. Tal responsabilidade encontra fundamento no art. 37, § 6º, da CF/1988 (responsabilidade objetiva):

> § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Por ter personalidade jurídica, a autarquia responde por seus próprios atos. No caso de exaustão de seus recursos, haverá responsabilidade do Estado pelos danos causados (responsabilidade subsidiária do Estado).

e) Errada. Em razão da impenhorabilidade dos bens e rendas das autarquias, os pagamentos devem ser feitos por **precatórios** judiciais, nos termos do art. 100 da CF/1988, e a execução obedece a regras próprias da lei processual (arts. 730 e 731 CPC).

Questão 281 (VUNESP/CÂMARA DE MONTE ALTO-SP/PROCURADOR JURÍDICO/2019) Sobre o contrato de rateio, por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, assinale a alternativa correta.

a) O contrato de rateio será formalizado em cada dois exercícios financeiros, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

b) Os entes consorciados, somente em conjunto, têm legitimidade para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

c) A eventual impossibilidade de o ente consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio não obriga o consórcio público a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

d) É permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

e) O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra e.

a) Errada. Não será em cada dois exercícios financeiros.

> Lei 11.107/05, Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
> § 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

b) Errada. Os entes podem exigir o cumprimento do contrato de rateio isolados ou em conjunto.

> Lei 11.107/05, Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
> § 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

c) Errada.

> Decreto 6.017/07, Art. 14. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o ente consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao consórcio público, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

d) Errada. É uma vedação expressa na lei.

> Lei 11.107/05, Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
> § 2º É **vedada** a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de **despesas genéricas**, inclusive transferências ou operações de crédito.

e) Certo.

> *Lei 11.107/05, Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.*
> § 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

Questão 282 (VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP /PROCURADOR JURÍDICO/ 2019) A Lei n. 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, instituiu uma das principais inovações no Terceiro Setor.

É correto afirmar que o enunciado se refere a um novo instrumento jurídico, denominado

a) protocolo de intenções.

b) acordo de leniência.

c) termo de parceria.

d) desapropriação indireta.

e) contrato de consórcio.

Letra c.

As organizações da sociedade civil de interesse público são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, em que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias devem atender aos requisitos instituídos pela Lei n. 9.790/1999. A qualificação é de competência do Ministério da Justiça. O vínculo que une a entidade ao Estado é o chamado termo de parceria.

> Lei n. 9.790/99, Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Questão 283 (VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP/PROCURADOR JURÍDICO/2019) A respeito da desconcentração, é correto afirmar que

a) é sinônimo de descentralização, porém ocorre na Administração Indireta.

b) consiste na Administração Direta deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para a Administração Indireta.

c) foi vedada em recente decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral.

d) consiste na Administração Direta deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para o particular.

e) se trata de forma de repartição interna da competência atribuída à entidade estatal e dela decorre a criação de órgãos públicos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra e.

a) Errada. A desconcentração não é sinônimo de descentralização, e ocorre dentro da estrutura da Administração Direta.

b) Errada. A desconcentração é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica.

c) Errada. Não existe essa vedação.

d) Errada. Não distribui para o particular, mas sim entre seus órgãos.

e) Certa. A criação de órgãos decorre da desconcentração, que é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro um volume grande de atribuições. Na desconcentração, há o controle hierárquico, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

Questão 284 (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ-SP/ADVOGADO/2019) Considere a seguinte hipótese: um Advogado é instado a se manifestar sobre a possibilidade de uma parceria entre a Administração Pública e um serviço social autônomo, alicerçada na Lei Federal n. 13.019/14. O Advogado estará correto ao afirmar que

a) é possível a parceira com os serviços sociais autônomos, porém não é um caso de termo de parceria, pois a legislação exige a elaboração de termo de colaboração.

b) a parceria com os serviços sociais autônomos poderá ser formalizada por meio de termo de parceria que, de acordo com a legislação, deverá conter o relatório anual de execução de atividades.

c) é possível a parceira com os serviços sociais autônomos, porém não é um caso de termo de parceria, pois a legislação exige a elaboração de termo de fomento.

d) a parceria com os serviços sociais autônomos poderá ser formalizada por meio de termo de parceria que, de acordo com a legislação, deverá conter o extrato da execução física e financeira.

e) não se aplicam as exigências desta legislação às parcerias entre a Administração Pública e os serviços sociais autônomos.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra e.

Segundo a lei 13.019/14:

> **Art. 3º** Não se aplicam as exigências desta Lei:
> X – às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Questão 285 (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ-SP/ADVOGADO) Com relação às Agências Reguladoras, assinale a alternativa correta.

a) A Constituição Federal contempla as Agências Reguladoras como autarquias de regime especial.

b) A autonomia financeira das Agências Reguladoras pode decorrer do recolhimento de taxa e de outras fontes de recursos.

c) As Agências Reguladoras são dotadas de personalidade jurídica de direito privado e devem executar função administrativa de caráter normativo.

d) As Agências Reguladoras correspondem às fundações sob regime especial criadas para o desempenho de funções normativas ou reguladoras de serviço público.

e) Aos Municípios é vedada a possibilidade de constituição de Agências Reguladoras.

Letra b.

a) Errada. Para a **CF**, as agências reguladoras são tratadas como "órgão regulador".

> **Art. 21**, XI - Compete à União: explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

Trata-se de uma expressão usada pela CF para a qual não foi utilizada a técnica correta. Órgão regulador quer dizer que deve ser criada uma 'figura' para regular o setor. No Brasil, foram criadas autarquias.

b) Certa. As agências reguladoras possuem recursos próprios e recebem dotações orçamentárias para a gestão por seus próprios órgãos, visando aos fins que a lei as destinou, por meio da instituição de "taxas de regulação".

c) Errada. As agências reguladoras são **Autarquias** em regime especial, por isso, possuem personalidade jurídica de direito público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

d) Errada. Como visto, correspondem a Autarquias em regime especial.

e) Errada. Não há essa vedação.

Questão 286 (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI-SP/PROCURADOR MUNICIPAL/2019). A organização social "ABC" é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, foi constituída e se encontra em funcionamento regular há 3 (três) anos, e pretende qualificar-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para atuar na área de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas. Conforme estabelece a Lei n. 9.790/1999, é correto afirmar, nessa situação, que a organização social "ABC"

a) não poderá qualificar-se como OSCIP, em razão de ser uma organização social.

b) poderá qualificar-se como OSCIP na área pretendida, tendo em vista que ela atende a todos os requisitos legais.

c) não poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que, na área pretendida, não é permitida a atuação desse tipo de organização.

d) poderá qualificar-se como OSCIP na área pretendida, assim que completar 5 (cinco) anos de atuação como organização social.

e) não poderá qualificar-se como OSCIP, uma vez que é pessoa jurídica, sem fins lucrativos.

Letra a.

Não podem se qualificar como OSCIP as OS:

> **Art. 2º** Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3o desta Lei:
> I - as sociedades comerciais;
> II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
> III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
> IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
> V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
> VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
> VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
> VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
> IX - as organizações sociais;

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

> X - as cooperativas;
> XI - as fundações públicas;
> XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
> XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Questão 287 (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI-SP/PROCURADOR MUNICIPAL/2019) Assinale a alternativa correta a respeito das sociedades de economia mista e empresas públicas.

a) Sociedade de economia mista é Pessoa Jurídica de Direito Público, constituída por capital público e privado, sendo maior a parte do capital público, e somente poderá ser constituída na forma de Sociedade Anônima.

b) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública e autorizada a instituição de sociedade de economia mista.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são empresas estatais, isto é, sociedades empresariais em que o Estado tem controle acionário e que compõem a Administração Direta.

d) Empresa pública é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital exclusivamente público, e poderá ser constituída em qualquer uma das modalidades empresariais.

e) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado por meio de uma empresa pública só será permitida quando não houver empresa privada atuando na mesma área.

Letra d.

a) Errada. A Sociedade de Economia Mista é pessoa jurídica de direito privado.

b) Errada. Tanto as SEM quanto as EP devem ser autorizadas por lei específica.

> **Art. 37**, XIX, CF/88. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

c) Errada. As Sem e EP são pessoas jurídicas de direito privado, que fazem parte da Administração Indireta.

d) Certa.

e) Errada. A exploração de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Questão 288 (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI-SP/PROCURADOR MUNICIPAL/2019) O Município de Itapevi é integrante de um consórcio público na área da saúde. E, verificando a necessidade de contar com mais recursos humanos nessa área, o Município pretende contratar esse mesmo Consórcio para colaborar na gestão de estabelecimento de saúde na Municipalidade. Segundo a legislação pátria, essa pretendida contratação

a) poderá ser feita, nos termos da lei, dispensada a licitação.

b) poderá ser feita, exigida autorização por lei específica, por inexigibilidade de licitação.

c) poderá ser feita por meio de convênio, exigida a concorrência pública.

d) não poderá ser feita, pois os Municípios não podem terceirizar a gestão da saúde.

e) não poderá ser feita, em razão de o Município ser integrante do próprio Consórcio.

Letra a.

Lei 11.107/05
Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.
§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:
III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Questão 289 (VUNESP/TJ-AC/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/2019) De acordo com a Lei de Consórcios Públicos, é nula a cláusula do contrato de consórcio que estabeleça que o ente da Federação consorciado promova, em relação ao consórcio público,

a) a cessão de uso de bens imóveis.

b) cessão de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.

c) a doação de bens móveis.

d) contribuições financeiras ou econômicas em geral.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra d.

> **Lei 11.107/2005, Art. 4º**, § 3 º É nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.

Questão 290 (VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP/ANALISTA LEGISLATIVO/2019) É um exemplo de entidade da administração pública indireta:

a) Secretaria da Fazenda Municipal.

b) Ministério das Relações Exteriores.

c) Defensoria Pública.

d) Procuradoria-Geral do Estado.

e) Empresa Pública.

Letra e.

A Empresa Pública faz parte da Administração Pública Indireta. Segundo o Decreto Lei 200/67:

> **Art. 4º** A Administração Federal compreende:
> I – A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.
> II – A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:
> a) Autarquias;
> b) Empresas Públicas;
> c) Sociedades de Economia Mista.
> d) fundações públicas.

Os demais são órgãos públicos.

Questão 291 (VUNESP/CÂMARA DE SERRANA-SP/ANALISTA LEGISLATIVO/2019) Personalidade de direito público: capacidade de autoadministração, porém sob o controle finalístico; atribuições tipicamente públicas, como a prestação de serviço público ou a atividade de polícia administrativa; e patrimônio próprio, sujeito à fiscalização do Estado. Estas são características das

a) fundações públicas.

b) sociedades de economia mista.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) empresas públicas.

d) autarquias.

e) permissionárias.

Letra d.

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia. Por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades, como, por exemplo, o privilégio da imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, execução fiscal e a obrigação de realizar licitação, concurso público, prestação de contas ao Tribunal de Contas competente, dentre outras. Por fazerem parte da Administração Indireta, sofrem o controle finalístico.

Questão 292 (VUNESP/TJ-SP/ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO/2019) Considere que o Estado de São Paulo criou uma pessoa jurídica e a ela transferiu determinado serviço público. Nesse caso, é correto afirmar que houve

a) terceirização administrativa.

b) desconcentração administrativa.

c) centralização administrativa.

d) descentralização administrativa.

e) avocação administrativa.

Letra d.

Na descentralização, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada. Na descentralização, o Estado, por questão de autonomia administrativa, visando à maior eficiência, resolve repassar a atividade para que outra pessoa a exerça em seu lugar.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 293 (VUNESP/UNICAMP/PROFISSIONAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/2019). Assinale a alternativa correta.

a) As sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta.

b) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta e indireta.

c) As fundações não possuem personalidade jurídica e integram a administração pública direta.

d) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e privado e integram exclusivamente a administração pública direta.

e) As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública indireta.

Letra e.

a) Errada. As SEM possuem personalidade jurídica de direito privado e integram a Administração Pública Indireta.

b) Errada. As EP possuem personalidade jurídica de direito privado e integram a Administração Pública Indireta.

c) Errada. A fundação é um patrimônio que virou uma pessoa jurídica. Alguns autores entendem que as fundações criadas pelo Estado são de direito público. Outros entendem que são todas de direito privado. Uma terceira corrente, defendida por Diógenes Gasparini e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, compreende que o Estado pode criar fundações, concedendo-lhes personalidade de direito público ou privado, segundo lhe parecer conveniente e oportuno. E, se o Estado cria uma fundação e lhe dá personalidade de direito público, essa terá natureza de autarquia; entretanto, se o Estado cria uma fundação e lhe concede personalidade de direito privado, tal fundação será administrada nos mesmos moldes que as fundações privadas, naquilo que não conflitar com as regras gerais de direito público. Essa também é a posição do STJ e STF.

d) Errada. As EP possuem personalidade jurídica de direito privado e integram a Administração Pública Indireta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 294 (VUNESP/PC-SP/ESCRIVÃO DE POLÍCIA/2018) A Administração Indireta compreende as seguintes entidades, dotadas de personalidade jurídica própria

a) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

b) agências executivas, fundações de apoio e serviços sociais autônomos.

c) autarquias, fundações, organizações sociais e empresas públicas.

d) agências reguladoras, empresas públicas e Polícias Civil e Militar.

e) autarquias, fundações e organizações sociais.

Letra a.

a) Certa. No direito brasileiro, em especial no Direito Administrativo, de acordo com o inciso II do art. 4º do Decreto-lei n. 200/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, a **administração indireta** compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas.

b) Errada. Fundações de apoio e serviços sociais autônomos não integram a Administração Indireta. Fazem parte do terceiro setor.

c) Errada. As organizações sociais integram o terceiro setor, e não a Administração Indireta.

d) Errada. Polícias Civil e Militar fazem parte da Administração Pública Direta, e não Indireta.

e) Errada. As organizações sociais integram o terceiro setor, e não a Administração Indireta.

Questão 295 (VUNESP/TJ-RS/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/2018) Pelas obrigações assumidas por consórcio público:

a) nos termos da lei, respondem solidariamente os entes públicos consorciados, observadas as disposições do seu estatuto.

b) responde subsidiariamente o ente público líder do consórcio.

c) respondem pessoal e subsidiariamente os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio, observadas as disposições do seu estatuto.

d) respondem subsidiariamente os entes públicos consorciados.

e) nos termos da lei, respondem pessoal e solidariamente os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio, observadas as disposições do seu estatuto.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra d.

De acordo com o Decreto n. 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, art. 9º, os entes da Federação consorciados respondem **subsidiariamente** pelas obrigações do consórcio público.

Questão 296 (VUNESP/PC-BA/INVESTIGADOR DE POLÍCIA/2018) O conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado denomina-se

a) Administração Indireta.

b) Administração Direta.

c) Fundação Pública.

d) Sociedade de Economia Mista.

e) Empresa Pública.

Letra b.

A Administração Direta consiste na prossecução das atividades e funções do Estado diretamente por órgãos do próprio Estado, de forma centralizada. As fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas integram a Administração Indireta, logo, descartamos as demais alternativas.

Questão 297 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2018) A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

a) unificação de competências.

b) reunião de competências.

c) descentralização do poder.

d) desconcentração do poder.

Letra c.

A Administração descentralizada ou a descentralização resulta na criação de pessoas administrativas ou transferência para particulares de execução de atividades administrativas que

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

poderiam ser prestadas, diretamente, por meio de órgãos, mas que o Ente Federativo resolve prestá-las de forma descentralizada, por motivos de eficiência, qualidade e especialidade. A criação de uma autarquia decorre da descentralização. Segundo a autora Di Pietro:

> A descentralização por serviços, funcional ou técnica é a que se verifica quando o Poder Público (União, Estados ou Municípios) cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público. No Brasil, essa criação somente pode dar-se por meio de lei e corresponde, basicamente, à figura da **autarquia**, mas abrange também fundações governamentais, sociedades de economia mista e empresas públicas, que exerçam serviços públicos.

Questão 298 (VUNESP/IPSM/PROCURADOR/2018) Sobre a autarquia, assinale a alternativa correta.

a) É pessoa jurídica de direito público criada por lei, integrante da Administração Direta.

b) É criada por lei, mas sua existência legal depende do registro do seu estatuto na Junta Comercial.

c) É criada por lei para desempenhar, com exclusividade, funções de caráter econômico, que sejam próprias e típicas do Estado.

d) Sua extinção, assim como sua criação, somente pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo.

e) Tem personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, mas está subordinada ao controle hierárquico do Ministério ou Secretaria ao qual se encontra vinculada.

Letra d.

a) Errada. A autarquia integra a Administração Indireta, e não a Administração Direta.

b) Errada. A existência de uma autarquia não depende de registro. A própria lei que a criou já confere a sua existência.

c) Errada. As autarquias não desempenham funções de caráter econômico. O Estado só pode exercer diretamente atividade econômica na forma do artigo 173 da CF/1988, criando empresa pública ou sociedade de economia mista. Logo, o Estado NUNCA exercerá atividade econômica por meio de autarquias ou fundações.

d) Certa. Com base no princípio do paralelismo das formas, tendo em vista que as autarquias são criadas mediante lei, elas também devem ser extintas por meio de lei.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) Errada. As autarquias não são subordinadas ao ente criador. O que existe é um controle finalístico, também chamado de tutela administrativa, controle de desempenho ou supervisão ministerial.

Questão 299 (VUNESP/CÂMARA DE BARRETOS-SP/ADVOGADO/2017) No que concerne aos consórcios públicos previstos no Decreto n. 6.017/2007, é correto afirmar que

a) a constituição de consórcio público independerá da prévia celebração de protocolo de intenções.

b) o consórcio público adquirirá sempre a personalidade jurídica de direito público.

c) o consórcio público será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do seu contrato constitutivo.

d) os entes da Federação consorciados não respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

e) a alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei, pela maioria absoluta dos entes consorciados.

Letra c.

a) Errada. De acordo com o Decreto n. 6.017/2007, que regulamenta normas gerais de contratação de consórcios públicos, art. 4º, a constituição de consórcio público **dependerá da prévia celebração de protocolo de intenções** subscrito pelos representantes legais dos entes da Federação interessados.

b) Errada. De acordo com o Decreto n. 6.017/2007, art. 7º, o consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções e de **direito privado**, mediante o atendimento do previsto no inciso I e, ainda, dos requisitos previstos na legislação civil. Portanto, não será sempre personalidade jurídica de direito público.

c) Certa. É exatamente o que disciplina o art. 8º do Decreto n. 6.017/2007: "O consórcio público será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do seu contrato constitutivo".

d) Errada. Pelo contrário, de acordo com o art. 9º do decreto, os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

e) Errada. De acordo com o art. 29 do Decreto, a alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. A lei não menciona maioria absoluta dos entes consorciados.

Questão 300 (VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS/2017) De acordo com a organização administrativa da União, esse tipo de pessoa caracteriza-se por ser regida pelo direito privado, não possui privilégios tributários, desenvolve atividade atípica de Estado e está sujeita ao controle estatal. Trata-se, portanto, de

a) autarquia.

b) empresa pública.

c) ministério federal.

d) autarquia especial.

e) fundação pública.

Letra b.

a) Errada. A autarquia é pessoa jurídica de direito público e, por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades.

b) Certa. As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público, de capital totalmente público e admitem qualquer formação admitida em direito. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

c) Errada. Os Ministérios são órgãos do Poder Executivo Federal brasileiro e são regidos pelo direito público, e não pelo direito privado.

d) Errada. A autarquia especial nada mais é do que uma autarquia, portanto, segue a mesma justificativa da letra a.

e) Errada. As fundações públicas podem ter personalidade jurídica de Direito Público ou Privado.

Questão 301 (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/PROCURADOR/2017) Consoante site da Prefeitura de São José dos Campos: "O Instituto de Previdência do Servidor

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Municipal de São José dos Campos – IPSM é uma entidade autárquica, sem fins lucrativos. É o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Município. Seu compromisso é atender às necessidades do servidor municipal de São José dos Campos, concedendo benefícios, prestando serviços aos seus segurados e dependentes."

Podemos afirmar corretamente que o IPSM:

a) integra a Administração Pública Direta do Município, com personalidade jurídica de direito público.

b) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

c) não integra a Administração Pública do Município, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

d) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito público.

e) sendo uma autarquia é pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito privado.

Letra d.

a) Errada. O IPSM é uma entidade autárquica, logo não integra a Administração Pública Direta. Integra a Administração Pública Indireta.

b) Errada. O IPSM é uma entidade autárquica e realmente integra a Administração Pública Indireta, porém as autarquias possuem personalidade jurídica de direito público.

c) Errada. O IPSM é uma entidade autárquica e, por ser uma autarquia, integra a Administração Pública. Além do mais, possui personalidade jurídica de direito público.

d) Certa. As autarquias integram a Administração Pública Indireta e possuem personalidade jurídica de direito público.

e) Errada. As autarquias desempenham atividades típicas do Estado, sob o regime de direito público.

Questão 302 (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/CONHECIMENTOS GERAIS/2019) Quando, aos administradores dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, é dada a oportunidade de ampliar sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, fixando metas de desempenho, por meio de contratação dessas metas com o poder público, o instrumento definido e permitido, para tanto, pela Constituição Federal é o contrato de

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) Atribuição.

b) Controle.

c) Gestão.

d) Gerenciamento.

e) Planejamento.

Letra c.

O contrato de gestão é o ajuste celebrado pelo Poder Público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais, para lhes ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira ou para lhes prestar variados auxílios e lhes fixar metas de desempenho na consecução de seus objetivos. Conforme ensina a Prof.ª Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o objetivo do contrato é o de estabelecer determinadas metas a serem alcançadas pela entidade em troca de algum benefício outorgado pelo Poder Público. O contrato é estabelecido por tempo determinado, ficando a entidade sujeita a controle de resultado para verificação do cumprimento das metas estabelecidas.

Questão 303 (VUNESP/HCFM USP/DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA/2015) Assinale a alternativa que identifica uma pessoa de direito público interno.

a) Partido Político.

b) Empresa Pública.

c) Sociedade de economia mista.

d) Autarquia.

e) Associação de classe com representação nacional.

Letra d.

De acordo com o Código Civil, arts. 41 e 44:

> **Art. 41.** São pessoas jurídicas de direito público interno:
> I – a União;
> II – os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;
> III – os Municípios;
> IV – as autarquias, inclusive as associações públicas
> V – as demais entidades de caráter público criadas por lei.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
I – as associações;
II – as sociedades;
III – as fundações.
IV – as organizações religiosas.
V – os partidos políticos.
VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Questão 304 (IDECAN/FISCAL DE TRIBUTOS/PREFEITURA DE MANHUMIRIM-MG/2017) A Administração Pública Brasileira é dividida em administração centralizada e descentralizada, a primeira constitui-se da administração direta e a segunda da administração indireta. No estado de Minas Gerais são exemplos de órgãos que compõem a administração direta, EXCETO:

a) Copasa.

b) Ministério Público.

c) Tribunal de Contas.

d) Assembleia Legislativa.

Letra a.

Entre as alternativas, a única que não faz parte da Administração direta é a Copasa, pois se trata de uma Sociedade de Economia Mista pertencente à Administração Indireta.

Questão 305 (IDECAN/GESTOR MUNICIPAL DE CONTRATO/PREFEITURA DE MANHUMIRIM-MG/ 2017) Quanto à descentralização e à desconcentração, é correto afirmar que:

a) a desconcentração é sinônimo de administração pública direta, enquanto a descentralização corresponde à indireta.

b) a delegação de serviços ao particular, na forma de concessão de serviços públicos, é forma de descentralização política.

c) na descentralização por outorga o ente federativo pode criar entidades administrativas, a exemplo das fundações privadas.

d) a desconcentração é fenômeno da hierarquia, logo pode ser observado na divisão interna dos órgãos de uma autarquia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra a.

a) Errada. A centralização é sinônimo de administração direta, não a desconcentração. Isso porque na centralização, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal (União, estados, DF e municípios) realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas. A Lei chamou a nossa administração centralizada de administração direta (art. 4º, Decreto-Lei n. 200/1967).

b) Errada. Na descentralização, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada. É na chamada descentralização por delegação que o Estado transfere, por contrato de concessão ou permissão de serviços públicos, ou ato administrativo de autorização, a execução de um serviço, para que um particular o preste por sua conta e risco. No caso de permissão de serviços públicos, pode ser feita a delegação para pessoas físicas ou jurídicas; na concessão, somente para pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.

c) Errada. Na descentralização por outorga, o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica (entidade administrativa) que integra a administração indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista). Não há a criação de fundações privadas.

d) Certa. Na desconcentração, existe relação de hierarquia entre os diversos órgãos e autoridades. Como consequência dessa hierarquia, há o poder de controlar, de revisar, coordenar e corrigir os órgãos subordinados, avocar e delegar atos.

Questão 306 (IDECAN/AUXILIAR TÉCNICO DE PROCURADORIA/CRO-AL/2017) Quanto à estrutura organizacional da Administração Pública é correto afirmar que:

a) na empresa pública predomina o capital público.

b) a sociedade de economia é uma empresa pública.

c) os órgãos são entidades dotadas de personalidade jurídica.

d) as autarquias são entidades de capital integralmente público.

Letra d.

a) Errada. A empresa pública é formada por capital totalmente público, podendo haver participação de entes federativos diversos. É admissível, também, que participem do capital, pessoas administrativas, seja qual for seu nível federativo ou sua natureza jurídica (pública ou privada).

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Errada. A sociedade de economia mista não é uma empresa pública e sim tipo de sociedade anônima, sendo regulada, especialmente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976).

c) Errada. Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica. Segundo a doutrina apenas órgãos independentes e autônomos, podem ter capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas institucionais. Essa capacidade para estar em juízo também é conhecida como personalidade judiciária.

d) Certa. As autarquias são pessoas de capital totalmente público, uma vez que são pessoas jurídicas de direito público criadas para executar atividades típicas da Administração Pública.

Questão 307 (IDECAN/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/CÂMARA DE CORONEL FABRICIANO--MG/ 2017) Segundo a conhecida escritora e professora universitária Maria Sylvia Zanella Di Pietro, há consenso entre os doutrinadores de que as autarquias possuem as seguintes características, EXCETO:

a) A sujeição a controle ou tutela.
b) A personalidade jurídica pública.
c) A capacidade de autoadministração.
d) A generalização dos fins ou atividades.

Letra d.

a) Certa. As autarquias são criadas por meio de descentralização para integrar a administração indireta. Na descentralização ocorre controle finalístico, pois as entidades da administração indireta permanecem vinculadas à finalidade para a qual foram criadas. O controle finalístico visa evitar que a entidade descentralizada, no exercício de sua autonomia, atue fora dos limites que resultaram na sua criação. O controle finalístico também é chamado de tutela ou controle administrativo ou supervisão ministerial em nível federal.

b) Certa. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas para executar atividades típicas da Administração Pública.

c) Certa. As autarquias possuem autonomia administrativa e financeira.

d) Errada. Autarquia é criada por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social, poder de polícia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 308 (IDECAN/TÉCNICO LEGISLATIVO/CÂMARA DE NATIVIDADE-RJ/2017) Quando o Estado cria pessoas jurídicas transferindo a responsabilidade pelo exercício de atividades administrativas que lhe são pertinentes, tem-se o fenômeno da:

a) Atividade gerencial.

b) Centralização administrativa.

c) Descentralização administrativa.

d) Desconcentração administrativa.

Letra c.

Na descentralização, a atividade é prestada por pessoa diversa. Ocorre a distribuição de competências de uma para outra pessoa. Assim, pressupõe duas pessoas: o ente político e a entidade descentralizada. Na descentralização, o Estado, por questão de autonomia administrativa, visando maior eficiência, resolve repassar a atividade para que outra pessoa a exerça em seu lugar.

Questão 309 (IDECAN/AGENTE PENITENCIÁRIO/SEJUC-RN/2017) Tendo em vista a organização administrativa da União, analise as disposições a seguir.

I – Não possuem personalidade jurídica.

II – São resultado da desconcentração administrativa.

III – Não têm capacidade para representar em juízo a pessoa jurídica que integram.

IV – Integram a estrutura de uma pessoa política, no caso dos órgãos da administração indireta ou de uma pessoa jurídica administrativa, no caso dos órgãos da administração direta.

São características dos órgãos públicos apenas as disposições

a) I e II.

b) I e III.

c) I, II e III.

d) II, III e IV.

Letra c.

Item I – Certo. Os órgãos não possuem personalidade jurídica, pois apenas são componentes de uma estrutura dividida internamente, assim como acontece com os órgãos do corpo

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

humano. Quem deterá personalidade/capacidade jurídica para responder pelos atos praticados pelos órgãos será a pessoa jurídica que realizou a desconcentração.

Item II – Certo. A criação de órgãos resulta da desconcentração, que é uma distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.

Item III – Certo. Em regra, os órgãos não possuem personalidade jurídica.

Item IV – Errado. Os órgãos integram a estrutura da Administração Direta.

Questão 310 (IDECAN/AGENTE PENITENCIÁRIO/SEJUC-RN/2017) NÃO é exemplo de entidade integrante da Administração Indireta:

a) Autarquia.

b) Empresa Pública.

c) Entidade Paraestatal.

d) Sociedade de Economia Mista.

Letra c.

As paraestatais são pessoas de direito privado que colaboram com o Estado em atividades de interesse público, como, por exemplo, os Serviços Sociais Autônomos – Sistema "S" (ex.: Sesc, Senai, Senat etc.), as Organizações Sociais – OSs, e as Organizações Sociais Civis de Interesse Público – OSCIPs. Essas entidades não fazem parte da estrutura da administração pública, não estão na administração direta ou na administração indireta. Estão ao lado (paralelas) do Estado, na prestação de atividades de interesse social.

Questão 311 (IDECAN/CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS/CRF-SP/2018) Quanto à Administração Direta e Indireta federal, no Direito brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A autarquia é pessoa jurídica de direito público, integra a administração pública indireta e possui certas prerrogativas não extensíveis à iniciativa privada.

b) As empresas públicas confundem-se, em seu conceito jurídico, com as sociedades de economia mista, já que ambas podem adotar a forma constitutiva de sociedade anônima.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

c) O Direito brasileiro não comporta a figura de fundações públicas de direito público, sendo certo que, desde 1988, todas as fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

d) Os Consórcios Públicos, na legislação brasileira, podem se constituir por meio da associação de entes federativos ou mediante a associação pública desses com entidades da sociedade privada.

Letra a.

a) Certa. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas para executar atividades típicas da Administração Pública. São criadas por meio de descentralização, e portanto, fazem parte da administração indireta. Por serem pessoas jurídicas de direito público e desempenharem atividades típicas do Estado, as autarquias possuem as mesmas prerrogativas e restrições de que dispõe o Estado para a execução de suas atividades, como, por exemplo, o privilégio da imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, execução fiscal e a obrigação de realizar licitação, concurso público, prestação de contas ao Tribunal de Contas competente, dentre outras.

b) Errada. As empresas públicas não se confundem com sociedades de economia mista. Enquanto as sociedades de economia mista devem ter a forma de sociedade anônima, sendo reguladas, especialmente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976), a empresa pública pode apresentar qualquer forma admitida em direito, inclusive, pode ser uma Sociedade Anônima.

c) Errada. A administração indireta é composta por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. As fundações criadas pelo Estado podem ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado. Sendo fundação pública de direito público, terá natureza de autarquia para todos os fins. Nesse caso, a lei deve criar a entidade. Se tiver personalidade jurídica de direito privado, a lei autoriza a sua criação (ex.: Funpresp).

d) Errada. Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação, nos termos do art. 241 da CF/1988 e da Lei n. 11.107/2005, para a prestação de serviços públicos, na forma de gestão associada. Os entes federativos, ao formarem o consórcio público, deverão constituir associação, que o administrará. No entanto, essa associação pode ser de direito privado ou de direito público, sendo que neste último caso terá a natureza de autarquia.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 312 (IDECAN/PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO I/IPC-ES/2018) Sobre a Administração Pública direta e indireta, as entidades paraestatais e os entes com situação peculiar, assinale a alternativa correta:

a) As sociedades de economia mista e as empresas públicas podem revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

b) As organizações sociais formam uma nova categoria de pessoas jurídicas de direito privado, ao lado das fundações, associações e organizações religiosas.

c) A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está incluída na categoria de autarquias especiais, sujeitando-se aos ditames impostos à Administração direta e indireta.

d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Letra d.

a) Errada. As sociedades de economia mista devem ter a forma de sociedade anônima, sendo reguladas, especialmente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976), já a empresa pública pode apresentar qualquer forma admitida em direito, inclusive, pode ser uma Sociedade Anônima.

b) Errada. As organizações sociais não são uma nova categoria de pessoas jurídicas de direito privado.

c) Errada. O STF afirmou que a OAB não é entidade da administração indireta. É uma categoria ímpar no elenco das entidades jurídicas no Direito brasileiro. Seria uma entidade sui generis ("único em seu gênero"). No entanto, ao retirar a OAB do rol das entidades da administração indireta, surgiram outras consequências: a OAB não está subordinada à fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial realizada pelo TCU, não precisa fazer concurso, nem licitação.

d) Certa. O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Questão 313 (IDECAN/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/IPC-ES/2019) A Administração Pública consiste em um conjunto de agências e de servidores profissionais, mantidos com

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

recursos públicos e encarregados da decisão e implementação das normas necessárias ao bem-estar social e das ações necessárias à gestão do que é público. A Administração Pública federal é composta pelos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao Executivo recai a Administração Direta e Indireta. Compõe a Administração Direta:

a) Autarquias.

b) Fundações públicas.

c) Empresas públicas.

d) Sociedades de economia mista.

e) Ministérios Regulares e Extraordinários.

Letra e.

A administração direta é a prestação da atividade pelo próprio ente político, por meio de seus órgãos, incluindo órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Cabe ressaltar que os ministérios são órgãos da pessoa jurídica União. Nesse caso, a União presta suas atividades diretamente por meio de seus órgãos (ministérios).

Questão 314 (IDECAN/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/IF-AM/2019) A organização administrativa da União está cercada de entidades da chamada Administração Indireta, entre elas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Nesse cenário, assinale a alternativa correta.

a) Somente por lei complementar poderá ser criada uma empresa pública.

b) As empresas públicas federais não podem ter participação em empresas privadas.

c) As sociedades de economia mista devem oferecer um regime estatutário para os seus empregados, que serão admitidos após regular concurso público de provas e títulos.

d) A criação de subsidiária de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa.

e) Somente por lei complementar poderá ser criada uma sociedade de economia mista.

Letra d.

a) Errada. O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica (lei ordinária) poderá ser criada

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação.

Em relação à empresa pública e à sociedade de economia mista, a lei específica é apenas autorizativa. A partir da lei, ainda serão necessários outros procedimentos para a existência jurídica da entidade.

b) Errada. A empresa pública é formada por capital totalmente público, podendo haver participação de entes federativos diversos. É admissível, também, que participem do capital, pessoas administrativas, seja qual for seu nível federativo ou sua natureza jurídica (pública ou privada). Dessa forma, na esfera federal, admite-se que outras pessoas da Federação participem do capital de empresa pública, bem como outras pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, inclusive de sociedade de economia mista.

c) Errada. A CF/1988 fixa que o estatuto jurídico dessas entidades deve estabelecer a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Assim, as pessoas que trabalham nas empresas estatais, como regra, são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), possuindo emprego público. No entanto, ingressam nas empresas mediante a realização de concurso público.

d) Certa. O art. 37, XX, da CF/1988, menciona que a criação de subsidiária dependerá de lei "em cada caso" (ou lei específica). Assim, para cada nova entidade criada, deveria haver uma lei autorizando. Isso é o que dispõe a CF/1988.

e) Errada. O art. 37, XIX, da CF/1988, apresenta a forma de criação das entidades da administração indireta, estabelecendo que somente por lei específica (lei ordinária) poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, reservando-se à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação.

Em relação à empresa pública e à sociedade de economia mista, a lei específica é apenas autorizativa. A partir da lei, ainda serão necessários outros procedimentos para a existência jurídica da entidade.

Questão 315 (IDECAN/ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL/PC-CE/2021) Na organização do Estado brasileiro, é possível afirmar que a Presidência da República:

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) é considerada uma pessoa jurídica de direito público externo.

b) é uma função extra corporis.

c) é considerada uma pessoa jurídica de direito público interno.

d) é uma função supra-administrativa.

e) é um órgão pertencente à Administração Pública Direta.

Letra e.

A Presidência da República é um órgão independente. Os órgãos classificados como independentes são os originários da Constituição e representativos dos poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional. Na centralização, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos. Nesse caso, a própria pessoa estatal realiza diretamente a atividade administrativa, sem a interferência de qualquer outra entidade. Não há transferência de atividades para outras pessoas. A Lei chamou a nossa administração centralizada de administração direta (art. 4º, Decreto-Lei n. 200/1967).

Questão 316 (2022/IBFC/DETRAN-AM/TÉCNICO ADMINISTRATIVO). No que se refere às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, também denominas de Empresas Estatais, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) I – A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do *caput* do art. 173 da Constituição Federal.

( ) II – Não é possível a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no capital da empresa pública.

( ) III – A Empresa Pública e a Sociedade de Economia Mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V – V – V

b) V – F – V

c) F – F – V

d) V – V – F

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Letra b.

I – Certa. O art. 173 da CF/1988 estabelece que, ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei:

> **Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre...

II – Errada. A empresa pública é formada por capital totalmente público, podendo haver participação de entes federativos diversos. É admissível, também, que participem do capital, pessoas administrativas, seja qual for seu nível federativo ou sua natureza jurídica (pública ou privada). III – Certa. Tanto a empresa pública como a sociedade de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado.

Questão 317 (2021/IBFC/IAP – PR/AGENTE DE EXECUÇÃO – TÉCNICO DE MANEJO E MEIO AMBIENTE). Segundo José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, 30ª edição), a Administração Indireta Estado "é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada". Sobre o assunto, assinale a alternativa que não apresenta um ente da Administração Indireta.

a) Autarquias
b) Empresas Públicas
c) Sociedades de Economia Mista
d) Ministério da Saúde
e) Fundações Públicas

Letra d.

Dentre as alternativas, apenas o Ministério da Saúde não é ente da Administração Indireta. Isso porque, por ser um órgão, integra a Administração Direta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 318 (2020/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA). No que diz respeito às mudanças institucionais, em especial com relação às agências executivas, analise as afirmativas abaixo.

I – Agência executiva é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos

II – O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos: I – ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento; II – ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.

III – A qualificação como Agência Executiva será feita em ato do Ministro da Justiça.

Assinale a alternativa correta.

a) As afirmativas I, II e III estão corretas

b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

Letra b.

I – Certa. As agências executivas não são uma nova figura administrativa. É apenas o resultado de uma qualificação, uma nova roupagem que se atribui a uma autarquia ou fundação que, mediante contrato de gestão, realizado nos termos do art. 37, § 8º, da CF/1988, amplia sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial, visando a se tornar mais eficiente.

II – Certa. A Lei n. 9.649/1998 estabelece as condições para a qualificação das entidades:

> **Art. 51.** O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos:
> I – ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento;
> II – ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.

III – Errada. De acordo com o art. 51, § 1º da Lei n. 9.649/1998, a qualificação como Agência Executiva será feita em ato do Presidente da República.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Questão 319 (2020/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA). No que se refere às disposições da Lei n. 11.107/2005 sobre os consórcios públicos, assinale a alternativa correta.

a) Não é possível cessão de servidores entre os entes consorciados

b) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções

c) O consórcio público terá sempre personalidade jurídica de direito privado

d) O denominado termo de fomento permite aos entes consorciados entregarem os recursos ao consórcio público

Letra b.

a) Errada. De acordo com o art. 4º, § 4º da Lei n. 11.107/2005, os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

b) Certa. Trata-se da literalidade do art. 3º: "O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções".

c) Errada. Os entes federativos, ao formarem o consórcio público, deverão constituir associação, que o administrará. No entanto, essa associação pode ser de direito privado ou de direito público, sendo que neste último caso terá a natureza de autarquia.

> **Art. 1º**, § 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

d) Errada. No art. 8º da Lei n. 11.107/2005, há referência a um tipo específico de contrato, que é o único instrumento idôneo para viabilizar a entrega de recursos pelo ente consorciado ao consórcio: o **contrato de rateio**. O Decreto n. 6.017/2007 assim o define:

> [...] contrato de rateio: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

Questão 320 (2020/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA). Assinale a alternativa que apresenta corretamente um conceito possível de "Terceiro Setor".

a) Entidades privadas com fins lucrativos que executam atividades de interesse público

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

b) Entidades públicas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público
c) Entidades privadas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público
d) Entidades públicas com fins lucrativos que executam atividades de interesse particular

Letra c.

No terceiro setor ou nas paraestatais, estão todas as pessoas que realizam atividade de interesse público, sem finalidade lucrativa. O primeiro setor é o Estado, composto pela administração direta e indireta. O segundo setor é o mercado: são pessoas de direito privado que atuam no mercado, visando ao lucro. E o terceiro setor são pessoas privadas incentivadas pelo Estado para exercerem atividade privada de interesse público, sendo estimuladas por meio do fomento. Atualmente, fala-se em um quarto setor: o mercado informal e aqueles que desempenham atividades ilícitas.

Questão 321 (2020/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA). Assinale a alternativa que apresenta corretamente um conceito de Desconcentração Administrativa.
a) Distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica
b) Distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica
c) Distribuição de competências de uma pessoa jurídica integrante da Administração Pública para uma pessoa física
d) Distribuição de competências de uma pessoa física integrante da Administração Pública para uma pessoa jurídica

Letra b.

A desconcentração é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro um volume grande de atribuições. Na desconcentração, há o controle hierárquico, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

Questão 322 (2019/IBFC/PREFEITURA DE CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE/ PROCURADOR MUNICIPAL). Os consórcios públicos têm as normas gerais estabelecidas pela Lei n. 11.107/2005. Sobre o assunto, assinale a alternativa incorreta.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

a) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado
b) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções
c) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados
d) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio

Letra c.

a) Certa. Os entes federativos, ao formarem o consórcio público, deverão constituir associação, que o administrará. No entanto, essa associação pode ser de direito privado ou de direito público, sendo que neste último caso terá a natureza de autarquia.

> **Art. 1º** § 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

b) Certa. Conforme o art. 3º da Lei n. 11.107/2005: "O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções."

c) Errada. O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta:

> **Art. 6º** O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:
> I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;
> II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.
> § 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração **indireta** de todos os entes da Federação consorciados.

d) Certa. De acordo com o art. 8º da Lei n. 11.107/2005: "Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio."

Questão 323 (2018/IBFC/CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA – SP/ CONSULTOR LEGISLATIVO). Segundo, Celso Antônio Bandeira de Mello "os órgãos nada mais significam que círculos de atribuições, os feixes individuais de poderes funcionais repartidos no interior da

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

personalidade estatal e expressados através dos agentes neles providos.” Os órgãos administrativos tem características próprias, a saber:

Assinale a alternativa correta.

a) Os órgãos públicos são criados por lei, não possuem personalidade jurídica e tão pouco patrimônio próprio, são subordinadas ao ente político que o criou e influenciados pela normatividade do princípio da hierarquia

b) Os órgãos públicos fazem parte da Administração Direta, possuem personalidade jurídica mista, são influenciados pela normativa do princípio da hierarquia, e possuem patrimônio próprio

c) Os órgão públicos possuem personalidade jurídica mista, não são criados por lei, possuem patrimônio próprio e fazem parte da Administração Direta

d) Os órgão públicos possuem personalidade jurídica mista e patrimônio próprio, são criados por lei e, fazem parte da Administração Indireta

e) Os órgãos públicos são subordinados ao governo federal, possuem patrimônio próprio, não são criados por lei, mas são influenciados pela normativa da hierarquia

Letra a.

a) Certa. A criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de lei e eles não possuem personalidade jurídica; não possuem patrimônio próprio; não possuem capacidade processual.

b) Errada. Os órgãos não possuem personalidade jurídica.

c) Errada. Os órgãos não possuem personalidade jurídica, como também não possuem patrimônio próprio.

d) Errada. Os órgãos não possuem personalidade jurídica, como também não possuem patrimônio próprio.

e) Errada. Os órgãos não possuem patrimônio próprio.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

Gustavo Scatolino

Atualmente é procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-assessor de ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, analista judiciário do STJ, exercendo essa função durante cinco anos, e procurador do Estado do Espírito Santo.

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.